



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 127 – TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>Corregedores Substitutos</b> Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i></p>		<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> <b>(Resolução do Senado Federal nº 40/95)</b></p> <p><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></p>
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</b></p> <p><b>Líder</b> Tião Viana PT-AC</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)</b></p> <p><b>Líder</b> Efraim Morais PFL-PB</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p><b>Vice-Líderes</b> João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB - 22</b></p> <p><b>Líder</b> Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL -18</b></p> <p><b>Líder</b> José Agripino PFL-RN</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges</p>	<p>Rodolpho Tourinho José Jorge</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 10</b></p> <p><b>Líder</b> Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT - 5</b></p> <p><b>Líder</b> Jefferson Péres PDT-AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Almeida Lima</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Líder</b> Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p><b>Vice Líder</b> Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>		<p>Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 493, DE 2003

**Aprova o ato que autoriza a Associação de Pais e Professores a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 462, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação de Pais e Professores a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 494, DE 2003

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cipó, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 506, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nova Esperança a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cipó, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 495, DE 2003

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 485, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz a executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 496, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Fé de Croatá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Croatá, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 797, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Santa Fé de Croatá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Croatá, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 497, DE 2003**

**Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Palmeira LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de junho de 2001, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Palmeira Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 498, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dom Zygmund Felinski, para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 499, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Dom Zygmund Felinski, para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 499, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Nova Barrense de Comunicação e Radiodifusão – ANCORA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Barra, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 294, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Nova Barrense de Comunicação e Radiodifusão – ANCORA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Barra, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 500, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação dos Representantes dos Povoados do Município de Esperantinópolis – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantinópolis, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 508, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a Associação dos Representantes dos Povoados do Município de Esperantinópolis – MA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantinópolis, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 501, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês – AMACIM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 572, de 24 de setembro de 2001, que autoriza a Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês – AMACIM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Desenvolvimento Cultural de Mutum – ACORDECUM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 293, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Desenvolvimento Cultural de Mutum – ACORDECUM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mutum, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Artística e Cultural de Coromandel – MG – ASCOBEN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 488, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Artística e Cultural de Coromandel – MG – ASCOBEN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa Esperança para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 654, de 13 de novembro de 2001, que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa Esperança para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 505, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Bonfim Esperança – ABESPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfim, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 792, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Bonfim Esperança – ABESPE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 506, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária de Dona Euzébia – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 148, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária de Dona Euzébia – MG a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dona Euzébia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 507, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 397, de 27 de julho de 2001, que autoriza a Associação Rádio Vida a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. — Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 508, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cachoeirense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 535, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Cachoeirense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. — Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 509, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Araújo — ACCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araújo, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 711, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Araújo — ACCA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araújo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. — Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 510, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Lassance a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lassance, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 814, de 21 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Amigos de Lassance a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lassance, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 511, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Estrela do Mar a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tamandaré, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 91, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Estrela do Mar a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tamandaré, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 512, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Teixeiraense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teixeiras, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 98, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente Teixeiraense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teixeiras, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 513, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação “Comunidade Viva” de Dom Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 22, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação “Comunidade Viva” de Dom Pedro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Pedro, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 514, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Boas Novas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 27, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Boas Novas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 515, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão – PAM – Povo Ataleense Mineiro – Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ataléia, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 117, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão – PAM – Povo Ataleense Mineiro – Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ataléia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 516, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio, Jornal e Televisão Verde Vale a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinolândia, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 118, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Rádio, Jornal e Televisão Verde Vale a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinolândia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 517, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Cachoeirense de integração e Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 119, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 518, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural de Rio Preto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 745, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza o Centro Social, Educacional e Cultural de Rio Preto a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 519, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamogi, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 177, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Itamogi a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamogi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 520, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Montes Claros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 230, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Montes Claros a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 521, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Comunidade Renovar “CR” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 769, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Comunidade Renovar “CR” a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 522, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Novaresendense de Difusão e Apoio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 205, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Novaresendense de Difusão e Apoio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 523, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Arte Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural – PROART a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 710, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Pró-Arte para o Desenvolvimento Artístico e Cultural – PROART a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patrocínio do Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 524, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pontual a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 206, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Pontual a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarituba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 525, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – A.M.B. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 159, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação de Moradores dos Bairros Novo Progresso e Alvorada – A.M.B. a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 526, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 231, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM, Cultural e Comunicação Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 527, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 16, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Nova de Machado, para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a

executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 528, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 21, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Educativa Cordisburgo – FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordisburgo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 529, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 330, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio e Televisão Libertas Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 530, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à Central de Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 333, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Central de Telecomunicações Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 531, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Santamariense de Comunicações Ltda., – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 334, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema Santamariense de Comunicações Ltda., – ME para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 532, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 300, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Sapucaia, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte



**DECRETO LEGISLATIVO Nº 533, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paudalho, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 356, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paudalho, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 534, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Sul-Mineiro de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 318, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema Sul-Mineiro de Radiodifusão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 535, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Fundação Beneficente Rosal da Liberdade, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 48, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Fundação Beneficente Rosal da Liberdade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 536, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Fundação Manoel Paes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejão, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Fundação Manoel Paes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejão, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 537, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Fundação Juracy Marden a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 657, de 19 de outubro de 2000, que autoriza a Fundação Juracy Marden a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 538, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga concessão à Momento de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de abril de 2002, que outorga concessão à Momento de Comunicação Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 539, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à Medina FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 286, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Medina FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 540, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Electra Vox FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 358, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Electra Vox FM Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 541, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à TV Norte Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Açucena, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 360, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à TV Norte Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Açucena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 542, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à SM Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à SM Comunicações Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 543, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 105, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 544, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Araquari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 593, de 11 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Araquari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 545, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rio Grande da Serra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 170, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rio Grande da Serra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. — Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 546, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Bailon Lopes Carneiro, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 134, de 5 de fevereiro de 2002, que outorga permissão à Fundação Bailon Lopes Carneiro, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. — Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 547, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural de Praia Grande para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 608, de 25 de abril de 2002, que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural de Praia Grande para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. — Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 548, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Educativa Nossa Senhora Milagrosa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobral, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 485, de 26 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Educativa Nossa Senhora Milagrosa para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 549, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Piúma – ARCOP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piúma, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 541, de 11 de setembro de 2001, que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Piúma – ARCOP a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piúma, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 550, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pedreiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedreiras, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 377, de 11 de julho de 2001, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Pedreiras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedreiras, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 551, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 377, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 552, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a COMEV – Rádio Comunitária Cultura FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabixi, Estado de Rondônia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 502, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a COMEV – Rádio Comunitária Cultura FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabixi, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 553, DE 2003**

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Fundação Educacional Comendador Avelar Pereira de Alencar para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 99ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE AGOSTO DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Parecer

Nº 1.118, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2003 (nº 2.157/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tracunhaém, Estado de Pernambuco. .... 23977

##### 1.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. .... 23981

##### 1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 711, de 2003, de autoria dos Senadores Osmar Dias e Hélio Costa, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. .... 23981

Nº 712, de 2003, de autoria dos Senadores Osmar Dias e Hélio Costa, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2003, de autoria do Senador Papaléo Paes, que regulamenta a promoção e publicidade de medicamentos e dá outras providências, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. .... 23981

##### 1.2.4 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 521, de 2003 (nº 104/2003, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Jaime Martins para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. .... 23981

##### 1.2.5 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 521, de 2003, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, que apreciará a matéria em caráter terminativo. .... 23983

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2003 (nº 2.159/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro do São Bernardo – Campinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação. .... 23983

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2003 (nº 2.085/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Planaltina do Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina do Paraná, Estado do Paraná, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação. .... 23983

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 33, de 2003, de autoria do Senador Eurípedes Camargo, que acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 224 e revoga o inciso II do art. 225 do Regimento Interno do Senado Federal, para permitir que Senador possa sugerir a outro Poder a prática de determinado ato ou a remessa de proposição sobre matéria de sua iniciativa exclusiva. .... 23984



**1.2.6 – Leitura de projeto**

Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no art. 192 da Constituição Federal..... 23984

**1.2.7 – Discursos do Expediente**

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Elogios ao Governo pelo propósito de unificar seus programas sociais. Importância do encontro de presidentes do Mercosul, na posse do presidente do Paraguai, Sr. Nicanor Duarte..... 23989

SENADOR OSMAR DIAS – Apelo ao Presidente da República para fazer valer a Constituição no que se refere à reforma agrária..... 23989

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Desrespeito do Presidente da República ao PSDB, em declarações feitas ao programa Fantástico da Rede Globo de TV. Considerações sobre o aumento do desemprego na indústria, a necessidade da redução da taxa de juros e a tensão social no campo..... 23992

SENADORA IDELI SALVATTI – Ações do Governo para baixar os juros e ampliar o crédito no mercado..... 23995

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Comentários à entrevista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concedida ao programa Fantástico da Rede Globo de TV. Sugestão ao Governo da criação de um programa que induza o desenvolvimento dos municípios interiores, com a construção de habitações de baixo custo..... 23999

SENADOR MÃO SANTA – Registro da filiação ao PMDB do ex-governador do Rio de Janeiro, Sr. Antony Garotinho, de sua esposa, Srª Rosinha Mateus, do atual vice-governador, Sr. Luiz Paulo Conde e de onze deputados federais e dez deputados estaduais daquele Estado..... 24003

SENADOR JOSÉ JORGE – Críticas feitas pelo Ministro José Dirceu ao PFL, no que tange à proposta de partilha da CPMF com os estados e municípios, no bojo da reforma tributária..... 24003

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Indignação com as declarações dos Ministros José Dirceu e Antonio Palocci, divulgadas pelos jornais do último sábado, atribuindo falta de ética do PFL por discutir a questão da divisão da arrecadação da CPMF..... 24004

SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Resposta a críticas feitas ao Ministro-Chefe da Casa Civil sobre o apoio do PFL à redistribuição da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF)..... 24005

SENADOR MARCO MACIEL – Considerações sobre o federalismo..... 24007

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Desempenho do agronegócio no Brasil..... 24010

SENADOR VALDIR RAUPP – Agradecimentos à Ministra das Minas e Energia pelo empenho para a construção do gasoduto Urucum/Porto Velho e de duas hidrelétricas no rio Madeira. Evolução da agricultura em Rondônia. Políticas para o café e o leite..... 24011

SENADOR EFRAIM MORAIS – Considerações sobre a universalização digital..... 24014

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Posição do PMDB contrária ao aumento da carga tributária..... 24017

SENADOR MÃO SANTA – Modelo de desenvolvimento do semi-árido, formulado pelo Padre Lira, da Fundação Ruralista, de Dom Inocência/PI..... 24018

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Falta de medicamentos nos hospitais públicos do Amapá..... 24021

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Comentários sobre declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva..... 24022

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Preocupação com o elevado repasse de recursos do Rio de Janeiro para a União..... 24024

**1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários ao Relatório de Gestão 1995-2002 do Banco da Amazônia – BASA..... 24025

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre a matéria “Um gesto que pode salvar”, publicada na revista **Veja**, edição de 20 de agosto de 2003..... 24026

**1.2.9 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 24030

**1.3 – ENCERRAMENTO****2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 18-8-2003****3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Ata da 5ª Reunião, realizada em 2 e 30 de junho de 2003..... 24031

**4 – ATA DE COMISSÃO**

Ata da 5ª Reunião Ordinária, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 6 e 7 de maio de 2003..... 24121

<b>5 – ATO DO PRESIDENTE</b>		<b>11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>
Nº 160, de 2003. ....	24123	<b>12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>
<b>6 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL</b>		<b>13 – CONSELHO DO DIPLOMA</b>
Nº 97, de 2003. ....	24123	<b>MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>
<b>7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>
Nºs 4.563 a 4.584, de 2003. ....	24124	<b>14 – CONSELHO DA ORDEM DO</b>
<b>SENADO FEDERAL</b>		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>
<b>8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO</b>		<b>15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO</b>
<b>FEDERAL – 52ª LEGISLATURA</b>		<b>SOCIAL</b>
<b>9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES</b>		<b>16 – COMISSÃO PARLAMENTAR</b>
<b>PERMANENTES</b>		<b>CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação</b>
<b>10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO</b>		<b>Brasileira)</b>
<b>PARLAMENTAR</b>		<b>17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE</b>
		<b>DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>

---

# Ata da 99ª Sessão Não Deliberativa, em 18 de agosto de 2003

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,  
Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa e Valdir Raupp*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

#### PARECER Nº 1.118, DE 2003

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2003 (nº 2.157/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tracunhaém, Estado de Pernambuco.**

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

#### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2003 (nº 2.157, de 2002, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante da Portaria nº 43, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tracunhaém, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

#### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 138, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste poderá ser efetuado por meio de emenda de redação que propomos ao final.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 138, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tracunhaém, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

## EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 138, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 43, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tracunhaém, Estado de Pernambuco.

Sala de Comissões, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Sérgio Guerra**, Relator – **Fábio Arns** – **João Capiberibe** – **Ducimar Costa** – **Aelton Freitas** – **Gerson Camata** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Leonel Pavan** – **Antero Paes de Barros** – **Papaléo Paes** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Juvêncio da Fonseca**.

## COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 138 / 03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURIPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE	X				PAPALÉO PAES	X			
DUCIOMAR COSTA	X				SIBA MACHADO				
AEILTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA	X			
IRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO				
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT				
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALMEIDA LIMA					ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/07/2003

  
SENADOR OSMAR DIAS  
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 38 / 03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE	X				PAPALÉO PAES	X			
DUCIOMAR COSTA	X				VAGO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA					MÃO SANTA	X			
VAGO					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA	X				ARTHUR VIRGILIO				
LEONEL PAVAN	X				EDUARDO AZEREDO				
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA					ALVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 35 SIM: 34 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 07 / 2003

SENADOR OSMAR DIAS  
Presidente da Comissão de Educação

## TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
DO SENADO Nº 138, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária De Tracunhaém – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tracunhaém, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 43, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão FM Comunitária de Tracunhaém – PE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tracunhaém, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Sergio Guerra**, Relator.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

**SEÇÃO II**

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V  
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998**

**Institui o Serviço de Radiodifusão  
Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002).

**LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002**

**Altera o parágrafo único do art. 6º  
da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de  
1998, que institui o Serviço de Radiodifusão  
Comunitária, para aumentar o prazo  
de outorga.**

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.”(NR)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica que ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2003**, cujo parecer foi lido anteriormente, nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2003, seja apreciado pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

#### **REQUERIMENTO Nº 711, DE 2003**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2003, que “Dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Hélio Costa**.

#### **REQUERIMENTO Nº 712, DE 2003**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2003, que “Regulamenta a promoção e publicidade de medicamentos e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Hélio Costa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Os requerimentos lidos serão publicados e oportunamente incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, Projeto de Decreto Legislativo que passo a ler.

É lido o seguinte

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DE Nº 521 DE 2003**

(Nº 104/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Jaime Martins para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 20 de dezembro de 2002, que outorga concessão à Fundação Jaime Martins para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 1.153, DE 2002**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XIII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 20 de dezembro de 2002, que “Outorga concessão à Fundação Jaime Martins, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências”.

Brasília, 20 de dezembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC Nº 1540 EM

Brasília, 10 de dezembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da outorga de concessão à Fundação Jaime Martins, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.008464/00).

2. De acordo com o art. 14, § 2º, do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e com o § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

## DECRETO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002

### **Outorga Concessão à Fundação Jaime Martins, para executar serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Jaime Martins, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.008464/2002).

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tornar-se nulos, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

## PARECER Nº 313/2002 – DOSR

**Referência:** Processo nº 53000.008464/00

**Interessada:** FUNDAÇÃO JAIME MARTINS

**Assunto:** Outorga de serviço de radiodifusão.

**Ementa:** Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

**Conclusão:** Pelo deferimento.

### I – Os Fatos

A Fundação Jaime Martins com sede na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, requer lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 13 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo como um de seus objetivos promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, educativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente da Fundação, está ocupado pela Srª. Marisa da Consolação Martins, cabendo a ela a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também, os cargos de Diretor Vice– Presidente, ocupado pelo Sr. Manoel Ferreira dos Santos, de Diretor Financeiro, ocupado pelo Sr. José Antônio Bueno e de Diretor Administrativo, ocupado pela Srª. Sirlene Aparecida de Souza.

### II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o re-



ferido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no D.O.U. de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13. ....  
(..)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntadas às fls. 5, 62, 63 e 77, dos presentes autos.

### III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

O ato de outorga dar-se-á por decreto presidencial, em razão de se tratar do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme dispõe a legislação específica.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 2 de dezembro de 2002. – **Fernando Sampaio Netto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 2 de dezembro de 2002. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 2 de dezembro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 2 de dezembro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O **Projeto de Decreto Legislativo nº 521, de 2003**, que acaba de ser lido, tramitará com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, §1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março último, o Projeto lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderá receber emendas pelo prazo único de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2003** (nº 2.159/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro do São Bernardo – Campinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo*; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2003** (nº 2.085/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Planaltina do Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina do Paraná, Estado do Paraná*.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, os Projetos vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os Textos Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 139 e 300, de 2003

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
DO SENADO Nº 139, DE 2003**

**Aprova ato que autoriza a Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro do São Bernardo – Campinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 52, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro do São Bernardo – Campinas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de julho de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Relator (ad hoc).

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
DO SENADO Nº 300, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Planaltina do Paraná a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina do Paraná, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 211, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Planaltina do Paraná, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Planaltina do Paraná, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. – Senador **Hélio Costa**, Vice-Presidente no exercício da Presidência – Senador **Osmar Dias**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 33, de 2003**, de autoria do Senador Eurípedes Camargo, que *acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 224 e revoga o inciso II do art. 225 do Regimento Interno do Senado Federal, para permitir que Senador possa sugerir a outro Poder a prática de determinado ato ou a remessa de proposição sobre matéria de sua iniciativa exclusiva.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 336, DE 2003 – COMPLEMENTAR**

**Dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no art. 192 da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Cooperativas de Crédito são instituições financeiras destinadas a promover, mediante a prestação de serviços financeiros, o desenvolvimento das atividades econômicas exploradas por seus cooperados.

§ 1º O funcionamento das cooperativas de crédito dependerá de prévia autorização do Banco Central do Brasil, a qual será concedida sem ônus e por prazo indeterminado.

§ 2º Satisfeitos os mesmos requisitos exigidos das demais instituições financeiras, especialmente no que se refere a capital social e patrimônio líquido, as cooperativas de crédito poderão ter acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro, vedada a participação em atividades e a prática de operações não previstas na autorização para funcionamento.

§ 3º A cooperativa singular de crédito somente pode realizar operações de crédito com seus associados, admitida a aplicação de suas disponibilidades de caixa em títulos e valores mobiliários no mercado financeiro.

§ 4º As cooperativas de crédito poderão ter estrutura e praticar operações ativas e passivas próprias de instituição financeira, na conformidade com esta lei complementar, especialmente no que se refere a:

I – modalidades de operações, negócios, serviços e demais atividades;

II – encaixe técnico, índice de imobilizações, requisitos de diversificação e de composição de riscos, limite máximo de operações passivas, normas de contabilidade e requisitos para a instalação de dependências;

III – controles administrativos, normas básicas operacionais, auditoria e prestação de informações aos associados e aos órgãos públicos.

Art. 2º As cooperativas de crédito singulares poderão constituir cooperativas centrais de crédito.

Art. 3º As cooperativas centrais de crédito terão por objetivo organizar, em comum e em maior escala, os serviços financeiros de interesse das cooperativas singulares filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços.

§ 1º Para consecução de seus objetivos, as cooperativas centrais de crédito poderão, em relação às suas filiadas e observadas as normas legais e regulamentares:

I – estabelecer normas referentes à estrutura administrativa e operacional, operações, prestação de serviços e demais atividades, auditoria e controles;

II – promover a execução de investimentos de uso comum, inclusive desenvolvimento gerencial e treinamento de pessoal;

III – assegurar, mediante assistência recíproca, a liquidez e a segurança das operações das cooperativas filiadas;

IV – incentivar a utilização racional de recursos tecnológicos e a modernização dos serviços prestados.

§ 2º As cooperativas centrais de crédito terão âmbito estadual.

§ 3º Somente às cooperativas singulares de crédito filiadas a cooperativa central é permitido admitir, no seu quadro de associados, pessoas físicas ou jurídicas de diferentes atividades econômicas.

Art. 4º Bancos cooperativos são instituições financeiras privadas, constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas controladores, obrigatoriamente, cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, federações e confederações de cooperativas constituídas no País.

§ 1º Poderá participar do capital social de banco cooperativo qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira.

§ 2º É facultado aos bancos cooperativos a prerrogativa de emitir ações preferenciais sem direito a voto, até o limite de cinquenta por cento de seu capital social.

§ 3º Pelo menos oitenta por cento do capital votante do banco cooperativo deverá pertencer aos controladores referidos no **caput** deste artigo.

§ 4º A cooperativa central de crédito e suas filiadas só poderão participar do capital votante de um único banco cooperativo.

§ 5º O uso da expressão “banco cooperativo” é obrigatório e exclusivo da denominação dos bancos a que se refere este artigo.

§ 6º Só é permitido ao banco cooperativo operar na área de atuação das cooperativas centrais de crédito que participam do seu capital votante.

§ 7º Ressalvadas as disposições especiais desta lei, aplicam-se ao banco cooperativo todas as demais disposições legais aplicáveis às instituições financeiras.

§ 8º Somente às cooperativas singulares de crédito filiadas a cooperativa central de crédito é permitido participar do capital votante de banco cooperativo.

Art. 5º As cooperativas singulares de crédito depositarão nas cooperativas centrais de crédito, a título de reservas, o equivalente a oitenta por cento do percentual estabelecido pelo Banco Central do Brasil para depósito compulsório das instituições financeiras bancárias.

Parágrafo único. Dos depósitos recebidos das cooperativas singulares de crédito, as cooperativas centrais de crédito manterão, como reservas, o equivalente a setenta por cento em instituição financeira bancária.

Art. 6º As cooperativas de crédito mútuo fechadas são aquelas que se destinam a fornecer crédito pessoal aos funcionários de uma única entidade, empresa ou grupo de empresas sob controle comum.

Parágrafo único. As cooperativas mencionadas no **caput** independem de prévia autorização do Banco Central do Brasil para seu funcionamento, desde que atendam às seguintes condições:

I – conste, em suas normas constitutivas, a responsabilidade solidária da entidade, empresa ou grupo empresarial da qual fazem parte seus associados; e

II – limitem-se a operar com recursos captados junto a seus associados e à entidade, empresa ou grupo empresarial patrocinador, sendo vedada a emissão de títulos para a captação de recursos.

Art. 7º É vedada a representação, sob qualquer forma, de associado de cooperativa de crédito na sua assembléia geral.

Art. 8º No prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da vigência desta lei complementar, as seções de crédito existentes em cooperativas mistas serão extintas ou transformadas em cooperativas de crédito autônomas.

Art. 9º As cooperativas de crédito não terão obrigatoriamente a forma de sociedade anônima, observadas as disposições desta lei complementar.

Art. 10. Esta lei complementar entrará em vigor a partir de noventa dias de sua data de publicação.

### Justificação

Este Projeto de Lei Complementar se propõe a regular a atuação das cooperativas de crédito, nos termos do que dispõe o art. 192 da Constituição Federal.

Esta proposta legislativa procura regular o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo para que ele atinja os seguintes objetivos:

1. propiciar às comunidades organizadas em cooperativas o acesso a operações de crédito, de forma simplificada e a um custo mais baixo;
2. atuar no desenvolvimento dos seus segmentos na busca da valorização das atividades econômicas; e
3. assegurar liquidez e segurança para as operações e serviços prestados pelas cooperativas de crédito.

O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo é constituído dos bancos de crédito cooperativo, das cooperativas centrais de crédito, das cooperativas singulares de crédito e das federações e confederações de cooperativas.

O funcionamento das cooperativas singulares de crédito dependerá de prévia autorização do Banco Central, a qual será concedida sem ônus e por prazo indeterminado. Elas poderão praticar operações ativas e passivas próprias de instituições financeiras, mas as operações de crédito devem ser realizadas apenas com seus associados. E admitida a aplicação de suas disponibilidades de caixa em títulos e valores mobiliários. Elas podem participar do capital votante de banco cooperativo desde que sejam filiadas a uma cooperativa central.

As cooperativas centrais, constituídas de cooperativas singulares, são instituições destinadas a co-

ordenar e organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de suas filiadas. Elas terão várias funções relacionadas à coordenação e supervisão das atividades das cooperativas singulares afiliadas, incluindo o direito de estabelecer normas, estrutura administrativa e operacional, auditoria, controles e assegurar a liquidez. As cooperativas centrais terão âmbito estadual e só poderão participar do capital votante de um único banco cooperativo.

Os bancos cooperativos são definidos como instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo, como acionistas controladores, as cooperativas singulares de crédito, as cooperativas centrais de crédito e as federações e confederações de cooperativas constituídas no País.

O capital social dos bancos cooperativos está aberto à participação de qualquer pessoa física ou pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, mas os acionistas controladores devem deter pelo menos 80% do seu capital votante.

Os bancos cooperativos são livres para praticar quaisquer operações ativas, passivas, acessórias e especiais com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado. Porém só é permitido aos bancos cooperativos operar na área de atuação das cooperativas centrais de crédito que participarem de seu capital votante. Essas regras são importantes para, ao mesmo tempo, dar ampla liberdade de ação aos bancos cooperativos e não permitir que fujam a seus objetivos iniciais.

As cooperativas singulares depositarão nas cooperativas centrais um percentual equivalente a oitenta por cento do depósito compulsório fixado pelo Banco Central para instituições bancárias. As cooperativas centrais, por sua vez, ficam obrigadas a manter, como reserva, setenta por cento dos depósitos recebidos das cooperativas singulares. Essas disposições asseguram um nível adequado de segurança e liquidez para as cooperativas.

As cooperativas de crédito mútuo fechadas independem de prévia autorização do Banco Central para seu funcionamento desde que conste de seus estatutos a responsabilidade solidária dos associados e que as cooperativas se limitem a trabalhar com recursos captados junto a associados.

Para preservar a legitimidade das deliberações, é vedada a representação dos associados de cooperativa de crédito nas assembleias gerais.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**.

## LEGISLAÇÃO CITADA

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

## CAPÍTULO IV

## DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

~~Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:~~

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (\*) **Redação dada ao artigo pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**

~~I— a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso; **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**~~

~~(\*) II— autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e do órgão oficial ressegurador;~~

**(\*)— Redação dada pela Emenda Constitucional nº 13, de 22/08/96:**

~~"II— autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador." **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**~~

~~III— as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente: **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**~~

~~a) os interesses nacionais; **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**~~

~~b) os acordos internacionais **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**~~

~~IV— a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas; **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**~~

~~V— os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo; **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**~~

~~VI— a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a~~

~~participação de recursos da União;~~ **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**

~~VII — os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;~~ **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**

~~VIII — o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.~~ **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**

~~§ 1º — A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei de sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.~~ **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**

~~§ 2º — Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.~~ **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**

~~§ 3º — As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.~~ **Revogado pela Emenda Constitucional nº 40, de 29.5.03:**

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Antes, concedo, pela ordem, a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PMDB, assim que for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, pela ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, quero me inscrever para uma comunicação inadiável, assim que V. Ex<sup>a</sup> entender oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – De acordo com a solicitação de V. Exas, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, na condição de Líder, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Osmar Dias e, após, à primeira oradora, que usará da palavra por cessão do Senador Eurípedes Camargo, a nobre Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Com a palavra o Sr. Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros que considero extremamente importantes.

O primeiro deles – fruto de uma entrevista, no final de semana, do Presidente Lula – diz respeito à unificação dos programas sociais do Governo, matéria de que já tratei em discurso neste plenário. Tratamos dessa matéria também quando presidi a Comissão de Assuntos Sociais. Sem dúvida alguma, é uma ação extremamente importante e urgente unificar não só os cadastros dos programas sociais do Governo, mas ampliar o próprio volume de transferência de recursos.

Com a proposta que está em andamento, não há dúvida que o Governo poderá, até o final do ano,

implantar considerável programa de rede de proteção social, ampliando ainda mais os valores de transferência, porque cada família, pela nova programação, deverá receber R\$50 fixo e mais R\$15 por filho dentro do Programa Bolsa-Escola. Estima-se, num primeiro momento, que os programas sociais unificados transferirão algo em torno de R\$8 bilhões, o que é um valor extremamente significativo.

Portanto, eu gostaria, na primeira parte da minha fala, de fazer um registro da importância desse programa e dizer que esperamos que a operacionalidade ocorra rapidamente, contando, inclusive, com o empenho, a experiência e a competência da Caixa Econômica Federal.

O segundo assunto de que eu gostaria de tratar, Sr. Presidente, diz respeito ao encontro de Presidentes do Mercosul, realizado neste final de semana. Com a posse do novo Presidente do Paraguai, os Presidentes do Mercosul puderam se encontrar. Sem dúvida nenhuma, a decisão de acelerar a união aduaneira, a integração econômica, é fundamental, principalmente tendo em vista o que aconteceu com a reunião da Organização Mundial do Comércio, no que diz respeito à manutenção de subsídios, tanto dos Estados Unidos, quanto da União Européia, matéria essa que será objeto de um discurso que farei ainda esta semana.

Portanto, ao reafirmarem que irão fazer rapidamente essa união na América do Sul, os Presidentes buscam a formatação de um grupo que terá muito mais poderes para negociar tanto com a Alca, como com os Estados Unidos e, também, com a Comunidade Européia.

São esses os dois registros que eu gostaria de fazer.

Sr. Presidente, peço a transcrição da entrevista do Presidente Lula, citada anteriormente, para que conste dos Anais da Casa.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido de acordo com o art. 210 do Regimento Interno.)*

## Programa social unificado terá pelo menos R\$ 8 bi

Número de famílias atingidas será ampliado para 6,9 milhões em 2004 e benefício poderá chegar a R\$ 140

**Lisandra Paraguassú**

• BRASÍLIA. O governo federal vai anunciar na semana que vem a unificação de todos os programas sociais com um gordo orçamento. Serão pelo menos R\$ 8 bilhões em 2004 para atender 6,9 milhões de famílias, um montante 60% maior do que o gasto hoje com os programas de transferência de renda. Se depender do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a equipe econômica conseguir fechar os números para o próximo ano, o investimento poderá chegar a R\$ 11 milhões.

Este ano, o governo quer iniciar o programa com R\$ 4 milhões de famílias recebendo o dinheiro a partir de outubro. Será a transição para o novo modelo. Quem recebe hoje as bolsas escola (do Ministério da Educação) e alimentação (do Ministério da Saúde) e o Cartão-Alimentação (do Fome Zero) não deixará de ter o benefício. Aos poucos, o governo passará essas pessoas para a nova forma de pagamento.

### **Detalhes do programa foram decididos na última semana**

As primeiras famílias a passarem para o novo modelo são as que estão hoje no cadastro único do governo, que registra as famílias das duas bolsas e do Cartão-Alimentação. Aos poucos, o governo fará a verifica-

ção da situação das que recebem as bolsas e ainda não estão no cadastro para incluí-las.

Depois de meses de discussão, a última semana serviu para a equipe de governo fechar os detalhes do tão falado projeto de unificação que, na verdade, terá dois programas diferentes. O primeiro deles será para as pessoas que estão abaixo da linha de pobreza — ou seja, têm uma renda familiar per capita de até R\$ 50.

Essas famílias receberão uma bolsa básica de R\$ 50, como é hoje o Cartão-Alimentação. Além disso, terão como adicionais o Bolsa-Escola, de R\$ 15 por criança de 7 a 14 anos até o máximo de R\$ 45 por família. Também poderão receber outros R\$ 15 para crianças de 0 a 6 anos ou gestantes, também chegando ao máximo de R\$ 45. No total, uma família poderá receber até R\$ 140.

Outras famílias, que têm renda per capita entre R\$ 50 e R\$ 100 e estão dentro da linha de pobreza, não terão os R\$ 50. Receberão apenas os R\$ 90 que hoje equivalem à soma do Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação. A diferença é que essa soma dos programas será oficialmente permitida e o pagamento será feito em apenas um cartão, e não com os programas



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faço este registro para lamentar que, embora o Presidente Lula tenha dado uma entrevista no **Fantástico**, repetida hoje várias vezes em noticiários da emissora **Globo** de Televisão, de que, neste País, a reforma agrária não será feita na marra, no Paraná, no final de semana, mais três fazendas foram invadidas. O Paraná é o retrato do que ocorre no Brasil neste campo.

Em janeiro, eram 4.100 famílias, Sr. Presidente; hoje, são 14 mil famílias acampadas nas beiras das rodovias, estimuladas pelo discurso que propõe uma reforma agrária incapaz de ser desenvolvida, pelo menos pelo orçamento que o Governo está prometendo para o próximo ano.

No ano passado, o Governo disponibilizou 1 bilhão e 100 milhões de reais para a reforma agrária. Para o ano de 2004 – portanto, o primeiro ano em um orçamento elaborado pelo atual Governo, teremos R\$720 milhões, um valor cerca de 30% inferior ao que disponibilizou o Governo anterior. Vejam que o discurso de campanha do atual Governo sempre foi o de que faria uma revolução na reforma agrária brasileira, inclusive com metas de assentamento que, neste ano, chegam a sessenta mil famílias, com orçamento que não atinge a R\$300 milhões.

Algo está errado, Sr. Presidente. Eu acredito que o que está errado é a intensidade das promessas que são feitas com facilidade, sem levar em conta o orçamento disponível para concretizá-las. Esse é o primeiro ponto. É preciso que o Governo faça um casamento entre o que está prometendo e o que pode fazer em relação à reforma agrária. Caso contrário, teremos sempre uma expectativa que não será cumprida, o que aumentará as invasões de propriedades, principalmente quando ouvimos o Procurador-Geral da República dar uma declaração completamente desfocada do que é legal e constitucional, dizendo que propriedade improdutiva pode ser invadida. O que define se uma propriedade é improdutiva ou não é o próprio Incra, o qual deve fazer a vistoria com seus técnicos, elaborar um laudo técnico. Não cabe aos sem-terra, após invadirem certa propriedade, dar essa informação ao Incra. Tal inversão, Sr. Presidente, tem levado

a equívocos tanto por parte do Governo Federal quanto por parte dos Governos estaduais, deixando, de um lado, os sem-terra com os ânimos exasperados, com o desejo de terem uma propriedade para nela produzir e assentar sua família; de outro, os atuais proprietários rurais, que não têm culpa da falta de recursos no Orçamento, nem do acúmulo dos problemas sociais que vivemos no País, em situação extremamente difícil.

No Estado do Senador que preside esta sessão, apenas 15% dos trabalhadores têm registro em carteira, o que talvez leve muita gente a procurar uma propriedade como direito legítimo. Mas o que não é direito é pretender, instalando-se numa propriedade de alguém que está produzindo, fazer valer a lei na força, Sr. Presidente.

O Presidente Lula disse, ontem, que ninguém vai fazer reforma agrária na marra, mas temo que também este discurso comece a desfocar-se da realidade. É preciso que o Presidente Lula faça seu Governo cumprir o que Sua Excelência disse na televisão e peça aos Governos Estaduais que promovam a reintegração de posse. A reintegração de posse é a única forma de fazermos valer o Estado de Direito e a Constituição que está vigorando em nosso País, que não pode ser desrespeitada – como disse o Presidente – nem pelo Presidente da República nem por Governadores nem muito menos por aqueles que se organizam em movimentos chamados sociais, para utilizá-los em nome de uma questão política que está muito acima do direito legítimo de ter uma propriedade, um direito que sempre reconheci.

Faço um apelo ao Presidente da República para que, juntamente com os Governadores, faça cumprir a Constituição, porque hoje estamos vendo o medo e a preocupação no campo sendo instalados. Sem dúvida nenhuma, isso já começa a interferir nos preços da terra e na tranquilidade e na paz que os proprietários rurais precisam para produzir. Um setor que contribui tanto para o desenvolvimento nacional e que vem contribuindo com a geração de empregos e renda não pode ficar submetido a essa intranquilidade e aos conflitos que crescem no meu Estado e no País, sem que nenhuma providência mais prática seja adotada.

Desta tribuna, faço um alerta: no meu Estado, os ânimos estão exacerbados, tanto por parte dos produtores quanto por parte dos trabalhadores que estão acampados ou que estão invadindo. Já ocorreram crimes. Uns acusam os outros, mas é o Estado que precisa preservar o estado de direito. O Estado é que precisa fazer valer a lei, senão a desordem vai se instalar. Isso não é bom para um País que depende tanto

do setor agropecuário para gerar superávit na balança, mas sobretudo para gerar emprego neste momento de desemprego que o País vive.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, **a**, do Regimento Interno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Nação ouviu – e ouviu muito fartamente – a palavra do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem pelo **Fantástico**, durante muitos e muitos minutos, e pela revista **Veja**, com reprodução em praticamente todos os grandes jornais do País.

Fiquei imaginando: fez um ano? Não. Seis meses é outra data simbólica. Menos de oito meses – sete meses e alguma coisa – pareceu-me, de certa forma, algo desesperado. Pareceu-me uma micarecandanga, um carnaval fora de época. Mas, de qualquer maneira, é um direito de Sua Excelência falar e é um dever falar para a Nação.

Em primeiro lugar, faz um reconhecimento de que o mercado exagerou e os remarcadores de preço também porque temiam que ele levasse o País ao caos – está na revista **Veja** –, ou seja, ele acaba de uma vez por todas com essa história de herança maldita e de que a culpa do quadro econômico era do Governo passado. O Presidente Lula diz que, ao assumir, havia um quadro de remarcação de preços terrível em função da desconfiança em relação a ele, e que ele teria provado – está na revista – que era merecedor de confiança.

Vejo uma certa coisa estranha, um certo esnobismo em relação ao PSDB, críticas ao Presidente Fernando Henrique. Se ele acredita que ex-Presidente não deve falar, deve parar de pedir ajuda ao Presidente Sarney, coisa que vive fazendo. Deveria, por exemplo, repreender o Embaixador Itamar Franco, ex-Presidente da República, que viajou para Roma para fazer críticas candentes ao rumo da política econômica deste País.

O Presidente Lula ainda diz que, em três ou quatro meses, aprovou o que não aprovamos em oito anos, como se ele não tivesse feito oposição empedernida às tais reformas, que eram melhores do que as atualmente propostas. E mais ainda, como se não fizesse diferença o fato de termos dado votos a favor, e ele ter feito toda a militância contra.

Isso beira o desrespeito e chama-nos a um pacto de mediocridade que não aceitarei. O pacto seria o seguinte: para provar para ele que ele não aprova, voto contra e, com isso, paraliso a perspectiva de crescimento do Brasil. Se ele quer fazer um pacto de mediocridade, que vá fazer com o Sr. José Graziano. Comigo não! Comigo é bom um pacto elevado, à altura do que a Nação está a exigir.

Destaco outro ponto: a agressão ao PFL. O Presidente agride o PFL, depois de também ter recebido favores, como se o Partido não tivesse o direito e o dever de opinar sobre o quadro brasileiro. Portanto, é contraditório este Governo, como foi contraditório o Presidente da República ao longo de sua caminhada.

Sr. Presidente, o Presidente Lula dedicou o fim de semana à divulgação ampla de seu Governo, da revista **Veja** a um dos programas de maior audiência da televisão, o **Fantástico**.

**Fantástico**, na verdade, é o empolgante modo com que o Presidente rema em maré baixa. A Nação lê, ouve e vê, e creio que sinceramente todos gostariam de acreditar no que Lula fala. Mas ele fala demais e aí vêm os excessos, por culpa da empolgação.

O pior é que, na segunda-feira, depois de tanta fala bonançosa, o tempo no mar deixa de ser bom, sem ventos que animem a nau governamental à navegação na brandura da calmaria.

Infelizmente, é o que confirma o noticiário desta segunda-feira. Leio na **Folha de S. Paulo**: “Emprego industrial cai 1,3% no primeiro semestre, segundo IBGE”. A reportagem é de Luiz André Ferreira, da **Folha Online**, Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, peço que dê como lido.

O emprego industrial teve queda de 1,3% no primeiro semestre de 2003, segundo dados da pesquisa divulgada hoje pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em junho, houve uma queda de 0,1% no nível de emprego da indústria. Essa é a quinta redução consecutiva. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a redução do nível de emprego foi de 0,6% em junho.

As maiores quedas no nível de emprego no País foram registradas nos seguintes setores: indústria de transformação (-8,6%), minerais não-metálicos (-7,5%), papel e gráfica (-4,4%). Os dados fazem parte de pesquisa do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No País, as demissões superaram as admissões em oito ramos. Só dois registraram aumento do nível de emprego: máquinas e equipamentos, excluindo eletroeletrônicos (+7,1%), e alimentos e bebidas (+2,1%).

As maiores quedas regionais foram registradas em Minas Gerais (-2,3%) e São Paulo (-1,5%). Só obtiveram índices positivos o Paraná (+4,8%) e o bloco formado pelos Estados norte e centro-oeste (+3,9%).

Também, infelizmente, não há motivo para tanta alegria presidencial. Lula promete, promete e se esquece de ler o principal, que é o Orçamento de 2004, que diz o jornal **O Estado de S.Paulo**, está longe de indicar o espetáculo do crescimento.

Sr. Presidente, peço seja transcrita na íntegra a nota do **Estado de S.Paulo**, assinada por Vera Rosa e Priscilla Murphy.

Em vez de cânticos empolgados, o que o momento brasileiro sugere ao Presidente Lula são ações práticas, a começar pela necessidade de redução da taxa básica de juros, a Selic, em pelo menos 3 pontos percentuais – o mercado está exigindo dois, cabe três e, sem dúvida alguma, qualquer coisa abaixo disso significará compactuar com o desemprego e com a recessão.

O jornal **Correio Braziliense** desta segunda-feira emite opinião sensata, entendendo que a taxa deverá ser reduzida porque, além da inflação se situar em baixa, a recessão atinge a economia do País.

Isso, lamentavelmente, o Governo petista do Presidente Lula não costuma aceitar. Ou sai na tangente ou deita palavrado sem fim.

A matéria do **Correio**, estampada na editoria de economia, reúne a opinião de vários economistas e dirigentes financeiros, numa unanimidade quanto à necessidade de redução mais drástica da taxa de juros. Eis a matéria do jornal, assinada por Andrea Cordeiro, da equipe do **Correio**, que peço seja transcrita na íntegra, Sr. Presidente, bem como a opinião dos economistas.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo duas coisas: a primeira é que, enquanto o Presidente falava, procurando tranquilizar mais seu Governo do que a Nação, víamos algo novo no terreno da luta dos sem-terra contra os fazendeiros – esses agora ameaçam acampar junto aos sem-terra. Ou seja, se o Presidente não agir, em vez de falar tanto, o Brasil cor-de-rosa que Sua Excelência, panglossianamente, pinta poderá ficar rubro de sangue a partir do entrechoque que está às vistas, pelo acirramento dos ânimos no campo.

O segundo ponto: Sua Excelência promete, promete, e não sei se devo acreditar no que promete. A última foi ter dado a entender – e não sei se pode ser considerado como promessa – que sequer é candidato à reeleição, que é contra a reeleição. Espero que amanhã, docilmente constrangido, diga: “Ah, eu era contra, mas as circunstâncias...”. Mas, se é contra, é contra. Então, Sua Excelência acaba de dizer, em sua falação, que é contra a reeleição e que a condena, que Fernando Henrique Cardoso teria saído como um deus se não tivesse havido a reeleição; assim, eu entendi claramente que Sua Excelência não seria, em hipótese alguma, candidato à reeleição. Ou seria mais uma promessa vã, parecida com aquelas que pespegou nas costas e nos cérebros dos servidores públicos? Aquelas promessas todas não realizadas e, mais ainda, aquelas do novo Lula.

Refiro-me, sobretudo, à promessa de que teríamos 10 milhões de empregos em 4 anos, e estamos marchando para 10,7 milhões empregos de dívida de Lula – 700 mil desempregos novos que Sua Excelência criou, que Sua Excelência gerou, e 10 milhões que Sua Excelência não consegue começar a amortizar.

Sr. Presidente, é sempre um prazer ouvir o Presidente da República. Nunca achei que Sua Excelência falasse mal. Seu problema nunca esse; sempre falou muito bem, sempre foi bem falante, sempre foi bem posto ao se expressar oralmente. Sempre tive dúvidas quanto a sua capacidade de fazer, e essa dúvida está cada vez maior na minha cabeça e no meu cérebro, porque Sua Excelência continua falando, e, por trás da sua fala, continua acontecendo o pior dos “brasis”, o Brasil da tensão social no campo, o Brasil do desemprego, o Brasil da recessão, o Brasil do marasmo, o Brasil da paralisia, o Brasil do pessimismo, que começa a ficar assustado com a visão otimista e panglossianamente irrealista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

#### **Orçamento de Lula não indica espetáculo do crescimento**

Brasília – A 11 dias da entrega da primeira proposta orçamentária do governo Lula ao Congresso, é cada vez mais intensa a pressão de ministros – do PL ao PT – em busca de mais dinheiro. Angustiadados com

a falta de recursos para os projetos, todos cobram uma solução para ampliar os investimentos. Mas o Orçamento de 2004 está longe de indicar o “espetáculo do crescimento” previsto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Às vésperas da revisão do acordo com o FMI, que vence em dezembro, o governo se mostra dividido.

Parte da equipe briga pela redução do superávit primário – a economia de gastos para pagamento da dívida – de 4,25% para 4% do PIB, o que significa R\$ 4 bilhões. O dinheiro, alegam colaboradores de Lula daria para atender reivindicações de até dez ministérios. Preocupado com a demora no crescimento, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, defende um “alívio” para a área social do governo, mas tenta a todo custo desfazer a imagem de que tenha divergências com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho.

O deputado Jorge Bittar (PT-RJ), escolhido para ser o relator do Orçamento de 2004, admite estar apreensivo com as restrições nos gastos sociais. “Para que o espetáculo do crescimento possa ocorrer, é preciso que haja investimentos públicos e privados”, destaca. “Não se trata de paternalismo, mas acontece que o investimento público atrai o privado.” Na avaliação de Bittar, é “problemático” para o País que lucros da Caixa Econômica Federal (CEF) e da Petrobras sejam destinados ao superávit primário. “Também é um problema para as próprias estatais, que não podem investir em expansão. Tudo isso é herança de uma visão extremamente rígida do ponto de vista fiscal.”

A receita prevista para o Orçamento de 2004 é de R\$ 410 bilhões – bem menos do que o esperado pelos ministros, uma vez que, neste ano, os recursos destinados foram de R\$ 357 bilhões. Por isso, as queixas se avolumam. “O cobertor está curto, muito curto, muito curto”, reclamou o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, depois de uma reunião com Lula, na quarta-feira. Naquele dia, todos os titulares de pastas ligadas à infra-estrutura apresentaram listas de prioridades ao presidente. Mas saíram do Palácio do Planalto desanimados.

O ministro da Educação, Cristóvam Buarque, também está descontente com os números da equipe econômica. Há menos de um mês, quando um dos secretários dele pediu demissão e foi noticiado que a razão era a falta de recursos, Buarque reagiu: “Se fosse esse o motivo, não ficaria ninguém aqui.” Neste ano, a Educação contou com recursos de R\$ 18 bilhões. Deste total, cerca de R\$ 10 bilhões foram para as universidades e R\$ 3 bilhões para pagar inativos. Conclusão: sobraram apenas R\$ 5 bilhões para cus-

teio e investimentos. “Agora, esperamos ter um pequeno acréscimo na caixa, em 2004. Acho que, desta vez, esta será uma batalha vencida”, diz Buarque.

**Vera Rosa e Priscilla Murphy**

POLÍTICA ECONÔMICA

### Juros vão cair

*Taxa será reduzida porque inflação está sob controle e recessão atinge a economia do país*

**Andrea Cordeiro**

Da equipe do **Correio**

O Banco Central está diante de dias de pressões pela queda na taxa básica de juros (Selic), hoje em 24,5% ao ano. Amanhã, começa a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que na quarta-feira anunciará a nova taxa. De um lado da balança, está a retração econômica que derrubou as vendas do comércio, paralisou a indústria e aumentou o desemprego. Do outro, a inflação sob controle.

Por isso, economistas, empresários e analistas de mercado ouvidos pelo Correio Braziliense não têm dúvidas sobre uma queda na Selic. Todos os 30 entrevistados são unânimes em afirmar que haverá corte nos juros. A dúvida envolve o tamanho da redução. Do total, 17 avaliam que a cautela do BC vai manter a mesma trajetória de queda promovida na última reunião, em julho, quando o Copom cortou 1,5 ponto percentual, baixando de 26% para 24,5% ao ano. Oito entrevistados acreditam que o Banco Central será mais ousado e cortará os juros em dois pontos percentuais. Três apostam em apenas um ponto e dois em três pontos. Quanto mais forte for a queda dos juros, mais efeito terá sobre a retomada do crescimento econômico. Mas, por outro lado, pode facilitar o aumento da inflação.

### As apostas de cada um

*Quanto a taxa básica cairá na opinião de especialistas*

**José Márcio Camargo**, professor do Departamento de Economia da PUC-RJ

“O BC seguirá uma política de redução gradual”

**Flávio Castelo Branco**, coordenador de Política Econômica da CNI

“A inflação em queda e o custo associado aos juros elevados são as razões fundamentais”

**Elson Aguiar Teles**, economista do Banco Boreal

“O BC já liberou parte do compulsório e não será mais ousado do que isso”

**Aldo Ramos**, *economista da Banif Primus Asset Management*

“Corte maior teria efeito psicológico, porque os efeitos reais são observados após meses”

**Victoria Werneck**, *economista do Banco UBS*

“O país caminha para recessão. O BC continua a flexibilizar a política monetária, mas não agressivamente”

**Guilherme Britzki**, *economista da BC Informações Econômicas (BCIE)*

“O BC não vai reduzir o ritmo de queda da taxa porque toma decisões com base na redução da inflação”

**Heron do Carmo**, *coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe*

“Do ponto de vista inflacionário, o BC não deverá sofrer pressões contra cortar juros”

**Rubens Sardenberg**, *diretor de Finanças da Nossa Caixa Nosso Banco*

“O BC, por dever do ofício, deve ser conservador”

**Maria Lúcia Camargo**, *economista-chefe do Banco Sudameris*

“Se a inflação fechar na casa dos 9%, a meta do governo será moralmente cumprida”

**Hugo Penteado**, *economista-chefe do ABN Asset Management*

“Para garantir a retomada do crescimento é necessário ter juros reais mais baixos”

**Leão Machado**, *economista da corretora Spinelli*

“A redução na Selic é indispensável diante de retração econômica”

**Raul Velloso**, *economista, especialista em contas públicas*

“Se não houver pressão, o corte será de apenas 1 ponto”

**Roberto Piscitelli**, *presidente do Conselho Regional de Economia do DF*

“A persistente queda nas vendas do comércio mostra que os problemas brasileiros seguem tendência de piorar a cada mês”

**Luiz Otávio Leal**, *coordenador de Economia da Comércio do Rio de Janeiro*

“Estamos em recessão. Mesmo assim, tudo indica que o corte será conservador”

**Roberto Faldini**, *diretor do Departamento de Economia da Fiesp*

“Nosso apelo é que o BC olhe para a retração econômica e permita que a taxa real de juros seja a menor possível”

**Marcelo Allain**, *assessor econômico da Associação Brasileira de Bancos*

“A inflação está dentro do esperado, inclusive para 2004”

**Carlos Kawall**, *economista-chefe do Citibank*

“O BC deve manter a tendência da última reunião, observando a queda da inflação”

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, do Partido dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina, por permuta com o Senador Eurípedes Camargo, do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Desejo cumprimentar os Senadores aqui presentes neste início de semana, que começa com discursos contundentes do Líder do PSDB. Tanta contundência assim, Senador Eurípedes, seria bom que tivesse havido no período anterior. Dizem que não há herança, mas estamos aí administrando e tentando sair da crise em que nos deixaram.

Esta semana, no mês passado, foi apelidada pelo nosso Ministro da Fazenda de “Semana da TPC” – Tensão Pré-Copom. Trata-se da semana em que se faz todo o debate a respeito do percentual de queda na taxa Selic, sobre a qual o Copom decidirá.

Temos várias apostas, projeções, desafios, tais como de 1,5%, 2%, e, conforme foi dito no discurso que me antecedeu, se for corajoso, decidirá até por três pontos de queda.

Mas é importante registrar que, antes da queda que todos sabemos que irá acontecer esta semana, já demos conta, em sete meses, de colocar a taxa de juros em percentuais menores do que encontramos. E tenho certeza absoluta de que o Copom desta semana irá decidir pela queda da taxa de juros compatível com a situação que este País atravessa. Terá que ser dada uma atenção toda especial para a questão interna, mas também para algo que está ocorrendo nos

Estados Unidos e para que todos temos a obrigação de estar muito atentos. Ou seja, além do famoso e famigerado risco Brasil, agora, temos também para debater e analisar o tal risco Estados Unidos. E isso está sendo divulgado pelos nossos jornais, dando conta de que o desajuste nas contas do Governo George Bush vem derrubando o preço dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos e, conseqüentemente, aumentando a remuneração desses papéis chamados no mercado de **treasures**.

É o risco Estados Unidos que tem o curioso efeito de reduzir a diferença entre os títulos americanos e os de países emergentes. Investidores são estimulados, com esse fenômeno, a repatriar seus dólares para o mercado americano, teoricamente mais seguro.

Portanto, a decisão do Copom desta semana terá, obviamente, o ingrediente da análise criteriosa da queda da inflação, da perspectiva que está colocada para o próximo período nos indicadores econômicos brasileiros. Mas, indiscutivelmente, terá que se levar em consideração o risco Estados Unidos, porque os investimentos internacionais vêm secando, sendo cada vez em volumes menores, reduzidos. E todos sabemos da importância dos investimentos, principalmente, para a infra-estrutura alavancadora do desenvolvimento e da geração de emprego.

Mas todos os indicadores também apontam, apesar de haver dúvidas se o Copom baixará em 1,5%, em 2%, ou corajosamente, como bravateiam alguns, em 3%, que deveremos virar o ano com uma taxa Selic de 19%. Todos os agentes econômicos estão trabalhando com essa perspectiva.

O Governo tomou, recentemente, uma medida muito importante, que também vinha sendo cobrada, na questão do compulsório. Trata-se daquela parcela, aquela alíquota dos depósitos à vista dos bancos que fica retida no Banco Central. Esse compulsório que nos foi entregue num patamar, numa alíquota bastante elevada também, com a medida tomada nos últimos dias pelo Banco Central, já retornou ao patamar de junho de 2000, ou seja, houve a diminuição do compulsório dos depósitos à vista de 60% para 45%. Portanto, em poucos meses estamos fazendo equivalência com indicadores macroeconômicos de anos anteriores, referentes ao Governo Fernando Henrique.

Esse compulsório reduzido coloca à disposição algo em tornos de R\$8 bilhões, que deixarão de estar retidos no Banco Central e estarão disponíveis nos bancos para serem transformados em crédito. Isso é algo que todos desejamos, porque, com a ampliação da oferta do dinheiro, é possível a redução dos juros e principalmente do **spread**. Mas todos temos a clareza

de que essa quantia poderá não ir totalmente para o crédito; poderá alimentar a compra de dólares, como também a compra de títulos, na rolagem da dívida. Esse é o nosso grande risco, porque os juros reais, infelizmente, continuam muito altos; esse é o perfil da nossa dívida, apesar de o Governo Lula estar trabalhando diuturnamente para alongá-lo, para que não vença em tão curto prazo e para que não tenha tanta vinculação ao dólar, essa é a situação que nos foi legada. E os títulos públicos ainda são altamente atrativos. Portanto, os bancos, ao terem a disponibilidade desses recursos, que deixaram de ser retidos no compulsório do Banco Central, continuarão tendo uma forte atração para a compra de títulos do Governo, porque tem muito menos risco, tem maior remuneração e dá muito menos trabalho do que ofertar crédito para o setor produtivo ou para as pessoas físicas.

Por isso que, junto com a redução do compulsório, há também uma expectativa de vincular essa queda maior na taxa de juros Selic, porque essas duas medidas podem se complementar e fazer com que efetivamente esse volume maior de recursos, com a diminuição do compulsório, possa ser catalisado para aquilo que nos interessa, que é a oferta de crédito.

Todas essas medidas relacionadas ao compulsório têm como principal objetivo a alteração da taxa de juros, mas, principalmente, do **spread**, que é a diferença entre o que o banco paga para quem coloca dinheiro no banco e aquilo que o banco cobra quando empresta dinheiro. Então, a diferença do **spread**, que no Brasil é elevadíssima, é escorchantes, é absurda, é que o compulsório tem alguma possibilidade de mexer, bem como outras medidas que vêm sendo adotadas pelo Governo Federal.

Essa mudança no compulsório trouxe, nos dias seguintes (no primeiro, no segundo e no terceiro dia) à redução do compulsório, os jornais atestaram que vários bancos adotaram a redução das suas taxas de juros em várias modalidades de empréstimo. O Banco do Brasil cortou, pela terceira vez este ano, suas taxas sobre operações de Crédito Direto ao Consumidor, cheque especial, cartão de crédito e financiamento de micros e pequenas empresas. No caso da Caixa Econômica Federal, trata-se da segunda redução de juros promovida em dois meses. Além do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, o Bradesco, o Itaú, o Unibanco, o HSBC, o Real e a Nossa Caixa já cortaram taxas depois que o Banco Central reduziu os compulsórios.

Os três maiores bancos privados do País fizeram os seguintes cortes: o Bradesco cortou a taxa em cinco linhas de financiamento. O juro máximo do che-

que especial para pessoas físicas, por exemplo, caiu de 9,3% para 8,7% ao mês. O Itaú reduziu a taxa em quatro linhas de crédito: os juros do cheque especial recuaram de 9,35% para 8,9% ao mês. O Unibanco, por sua vez, baixou o custo em cinco modalidades: no desconto de duplicatas, as taxas, que variavam de 3,4% a 4,3% caíram para 2,4% a 2,9%.

Portanto, a reação do sistema financeiro brasileiro, dos principais bancos – dos dois bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e dos principais bancos privados – foi positiva. E essa reação dá a medida de quanto as iniciativas do Governo de casar modificações da taxa Selic com o compulsório já podem ser observadas e sentidas no bolso da população. Isso acaba provocando uma reação em cadeia, porque algumas redes de lojas também já praticaram, este mês, uma diminuição das taxas cobradas no crédito ao consumidor. Inúmeras casas, grandes redes, já apresentaram diminuição nos juros cobrados.

Além dessas medidas, eu gostaria de ressaltar que no sistema financeiro brasileiro as medidas são adotadas em uma perspectiva oligopolizada. É muito difícil quebrar-se toda a estrutura armada para manter a maior taxa de lucratividade do Sistema Financeiro Internacional. Além das medidas macroeconômicas, o Governo Lula vem adotando outras medidas para quebrar essa estrutura oligopolizada, para minar a verdadeira casamata que acoberta os grandes interesses do sistema financeiro que atuam no Brasil.

Eu gostaria de listar algumas medidas que estão em andamento – e outras que estão anunciadas – que são muito importantes para tentar derrubar o **spread**, os juros, o lucro abusivo dos bancos em nosso País.

Até o final de agosto, o governo brasileiro, por meio de uma proposta apresentada pela Central Única dos Trabalhadores, vai ampliar, de forma significativa, a possibilidade de se obter um empréstimo com desconto em folha; ou seja, todos que trabalham com registro em carteira vão poder acessar empréstimos bancários com juros inferiores aos do mercado, com **spread** significativamente menor, porque o desconto em folha garante que não haja risco nesse tipo de operação bancária.

É uma forma de ofertar crédito mais barato e de colocar nesse mercado oligopolizado um ingrediente, num volume significativo de recursos emprestados sem grande risco, para oferecer uma alternativa de competição. Essa medida, debatida a partir da proposta da Central Única dos Trabalhadores, tem previ-

são de ser anunciada e implementada em grande escala em todo o Brasil nos próximos dias.

A outra medida, que, aliás, veio na forma de medida provisória e está agora chegando ao Senado...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Ideli.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois não.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Eu gostaria de dar uma contribuição a V. Ex<sup>a</sup>, autêntica e brava mulher. Presidente Siqueira Campos, eu queria recordar a informação trazida por V. Ex<sup>a</sup> – e também lembrando a competência do seu velho pai, a trazer para o cerrado o Prodecir; e tecemos louvor àquele grande homem público – de que os juros do Prodecir no Japão eram de 2% ao ano. Aqui é de 8,7% ao mês, acumulado. É uma lástima. É uma matemática. Quero apenas reavivar esse fato para prestar a minha homenagem a Siqueira Campos, que foi buscar no Japão juros para o Prodecir. Daí a vitória da agricultura, da produção de grãos, da soja, que está sustentando 2% ao ano. É muito diferente da exploração de 8,7% ao mês, acumulado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – E é para que isso não aconteça, Senador Mão Santa, que precisamos ter medidas para desmontar, ter alternativas e criar a competitividade no Sistema Financeiro brasileiro, que não existe. É um oligopólio, eles se regem pelas regras... E, portanto, as medidas, como essa de empréstimo em folha, têm esse objetivo de minar, de criar mecanismos para que o dinheiro possa ser ofertado.

A outra medida que está para ser apreciada pelo Senado Federal, através de medida provisória, trata do microcrédito. O recolhimento de 2% do compulsório pode ir para os bancos para que eles possam fazer empréstimos a juros de 2% ao mês, ainda muito alto, muito elevado, em face de 2% ao ano. Mas aqui 2% ao mês é uma vitória, tendo em vista que as taxas são, mesmo reduzidas, como já li, na faixa de 7%, 8% ou 9%.

Houve muitas críticas quando o Governo Lula apresentou a medida provisória do microcrédito: banco privado preferirá deixar o dinheiro lá a retirar esse dinheiro do compulsório para fazer microcrédito. E aí estão os fatos para desmentir, porque o Bradesco estreia no microcrédito. É o primeiro banco privado a aderir ao programa. “O Bradesco foi o primeiro banco privado brasileiro a aproveitar resolução aprovada no mês passado pelo Conselho Monetário Nacional que libera dois pontos percentuais do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista – dinheiro das contas

correntes que os bancos são obrigados a deixar para- do nos cofres do Banco Central – para operações de microcrédito.

O banco lançou ontem – dia 13 de agosto – li- nhas para que seus clientes, pessoas físicas, possam tomar empréstimo no valor máximo de R\$500, com taxa de 2% ao mês e prazo de um a doze meses. Já para os microempresários, o valor máximo sobe para R\$1.000. Nos dois casos, a prestação mínima para quitação do empréstimo deverá ser de R\$20,00.”

Portanto, é a prática desmentindo o discurso de que não seria usado pelos bancos privados, de que só o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal iri- am utilizar essa modalidade de microcrédito. Estão aí agora porque começa a se instalar a concorrência. Quando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica saem na frente, fazendo a conta fácil, como é o caso da Cai- xa Econômica, que, sem todas aquelas exigências, sem todas as garantias, sem todos os documentos exigidos pelos outros bancos, permite que aquele contingente de 25 milhões de brasileiros que nunca puderam ter acesso ao Sistema financeiro possam fazê-lo, através das contas fáceis, isso instala a con- corrência, isso instala a disputa do mercado e faz com que os bancos privados sejam obrigados a vir atrás, como já aconteceu. Registre aqui a questão do Bra- desco.

Essa concorrência está sendo incentivada pelo Governo Lula. Quando se tomam as medidas de em- préstimo com desconto em folha, microcrédito e conta fácil, instala-se esse salutar espaço de concorrência.

E o Banco do Brasil, conforme reportagem de Míriam Leitão, acabou sendo o instrumento do Gover- no Lula para instalar esse verdadeiro clima de concor- rência. E farei aqui o registro:

“O Banco do Brasil vai reduzir as taxas de juros bem mais que o resto do mercado. Os bancos estão reduzindo, por causa da liberação do compulsório, 0,1 a 0,2 ponto percentual. E o Banco do Brasil está anunciando quedas que chegam a um ponto percen- tual em taxas que já eram mais baixas que as das ou- tras instituições. ‘Vamos chutar o balde’, diz o Presi- dente Cássio Casseb. O Banco do Brasil, em seis me- ses, conquistou mais 1,5 milhão de clientes(...).

(...) O cheque especial de pessoa jurídica vai cair de 8,69% para 7,69%. Esse é o produto mais caro para empresas. O cheque especial e o cartão para pessoa física também têm o juro mais alto, vai cair de 8,70% para 7,90%. O Crédito Direto ao Consumidor vai de 5,90% para 5,40%, Os juros são ainda altos, mas o Presidente do Banco do Brasil diz que essa

queda é pela liberação do compulsório. E que a atitu- de daqui para a frente será esta:

– Vamos ser mais agressivos, saindo na frente nesta redução dos juros, porque queremos crescer, tomar mercado(...)

(...) – Há dois anos, éramos o oitavo no segmen- to corporativo; este ano, fomos para quarto, já esta- mos em terceiro e o objetivo é chegar ao fim do ano em segundo lugar. Estamos avançando no segmento previdenciário; em julho, batemos o recorde em segu- ro de carro.”

E assim o Governo Lula, por meio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e por intermédio de medidas, como da medida provisória do microcré- dito, da modificação na legislação para cooperativas de crédito, está definitivamente, e até que enfim, ins- talando a concorrência dentro do sistema bancário brasileiro. A disputa pelos clientes vai fazer, obrigato- riamente, com que os bancos privados tenham que modificar a sua postura, os seus parâmetros de co- brança, o seu **spread**. E é desta forma que nós pode- remos ter, aí sim, alguma perspectiva neste País, ha- vendo uma modificação no comportamento do siste- ma financeiro brasileiro.

Quem me precedeu falou que não existe heran- ça. O problema era o medo do Lula e não a política econômica adotada e o que foi feito neste País. Então, somente para completar o pensamento, para que não pare nenhuma dúvida sobre o que nos sobrou para administrar, o “estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe\*, Cepal\*, mostra que o in- vestimento produtivo no Brasil, a chamada Formação Bruta de Capital Fixo\* – FBCF\*, atingiu apenas 18,6% do Produto Interno Bruto, em 2002, contra 19,7% do PIB, em 2001”.

Esse percentual era de 21,5% em 1997. Portan- to, o índice que demonstra o grau, o percentual de in- vestimento produtivo relacionado diminuir de 21,5%, em 1997, para 18,6% em 2002.

Então, quem quiser continuar mascarando que o que estamos administrando hoje é fruto da herança maldita que nos foi legada, sim, que continue fazendo discursos. Todos os indicadores apontam que nos de- ixaram para administrar o osso. O osso! Um dado, in- clusive não computado por nenhuma instituição brasi- leira, nem pela Cepal, demonstra, de forma muito cla- ra, que, de 1997 a 2002, que a Formação Bruta de Capital Fixo, que é a medida exata do nosso investi- mento produtivo, baixou de 21,5% para 18,6%.



Agradeço-lhe a compreensão, Sr. Presidente. Desculpe-me ter extrapolado o tempo em alguns minutos.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, por permuta com o Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir-lhe permissão para, quando V. Exª julgar conveniente, usar da palavra visando fazer uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – V. Exª está inscrito para fazê-lo oportunamente, Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente – nobre Líder do PPS nesta Casa, Senador Mozarildo Cavalcanti –, Srªs e Srs. Senadores, meus caros telespectadores da **TV Senado**, especialmente os do meu querido Tocantins, meus caros ouvintes da **Rádio Senado FM** e também da **Rádio Senado Ondas Curtas**, farei alguns comentários, de uma maneira muito simples, como se fora um dos cidadãos privilegiados que tiveram a oportunidade de assistir a uma entrevista dada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao programa **Fantástico**, seguramente um dos programas de maior índice de audiência neste País, e também a oportunidade de ler uma importante entrevista do Presidente concedida à revista **Veja** – ambas nesse final de semana. São vários pontos muito importantes.

Farei um comentário anterior aos das entrevistas. Uma pesquisa registrou que, já na fala oficial do Presidente da República, que antecedeu às entrevistas espontâneas, tanto no Palácio da Alvorada quanto no gabinete presidencial, um índice de 80% dos entrevistados acreditavam na sinceridade do Presidente ao fazer aquela comunicação oficial. Imagino que,

para as entrevistas concedidas tanto no Palácio da Alvorada quanto à revista **Veja**, esse índice seja ainda maior, talvez até pelo grau de informalidade, principalmente na entrevista dada ao programa **Fantástico**.

Especialmente num ponto, quero me socorrer a dois ilustres pernambucanos que representam esse importante Estado e que estão no plenário: o nobre Senador Marco Maciel e o nobre Senador José Jorge. Quero discutir um raciocínio que fez Sua Excelência, o Presidente da República. Tenho a impressão de que Sua Excelência tocou num ponto que é do conhecimento de todos os Senadores que conhecem os pequenos municípios, a realidade do interior do Brasil, como os Senadores Efraim Morais, Mão Santa, Eurípedes Camargo, Almeida Lima, os nossos nobres Pares presentes, com os quais pretendo discutir esse assunto.

Num determinado ponto da entrevista, o Presidente, a meu ver, foi muito feliz. Sua Excelência referiu-se ao Município de Caetés. Neste ponto eu peço socorro à Bancada do Estado de Pernambuco, porque tenho dúvida se é mesmo de lá a procedência do nosso Presidente da República. Eu não queria faltar com um dado importante.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Exª permite-me um aparte?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Pedi o socorro e escuto V. Exª, Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Só para esclarecer. Na realidade, quando o Presidente Lula nasceu, esse hoje Município de Caetés era um distrito do Município de Garanhuns, que é o maior da região. Então, na realidade, o Presidente nasceu em Caetés, mas era natural do Município de Garanhuns, porque lá foi registrado. Hoje, o Distrito de Caetés é um Município, portanto, Sua Excelência volta a ser de Caetés, tendo exatamente nascido também no Município de Garanhuns.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Agradeço a V. Exª o esclarecimento. Ficam aqui as minhas homenagens ao Estado de Pernambuco, ao atual Município de Caetés, ao Município de Garanhuns. Faço uma homenagem a todos os pequenos e médios Municípios deste imenso Brasil, que atravessam uma crise talvez sem precedentes.

O ponto a que quero chegar e que considero precioso é o teor de veracidade e conhecimento de causa que demonstrou o Presidente da República ao se dirigir aos moradores dessas cidades. Senador José Jorge, Sua Excelência disse que o cidadão que

mora num Município de pequeno porte, como Caetés, vive com seus parentes, é conhecido e respeitado, tem crédito, mesmo sem ter conta em banco, em virtude da tradição de sua família – às vezes, a mais humilde das famílias –, é reconhecido pelos seus vizinhos e não lhe falta nada em casa. E disse o Presidente, num momento muito bonito, que comemora o Dia de São José, 19 de março, no sertão, pedindo por chuva.

No Tocantins, Estado que tem um dos maiores índices pluviométricos do País, comemoramos o Dia de São José Operário, padroeiro de Palmas, em nome de todos os pais trabalhadores, mas a realidade é a mesma. Palmas é uma cidade de 200 mil habitantes, mas, no Tocantins inteiro, comemora-se o Dia de São José. Celebra-se ainda o Dia de Santo Antônio e o de São João. Essa é uma tradição. As pessoas comemoram as festas juninas, as festas religiosas e o aniversário das cidades, que, muitas vezes, coincidem com a padroeira do Município. Essas comemorações são muito importantes para a nossa população.

E o Presidente Lula foi mais feliz ainda ao dizer que, quando uma pessoa abandona Caetés, abandona o pequeno Município, e vai para a periferia de uma grande cidade, torna-se um favelado, um desconhecido. Seus filhos podem verter para o crime. Nesses locais, em razão do alto grau de pobreza e de miséria e da falta de saneamento, pouco se fala em religião, em fé, mas muito se fala em crime, em desorganização social, em drogas, em narcotráfico. Nesse caso, o Presidente da República também foi muito feliz, pois conhece bem o País. Logo em seguida, Sua Excelência disse: “Por esta razão, estamos determinando aos Srs. Ministros que construam, nas grandes metrópoles brasileiras, um grande número de casas. Vamos incentivar a construção de casas nas grandes cidades brasileiras”.

Sr. Presidente, não quero discordar do Presidente da República, mas quero dar um enfoque correto ao primeiro momento da entrevista, pois, a meu ver, a solução não é adequada. Seria exatamente o inverso. O Presidente deveria ter dito, naquele primeiro momento, que criará um programa para que pessoas saiam da periferia da grande cidade, voltem para Caetés e ganhem sua casa própria, porque construirá casas nas pequenas cidades brasileiras, gerará empregos, induzirá o desenvolvimento para harmonizar a situação. A meu ver, essa era a saída para o problema apontado pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, onde estariam os 200.000 brasileiros que moram em Palmas se aquela capital não tivesse sido criada, se não houvésssemos criado um fa-

tor de indução ao desenvolvimento do Tocantins? Estariam em Brasília. Se o Tocantins não fosse criado, seguramente São Paulo, Brasília, Goiânia estariam sofrendo um inchaço ainda maior. E criamos juntamente com Palmas, em cada Município do Tocantins, um convênio com o Estado para a construção de casas. Não há um Município que não tenha recebido recursos para a construção de trinta, cinquenta, sessenta, duzentas casas. Nenhum Município, dos 139, ficou sem um programa de parceria.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> outro aparte?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Brevemente, Senador José Jorge.

Tudo isso opera exatamente no sentido contrário de trazer para as grandes cidades as pessoas que não estão tendo oportunidades neste Brasil imenso, continental e longínquo. Sua Excelência lembrou-se, muito acertadamente, da sua sofrida infância em Garanhuns. Melhor dizendo, conforme corrigido, ou informado, pelo Senador José Jorge, o Presidente Lula passou sua infância em Caetés, então distrito de Garanhuns.

Ouçõ o aparte do Senador José Jorge e, em seguida, o do Senador Eurípedes Camargo.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão na crítica que faz a essa opinião do Presidente Lula. Não há dúvida de que o Brasil tem tendência a um inchaço das grandes cidades, principalmente das capitais. Então, mesmo construindo casa, na verdade trazer mais gente para essas cidades efetivamente não é uma política positiva, mesmo porque a questão não está só na casa, mas no saneamento básico, no emprego, no transporte. Então, quando se traz mais gente para a cidade grande aumenta-se essa dificuldade. Na realidade, deveria haver um programa habitacional amplo, cuja idéia fundamental seria a criação de um programa voltado para a cidade de porte médio, como já foi tentado algumas vezes no Brasil. Já tive oportunidade de ser Secretário de Habitação de Pernambuco durante quatro anos, no Governo de nosso companheiro, Senador Marco Maciel. Tínhamos, na época, um grande problema habitacional que contemplava a região metropolitana e o interior, além das cidades de porte médio. Foram escolhidas, então, cinco cidades de porte médio – se não me engano, Caruaru, Garanhuns, Salgueiro, Petrolina e Serra Talhada –, onde foram construídas 1.000, 1.500, 2.000 casas, até 4.000 em Caruaru, para fazer com que a população ali se instalasse. Por quê? Porque não adianta le-

var mais gente para a região metropolitana, mesmo que se dê casa, porque a pessoa vai ter a casa, mas não terá emprego, escola, transporte, não terá nada. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem razão: a idéia não é boa, definitivamente.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Pois é, Senador José Jorge, antes de ouvir o Senador Eurípedes, gostaria de falar sobre a entrevista do Senhor Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Fiquei muito feliz em ver a simplicidade do casal, a sinceridade do Presidente ao comentar as coisas do dia-a-dia, a oportunidade de a Primeira-Dama mostrar as mudanças de hábito, toda a luta que sofreram até chegar àquele momento. Isso é uma coisa muito preciosa da democracia! Foi muito importante o Presidente se lembrar das pequenas cidades brasileiras. E não se trata aqui de sermos contrários ao programa de construção de casas nas grandes cidades, à recuperação das favelas, à reconstrução das grandes cidades brasileiras. Será extraordinário, por exemplo, o Pan-Americano no Rio de Janeiro, e tenho certeza de que será muito importante para essa cidade. Futuramente, vamos lutar muito para que as Olimpíadas sejam lá também. Hoje, é o Brasil inteiro torcendo pelo Rio de Janeiro.

Na hora em que o Presidente da República citou a cidade de Caetés, lembrei-me dos retirantes do nosso Estado. Excetuando-se Palmas, Araguaína e Gurupi, nos demais 130 municípios, houve pessoas que migraram para São Paulo, para Brasília, para Goiânia, antes da criação do Tocantins. E fiquei pensando que seria ótimo se o Presidente estivesse anunciando aqui um programa em que se dissesse “volte para a sua terra natal, porque, além de seus parentes, estará lhe aguardando uma casa própria”. Digo isso porque tenho certeza de que ninguém, nem mesmo o Presidente Lula, deixou Garanhuns ou Caetés por vontade.

Meu pai saiu como retirante da seca, uma seca gravíssima que, entre outras coisas, provocou a morte prematura de sua mãe, minha avó, pós-parto do irmão mais novo de meu pai, sem as mínimas condições, como acontece com a maioria das mães desconhecidas, que não têm direito nenhum, que não estão em Previdência alguma, que não estão nas contas de ninguém, que não se aposentam com 17, com 18, com 20, com 30 anos de trabalho, que não se aposentam com nada, com salário algum. Elas vivem do pouco que conseguem ganhar num dia, quebrando coco no nosso Maranhão, no Bico do Papagaio, no Tocantins ou lavando uma peça de roupa para alguém que tenha um pouco mais.

Então, neste momento, estou comemorando uma entrevista sincera, um momento importante em que se abrem as portas do Palácio da Alvorada, em que o Presidente falou de tudo um pouco e que foi muito interessante. Quero discutir apenas e dividir com os meus Pares, com os que têm grande experiência nesta Casa, que não será criando programas habitacionais nos grandes centros urbanos que vamos mudar o número. E qual é o número de que, a meu ver, resultam todos os problemas nacionais? Vou repetir: dois terços da população brasileira estão vivendo em um terço do nosso território! Repito o exemplo: é como se estivéssemos numa grande casa e todos fôssemos dormir em um quarto apenas. Obviamente, haveria conflito por espaço, por terra, por teto, por emprego e por oportunidades.

É por isso que quero chamar a atenção dos ministros que integram este Governo, do Ministro das Cidades, do grande Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Penso que devemos ir no sentido inverso. Temos que criar programas de desenvolvimento, redividir o território nacional, abrir novas áreas para que as pessoas deixem de ir para o eixo RioSão Paulo, inchando ainda mais as grandes cidades. Temos que fazer talvez, repetindo Roosevelt, a grande marcha para o oeste, quem sabe com um **New Deal**, quem sabe com os investimentos do Governo Federal nas pequenas e médias cidades.

Mas não quero deixar de conceder os apartes, pela ordem de solicitação, aos Senadores Eurípedes Camargo, Mão Santa e ao nobre representante do Estado do Rio de Janeiro, Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF)** – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, traz à discussão uma questão fundamental, nacional, que é o inchaço das cidades e o esvaziamento do campo. É um processo decorrente de uma distorção da política nacional. Concorro que as pessoas não vieram para as cidades porque deixaram de gostar de trabalhar no campo, mas porque as condições não foram dadas a elas. E é a política nacional que faz isso. As pessoas não tiveram opção, foram forçadas pela política vigente. Mas agora, como V. Ex<sup>a</sup> muito bem disse, há quase dois terços da população nas cidades. Inverteu-se o processo, gerando uma situação que precisa ser resolvida. É o caos urbano. É claro que também não há como, de uma hora para outra, transportarmos essas pessoas. Física, financeira e psicologicamente é impossível fazermos essa transposição. Há um déficit de moradia muito grande. Por outro lado, sabemos que, em alguns centros ur-

banos, há uma oferta excedente de moradia e uma parcela da população sem teto. Há um grande número de construções, um mercado imobiliário vasto, mas as pessoas não têm acesso a esse mercado imobiliário. Então, há uma distorção muito grande. Precisamos fazer uma discussão de fôlego, porque é uma questão estruturante para o nosso País. E não será em uma pincelada que a faremos. Porém, V. Exª inicia essa discussão, e o Congresso Nacional poderia discutir a viabilidade da vida na cidade e no campo, buscando as grandes saídas para os problemas. Penso que o nosso papel é contribuir para esse debate. É preciso entender que existem pessoas sem moradia nas cidades e que não voltarão para o campo imediatamente. Portanto, é preciso mediar essa questão. V. Exª traz esse assunto a esta Casa, que é importante. Gostaria de participar desse debate, mas de forma mais orgânica, mais consistente e mais aprofundada, tal como esse assunto merece.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB TO)** Agradeço a V. Exª, Senador Eurípedes Camargo, pelo seu aparte. A abordagem de V. Exª é a tradução daquilo que procuramos expressar aqui nesta tribuna.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa e, logo em seguida, ao Senador Roberto Saturnino, em função da minha obrigação de cumprir o Regimento e conceder os apartes dentro do meu tempo disponível.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Siqueira Campos, entendo que V. Exª deveria usar da palavra todo o dia, porque conviveu com o senhor seu pai, que é uma luz. Queria encaminhar ao Presidente Lula um aconselhamento: dizem que Jack Welch é o maior administrador do mundo moderno, da GE. Ele era tão competente que Bill Clinton o convidava para jogar golfe, e, naquele jogo demorado, o Presidente americano aprendia. Ele diz, em um de seus livros, que “copiar não é feio”. Ele mandava os executivos dele ao mundo todo para copiarem o que era bom. Inventar é para Einstein, e, evidentemente, o Presidente Lula não é Einstein. Então, Tocantins é um modelo a ser copiado, foi um êxito. E assim foi a divisão de nove Estados. Eu daria um exemplo: os Estados Unidos da América mais Porto Rico são constituídos de 51 Estados. O México tem 1,998 milhão km<sup>2</sup>, seu território representa menos de um quarto do nosso Brasil. No entanto, o Brasil tem 27 Estados, enquanto o México tem 35. Então, isso fixa as pessoas. E digo com experiência. Não sou contra a habitação. Pelo contrário, Deus me permitiu construir mais de 40 mil casas no Estado do Piauí. É um programa que gera emprego, melhora a indústria da construção civil, e o lar é uma coisa abençoada para a família. Quando governei o

Piauí, antecedeu-me um brilhante Governador, Freitas Neto, que foi Senador. Ele ampliou o número de municípios, que passaram de 115 a 145. E eu entreguei o Piauí com 224 municípios. Deus me permitiu criar 76 deles. E melhorou a situação, porque, além de se verem povoados transformados em cidades, havia ruas pavimentadas, hospital, a praça para namorar, o mercado público para a comercialização. Como diz o Pequeno Príncipe, “o essencial é invisível aos olhos”. Então, foi a oportunidade para o aparecimento de novas lideranças: Vereadores, Vice-Prefeitos e Prefeitos. A criação de novos Estados é uma bandeira concreta que fixará o homem no seu local de origem. Aí estão o Tocantins e o Mato Grosso do Sul. Esses são caminhos que V. Exª desperta e que têm sido uma grande contribuição para o time do Palácio, que está vivendo das peladas de sábado.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Senador Roberto Saturnino, meu tempo está esgotado, mas V. Exª me honra com o seu aparte.

**O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ)** – Obrigado, Senador Eduardo Siqueira Campos. Antes de tudo, cumprimento V. Exª por mais esse pronunciamento. Nos discursos de V. Exª, não há resquício de viés excessivamente partidário. V. Exª faz discursos abordando, segundo o seu ponto de vista mas sem partidizar a questão, temas fundamentais da nossa realidade, da nossa economia. Hoje, V. Exª faz a crítica construtiva de um trecho da entrevista do Presidente da República, que achei muito oportuna e adequada. V. Exª se refere à questão da urbanização e da concentração. Trago à Casa uma impressão que me ficou muito forte de uma palestra a que assisti hoje pela manhã no BNDES. O arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães falou sobre a questão da urbanização, claro, particularizando o Rio de Janeiro, mas abordou o tema de modo geral, mostrando que muitas afirmações ainda feitas constituem mitos do passado. Por exemplo, mostrou que a idéia de que o crescimento urbano vem alimentado pelo êxodo rural não procede há mais de 15 anos, e isso foi mostrado pelas curvas. O crescimento urbano hoje é vegetativo porque os grandes centros se reproduzem, gerando oportunidades de emprego formais ou informais. O grande atrativo do grande centro é o emprego informal, que é difícil de combater. É claro que, se o Governo abrir um programa de financiamento para casa própria em cidades de grande e médio porte, haverá atrativo, mas temo que não seja suficiente. Creio que a grande missão é gerarmos emprego de forma descentralizada. Falo de Estados como o Tocantins, do Centro-Oeste, ou seja, de regiões que, demograficamente, estão

menos ocupadas. Essa geração de empregos é uma iniciativa do Governo Federal. O que alavanca a economia, o emprego, é o investimento público. Sou defensor da descentralização de investimentos públicos para descentralizar um pouco a atividade econômica e poder aliviar esse problema de tensão nos grandes centros urbanos. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Agradeço ao Senador Mão Santa as experiências e generosas palavras que incorporo ao meu pronunciamento, como também a importante contribuição do Senador Roberto Saturnino, que foi Prefeito e que conhece muito bem a realidade nacional.

Terminarei, Sr. Presidente, agradecendo às pessoas que estão nas galerias, ao nobre Vereador Mascarenhas, da cidade de Palmas, que ocupa a tribuna de honra.

Sr. Presidente, entre outras coisas, V. Ex<sup>a</sup> é médico. Tenho uma filha que, com 22 anos, está fazendo o curso de Medicina. A Carol está com 15, o Guilherme com 10. Meu pequeno Gabriel está com quatro anos. Quando eu era criança, aos cinco ou seis anos de idade, corria para ouvir pelo rádio o **Repórter Esso**, em companhia de meu pai. Interessavam-me as notícias que eram transmitidas. Assim ocorre com meu filho Gabriel. Ele estuda pela manhã e, sabendo que a sessão ocorre na parte da tarde, acompanha os debates – isso, com apenas quatro anos de idade. E, como o Gabriel, há milhares de brasileiros que, juntamente comigo, comemoram.

Gostei, Sr. Presidente, da sinceridade e da franqueza do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstradas na entrevista. Não digo nem que se trate de uma crítica construtiva, mas, sim, de uma contribuição a Sua Excelência. Como disse o Senador Roberto Saturnino, vamos olhar para a geração de emprego descentralizada e não vamos induzir as pessoas a irem para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, porque a solução, definitivamente, não é essa. Ocupemos melhor o território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros, como membro do PMDB, Partido maior do Bra-

sil, Partido que conquistou a redemocratização do País, Partido que entrou na mitologia por meio de Ulysses Guimarães, de Trancredo Neves, de Teotônio Vilela e que é o maior desta Casa, em quantidade e qualidade. A sabedoria popular diz: as águas correm para o mar – mar santo onde está Ulysses Guimarães –, e o PMDB é esse mar para o qual correm os partidos e as lideranças.

É gratificante comunicar a ida para o PMDB do grande líder do Estado do Rio de Janeiro, o ex-Governador Anthony Garotinho, hoje Secretário de Segurança, ex-candidato à Presidência da República e um dos representantes de Deus neste Brasil, com a sua esposa, a Governadora Rosinha, e com o extraordinário vice-Governador, Luiz Paulo Conde, que também foi extraordinário Prefeito – como o nosso Senador Roberto Saturnino – da encantadora cidade do Rio de Janeiro.

Como justamente um bem sempre é acompanhado de outro bem, como dizia Padre Antônio Vieira, acompanharão o grande líder Garotinho 11 Deputados Federais e 10 Deputados Estaduais. A sua inscrição será na Presidência do nosso Partido, PMDB, amanhã, às 11 horas e 30 minutos. Para esse ato, convido os membros do Partido e todos os outros que se fazem presentes neste Senado Federal e que engrandecem a nossa República.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, do PFL do Estado de Pernambuco, por 20 minutos.

A Mesa registra que estão inscritos o nobre Líder José Agripino Maia, para falar pela Liderança do PFL, e o Senador Marco Maciel, do Estado de Pernambuco.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOSÉ JORGE QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.**

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino Maia, pelo PFL, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a do Regimento Interno.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador José Jorge, um cavalheiro, fez uso da palavra para lamentar as declarações dos Ministros Palocci e José Dirceu.

Quero dizer que não apenas lamento isso; fiquei indignado. Fiquei indignado e, no primeiro momento, nem acreditei na manchete que li. Mas, quando vi que todos os jornais de sábado traziam, sobre a matéria, conteúdo semelhante, entendi que a manchete do jornal **O Globo** correspondia ao que os Ministros haviam dito. A manchete da terceira página da edição de **O Globo** do sábado, 16 de agosto, foi:

“DIRCEU: FALTA ÉTICA AO PFL.

Ministro, com Palocci, deixa claro que governo não aceita dividir a receita da CPMF”.

Num tom absolutamente impositivo, inusitadamente impositivo, porque está tratando de um assunto que diz respeito a uma proposta que será discutida e votada pelo Congresso Nacional. Não será nem o Ministro Palocci, nem o Ministro Dirceu que decidirão se a CPMF será aprovada definitivamente e, se o for, de que forma ela deverá ser gasta. Essa matéria é da competência do Congresso Nacional e consta da proposta de reforma tributária.

Dito isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero registrar que fiquei triste pelo contraponto que fiz com a fala recente do Presidente Lula. Tal fala, é verdade, foi lida, foi ensaiada, mas foi refletida. E o Presidente só a pronunciou porque julgava conveniente pronunciá-la. Ela foi lida, ensaiada, mas era refletida. E era sensata, moderada. O Presidente saiu daquele tom desinteressante de dizer que nem geada, nem tempestade – só Deus – impediria as reformas, para fazer um agradecimento ao voto dos partidos que fazem oposição ao Governo, para que a reforma da Previdência fosse aprovada no primeiro turno com ajustes, bons ajustes providenciados pelo PFL, pelo PSDB e pelos dissidentes da base governista.

Logo depois, Sr. Presidente, vejo a declaração do Ministro Dirceu – não sei se ele ou Palocci, pouco importa, porque ambos falam pelo Governo. Ela foi agressiva com o partido que faz política com ética. Foi

dito e repetido: falta ética ao PFL. E disse por que. Senador Tião Viana, o Ministro Dirceu ou o Ministro Palocci disseram que falta ética ao PFL porque ele estava acusando o Governo pela crise. O PFL fez uma reunião de prefeitos no Auditório Petrônio Portella e, em hora nenhuma, acusou o Governo de ser o responsável pela crise. Reuniu mais de quinhentos prefeitos para debater um assunto de interesse institucional dos Municípios, a partir dos reclamos que eu, como Líder, ouvi no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, dos prefeitos que se julgam quebrados. E o próprio Presidente já teve a oportunidade de manifestar-se nesse mesmo rumo.

O Ministro Dirceu ou o Ministro Palocci, pouco importa quem disse, porque falam em nome do Governo, diziam que o PFL não tinha o direito de fazer o que estava fazendo. E o PFL está fazendo política no bom sentido. Está reunindo prefeitos para discutir e debater assunto de interesse institucional de uma unidade da federação chamada Município. Não tinha direito porque o PFL havia votado a favor da CPMF, das contribuições tipo Cofins, tipo CSLL. Aqui falou o Senador José Jorge, este sim, um homem equilibrado, ponderado, moderado, que narrou com precisão cirúrgica a história da vigência da CPMF, como ela foi criada – tinha até outro nome – e com uma outra alíquota, até chegar aos dias atuais, quando ela está vigendo como contribuição no valor de 0,38%, e assim continuará até o dia 31 de dezembro. Se algo mais não for votado, a partir de 1º de janeiro de 2004, a CPMF será cobrada com alíquota de 0,08%.

A CPMF sempre foi uma questão controversa no PFL. Na Câmara e no Senado, uns votaram a favor, outros votaram contra, como na reforma da Previdência, uns votaram a favor, outros votaram contra. É verdade que o PFL fazia parte da base do Governo passado. Muitos votaram a favor da CSLL, outros votaram contra; muitos votaram a favor da implantação e da elevação eventual de alíquota da Cofins, outros votaram contra. Nem por isso, o PFL, hora nenhuma, agrediu aqueles que são oposição, por falta de ética, porque eles tivessem definido a posição A ou B.

Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> é testemunha de que nós nos dividimos na questão da CPMF, mas na questão do aumento proposto pelo Governo do PT para a CSLL, este ano, aumentada em 167%, e no aumento da Cofins, de 3% para 4%, o Governo votou fechado a favor desse aumento, contra o qual nós da Oposição votamos fechados. Não dissemos que o PT era um Partido pouco ético porque defendia os seus interesses.

Senador José Jorge, Senador Mão Santa, Senador Tião Viana, desculpem-me ser franco. Revoltou-me a declaração, que não foi, eu diria, civilizada, de dois Ministros que têm a obrigação de ser estadistas e que não poderiam, jamais, ter acusado o PFL de falta de ética. O Governo, sim, propôs o aumento da CSLL e da Cofins; o Governo, sim, ganhou a eleição, prometendo dobrar o salário mínimo em quatro anos, conceder gordos reajustes aos servidores públicos, gerar dez milhões de empregos. Mas, ao contrário do que prometeu na campanha, já gerou seiscentos mil desempregos, concedeu aumento aos servidores públicos de 1%, e o salário mínimo cresceu 1,85% – crescimento real.

Por isso, pergunto: é ético, Sr. Presidente, prometer, como foi prometido, o espetáculo do crescimento e pelo quinto mês seguido ter havido queda na atividade industrial e pelo sétimo mês seguido ter havido queda na atividade comercial? É ético ter havido uma queda, no primeiro e no segundo trimestres, perto de 1% do PIB, com a recessão instalada, para um Governo que prometeu o milagre ou o espetáculo do crescimento? Isso é ético?

Nem por isso, o PFL tem dito que o Governo é pouco ético. Essas constatações se impõem. Não aceito a pecha de aético pelo fato de estar, como partido político, desempenhando um papel que cabe à Oposição. Ninguém vai nos calar. Falo do papel de interpretar o sentimento da sociedade, das instituições, de ser a voz das ruas. Temos a obrigação de interpretar a voz das ruas. Quando reunimos mais de quinhentos prefeitos, na quinta-feira passada, convidados do PMDB e do PSDB, o Presidente da Frente Parlamentar, Senador Ney Suassuna, e o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, foram lá e manifestaram teses assemelhadas às nossas. Vai-se prorrogar a CPMF? Vai-se perenizá-la? Então, vamos rediscutir a sua aplicação. Por quê? Porque há uma instituição que está falida. A União e os Estados estão escapando mal, mas estão escapando, enquanto os Municípios não têm para onde correr. A hora dos Municípios é esta, Sr. Presidente! Agora é que se vai votar a reforma tributária. “Não há dinheiro” – está dito aqui. O Ministro Antonio Palocci indagou: “Querem redistribuir a CPMF? Vamos tirar o dinheiro de onde? Isso não é uma briga por pedaços de impostos”. É verdade que não o é. No entanto, não se pode perder a oportunidade de fazer ressurgir das cinzas uma unidade federativa chamada Município. É oportuno discutir o tema pacto federativo. E remédio há. Por curioso, o remédio é um só e está na prateleira trancada cuja chave só o Governo tem. Está nas mãos dos Ministros Palocci e

Dirceu, do Presidente Lula. Só S. Ex<sup>as</sup> podem abrir o armário e retirar o remédio, para dar aos municípios e Estados um pouco da CPMF, retomar o crescimento do País, evitar ou interromper o processo de queda da atividade industrial, possibilitar a retomada das vendas do comércio e a retomada do crescimento. Está nas mãos do Governo – e quem diz isso não sou eu, é praticamente a unanimidade dos economistas responsáveis deste País – baixar a taxa de juros.

Sr. Presidente, sabe quanto significa o País deixar de gastar com os serviços da dívida, se houver a queda de 1% nesses serviços na taxa de juros? Sabe quanto significa de economia baixar 1% na taxa de juros? Significam R\$6 bilhões a menos em despesa no serviço da dívida pública interna. A CPMF vai arrecadar este ano R\$24 bilhões. O que Estados e municípios querem é R\$ 6 bilhões. A União anuncia que vai abaixar, no mínimo, 8% da taxa de juros atual. Se baixar 2%, retoma-se o crescimento da indústria, reativam-se as vendas, geram-se empregos, propicia-se o atendimento aos municípios e a recomposição do Pacto Federativo.

Está nas mãos do Governo, não precisa agredir nem chamar quem defende essa tese de aético. Fazemos política com seriedade e vamos, do ponto de vista institucional, “topar esta parada”. Não nos intimidaremos.

Amanhã se reunirá o PMDB com seus prefeitos. Tenho certeza de que o PMDB não terá se intimidado com as declarações dos Ministros e aquilo que disse na instalação da frente parlamentar, e os compromissos tomados com seus prefeitos serão todos renovados na reunião de amanhã. Tenho certeza de que o Governo não agredirá o PMDB, como fez com o PFL, com a pecha de aético, porque ético somos todos nós, na luta em benefício dos Municípios.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Tião Viana, como Líder do Bloco de apoio ao Governo, por cinco minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu estava ouvindo atentamente as manifestações do grande Líder José Agripino a respeito desse momento de choque de interpretações e opiniões que houve entre o que disse o Ministro-Chefe da Casa Civil e o que o PFL entendeu. Seguramen-

te é oportuno que se venha ao plenário, que se debata o tema.

Estamos diante de um movimento político claro, dirigido pelo PFL – com muita habilidade, é bom que se diga – e por alguns outros partidos, na tentativa de elevar uma resistência dos prefeitos, especialmente vinculados ao seu Partido, nos Municípios brasileiros, em relação ao acesso aos tributos nacionais ou às chamadas contribuições financeiras, consolidadas ao longo dos últimos anos.

É muito importante esclarecer os precedentes dessa crise que, de fato, se abate sobre os municípios brasileiros, que não é diagnosticada agora, é reconhecida pelo Partido dos Trabalhadores ao longo dos últimos anos e, sem dúvida nenhuma, é herança do pós Constituição de 1988, quando se definiu pelo empobrecimento dos municípios nas regras assumidas. Os municípios detinham 19% da receita financeira nacional e caíram para 13% até o ano 2000. Isso demonstra uma grave situação de perda para os municípios brasileiros e os equívocos da política de Governo adotada na gestão passada, que, infelizmente, teve naquele momento a anuência e a participação responsável do PFL e de outros partidos. O nosso Partido se opôs a esse tipo de política que, naqueles momentos, centralizava recursos que endividavam o País, que aumentavam a dívida externa e que sacrificavam muito a dívida pública. É sempre oportuno lembrar, Sr. Presidente: no final dos anos 80 a dívida pública nacional, ainda no Governo do Presidente do Presidente José Sarney, era zero e hoje está na ordem de 850 bilhões, uma dívida que foi construída pelo **modus operandi** dos governos passados.

Temos o dever de reparar tudo isso, de retificar os caminhos tomados pela gestão pública, fortalecer novamente os municípios, os Estados e preservar a capacidade de investimento e manutenção da máquina que tem que ter a União nas suas responsabilidades constitucionais e nas suas responsabilidades com o País.

É esse o dilema que estamos vivendo. O PFL aponta que o caminho é a tomada de parte da CPMF. Deveria reconhecer nesse debate que 2% da CPMF vão para o Sistema Único de Saúde, que repassa automaticamente, fundo a fundo, para os municípios brasileiros esses recursos. Então, quase dezoito bilhões já são transferidos da CPMF aos Estados e municípios, fora os outros recursos que também têm como fonte final a CPMF. Esse é um debate que precisa ser tratado com muita tranquilidade.

É importante que nós tenhamos clareza do que alguns prefeitos estão dizendo. Alguns planejam um

ato político de protesto ao Governo Federal por uma crise que não fomos nós que causamos. Não foi o Governo do Presidente Lula, é uma crise herdada dos últimos anos de gestão do Governo brasileiro, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tinha o apoio do nobre Senador Heráclito Fortes.

Eu gostaria ainda, Sr. Presidente, de deixar claro que a intenção do Governo atual é a retificação, é colocar as coisas no devido lugar. Agora, não é tirando receita da União, que está tão sacrificada, que vamos mudar o curso de um novo pacto federativo, de uma nova revisão de financiamento público para as Unidades Federadas brasileiras. Nós estamos olhando, sim, para a negociação com o Fundo Monetário Internacional no mês de setembro. Queremos estabelecer um novo modelo de relação, olhar se é possível e definir as possibilidades do avanço para um novo modo de financiamento dos municípios, um novo financiamento público brasileiro.

Não dá mais para entendermos como correto que um investimento estratégico feito por uma estatal como a Petrobras seja considerado endividamento público. Portanto, ela fica impossibilitada de fazê-lo e se sacrifica. Dois mil municípios adimplentes não podem ter financiamento público, porque qualquer linha de raciocínio de gestão de investimento é considerada endividamento. Isso, sim, precisa ser debatido.

Agora, transferirmos para a União a responsabilidade de uma crise que foi construída ao longo dos últimos anos e apoiada efetivamente por alguns partidos de fato não é correto.

É preciso que alguns prefeitos tenham cuidado também. Quando nós olhamos a série histórica do repasse constitucional aos municípios, vemos que a crise apontada no mês passado vem ocorrendo todos os anos. Ela é parte da série histórica.

Seria bom que se lembrasse que no mês de maio houve um aumento do repasse constitucional. Era importante dizer agora que o Fundo de Participação dos Municípios está crescendo 26% no próximo mês. Então, é preciso muita cautela e tranquilidade e que haja um debate que demonstre que todos estão à altura de suas responsabilidades, na defesa intransigente de um Brasil que deu certo, mas não de um Brasil em que o artifício do desgaste político seja a alavanca do debate e da construção do fortalecimento político.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Marco Maciel.



**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, para a discussão das reformas constitucionais, em que estão empenhados o Congresso Nacional e o Poder Executivo, pode não ser o momento adequado, mas é, seguramente, o mais oportuno, a fim de ferirmos, numa série de pronunciamentos de que este é o primeiro, a desafiadora questão de Federalismo no Brasil.

Considero ser oportuna a ocasião, em face de estarmos inscrevendo na Constituição Federal disposições como limite salarial de integrantes dos poderes e dos serviços públicos estaduais, assunto que dificilmente se discutira no Legislativo de qualquer outra federação, seja ela monárquica ou republicana, presidencialista ou parlamentarista e pouco provavelmente se encontrará em qualquer outra constituição. A indagação cabível, a meu ver, é como e por quê chegamos a tanto?

O cerne desse desafio não respondido pode ser resumido num simples raciocínio: o sistema federativo, por oposição à forma unitária do Estado, prevalente e praticada em todo o mundo ocidental, por ser a única conhecida até a Constituição americana de 1787, nada mais que uma alternativa para se distribuir espacialmente o poder. Solução utilizada mesmo em estados de pequena ou média expressão territorial, com muito mais razão aplica-se aos de grande área geográfica, como os Estados Unidos, a Índia e a Rússia, para cingir aos mais notórios. Ela tem, para a configuração do poder político, a mesma relevância que a teoria de separação funcional dos poderes, velha de mais de dois séculos e meio, desde que formulada por Montesquieu no **Espírito das Leis**, em 1748.

A divisão de funções entre poderes do Estado segundo sua especialização pelo referido autor francês e hoje matéria pacífica como requisito essencial à estruturação democrática dos regimes políticos. Sua consagração como preceito ideológico remonta ao art. 16 da **Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão**, de 1789: – “Toda sociedade na qual a garantia dos direitos não está assegurada, nem a separação de poderes determinada, não possui uma Constituição.”

A origem e o fundamento da divisão espacial do poder, representados pela federação, por sua vez, devem ser procurados entre aqueles que criaram o primeiro regime federativo em todo o mundo. O modelo confederativo, como se sabe, já era conhecido historicamente e foi adotado nos “Artigos da Confederação” que precederam e viabilizaram a luta pela Independência das treze colônias. O que marca a singularida-

de do novo sistema é exatamente a diferença entre as confederações anteriores e a alternativa criada pelos convencionais da Filadélfia. Comentando os artigos de **O Federalista**, o constitucionalista Benjamin Fletcher Wright trata do tema, assinalando:

“(...) o ponto de maior distinção entre o novo sistema dos Estados Unidos e o existente na Grécia, na Itália Medieval, na Suíça, na Alemanha ou na Holanda, é que, antes de 1787, o governo central nas federações ou, mais propriamente, confederações, não passava de um agente dos Estados”.

Benjamin Constant de Rebecque, antes de Tocqueville, já tinha chamado a atenção em seus **Escritos Políticos**, para a circunstância para ele mais relevante que o fundamento da teoria de Montesquieu ao escrever: “A questão central do poder não é sua divisão, mas a sua quantidade”. Para o grande liberal francês de origem suíça, não basta saber quem detém o poder, mas de que parcela dispõem aqueles que o detêm. Os convencionais da Filadélfia, vide, mais uma vez, **O Federalista**, foram acusados exatamente de abandonar os velhos princípios e defender algo para muitos considerado impossível: como dividir algo indivisível, como a soberania do Estado? O próprio Hamilton, um dos autores de “O Federalista”, advogava um poder centralizado. Madison, no chamado Plano Virgínia previa uma cessão geral de poderes ao governo central. Em compensação, defendia a competência do congresso para vetar a legislação estadual que contrariasse, na opinião da legislatura nacional, as cláusulas da União.

O argumento de que a soberania do novo Estado não seria dividida, mas compartilhada entre a União e os Estados, terminou prevalecendo, não sem dificuldades.

Invoco muito sumariamente o modelo americano, tão somente para lembrar o quanto se distingue do nosso caso. Os Estados Unidos nasceram federalistas. O Brasil nasceu unitário. Nos Estados Unidos, os “Artigos da Confederação” precedem a Independência e a Constituição. Por isso, lá tem sentido falar-se em pacto federativo. Entre outras razões, porque o documento que o materializou, a Constituição, foi aberta à adesão das antigas colônias e não entrou em vigor senão quando a maioria dos Estados explicita e voluntariamente a ratificaram. A Federação Brasileira – frise-se – é fruto de árvore republicana. Foi “constituída”, é a palavra empregada no texto da Constituição de 1891, pela união indissolúvel e perpétua de suas antigas províncias”. Precede a própria

Constituição, pois sua origem é o Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, que institucionalizou o novo regime. Não houve consulta, discussão, negociação e nem sequer adesão. Foi declarada, imposta e considerada cláusula pétrea, como, aliás, até hoje.

É aqui que voltamos forçosamente à questão levantada por Benjamin Constant de Rebecque, em 1815. Que qualidade de poder se concede à União, e que parcela dela ser atribuída aos Estados? Em que medida se deve separar, de forma insofismável, a soberania nacional da autonomia estadual? Em 1787, volto aos Estados Unidos, dividir as funções de governo segundo sua especialização, era questão resolvida há 40 anos. Institucionalizar a Federação levou algum tempo.

A Constituição foi assinada pelos convencionais, em 17 de setembro de 1787 e até dezembro apenas três das antigas colônias a ratificaram. Em 1788, mais oito o fizeram e só em 30 de abril de 1789 George Washington tomou posse como primeiro presidente. Carolina do Norte e Rhoder Island, quando o Congresso já havia votado as dez primeiras emendas, portanto bem depois de promulgada a constituição.

Entre nós, a amplitude da autonomia e também das responsabilidades estaduais foi consagrada na Constituição de 1891, em versão não verificada em qualquer dos textos constitucionais posteriores. O princípio geral estava fixado no art. 65, notadamente em seu item 2º, de acordo com o qual era assegurado aos Estados “todo e qualquer poder e direito que não lhe foi negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição”. Em outras palavras, era-lhe permitido tudo que não lhes fosse expressamente proibido. Outra de suas prescrições assecuratórias dava ampla autonomia. O art. 5º, no qual se lê: “Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração: a União porém, prestará socorro ao Estado que, em caso de calamidade pública, o solicitar”. Era auxílio tão excepcional a ponto de ser incluído entre as atribuições do Congresso Nacional, por força de sua competência privativa, inscrita no art. 34, item 14: “conceder subsídios aos Estados, na hipótese do art. 5º”.

Trata-se, sem dúvida, de uma autonomia **à au-trance**, num País que, depois de três séculos de dependência de uma metrópole européia, e de 65 anos de unitarismo centralizado, viu-se sob um regime de partilha de poderes que, testado, mostrou distorções, inconvenientes e desajustes só muito tardiamente corrigidos. Entre eles estava não só a regionalização dos partidos, mas a própria estadualização do siste-

ma eleitoral, em face do que dispunha o mesmo art. 34 referente a competência do Congresso em seu item 22: “Regular as condições e o processo das eleições para os cargos federais, em todo o País”.

Outro dos aspectos da ampla autonomia estadual está explicitada nos artigos 61 e 62, referentes ao Poder Judiciário. O primeiro dispunha que as decisões dos juízes ou tribunais dos Estados, nas matérias de sua competência porão termo aos processos e às questões, salvo **habeas corpus** ou espólio de estrangeiro quando a espécie não estiver prevista em convenção ou tratado. E o segundo proibia a interferência da justiça dos Estados nas questões submetidas aos tribunais federais e as destes nas das justiças estaduais.

A despeito da inexperiência nacional na organização federativa do Estado, apesar de se tratar de um modelo inédito e desconhecido no País e sem embargo de suas deficiências, a república sob a qual viveu a Nação em 1891 e 1930, foi – assim penso – até hoje a fase mais duradoura e de maior continuidade política, institucional e econômica do Brasil Republicano. É bem verdade que sua estabilidade se alicerçou em dois pilares. Num pacto de conveniência engenhoso como a “política dos governadores” de Campos Salles que sacrificou a autenticidade do voto e uma continuada ação intervencionista a que não estiveram ausentes sublevações, insurreições, rebeliões e até bombardeio por forças federais das capitais de alguns Estados.

O que marcou então as diferenças entre o federalismo americano e a sobrevivência da federação republicana entre nós? É preciso lembrar, desde logo, que as 13 colônias que se confederaram constituíam uma pequena nesga na costa ocidental da América do Norte, ao passo que o Brasil do fim do século XIX, já era num país de dimensões continentais e desde o Império um conjunto assimétrico de províncias, quer sob o ponto de vista territorial e demográfico, quer economicamente.

No primeiro caso, o modelo de divisão espacial dos poderes foi sendo sedimentado ao longo de mais de um século, e é bom não esquecer que quando os interesses regionais se confrontaram com os da União, o país viveu a mais sangrenta das guerras civis do continente. Hoje, a distância que separa o Estado de maior do de menor renda é de apenas quatro vezes nos Estados Unidos, enquanto entre nós é de 14,7 vezes. Isto para nos referirmos ao critério econômico, porque se apelarmos para a diferença da expressão demográfica, a distância é um para cem! Equilibrar poderes, distribuir competências e repartir

responsabilidades rigorosamente simétricas, numa Nação tão profundamente assimétrica, mais que um desafio de engenharia política, continua sendo uma incógnita ainda não decifrado.

Talvez por isso esta que é Casa da Federação e, portanto, cujo primeiro dever é a busca do equilíbrio federativo, tenha certa dificuldade em buscar soluções para o enigma que, como a esfinge, ameaça nos devorar politicamente.

Soubemos na Carta de 1988, tornar simétrica a divisão de poderes do Estado, e à época cunhei o neologismo “equipotência dos poderes”, para definir uma das características de uma república verdadeiramente democrática. Creio que, nessa matéria, nossa experiência constitucional tem sido bem sucedida, nos períodos de normalidade institucional. O que nos falta agora é conciliarmos a assimetria política, econômica, territorial e demográfica do País, com a simetria federativa, requisito sem o qual poderemos continuar sendo uma democracia, mas corremos o risco de desvirtuar a federação que herdamos do regime republicano.

Não pretendo esgotar o enigma que nos legou Benjamin Constant de Rebecque. Reservo-me, Sr. Presidente, para voltar proximamente ao tema, consciente de que, numa análise superficial, jamais responderemos a questão que angustia toda e qualquer federação. Estarão distribuídos de forma equilibrada os poderes de que dispõe a União e aqueles concedidos aos Estados? Trata-se não só de uma questão de poder, mas da quantidade dele, a retida e a repartida. Os limites colocados pela Constituição são realistas, exequíveis e adequados à nossa realidade e às nossas necessidades? Esta, a meu ver, a pergunta que, em algum momento teremos que nos fazer – e penso ter esta Legislatura a tarefa de responder – se quisermos, como almejamos, o aprimoramento do regime, a sua eficiência e, acima de tudo, a sua estabilidade. Para esse objetivo espero concorrer com outras intervenções sobre a necessidade de realizarmos as mudanças político-institucionais capazes de ensejar avanços no território da governabilidade.

**O Sr. Almeida Lima (PDT – SE)** – Senador Marco Maciel, V. Exª me concede um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Concedo um aparte ao nobre Senador Almeida Lima.

**O Sr. Almeida Lima (PDT – SE)** – Senador Marco Maciel, quero me congratular com V. Exª por mais uma vez trazer ao Senado Federal esse tema que versa sobre a necessidade, assim me parece, pela conclusão de V. Exª, de profunda reforma política do

Estado brasileiro. Vejo que V. Exª deseja retomar tal matéria em pronunciamentos seguintes. Devo dizer a V. Exª e a esta Casa que esse tem sido um tema que tenho integrado às minhas preocupações, haja vista que foi matéria do meu primeiro pronunciamento, hoje sintetizado em três propostas de emenda à Constituição já apresentadas a esta Casa, de números 52, 53 e 54. Não me refiro, como pareceu em outro instante de uma fala minha, à reforma político-eleitoral-partidária, que se encontra em andamento no Congresso Nacional, embora também entenda, nas proposituras, que o assunto não esteja esgotado, mas que deve ser bem mais amplamente discutido, sobretudo até por considerar que hoje não vivenciamos uma república democrática, mas uma república aristocrática. Mas aí esse é um outro tema. Quero me somar e dizer que, possivelmente ainda esta semana, ocuparei a tribuna desta Casa para discorrer sobre essa matéria e, pela primeira vez no plenário, embora já tenha concedido várias entrevistas a respeito na **TV Senado**, farei uma abordagem mais explícita da Proposta nº 53, que versa exatamente sobre o enxugamento do Poder Legislativo brasileiro, além da distribuição de suas competências em torno dos Poderes, não apenas quanto ao aspecto territorial, ao qual V. Exª acabou de referir-se, mas também quanto à questão das funções, das competências no que diz respeito aos três Poderes e a seus três níveis: União, Estados e Municípios. Quero, evidentemente, fazer uma observação final, conclusiva, sobretudo porque se trata de um aparte. Faço uma referência à literatura, à teoria política, citada por V. Exª, com relação à origem da Federação Americana. Na verdade, foram felizes com relação ao tema e à discussão, o que não aconteceu no Brasil. Se, no início, planejavam uma confederação, resultou, pela Convenção de Filadélfia, uma federação, que se distingue da primeira pela necessidade que o Governo da União tinha de se relacionar não apenas com os Estados, integrantes da Federação, mas também com o cidadão, o que não era permitido no modelo previsto anteriormente de confederação, em que a União não poderia estabelecer a legislação que atingisse os interesses diretos do cidadão nos Estados, mas apenas quanto aos Estados. Nos artigos federalistas, esse ponto ficou bastante equacionado, depois de discutido, chegando a se contrapor à doutrina até então conhecida e dominante de uma figura esplêndida, citada por V. Exª, o Barão de Montesquieu. Na sua obra **O Espírito das Leis**, ele imaginava, assim como Rousseau, não ser possível a criação de uma federação em países cuja dimensão territorial fosse tão extensa como a dos Estados Unidos, pois até então ti-

nha como referência histórica as cidades gregas e romanas, onde havia governos populares, repúblicas populares, mas que não se adequavam a essa grande extensão territorial. Madison, Jay e Hamilton mostraram, com muita clareza, com muita evidência, que era possível se houvesse a divisão o mais equitativa possível dos poderes, com a instituição do que chamavam pesos e contrapesos, estabelecendo um equilíbrio entre os Poderes da União e, por reflexo, dos Estados e, na sua extensão, dos Municípios. Portanto, entendo que aquele foi um momento feliz da Nação americana. O que faltou a nós foi essa discussão para se estabelecer um instrumento político de Estado capaz de promover as transformações e o desenvolvimento econômico e social que aquele povo vivencia até hoje, dando exemplo a toda a humanidade. Era a simples contribuição que eu queria dar a V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que esta Casa deveria, sim, ter a responsabilidade maior de discutir com muita profundidade o tema que mais uma vez V. Ex<sup>a</sup> traz a este plenário.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Nobre Senador Almeida Lima, louvo a preocupação que V. Ex<sup>a</sup> tem demonstrado, no exercício do mandato de Senador, com as instituições, de modo especial com as reformas voltadas para o aperfeiçoamento das instituições brasileiras, inclusive da Federação.

Como V. Ex<sup>a</sup> observou, foi muito diverso o processo de consolidação institucional brasileiro se comparado com o dos Estados Unidos. Estimo que possamos continuar a discutir esse tema, posto que se trata de matéria que ajudará, e muito, a melhorar os níveis de governabilidade do País e que diz respeito ao Senado Federal, a Casa da Federação, a Casa dos Estados. O aperfeiçoamento não somente da República e das instituições republicanas, mas sobretudo da Federação que é algo que nos interessa de perto.

Portanto, minhas palavras de agradecimento ao aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Mão Santa e José Sarney, Presidente, sucessivamente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Vamos prosseguir na lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Em seguida, o Senador Valdir Raupp.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sras e Srs. Senado-

res, quero enfatizar, neste meu pronunciamento, não apenas a atual pujança do agronegócio brasileiro, mas, particularmente, seu destacado papel em estimular o surgimento e o crescimento de outras atividades econômicas.

Julgo importante enfatizar o excepcional desempenho da agricultura e da pecuária em nosso País, já há algum tempo incontestável. Por mais que o quadro geral de nossa economia venha mostrando sinais de retração, o setor agropecuário mantém-se ativo e dinâmico, apresentando sucessivos índices de crescimento, que chegam com frequência a surpreender. Tal crescimento deve ser tributado, antes de tudo, ao aumento da produtividade, vinculado, por sua vez, à utilização de novas e melhores tecnologias, seja no plantio, seja na pecuária cada vez mais intensiva.

No ano de 2000, de acordo com dados do IBGE, a produção agropecuária apresentou um expressivo crescimento de 4,51%, enquanto o Produto Interno Bruto brasileiro aumentou apenas em 0,14%. Em 2001, essa diferença foi praticamente a mesma: enquanto o PIB crescia 1,42%, a agricultura e a pecuária alcançavam o índice de 5,71%.

As notáveis conquistas recentes da agropecuária não estão trazendo retorno apenas para os produtores rurais. Em primeiro lugar, devemos nos referir a um conceito mais amplo do que agropecuária, o de agronegócio, que abrange, além do plantio e da criação, o conjunto dos estabelecimentos que utilizam matéria-prima de origem vegetal ou animal para transformá-los em produtos mais elaborados.

Não há dúvida de que devemos juntar à nossa vocação agrícola e pecuarista a preocupação de agregar valor aos seus produtos, estimulando o desenvolvimento industrial e trazendo mais divisas para o País.

Sr. Presidente, grande tem sido a contribuição do agronegócio para ajudar a economia brasileira a enfrentar as dificuldades que se lhe antepuseram em tempos recentes. A produção agropecuária e agroindustrial vem se mostrando particularmente importante para melhorarmos a situação de nossa balança de pagamentos, sendo responsável, ultimamente, por mais de 40% das exportações, o que nos possibilitou obter um expressivo superávit em 2002. A situação é ainda mais favorável no corrente ano, com um superávit na balança comercial do agronegócio, nos sete primeiros meses, de US\$13,5 bilhões de dólares, 40,3% superior ao do mesmo período do ano passado.

Não é à toa que uma onda de confiança e otimismo espalha-se tanto pelas empresas de agronegócio como por outras que integram sua cadeia produtiva. Chegam-nos notícias relativas a consideráveis investimentos em projetos voltados para a produção de equipamentos e insumos utilizados no setor do agronegócio. Um grupo vai investir R\$30 milhões na transferência de uma fábrica de colheitadeiras de cana-de-açúcar da Austrália para Piracicaba, em São Paulo. Outro grupo de origem estrangeira está elevando a capacidade de produção de uma fábrica de tratores em Canoas, no Rio Grande do Sul, de 80 para 120 unidades diárias, para o quê será transferida parte dos equipamentos de uma fábrica na Inglaterra. Um grupo brasileiro, por sua vez, está construindo uma nova fábrica de silos e estruturas de terminais portuários em Campo Grande (MS), com um investimento de R\$105 milhões.

Todas essas notícias são recentes, selecionadas dentre as que constam de um artigo da **Gazeta Mercantil**, de 28 de julho do corrente ano. Esse artigo assegura-nos, entretanto, que “os efeitos multiplicadores do agronegócio não param por aí”.

O dinamismo que passa a atingir as atividades econômicas, tanto na área rural como nas cidades de pequeno e médio porte do País, em razão do crescimento das atividades agropecuárias e do seu efeito multiplicador, é difícil de mensurar.

Quero citar, Sr. Presidente, todo um parágrafo do referido artigo da **Gazeta Mercantil**, que bem expressa esse aquecimento induzido pelo agronegócio em áreas do interior do País, que têm permanecido à margem do desenvolvimento econômico verificado nos centros tradicionais.

A expansão da produção e a contínua ampliação das áreas incorporadas às atividades agropecuárias ampliam a demanda interna e atraem investimentos em infraestrutura e criam um vasto leque de oportunidades não só para as indústrias com interesse direto no agronegócio. O setor de serviços é um dos que mais se têm beneficiado com o surgimento de novos núcleos urbanos e o crescimento das cidades interiores. A demanda por escolas, serviços médicos e de alimentação, de engenharia e outros estimula profissionais das mais variadas atividades a deixar os grandes centros em busca dessas oportunidades.

Verificamos, assim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o poderoso efeito multiplicador de um setor produtivo leva-

do a sério, encarado com profissionalismo e com uma mistura bem dosada de precaução e ousadia. Apesar de o apoio governamental ter-se mostrado, por tantas vezes, insuficiente, o dinamismo do setor agropecuário foi capaz de superar obstáculos e criar amplo círculo virtuoso.

Com esse processo, que incorpora ao desenvolvimento vastas áreas que permaneciam quase inertes, tendo em vista todo o seu potencial, vislumbramos – para usar outra vez as palavras do jornalista da **Gazeta Mercantil** – o “possível início de novo ciclo de desenvolvimento”.

É incontestável, Sr. Presidente, que os Governos da União e dos Estados devem não só ficar atentos ao dinamismo econômico produzido pelas atividades agropecuárias, mas procurar reforçá-lo e induzi-lo; buscar, inclusive, antecipar-se a ele por meio de planejamento estratégico, de políticas concatenadas e pensadas para médio e longo prazo. Já não cabe, no mundo contemporâneo, considerarmos as atividades econômicas de modo isolado e estanque. É preciso pensá-las conjugadamente, como um processo em que diferentes empresas e setores podem e devem somar-se, complementar-se, estimular-se mutuamente.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, percebemos, mais uma vez, o papel decisivo que o agronegócio desempenha na economia de nosso País. É uma missão e um dever do Governo Federal e dos Governos Estaduais garantir a paz e a segurança no campo, realizando uma reforma agrária ordenada e pacífica, que dê terra para quem quer trabalhar, sem prejudicar o bom andamento daqueles que já estão trabalhando a terra com excelentes resultados.

Concluo, Sr. Presidente, ressaltando que o agronegócio deve ser reconhecido como vetor privilegiado para impulsionar o crescimento da economia brasileira, pelo qual anseia toda a sociedade do nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento sobre a produção de leite e de café e sobre as potencialidades do Estado de Rondônia, parabeno o Senador Mozarildo Cavalcanti, que falou de tema semelhante ao que vou expor daqui a pouco.

Eu gostaria também de agradecer à Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, o empenho para a liberação da licença ambiental para a construção do Gasoduto Urucu-Porto Velho, que gerará energia na faixa de 400 MW no Estado de Rondônia, e para a construção de duas usinas hidrelétricas do rio Madeira: Usina de Jirau e Usina de Santo Antonio, obras tão importantes para o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País.

Registro também que, amanhã, às 8 horas e 30 minutos, o Senador Amir Lando e eu, estendendo o convite a toda a Bancada de Rondônia, iremos ao encontro do Presidente do Ibama, Marcos Barros, para agilizar a licença ambiental da construção desse gasoduto que liga a bacia de Urucu, no Amazonas, ao Estado de Rondônia.

Conforme adiantamos em recente pronunciamento, o campo, responsável por 27% do Produto Interno Bruto, ocupa lugar de relevo em nossa economia. A cada safra, o constante crescimento da produção cristaliza a posição do País entre os maiores e mais competitivos produtores mundiais, consideradas a diversidade de culturas, a atualização tecnológica, o avanço das pesquisas, o aprimoramento da qualidade e das condições de produção, e os métodos de seleção e diversificação.

Enquanto o setor agropecuário responde por 37% das ocupações e por 40% das exportações, estudos internacionais e os aqui realizados oficialmente confirmam que a nossa agricultura registra colheitas cada vez maiores, assim como ganhos de produtividade significativos. A par disso, cresce a utilização de tecnologias de vanguarda e aumenta a dedicação às pesquisas avançadas, elevando o País à condição de uma das principais referências entre os centros produtores mais adiantados do mundo.

Acrescentamos, na oportunidade, que o Estado de Rondônia, já reconhecido com um dos mais importantes centros produtores do País, procura dinamizar e diversificar a sua economia agropecuária, para a qual dispõe de 1,5 milhão de hectares de terras férteis. Basta ver que, em 1997, colheram-se 4,5 mil toneladas de soja e, em 2001, foram produzidas 45 mil toneladas do produto, indicando um acréscimo de 900%. Em 2003, com maior cultivo e apoio tecnológico da Embrapa/Rondônia, alcançamos produção de 112 mil toneladas de grãos, safra que tende a crescer ano a ano.

Recentes estudos promovidos pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a respeito das políticas governamentais estabelecidas para a cultura cafeeira e a produção de leite, mere-

cem algumas breves considerações de nossa parte, como representantes de Rondônia, Estado diretamente relacionado a essas tão importantes atividades econômicas.

No primeiro caso, aponta-se que o Governo, em cenário nitidamente desfavorável, enfrenta o desafio de ordenar a safra de café de 2003, prevista em 29 milhões de sacas. Isso porque, no ano passado, combinaram-se positivamente o aumento do fluxo de exportações e a recuperação dos preços da **commodity**. Agora, porém, impõe-se a manutenção de trajetória de aquecimento das operações comerciais, para criar as condições de gestão a uma safra de ciclo alto, conforme prevista para 2004.

Acresce que, no primeiro semestre do corrente ano, ocorreu surpreendente queda no preço do café, não obstante os recentes leilões de contratos de opção de venda. Nesse quadro, soma-se que os estoques europeus e norte-americanos reduziram-se em relação a 2002 e o fluxo de exportações vem caindo, sem que as cotações internacionais demonstrem recuperação. Conseqüentemente, a retração do mercado é atribuída à inexistência de uma sólida política de gestão da safra, que deveria ser observada pelos principais países produtores.

No caso brasileiro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, caberiam medidas de emergência, como a liberação de crédito especial aos produtores e às cooperativas para a formação de estoques de café novo, bem como a prorrogação dos vencimentos pertinentes ao programa de retenção e pré-comercialização de 2002, fixados para o final do corrente exercício e o princípio do próximo ano. O ordenamento da oferta, assim obtido, determinaria o aumento dos preços internos, ao mesmo tempo em que pressionaria, de modo indireto, para cotações maiores, as posições compradoras externas.

Julga a CNA que, além dessas medidas emergenciais, cumpre ao nosso País, como principal produtor e exportador mundial de café, estabelecer suas políticas lastreadas na perspectiva conjuntural das próximas safras, de modo a satisfazer a exigência de políticas de médio e longo prazos e a garantir ao mercado a mais exata noção de sua estratégia comercial. Hoje, como se observa, os operadores registram tão-somente a vulnerabilidade dos produtores nacionais frente a tais mecanismos.

O documento, que apoiamos decisivamente, preconiza que, no curtíssimo prazo, deve-se criar linha especial de crédito para apoiar a comercialização e a estocagem do produto; antecipar a prorrogação, por 18 meses, dos contratos de financiamentos de

pré-comercialização relativos ao café colhido em 2002; liberar, de imediato, os recursos do EGF Café.

Para a política agrícola do café no biênio 2003/2004, propõe que, no ano vindouro, sejam destinados R\$940 milhões para financiar o custeio da safra, R\$400 milhões para o financiamento da colheita, R\$700 milhões para o financiamento de pré-comercialização e R\$1,24 bilhão para o programa de opções.

O estudo registra, ao seu termo, que esses R\$3,24 bilhões podem garantir a gestão da oferta brasileira de café, a par de oferecer aos produtores e suas cooperativas sólidas condições para administrar o escoamento da safra, mediante retribuição que alcance, pelo menos, os custos da lavoura.

A Comissão Nacional de Café, da CNA, registra que, enquanto os agentes públicos delegarem ao mercado a tarefa do ajuste na oferta, com base na teórica seleção por eficiência, dificilmente deixaremos de observar o acirramento dos impactos negativos provenientes da eliminação de centenas de milhares de hectares de cafezais.

Analistas especializados avaliam que, no ano-safra 2003/2004, a produção mundial de café será inferior ao consumo, o que sugere melhores cotações para o nosso produto. Até agora, a forte pressão de venda exercida pelos exportadores brasileiros proporcionou aumento nos descontos oferecidos aos importadores, resultando em menores cotações no mercado interno e em menores preços aos produtores, embora o produto tenha recuperado importante fatia de 32% do mercado internacional.

Portanto, as cotações de café no Brasil e no mercado internacional vão depender fortemente do desenvolvimento da safra nacional no ano-agrícola de 2002/2003, bem como do comportamento do clima até o completo desenvolvimento dos grãos e o início da colheita. Assim, na venda de seus estoques e da safra futura, os produtores devem estar atentos às previsões de preços futuros para obter melhores níveis de negociação.

Não deve passar sem registro o fato de que Rondônia, o meu Estado, é o quinto maior produtor nacional de café, contando com cerca de 50 mil cafeicultores responsáveis pela produção de cerca de 3 milhões de sacas, anualmente.

No caso da produção de leite, de igual importância para o nosso Estado, devemos registrar que a Proposta de Fiscalização e Controle nº 63, de 2001, da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados constatou a existência de distorções que determinaram a redução da renda dos produto-

res e a queda de 100 milhões de litros na produção do ano passado.

Ademais, deveriam ser investigados indícios de infringência da Lei nº 8.884, de 1994, de defesa da concorrência, configurados no abuso de poder econômico e formação de cartel, à vista de que tais práticas “impõem severas perdas à produção primária”. Ao mesmo tempo, diferentes assembleias legislativas criaram comissões parlamentares de inquérito para esclarecer as razões da drástica redução dos preços pagos aos produtores, que ameaça a continuidade do trabalho da maioria dos pecuaristas de leite.

O relatório desses trabalhos, concluído em agosto do ano passado, teve suas sugestões atendidas pelo Governo, ante a gravidade da crise no setor. Foi estabelecido preço mínimo para o produto e definida a implementação do Programa de Melhoria da Qualidade do Leite, em parceria com o setor privado e sob a coordenação, sempre elogiada, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Esse trabalho, condensando os de seis Assembleias Legislativas que investigaram a crise do leite, proporciona um reexame da cadeia produtiva dos lácteos e avalia as políticas públicas direcionadas ao setor, tendo como um dos pontos centrais a implementação da Câmara Setorial do Leite.

Em seus aspectos principais, o documento aborda “a reorganização e o fortalecimento das cooperativas – estímulo à concorrência; criação da Câmara Setorial do Leite; contratos de fornecimento –; os preços antecipados aos produtores; o combate a fraudes; a assistência técnica especializada; as linhas de crédito, a consolidação e o alongamento de dívidas; a promoção das exportações de leite e derivados; a criação de fundo para promoção do consumo de lácteos; os programas sociais de merenda escolar; e o controle e a expansão das redes de supermercados”.

Por fim, o órgão técnico da Câmara dos Deputados constata que o produtor de leite “vive intenso processo de investimento”, com o objetivo de aumentar a qualidade do leite e de estabelecer maior regularidade no fornecimento do produto, eliminando a sazonalidade de produção.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, “a drástica redução do preço do leite, em 2001, quando os produtores se encontravam particularmente vulneráveis, provocou grave crise no setor”, com conseqüente queda de 0,5% na produção do ano seguinte.

Em ações que demonstram a viabilidade da produção leiteira na agricultura familiar, a Empresa Brasi-

leira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, está conseguindo conter o êxodo rural. Para isso, tecnologias e gerenciamento acessíveis estão sendo levados, gradativamente, a diversos produtores familiares do segmento leiteiro.

Em resumo dessas considerações, acrescentamos ainda que pesquisas da Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apontam que o potencial dos sistemas de produção de leite no Brasil é inegável, uma vez que quase 80% de seu território está na faixa tropical, com disponibilidade forrageira durante todo o ano. Por isso mesmo, o rebanho bovino brasileiro possui uma invejável produção da ordem de 20 bilhões de litros, anualmente.

E meu Estado de Rondônia, com chuvas quase perenes, tem na pecuária leiteira um dos seus pilares econômicos. Das nove milhões cabeças bovinas que possuímos, como sexto produtor nacional de gado de corte e de gado leiteiro, cerca de 2,2 milhões formam o rebanho leiteiro, com produção diária de 1,6 milhão de litros, obtidos por 35 mil pequenos e médios criadores. São milhares de empregos, Sr. Presidente, no campo e na cidade, com 70 indústrias já processando nosso leite, agregando valores à atividade e esperando que a maior oferta de energia elétrica, conforme está planejado – e cremos será cumprido pelo Presidente Lula e pela Ministra de Minas e Energia –, propicie a expansão do nosso setor industrial e do Estado de Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. José Sarney, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, do PFL da Paraíba, Líder das forças oposicionistas desta Casa.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia de hoje quero discorrer sobre um dos temas contemporâneos mais palpitantes e preocupantes: a universalização digital.

Quando dizemos universalização, pensamos simultaneamente na exclusão nela embutida, dadas as disparidades de renda no Brasil e no mundo. Não obstante a sua magnitude, as suas implicações e os seus condicionamentos, o tema não tem recebido desta Casa, a meu ver, a atenção necessária.

Tradicionalmente, o conceito de universalização de serviços se referia exclusivamente à telefonia, como meio de comunicação da voz. Na origem, a idéia era que todos pudessem ter acesso ao telefone, inclusive em regiões como as zonas rurais, onde a demanda por si só não garantisse retorno dos investimentos necessários em infra-estrutura.

Ao longo do tempo, com a difusão de serviços como a Minitel, na França, e similares, esse conceito passou a evoluir para o acesso à comunicação de dados. Finalmente, já na década de 90, a explosão da Internet – facilitada pela possibilidade de uso das redes telefônicas – tornou inquestionável sua importância estratégica, fazendo-se imperativo incorporar ao conceito de universalização dos serviços de telecomunicações a meta de acesso de todos à Internet.

Para países economicamente menos desenvolvidos, a incorporação desse novo conceito coloca um duplo desafio: o acesso à telefonia e o acesso à Internet. O conceito de universalização deve abranger também o de democratização, pois não se trata tão-somente de tornar disponíveis os meios de acesso e de capacitar os indivíduos para tornarem-se usuários dos serviços da Internet.

Trata-se, sobretudo, de permitir que as pessoas atuem como provedores ativos dos conteúdos que circulam na rede. Nesse sentido, é imprescindível promover uma alfabetização digital que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas que também capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e das necessidades individuais e comunitárias, com responsabilidade e senso de cidadania, mormente tendo em vista que o capital intelectual é cada vez mais imprescindível para que o cidadão se coloque no mercado de trabalho.

Fomentar a universalização de serviços significa, portanto, conceber soluções e promover ações que envolvam desde a ampliação e melhoria da infra-estrutura de acesso até a formação do cidadão, para que esse, informado e consciente, possa utilizar todos os serviços disponíveis num computador e na Internet.

Diversas são as iniciativas concernentes ao estudo do impacto da exclusão digital nas sociedades, bem como as ações que visem alfabetizar os info-excluídos, neologismo que expressa claramente essa anomalia social.

A ONU, por exemplo, reuniu governos, empresas privadas e sociedade civil, propondo a criação de uma força-tarefa e de um fundo de investimentos em tecnologias de informação e comunicação, com in-



vestimento inicial de US\$500 milhões, como forma de “amenizar as disparidades e universalizar o acesso à rede, superando o abismo tecnológico que separa ricos e pobres no mundo inteiro”.

O Governo brasileiro criou o Proinfo (Programa Nacional de Informática na Educação), cuja meta é a instalação de 105 mil computadores em cerca de seis mil escolas, número que corresponde a 13,4% do universo de 44,8 mil escolas públicas de 1º e 2º graus e, sobretudo, do terceiro setor, em que se destaca a ONG carioca CDI (Comitê pela Democratização da Informática), que mantém mais de 140 escolas de informática e cidadania em 14 Estados do Brasil, além do Japão, Colômbia, Uruguai e México, levando ensino profissionalizante a 40 mil jovens de comunidades carentes.

Os excluídos digitais procuram no mundo virtual o que o mundo real lhes nega, demonstrando com isso que a Internet pode se configurar como importante fator de inclusão social.

O cenário das telecomunicações do período anterior ao do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso demonstrava, de maneira insofismável, que era fundamental e inadiável uma mudança profunda no setor de telecomunicações. Em 1994, o programa de governo do então candidato à Presidência República pela coligação PSDB-PFL, intitulado **Mãos à obra, Brasil**, afirmava no capítulo referente às telecomunicações:

A tecnologia da informação tornou-se a peça fundamental do desenvolvimento da economia e da própria sociedade. Isso significa que o atraso relativo do nosso País deverá ser necessariamente superado como condição para retomada do processo de desenvolvimento. Não se trata apenas de alcançar uma maior difusão de um serviço já existente por uma questão de equidade e justiça. Trata-se de investir pesadamente em comunicações para construir uma infraestrutura forte, essencial para gerar as riquezas de que o País necessita para investir nas áreas sociais.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o setor das telecomunicações é hoje, sem dúvida, um dos mais atraentes e lucrativos para o investimento privado internacionalmente. Trata-se de um dos setores líderes da nova onda de expansão econômica que se formou a partir da chamada terceira revolução industrial. Pode-se contar que não faltarão investidores interessados em expandir essa atividade – no mundo,

em geral, e, em particular, num país com as dimensões e o potencial do Brasil.

O problema, que não é só do Brasil, é encontrar uma fórmula para a organização institucional do setor de telecomunicações que, ao mesmo tempo promova fortemente os investimentos privados, reforce o papel regulador do Estado e reserve ao setor público a atuação em segmentos estratégicos do ponto de vista social ou de interesse nacional.

Essa afirmativa evidencia uma preocupação em inserir o Brasil de forma efetiva no grupo das Nações que devem conduzir, no mundo, o processo de integração da sociedade por meio dos meios de comunicação, como exigência da nova “era da sociedade da informação”.

Mediante amplo processo de privatização e o conseqüente fortalecimento do papel regulador do Estado, o Brasil garantiu investimentos anuais da ordem de US\$10 bilhões, o que viabilizou a importante e definitiva ampliação da rede que suporta as comunicações no País e que serão as bases de nossa inserção na era digital.

Como conseqüência da reforma do setor, o Brasil saltou números fabulosos: de 14 milhões e 400 mil telefones, entre os de uso público, celulares e fixos, em 1994, para mais de 75 milhões, em 2001. Ou seja, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso quintuplicou o número de acessos telefônicos, com significativas repercussões sociais e econômicas. O crescimento do número de usuários de Internet no Brasil deveu-se à maior oferta do número de linhas telefônicas, ao tempo em que contribuiu para que o número de linhas em serviço se ampliasse.

Sr. Presidente, verifica-se hoje que parcela razoável dos usuários da Internet se conecta por meio de uma segunda linha residencial, exclusivamente para transmissão de dados da web. O mercado brasileiro de computadores, por sua vez, cresceu 12%, apesar de o cenário mundial haver apresentado, pela primeira vez, queda de 10% nas vendas de PCs.

O Brasil lidera, com folga, o número de computadores no mercado latino-americano. São mais de 12 milhões de terminais. As vendas somaram mais de três milhões de terminais no ano de 2001.

No entanto, percentualmente, os consumidores brasileiros que possuem computadores em casa somam apenas 7%. Muito abaixo dos Estados Unidos, onde 51% da população possui computador. De acordo com estudo de Gilson Schwartz, mais de 80% dos habitantes do planeta nunca usaram um telefone e

cerca de 95% nunca usaram computador, quanto mais a Internet.

Tendo apenas 4,7% da população mundial, os Estados Unidos e o Canadá têm 57% dos usuários de Internet; a Europa, 21,7%; e os países ricos da Ásia, como o Japão, 17%. A África, com setecentos e quarenta milhões de habitantes, contribui com apenas 0,3% do total de usuários mundiais de Internet. Ou seja, cerca de um milhão, número inferior ao total de usuários do Estado de São Paulo.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, sem dúvida nenhuma, V. Ex<sup>a</sup> enriquece esta Casa, porque é engenheiro, aquele que faz o desenvolvimento, a tecnologia andar. Digo isso com toda a convicção, porque tive o privilégio de acompanhá-lo ao México, quando V. Ex<sup>a</sup> lá esteve integrando a comissão brasileira que tratou do tema energia e desenvolvimento. Toda a equipe brasileira ficou orgulhosa de sua participação e também pela citação do trabalho de um dos homens mais avançados do Nordeste, o Governador do Sergipe, João Alves, autor da obra **Energia**, lançada recentemente. Hoje, V. Ex<sup>a</sup> traz a esta Casa e ao País um tema fundamental: informática. Entendo que o analfabeto moderno é aquele que está afastado desse benefício ou o desconhece. Essa conscientização é muita oportuna, pois tive o privilégio de tê-la quando governei o Piauí, onde instalamos bibliotecas atuais. A biblioteca formal da nossa geração, Senador Mozarildo Cavalcanti, era constituída de livros, compêndios e enciclopédia. Hoje, ao lado da formal temos a biblioteca virtual munida de computadores, de Internet disponível para a grande população, os pobres, que não têm condições de adquirir computador. E V. Ex<sup>a</sup> chama atenção para essa alfabetização da vida moderna que o Brasil deve enfrentar.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e o incorporo, na íntegra, ao meu pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> alcança o objetivo do meu discurso, que é o de chamar a atenção desta Casa e do Governo, seja Federal, seja Estadual, seja Municipal, para que possamos investir, cada vez mais, no ensino e na universalização digital. Deve-se dar condição àqueles lugares mais longínquos, mais pobres e mais necessitados de também terem direito ao computador, para que possam, como

diz V. Ex<sup>a</sup>, se alfabetizarem digitalmente. Agradeço o seu aparte.

Sr. Presidente, um dos principais problemas de localidades mais distantes dos centros de maior desenvolvimento é a inexistência de provedores locais, o que força boa parcela da população a arcar com o custo de ligações interurbanas para terem acesso a um provedor. Mapeamento dos provedores de **Internet** no País mostra que a Região Sudeste concentra 58% dos provedores e que a cidade de São Paulo, sozinha, fica com 12% e o Rio de Janeiro, com 8%.

Escuto V. Ex<sup>a</sup> logo em seguida, Senador Ney Suassuna, que será o próximo orador inscrito nesta sessão.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as ações levadas a cabo pelo Governo eletrônico se concentraram em três das sete linhas de ação do Programa Sociedade da Informação. Primeiro, a universalização de serviços; segundo, o Governo ao alcance de todos; terceiro, infra-estrutura avançada.

Através do programa de “Quiosques de Acesso Gratuito” dos Correios e o programa “Ponto Eletrônico de Presença”, o programa visa garantir nos próximos dois anos que os 5.561 Municípios tenham pelo menos um terminal de acesso gratuito aos serviços e produtos governamentais e ao correio eletrônico.

O Governo também, por meio da Anatel, está discutindo amplamente com a sociedade o Oi00, projeto que garantirá a possibilidade de acesso à **Internet** de qualquer lugar do País, sem a necessidade de chamada de longa distância, e previsibilidade dos custos para o usuário.

Sr. Presidente, atualmente, apenas 350 Municípios brasileiros contam com provedores de acesso à **Internet**, ou seja, apenas 6% da totalidade dos Municípios. Nos demais, o usuário precisa efetuar uma chamada de longa distância. Para reverter isso, propõe-se a utilização de um número como 0800 ou o estabelecimento de um código local de quatro dígitos a ser usado por todos os provedores de acesso à rede.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi lançado em 1999, o Programa Sociedade da Informação, cujos objetivos são: 1) fornecer subsídios para a definição de uma estratégia destinada a estimular a inserção da sociedade brasileira na Sociedade da Informação; 2) articular, coordenar e fomentar o desenvolvimento e a utilização segura de serviços avançados de computação, comunicação e informação de suas aplicações à sociedade mediante pesquisa, desenvolvimento e ensino, oferecendo novos serviços e aplicações na **Internet**, garantindo vantagem competitiva

e inserção da empresa brasileira no mercado internacional.

Também, nesse sentido, insere-se o projeto, que estabelece os princípios básicos para a construção de uma infraestrutura de abrangência nacional, orientada para a prestação dos serviços de Governo demandados pelo cidadão brasileiro que vive no interior, nas localidades remotas, nas periferias e nas regiões rurais.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para concluir, foram consideráveis os avanços no setor das telecomunicações ocorridos nos últimos anos, visando à inserção competitiva da economia brasileira no novo ambiente de negócios e a democratização da informação na sociedade brasileira, mediante a denominada universalização digital. Tantos foram os avanços, que teremos que relatá-los em diversos pronunciamentos, dados os limites de tempo que o Regimento nos impõe.

Preocupamo-nos, contudo, com a descontinuidade dessas ações por problemas como a indefinição do marco regulatório no setor, o adiamento de investimentos que se fazem urgentes, a solução de continuidade do avanço por motivos político-partidários, que atrasem o Brasil no percurso dessa necessária trilha rumo ao desenvolvimento.

Com o objetivo de suscitar um vivo debate sobre o tema nesta Casa, bem como provocar as medidas concretas que se fazem necessárias, é que trouxemos estas reflexões a este plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

*Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.*

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp)** – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba, pela Liderança daquele Partido, por cinco minutos, para comunicação urgente e de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o PMDB é contra aumento de carga tributária, e isso porque já estamos pagando demais.

Tenho aqui um texto em que o Sr. Alexandre Garcia simula o recebimento de uma carta de um norte-americano que diz que nós somos ricos e que os americanos são pobres perto da gente.

Diz ele:

“Um amigo acaba de me mandar o resultado de uma comparação entre nós e os norte-americanos. Uma discussão em que um ianque prova, pela Ciência exata da Matemática, que os brasileiros são mais ricos que os americanos.”

E por quê?

Diz o americano:

“Vocês brasileiros pagam o dobro do que os americanos pagam pela água que consomem. Embora tenham mais água doce disponível. (Aproximadamente 25% da reserva mundial de água doce está no Brasil).

Vocês, brasileiros, pagam 60% a mais nas tarifas de telefone e eletricidade. Embora 95% da produção de energia, em seu País, seja hidroelétrica (mais barata e não poluente), enquanto nós, pobres americanos, somente podemos pagar pela energia altamente poluente produzida por termelétricas a base de carvão e petróleo e pelas perigosas usinas nucleares.

Vocês brasileiros pagam o dobro pela gasolina, que, ainda por cima, é de má qualidade e acaba com os motores dos carros (cerca de 21% da gasolina é composta de álcool anidro e ainda querem aumentar este percentual para beneficiar os usineiros de álcool). Não dá para entender.

Seu País é quase auto-suficiente em produção de petróleo (75% é produzido aí) e, ainda assim, têm preços tão elevados. Aqui, nos Estados Unidos, defendemos com unhas e dentes o preço do combustível, que está estabilizado há vários anos. (US\$0.30, trinta centavos de dólar=R\$0,80, oitenta centavos o litro), enquanto a gasolina de vocês é muito mais cara.

Por falar em carro, vocês brasileiros pagam quarenta mil reais por um carro pelo qual nos Estados Unidos pagamos vinte mil reais. Vocês dão de presente a seu Governo R\$20.000,00, quando compram um carro, para gastar não se sabe onde nem em quê, já que os serviços públicos no Brasil são

muito ruins perto dos prestados pelo serviço público dos Estados Unidos. Na Flórida, caros brasileiros, nós somos muito pobres, o Governo Estadual cobra apenas 2% de Imposto sobre Valor Agregado, que equivale ao ICMS no Brasil, e cobra mais 4% do imposto federal, o que dá um total de 6% na compra de qualquer produto industrializado. No Brasil, vocês são muito ricos, porque concordam em pagar 18% só de ICMS. Nos Estados Unidos, os dois juntos perfazem 6%. No Brasil, são 18%, apenas de ICMS.

E já que falamos em impostos, eu não entendo por que vocês alegam ser pobres, se não se importam de pagar, além desse absurdo de ICMS, o PIS, a Cofins, a CPMF, ISS, INSS, IPTU, IPVA, IR, ITR e outras dezenas de impostos, taxas e contribuições, em geral com efeito cascata, de imposto sobre imposto. Ainda fazem festa nos estádios de futebol e nas passarelas de carnaval, o que é um sinal de que não se incomodam com esse confisco maligno que o Governo promove, tirando-lhes o valor correspondente a quatro meses por ano de seu trabalho.

Nós, americanos, lembramos que somos pobres, tanto que o Governo isenta de pagar Imposto de Renda todos aqueles que ganham menos de três mil dólares, o que equivale a nove mil e trezentos reais, enquanto vocês no Brasil aceitam que o Imposto de Renda seja cobrado a partir de dois mil e poucos reais. Além disso, vocês têm o desconto retido na fonte, antecipando o imposto ao Governo sem saber se até o final do ano a mesma renda será auferida. Aqui o Imposto de Renda só é pago no final do ano, quando termina o exercício. Não consigo entender como vocês têm a certeza de bons resultados futuros, porque aqui só pagamos no final do ano, enquanto vocês pagam antecipadamente.

Voltando a falar de serviço público, caros brasileiros, vocês são riquíssimos. Afinal vocês pagam a própria segurança; nós, pobres americanos, dependemos da segurança pública. Vocês aí pagam também escola, livros para os filhos, provavelmente porque têm muito dinheiro, pois, aqui nos Estados Unidos, nós, pobres pais americanos, como não temos essa fortuna, mandamos nossos filhos para as escolas públicas, que são boas, e recebemos os livros gratuitamente do Governo.

Vocês, ricos do Brasil, quando tomam num banco um empréstimo pessoal, pagam por mês o que pagamos por ano. E um amigo brasileiro me contou que pagou dois mil e quinhentos reais por um seguro do carro. Fiquei pasmo! Vocês são podres de ricos! Nós nunca poderíamos pagar um imposto como esse para um carro. Meu carro é grande, luxuoso, mas

pago trezentos e quarenta e cinco dólares por ano, o que dá cerca de mil reais. Disse ainda esse amigo brasileiro que paga um mil e setecentos de IPVA. Não tive mais dúvidas: realmente vocês são ricos, porque, aqui nos Estados Unidos, pago apenas quinze dólares de IPVA, qualquer que seja o carro.

Vendo essas contas, como vocês dizem que são pobres? Não consigo entender quando dizem isso, porque quase 20% da população economicamente ativa no Brasil está sem trabalhar e é sustentada pela sociedade, enquanto, aqui nos Estados Unidos, a média é de 4% a 7%, e não estamos satisfeitos.

Realmente vemos que essa é uma situação vexatória quando comparamos os impostos cobrados do contribuinte no Brasil com os pagos em um país como os Estados Unidos. É verdade, pode-se dizer, que há outros tipos de pagamento, como o “pagamento psicológico” quando eles viajam, mas a maioria dos brasileiros não viaja.

Por essa razão, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, congratulo-me com o PMDB por ser contra mais pagamentos de impostos. Realmente, estamos em um país em que a carga de impostos ultrapassa a normal. Não é justo que se tire do pobre e do espoliado contribuinte nenhum centavo a mais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que acompanham esta sessão pela **TV Senado** e pela **Rádio Senado**, venho a esta tribuna dizer que Deus está presente aqui, assim como o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, grande Estado, mas muito maior é esse Senador. Se o PT é uma estrela, o Senador Eduardo Suplicy é o sol desse Partido. Mais do que o sol, porque a claridade do sol aparece somente durante o dia e a luz do Senador Eduardo Suplicy brilha dia e noite.

Senador Eduardo Suplicy, o Piauí é orgulhoso da gente de Guariba e Acauã. Guariba não é importante somente porque lá começou o Governo Lula, mas também porque teve uma colheita magnífica de feijão. E Guariba, Senador João Capiberibe, fica na chamada Serra das Confusões.

Queria trazer aqui uma experiência para o PT. O Piauí, ao longo da história, tem sido a luz. Basta dizer que, no período mais difícil da nossa vida política, na

ditadura, o que seria deste País sem Petrônio Portella? Ninguém o excedeu. Sem uma truculência, sem um tiro, sem uma bala, ele foi o grande artífice da redemocratização. Sem Evandro Lins e Silva o que seria da Justiça deste País no período ditatorial? Ninguém o excedeu em coragem, em sabedoria. O que seria deste País sem João Paulo dos Reis Velloso? Na ditadura, Senador João Capiberibe, tiraram o direito à liberdade, o mais sagrado dos direitos, pois sem liberdade não há vida. Entretanto, houve muitos avanços na tecnologia, na comunicação, nas estradas. A luz nesse período foi trazida por João Paulo dos Reis Velloso, um exemplo. Após vinte anos de mando, de ser a luz, nenhuma corrupção, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade ocorreu, não é, Senador Ney Suassuna? O que seria deste País sem o maior dos jornalistas, Carlos Castelo Branco, o Castelinho, que ainda hoje é lembrado? Ele é do Piauí.

Eu queria trazer uma luz para o PT. O nosso PMDB não é a base; é a luz. Sou desse PMDB do sofrimento, da luta, da redemocratização, simbolizado por Ulysses Guimarães. Encantado e mitológico no mar. Teotônio Vilela, com câncer, levantava a bandeira da redemocratização. Quero lembrar Tancredo Neves. O Senador José Sarney atravessou o mar vermelho do renascer democrático da transição. Aqui está o resumo histórico da Fundação Ruralista.

Senador Ney Suassuna, não sei o que é ódio nem rancor. Deus poupou-me desses sentimentos. Em 1995, fui candidato contra forças oligárquicas muito poderosas do Piauí.

Senador Jonas Pinheiro, a maior surra política que já levei em minha vida foi na cidade de Dom Inocêncio. No segundo turno, quando o povo já marchava conosco e havia uma perspectiva invejável de mudar a política do Piauí, foi uma avalanche. Mandamos um bravo Deputado da região, Marcelo Castro, para lá. O meu vice era Presidente da Fetag. Tive 10% dos votos. Meu adversário teve uns 4 mil. Por quê? Porque existia um líder, um homem de Deus lá, o Padre Lira\*.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso teve como seu melhor elemento, sem dúvida nenhuma, o Pedro Parente. Na hora do Apagão, foram chamá-lo. Pedro Parente, Senador Capiberibe é apenas filho de piauiense e sobrinho desse Padre Lira, que meu deu a maior surra política em Dom Inocêncio. Naquele tempo votava-se na chapa escrita, todo mundo era alfabetizado, Senador Almeida Lima, lá não existem analfabetos. Depois de governar o Estado e muita luta continuei porque era um grande líder a quem rendo homenagem. Não conheço e não existe no Nordeste brasileiro nenhuma pessoa que entenda mais de

semi-árido do que o Padre Lira, o tio do Pedro Parente, do PFL, que sempre me deu uma surra política enorme.

Outro do Nordeste também que conhece muito o Nordeste, Senador Suplicy, é do PFL – não tem nada, sou do PMDB –, é o Governador do Sergipe, João Alves. O melhor livro escrito sobre o Nordeste é de João Alves. Recentemente o nosso líder das forças oposicionistas, Efraim Morais, levou para o México um livro de João Alves sobre energia.

Mas o que queria dizer é que aqui está o modelo para quem quiser desenvolver o semi-árido. Para este Padre Lira, nota dez, o Frei Betto fica com cinco. Escreve muito, mas quero é resultado, quero é aquilo que Cristo disse: não só palavras, mas obras. Cristo é acompanhado pelos seus discursos – o “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”, o Pai-Nosso –, mas ele fez obras. Senador João Capiberibe, se Cristo não tivesse feito as suas obras – cego ver, aleijado andar, mudo falar, surdo ouvir, limpar os corpos dos leprosos, tirar os endemoninhados, multiplicar peixes e pães – nós não o seguiríamos. E aqui está a obra.

O grande Líder Eduardo Suplicy foi ao Piauí várias vezes. Somos muito agradecidos a S. Ex<sup>a</sup>, inclusive pelo seu empenho e esforço em conseguir aqueles R\$60 mil de dois Ministérios, Senador João Capiberibe, para fazer funcionar um hospital universitário, que ainda não foi possível. Lembro-me da nossa Deputada Francisca Trindade, que, também, morreu magoada, porque conosco lutava para o funcionamento daquele hospital e não conseguiu.

Agradecemos ao Governo – a gratidão é a mãe de todas as virtudes – as ações em Guaribas, mas que vá buscar o modelo da fundação ruralista. O padre que me derrotou várias vezes por trabalho, por serviço, ninguém mais do que ele conhece o semi-árido. Começou na seca de 1942, eu estava nascendo, V. Ex<sup>a</sup> não tinha nascido e ele já estava lá, Senador Eduardo Suplicy, obedecendo às leis de Deus, dando água aos que têm sede e alimento aos que têm fome.

Na seca de 50 e de 51, a política como ideal, queria só chamar um professor sacerdote, e seria breve. Naqueles tempos, o Governo americano era melhor. Agora ele nos mata com o FMI. Mas tem solução: basta se inspirar na coragem de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que soube romper com o FMI para conseguir dar a este País 50 anos de progresso em 5 anos de administração. Naquele tempo, havia a aliança para o progresso, alimento para a paz, e o Padre Lira era o responsável. Era proibido vender ou tro-

car. A ordem era somente dar. Esses eram os Estados Unidos do passado.

Padre Lira foi acreditado e recebeu subsídio e auxílio de vários países, inclusive da Inglaterra, da fundação Friends of the Lira Foundation. Enfrentou as secas de 1972, 1976, 1977, 1983 e 1984. De 1990 a 1993 houve quatro anos de seca. Desenvolveu um artesanato; levou àquele povo do semi-árido a água por meio de cisternas.

Srs. Senadores, na guerra contra a carência de água nenhuma batalha foi tão dignificante para a Fundação Ruralista o quanto foi o projeto de reservatórios domiciliares para captação de água do telhado, as cisternas, projeto pioneiro no Nordeste, de alcance como não se pode imaginar sob todos os aspectos. Nada existe que possa trazer maior conforto, mais economia de tempo e benefícios à saúde do que o tesouro de possuir água potável em casa, nessa região. Libertar-se da água salobra era o maior sonho desse povo.

Assisti na microrregião de Cansanção – a mesma onde dentre dez crianças que nasciam, oito morriam antes de completar dois anos – uma garota de sete anos dizer: mãe, estou com fome, mas se eu comer vou ter sede.

Hoje desapareceu a mortalidade infantil em Cansanção. Não se registra mais criança vomitar a água que bebe; em todas as casas existem reservatórios – caixas, como costumam chamar.

A capacidade dos reservatórios é de 12 mil litros, suficiente para uma família beber durante a estiagem normal de 6 meses. Na outra metade do ano, a família bebe da aguada ou lagoa que sempre existe próxima da casa, sendo comum trazer água em jumento ou na cabeça da reserva existente perto de onde mora e completar a caixa ficando assegurado o provimento nos 6 meses em que a única água existente é a do reservatório.

No Município de Dom Inocêncio, existem atualmente 1.310 reservatórios domiciliares, quantidade proporcional a 7 mil habitantes, não registrada em nenhum Município do Nordeste.

Existem 1.310 cisternas feitas pelo padre, Senador Capiberibe. Das Cáritas brasileira, ele conseguiu 20; da Legião Brasileira de Assistência, 200; do Vitae – Apoio à Cultura e Promoção Social de São Paulo, 230; do Grupo de Amigos da Inglaterra, 150; do Grupo de Amigos da Holanda, 80; do Lourdes Villela de São Paulo, 10; da Fundação Banco do Brasil – a pedido do Dr. Pedro Parente, 300; a Sudene, a pedido do Dr. Pedro Parente, 320.

Esse padre, sozinho, fez 1.310 cisternas.

Não estão incluídos nesta relação 15 reservatórios, com capacidade de 50 mil litros cada um, existentes nas escolas e 10 na sede, todos também construídos pela Fundação Ruralista.

Levando-se em conta as novas casas que foram levantadas após a aplicação do último recurso recebido para os projetos de água, ainda existem, na zona rural e na cidade de Dom Inocêncio, 300 domicílios que não possuem cisterna.

#### PIONEIRISMO

O sistema de educação da Fundação Ruralista apresenta pioneirismos que muito a honram.

1) Primeira obra instituída no Brasil com a finalidade específica de assistir aos rurícolas, vítimas da seca, com dispositivo estatutário de ser sediada na zona rural. Criada em 1958, foi fundada há 45 anos;

2) Primeiro projeto de educação rural a estabelecer calendário escolar adaptado à realidade econômica, social e climática da região;

3) Primeiro projeto de educação rural a incluir, em seu currículo, como obrigatório, ocupando todo um turno, curso profissionalizante para mulheres;

4) Primeiro projeto a valorizar a professora, ao ponto de dar prioridade à construção de sua casa na escola – Casa de Apoio – e sala para o artesanato, deixando a latada funcionando como sala de aula;

5) Primeiro projeto de educação participativa com as mães preparando a merenda, os pais fornecendo a lenha, os alunos assumindo o asseio e afazeres domésticos da escola;

6) Primeiro projeto, ao menos no Piauí, que, desde sua instalação, fornece não apenas merenda, e sim três refeições por dia a todos os alunos, como o Presidente Lula deseja;

7) Primeiro projeto a criar cursos de capacitação de professoras leigas no Piauí, os primeiros com duração de 3 meses; e os outros, de 2 meses, 14 anos;

8) Bolsa de educação é novidade hoje no Brasil; na Fundação Ruralista, ela existe desde 1982.

9) Uma inovação recente do sistema de educação do País foi o prolongamento para nove anos do ensino fundamental.

Nas escolas da Fundação Ruralista, há 36 anos, o antigo primeiro grau menor – escola primária – sempre teve a duração de 5 anos: 1º ano A, 1º ano B, 2º ano, 3º ano e 4º ano.

Há vários benfeitores. Entre eles, destaca-se o Ministro João Paulo Reis Veloso, que ajudou muito o Padre.

No momento, a Fundação Ruralista, por meio do Deputado Paes Landim, conseguiu o auxílio do Sebrae e mantém as mulheres bordadeiras de Dom Inocêncio.

A expectativa de transformação pelo projeto traz algo inconcebível: emprego e mão-de-obra inicialmente para mais de 800 pessoas, num Município de 7 mil habitantes. São 80 bordadeiras que hoje comercializam seu produto por meio do Sebrae.

Então, Sr. Presidente, deixo aqui uma oportunidade para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva colher o exemplo da Fundação Ruralista de Dom Inocêncio, que, sob o comando do Padre Lira – que, sem dúvida nenhuma, representa Deus –, traz melhores dias para aquele povo, por meio do trabalho.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Há ainda dois oradores querendo usar da palavra. A Mesa proroga a sessão por 20 minutos. O Senador Eduardo Suplicy concordou em dividir o tempo com o Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador João Cabipiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, serei sintético na minha fala.

Na semana passada, tivemos um debate sobre as carências dos hospitais públicos, principalmente de medicamentos. E esse debate se dava entre Senadores médicos.

Tive, naquele momento, oportunidade de intervir no debate, até porque as críticas se davam em função dos altos custos dos medicamentos, e até se ventilou a possibilidade de reviver a Central de Medicamentos, a Ceme, de centralizar a compra e a distribuição desses medicamentos para todo o Brasil, em razão dessa carência que ecoa entre todos nós neste plenário, trazida pelos Senadores médicos e também por aqueles não médicos, que estão nas bases e que recebem reclamações sobre a falta de medicamentos.

Citei alguns laboratórios públicos em que os Estados e os Municípios podem adquirir medicamentos a preços muito mais baixos do que nos laboratórios comerciais.

Confesso que, quando o Senador Papaléo Paes levantou a questão e fez duras críticas aos preços praticados pelos laboratórios e à carência de medicamentos nos hospitais públicos, imaginei que S. Ex<sup>a</sup>, sendo um Senador do meu Estado, se referia a uma

situação genérica que ocorre em todo o País. Na verdade, nesse fim de semana, visitando o meu Estado e reunindo-me com comunidades da região, verifiquei que estamos vivendo a pior crise de que se tem notícia de falta de medicamentos na rede hospitalar do Amapá. Faz muitos anos que estou na vida pública naquele Estado e, que eu lembre, nunca houve uma crise semelhante.

A situação é crítica. Os doentes estão sofrendo por falta de medicamentos em unidades especializadas e no pronto-socorro. Tive a oportunidade de ler uma reportagem, uma entrevista com representantes do sindicato dos enfermeiros, realizada em um hospital público, denunciando a falta de material mínimo, elementar, como, por exemplo, seringas, gaze e luvas para qualquer procedimento médico. Portanto, a situação é de calamidade pública. É urgente tomar algumas providências. Tenho certeza de que a solução não seria centralizar a compra e a distribuição desses medicamentos pelo Governo Federal, até porque hoje existem verbas obrigatórias vinculadas dos Estados para gastar com saúde, e a reforma tributária tem que preservar tais recursos. Não podemos abrir mão dessa vinculação dos recursos destinados à educação e à saúde, porque houve uma melhoria significativa com esse procedimento. Em meu Estado, já aplicávamos regularmente entre 13% e 14% do orçamento público na saúde de nossa população. E não vejo que a centralização seja a solução. Ao contrário, sou adepto da descentralização. Promovemos uma grande descentralização nos recursos da saúde, colocando dinheiro na unidade de saúde (no centro de saúde), na unidade hospitalar, exatamente para que não houvesse nenhuma justificativa de faltar medicamento na unidade na hora da necessidade, na hora incerta do risco da doença. Portanto, realmente, fui apanhado de surpresa quando soube que em meu Estado estamos vivendo uma crise tão profunda na área de saúde, porque há um ano e meio não faltava medicamento nas unidades de saúde. Contratei os melhores especialistas em gerenciamento de saúde – alguns dos quais estão no Governo Federal – pois que gerenciar sistema de saúde é tarefa complexa, para que pudéssemos montar um sistema gerencial capaz de suprir as necessidades das unidades. E há um ano e meio não havia queixas. Lembro-me que, durante muito tempo na minha vida política no Amapá, os cidadãos procuravam os políticos para pedirem atendimento de receita médica. Mas, nos últimos anos, isso tinha desaparecido. Vários Deputados comentavam comigo que o cidadão já não ia à sua porta para que

atendesse a uma receita médica, porque as unidades de saúde garantiam esse atendimento aos pacientes.

De repente, em pouco tempo, em um ano e meio, isso desaparece e as unidades estão absolutamente carentes de medicamentos. Por isso, quero comunicar a esta Casa que pretendo entrar com um requerimento solicitando ao Ministério da Saúde que faça uma auditoria nos recursos do SUS, até porque no Amapá, dos recursos totais gastos com saúde, 70% eram do Estado e 30% do Governo Federal.

Comunico a esta Casa que pedirei uma auditoria nesses 30% dos recursos dedicados à saúde, para que possamos saber em que foi gasto esse dinheiro e por que não há medicamento nas unidades hospitalares do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula resolveu, neste final de semana, dar algumas entrevistas e declarações de grande relevância. Quero ressaltar sua observação, ali em Araraquara, onde esteve visitando um projeto de realização de reforma agrária. Sua Excelência observou que o Brasil tem oportunidade de fazer uma revolução pacífica, como alguns outros países já tentaram. Outros países promoveram revoluções que acabaram não dando certo, mas o Brasil tem condições excepcionais de realizar uma transformação social de profundidade. O Presidente Lula pode liderar um processo no qual as pessoas que estiveram destituídas de direitos ao longo da nossa História passem a ter voz, vez e direito a uma vida com dignidade.

Quero dizer que estou inteiramente de acordo com as observações do Presidente Lula ao convidar a todos os brasileiros para realizarem essa manifestação, essa transformação, essa revolução pacífica.

O Presidente Lula, a propósito, tem sido aberto ao diálogo com todos os segmentos da sociedade. Os proprietários rurais chegam a se assustar, quando Presidente Lula recebe com tanto carinho e atenção os membros do MST, deixando que em Sua Excelência coloquem um boné, porque avaliam que isso seja inadequado. Mas, no Palácio do Planalto ou em tantos outros lugares – como o fez em Araraquara no sábado último, ao estar com o Sr. Cutrale, um dos responsáveis pela produção de suco de laranja no Brasil,

e, hoje de manhã, em Jacareí, quando esteve na inauguração da fábrica de papel do Grupo Votorantim, junto ao Sr. Antonio Ermírio de Moraes e assim por diante –, são tantas as oportunidades em que o Presidente Lula mostra sua disposição de dialogar com todos os segmentos, convidando-os para a realização dessa revolução pacífica.

Duas entrevistas importantes foram para as páginas amarelas da revista **Veja**, bem como para o **Fantástico**, ontem à noite. Quero ressaltar alguns pontos, em especial o referente à transformação pacífica que propõe realizar o Presidente Lula.

O Presidente Lula informou que, hoje, são quase 300 mil famílias beneficiadas pelo Programa Cartão Alimentação e outros programas sociais. Mas referente ao Programa Cartão Alimentação, se hoje são 300 mil famílias, até o mês de outubro passarão a ser um milhão de famílias.

Na medida em que houver a unificação dos programas sociais, é possível que haja uma multiplicação muito significativa até o final do ano. E, ao longo do próximo ano de 2004, mais do que 3,5 milhões de famílias estarão sendo beneficiadas pelo novo projeto de transferência de renda que está por ser anunciado nos próximos dias.

Tem dito o Presidente Lula que muitas vezes prefere aguardar um pouco. Salienta Sua Excelência em sua entrevista à revista **Veja**: “A história do Brasil já mostrou que choques criam uma euforia na sociedade que dura dois meses; depois disso, o resultado é sempre pior. Minha lógica é da paciência. Se tivermos de esperar um dia a mais, um mês a mais, para tomar uma decisão mais consistente, vamos aguardar”.

Muitos têm sido aqueles que cobram do Presidente Lula maior pressa na realização dos programas sociais. Aqui observo que será muito importante que o passo dado para definir o novo programa de transferência de renda seja objeto da necessária reflexão, para que, depois, ele possa caminhar com muito maior acerto do que o que até agora foi realizado.

E é necessário ressaltar que hoje temos um número bastante acentuado, diversificado, de programas sociais, mais de dez, cada um com uma formulação diferente, seja o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Bolsa-Renda, o Cartão-Alimentação, o Auxílio-Gás, o Agente Jovem, apenas para citar alguns dos programas de transferência de renda, aqueles que serão justamente objeto da unificação, racionalização e coordenação.

Espero que a decisão a ser tomada pelo Presidente seja, de fato, fruto dessa paciência a que Sua



Excelência se refere, mas que seja também na direção mais correta possível.

Espero que o Presidente Lula, conforme ressaltou ontem na entrevista ao **Fantástico**, da **Rede Globo**, por sua história pessoal e pela maneira como tem se conduzido, não apenas dê um exemplo de revolução pacífica e democrática no Brasil, mas que possa, com seu exemplo, colaborar e cooperar para que nas outras nações latino-americanas haja a repercussão dele e, mais do que isso, para que o Brasil, como ressaltou ontem o Presidente Lula, ajude a Colômbia a chegar a um entendimento, com uma transformação pacífica entre o Governo Álvaro Uribe e todas as forças que ele representa, as Farc, a M-19 e outras forças que têm travado uma luta revolucionária naquele vizinho país, de povo irmão do povo brasileiro.

O Presidente Lula, ontem, mencionou que está empenhado para que haja um diálogo, inclusive com a cooperação das Nações Unidas. O Secretário-Geral da ONU, Kofi Anan, está empenhado em realizar esse entendimento entre aquelas partes; e o Presidente Lula mencionou que o está apoiando e considera que justamente as Nações Unidas podem se constituir num foro de pacificação.

Conforme tenho ressaltado, mais e mais o Brasil poderá ser um exemplo para mostrar à Colômbia e aos demais países um possível caminho de pacificação se aqui houver o acerto na realização dos programas sociais, dos programas de transferência de renda, dos programas que possam garantir o crescimento da economia, com efetiva criação de empregos, programas de realização de reforma agrária mais eficazes do que os que até agora têm sido feitos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma observação, ontem, a respeito da questão da pobreza em nosso País, da qual me permitam ler um breve trecho que considero bastante interessante.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de pedir a compreensão de V. Ex<sup>a</sup> para prorrogar a sessão por mais dez minutos, a fim de que V. Ex<sup>a</sup> possa concluir o seu pronunciamento e para que o nobre Senador Marcelo Crivella também faça uso da palavra.

A Mesa prorroga a sessão por mais dez minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

Diz o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Há mais ou menos um ano e meio tenho pensado muito em como quebrar o ciclo de miséria, violência e isolamento que aflige

as pessoas na periferia das grandes cidades. A questão não é apenas falta de dinheiro. Temos um problema sério que é o processo de desagregação da estrutura da sociedade, que começa com a implosão da família. Existe uma pobreza passiva e uma ativa. Quando o cidadão está no semi-árido nordestino, ele é pobre, mas ele tem a mãe dele, o pai. Além disso, ele tem uma relação com São José, porque ele espera todo ano até 19 de março para chover, depois ele tem uma relação com o padre Cícero. Ou seja, ele tem fé. Quando esse mesmo cidadão se desloca para um grande centro urbano, seja Recife, seja São Paulo, ele vai morar numa favela e perde essa rede de proteção. Não tem mais o conforto dessas relações. Passa a ser um sujeito que mora num barraco cercado de estranhos. O único ambiente agradável que ele tem por perto é o bar, o único conforto, a bebida. O morador do interior do Nordeste tem a paciência de esperar pela chuva, por uma vida melhor. O filho adolescente do nordestino que migrou para a cidade grande não tem mais a mesma paciência. Quando ele vê, está no fio da navalha. Para cair na criminalidade, é um pulo.

**Veja** – Como lidar com isso?

**Lula** – Nós temos de ter planos emergenciais para atuar nas grandes periferias, porque é ali que a desgraça acontece, ali que imperam a criminalidade, o tráfico de drogas. Atacar isso é possivelmente mais útil à segurança que todos nós queremos do que contratar mais policiais. Nós estamos pensando como fazer para atacar esse problema nos grandes centros urbanos, com obras de saneamento, obras de habitação, para gerar emprego e um mínimo de qualidade de vida para essas pessoas.

Considero, Sr. Presidente, que um bem desenhado programa de transferência de renda pode ser a solução inclusive para a geração de demanda por bens e serviços de primeira necessidade e de uma outra condição de liberdade e dignidade para os trabalhadores, permitindo-lhes uma melhor colaboração.

Sr. Presidente, apenas uma reflexão final. Ontem, o Presidente Lula fez uma observação sobre a reeleição, afirmando que sempre foi contrário a ela. Sua Excelência já demonstrou muitas vezes na histó-

ria a sua extraordinária intuição política, sensibilidade, acuidade, e acredito que ontem mostrou isso.

Como o Presidente Lula, também sempre fui crítico da reeleição. Aqui expressei as lições de Alexis de Tocqueville, transmitindo ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que era seu admirador, que, na democracia na América, segundo Tocqueville, não seria saudável o direito de reeleição. O Presidente tem a percepção exata de que a reeleição possivelmente não será o melhor. Se Sua Excelência acertar – e tenho certeza de que vai acertar e estou disposto a ajudá-lo –, tenho a convicção de que haverá demanda, pela sociedade, na base do PT, para que ele se candidate novamente. Mas talvez o Presidente Lula esteja correto.

Tenho a impressão – e estou de acordo com Sua Excelência nessa afirmação – de que ele aponta um caminho correto: que teria sido mais saudável se o Presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse abraçado essa idéia também quando aqui propôs a reeleição.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Deixe-me apenas concluir, Senador Mão Santa.

E há outro aspecto interessante. V. Ex<sup>a</sup> deve ter visto ontem que o Presidente Lula falou um pouco dos cuidados com a sua saúde, informando que, aos 57 anos, hoje observa que o tempo que tem pela frente é menor do que o que já teve e que agora precisa se cuidar muito bem para poder continuar contribuindo para as coisas nas quais tanto acredita.

Tendo 57 anos, pode o Presidente Lula estar visualizando que talvez – conforme mencionou na sua entrevista à revista **Veja** – alguém de seu próprio Partido ou da coalisão possa muito bem dar continuidade ao trabalho que vem realizando. E como, quatro anos depois, Sua Excelência terá não mais do que 65 anos, cuidando-se muito bem, estará novamente com a sua legitimidade ainda mais reforçada, para, eventualmente, concluir uma obra de tamanho significado quanto aquilo que nos convida a todos os brasileiros realizar: uma revolução pacífica.

Acho que o Presidente Lula acertou.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Eu gostaria de pedir a compreensão do Senador Mão Santa, porque o tempo do Senador Eduardo Suplicy já está esgotado em cinco minutos e ainda temos o Senador Marcelo Crivella para falar e a sessão se encerra às 18 horas e 52 minutos. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me perdoasse por isso.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Pois não.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Mão Santa, pela intenção do seu aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella pelo tempo que resta da sessão.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve para manifestar uma preocupação com respeito ao nosso Estado do Rio de Janeiro.

Hoje é capa de um dos jornais mais importantes do meu Estado que policiais militares foram punidos porque estavam receosos de se manterem nos postos por falta de equipamentos.

O Estado do Rio de Janeiro é o segundo mais rico da Federação, contribui todos os meses com R\$3,5 bilhões, que são transferidos para a União, e pasmem, Sras e Srs. Senadores – nós que somos da Casa do equilíbrio federativo, guardiões da nossa Federação –, menos de R\$100 milhões voltam. Imaginem V. Ex<sup>as</sup> um Estado que, há pouco tempo, mostrou na TV uma fila de quarenta mil pessoas para terem o emprego de gari passar todos os meses para o Governo Federal R\$3,5 bilhões e receber de volta somente R\$100 milhões. No final de um ano, o Rio de Janeiro transferiu para o Governo Federal R\$40 bilhões e recebeu de volta menos de R\$2 bilhões. Como é possível sobreviver com essa crise que meu Estado atravessa, sofrendo um saque que já se perpetua por muitos anos nesse montante?

Portanto, era o que eu gostaria de deixar registrado nesta Casa. Peço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que, no momento em que formos votar a reforma tributária, procuremos imaginar e equacionar um sistema federativo no mínimo justo.

É bem verdade que os Estados ricos devem contribuir com os Estados pobres, mas não é possível que aquele que contribua, o doador, fique em uma situação pior do que a do donatário.

Aliás, eu quero também dizer que o Estado de São Paulo, que é o mais rico da Federação, não pratica tal sacrifício. Se o Rio de Janeiro recebe menos de 3% do que manda para o Governo Federal, o Estado de São Paulo fica com mais do dobro do que isso.

Portanto, eu gostaria de, mais uma vez, num grito de alerta, lembrar ao Governo, ao pessoal da Receita Federal e principalmente aos Srs. Senadores que vão se debruçar profundamente sobre a reforma tri-

butária, a situação angustiante de mais de 15 milhões de fluminenses que não têm como sequer equipar a sua Polícia Militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Romero Jucá e a Srª Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: o Banco da Amazônia (BASA) cumpre satisfatoriamente o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável da Região que aqui representamos, sem abdicar de sua responsabilidade social. Essa a conclusão a que se pode chegar, a partir do seu desempenho no período de 1995 a 2002, marcado por iniciativas econômicas geradoras de progresso e que, necessariamente, observaram o interesse social e a necessidade de integral proteção do meio ambiente.

A respeito, Relatório de Gestão, há pouco divulgado, reconhece que o Banco não estava plenamente capacitado para responder, de modo afirmativo, à realidade introduzida pelo Plano de Estabilização Econômica.

Para justificar a sua existência em tal cenário, impunha-se a demonstração de solidez empresarial apta a produzir resultados econômico-financeiros favoráveis, capazes de atender, de maneira auto-sustentável, aos objetivos estratégicos de governo.

Retomou-se, então, o caminho de seu Planejamento Estratégico, de ser o principal banco da Amazônia, encarregado da promoção do desenvolvimento regional, mediante recursos financeiros, produtos e serviços, “visando à satisfação da sociedade, clientes e acionistas”.

Banco de fomento, e não estabelecimento comercial, contou com o empenho construtivo de seus colaboradores para a superação de inúmeras dificuldades, obtendo, ao termo do processo, os resultados favoráveis de qualidade, produtividade e competitividade.

Prova disso, os seus indicadores de rentabilidade demonstram ganhos de 44,70%, em 1995; de 115,58%, em 1996; de 14,47%, em 1997; de 16,55%, em 1998; de 44,43%, em 1999; de 22,66%, em 2000; de 15,40%, em 2001; e de 17,03%, em 2002.

No período, o Patrimônio Líquido do BASA cresceu de R\$ 35,2 milhões para R\$ 1,2 bilhão; os Ativos Totais aumentaram de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 7,9 bilhões; e a Carteira de Fomento passou de R\$ 1 bilhão para R\$ 3,9 bilhões.

Nos últimos anos, além de promover o equilíbrio patrimonial, implementar o modelo de gestão e melhorar os níveis de sua efetividade, o Banco promoveu a adequação de sua estrutura organizacional e a capacitação profissional de seus colaboradores, providências que, no seu conjunto, o levaram a responder por mais de 53% do volume global de crédito na Região Norte e por mais de 83% do crédito de fomento para ações de desenvolvimento sustentado.

É importante notar, nesse caso, que o BASA obedece à destinação de promover o desenvolvimento sustentável da Região, com a responsabilidade social inicialmente apontada, o que também determina o seu apoio às iniciativas econômicas comprometidas com a preservação ambiental.

Dessa forma, a concessão de crédito é representativa do estímulo a empreendimentos que adotem tecnologias redutoras de impactos negativos sobre o meio ambiente.

Para o cumprimento de seu complexo e extenso elenco de tarefas, o Banco dispõe de 82 agências, 7 postos de atendimento avançado, 17 postos de atendimento bancário e 1 de atendimento eletrônico, prevendo-se a breve implantação de mais 7 dessas últimas unidades. Na região, contam-se 61 agências e 15 postos bancários, aí incluídas as unidades pioneiras mantidas em localidades ainda sem esse tipo de serviços.

Merece-nos referência, ainda, que o BASA identificou a ocorrência de desigualdade regional na distribuição do financiamento às atividades de pesquisa. Números de levantamento realizado em 1998 confirmaram que os investimentos nessa área mostraram-se muito aquém dos apresentados pelas demais regiões.

Justifica-se, portanto, que o BASA, utilizando recursos não-reembolsáveis do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), mantenha o apoio a 258 projetos de pesquisa, neles aplicando 12 milhões de reais no último triênio.

Some-se a isso o apoio do Banco a diferentes projetos relacionados às áreas de agricultura, biotecnologia, capacitação profissional, incubação de empresas, meio ambiente, pecuária, pesca e aquicultura, floresta e tecnologia de produtos de origem vege-

tal, em parceria com 26 instituições de ensino e pesquisa da Região.

No ano passado, foram concluídas, entre outras, as pesquisas sobre desenvolvimento tecnológico para captura de peixes na costa Norte do Brasil, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e sobre a Quantificação do Potencial Econômico dos Municípios da Região Norte, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

No período de novembro de 1995 a dezembro de 2002, os financiamentos deferidos pelo BASA, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), representaram um aporte de R\$ 2,5 bilhões na economia regional, dos quais R\$ 220 milhões provenientes da contrapartida das unidades produtivas beneficiadas. Em outros termos, o FNO respondeu por 92% dos valores aplicados em novos empreendimentos produtivos, enquanto 8% corresponderam a recursos investidos pelos empreendedores.

Devemos registrar, ainda, que o BASA investiu, em bases sólidas, para a diminuição do êxodo rural, mediante ações creditícias que contribuem para a fixação do homem no campo, como é o caso do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), e que, nos últimos anos, consolidada a sua recuperação financeira, registrou um lucro anual médio de cerca de 50 milhões de reais.

Concluimos, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, esses breves comentários, consignando que o documento reconhece a existência de múltiplos desafios a enfrentar, quer no que se refere à política de pessoal, quer no que tange à atualização dos processos de administração e de recursos tecnológicos, aí incluídos investimentos em automação bancária.

Também, demonstra a edificação de sólidas bases para que o Banco da Amazônia prossiga na tarefa fundamental de promoção da atividade econômica em nossa Região, mercê de suas tradição, solidez e confiabilidade.

Era o que tínhamos a dizer.

#### **“Transplantes”**

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho neste momento à tribuna para destacar matéria especial da revista **Veja** sobre trans-

plantes, publicada na edição número 33 de agosto de 2003.

O tema é extremamente oportuno e por isso solicito sua inclusão nos Anais da Casa, uma vez que foi aprovado na última reunião da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara n.34 de 2002 que proíbe a alteração da ordem dos nomes da lista única de espera de transplantes.

O projeto ainda retorna ao Plenário do Senado e visa impedir que os mais abastados desrespeitem a fila de espera, a não ser em caso de iminência de óbito.

Ressalto ainda que, por sugestão do Senador Leomar Quintanilha, faremos gestão junto ao Ministério da Saúde para que realize uma campanha em favor da doação de órgãos. A Comissão de Assuntos Sociais conta com a experiência de vários médicos e pode oferecer uma contribuição efetiva ao aumento de transplantes em nosso país.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

#### **UM GESTO QUE PODE SALVAR**

*Falta de doadores deixa por um fio a vida de mais de 50.000 brasileiros que esperam por um transplante*

**Lucila Soares**

A única coisa certa da vida é a morte. Ainda assim, é muito difícil lidar com sua proximidade. Imagine, então, o que é estar na iminência de uma morte que a medicina pode evitar. É dessa forma que vivem os 56.364 brasileiros que estão na fila de espera por um transplante. Eles podem morrer não porque falem recursos, tecnologia, médicos, remédios ou hospitais. Faltam órgãos. O drama dessas pessoas é depender de um gesto que só outro ser humano pode fazer – mas a maioria não faz. No Brasil há 5,6 doadores por milhão de habitantes. Em Portugal, por exemplo, essa relação é de 21,7 por milhão (*veja quadro abaixo*). O resultado é trágico. Neste ano serão realizados no país cerca de 6 600 transplantes, o que atende apenas 11,7% dos que estão na espera. A fila só não anda mais devagar porque quase metade dos pacientes morre antes de conseguir um transplante.

A maioria dos que recebem a notícia de que precisam de um transplante se sente, num primeiro momento, diante de uma sentença de morte. Mas em seguida vem a reação – uma reação quase heróica. O engenheiro paulista Eduardo Sirianni, 41 anos, descobriu há oito que sofre de grave insuficiência renal. Desde então, mudou radicalmente seus hábitos e consegue trabalhar normalmente. Sirianni encara com serenidade o fato de todas as noites ter de submeter-se à diálise peritoneal, plugando-se por oito horas a uma máquina que, através de um cateter, injeta na cavidade abdominal um líquido que filtra seu sangue. “A doença dá uma segunda chance de vida, que exige organização, planejamento e modificação interior”, diz. Com apenas 5 anos, a pequena Gabriela Espírito Santo também está na fila do transplante de rim e consegue levar vida quase normal. Ela discorre com desenvoltura sobre diálise peritoneal e sonha com o dia em que vai “tirar a borracha da barriga”. “Ela nem sabe o que é transplante, só sabe que pode ficar boa um dia”, comenta Maria Luiza Centellez, mãe de criação da menina.

Em boa parte dos casos, entretanto, a vida normal torna-se gradativamente impossível. O cotidiano resume-se, muitas vezes, a lutar contra a morte. Vira uma rotina de sofrimento físico, que inclui depender de cilindros de oxigênio para respirar e suportar náuseas, dores de cabeça e outros efeitos colaterais de dezenas de remédios. A professora mineira Lídia Almira dos Santos, de 37 anos, sofre de uma doença pulmonar rara, que tira seu fôlego e exige um esforço sobre-humano para os movimentos mais rotineiros, como tomar banho ou comer. Por causa do problema, Lídia teve de tomar hormônios que anteciparam a menopausa e foi aposentada por invalidez. Em março, depois de quatro anos de tratamento, mudou-se de Caxambu para São Paulo e entrou para a fila do transplante de pulmão. A angústia da espera a consome. “É duro saber que estou piorando e não poder fazer nada”, diz.

Essa angústia seria muito menor se não houvesse uma cruel conjugação de fatores, que começa pela subnotificação de mortes às centrais de transplantes, segue na falta de comunicação com os parentes dos possíveis doadores e culmina na recusa das famílias em permitir a retirada de órgãos dos mortos. O exemplo do Rio de Janeiro dá a dimensão do problema. Morrem no Estado cerca de 90.000 pessoas por ano. Dessas, pelo menos 900 poderiam ter

morte cerebral (ou encefálica, no jargão médico), condição necessária para a doação de órgãos. Mas a central de transplantes do Estado recebeu apenas 300 notificações em 2002, o que, devido às exclusões clínicas e recusas, resultou em 107 doadores.

Fotos Claudio Rossi

“Peço a Deus para ajudar nas coisas mais simples. Banho para mim não é prazer, é hora de stress. Fico exausta. Acordo com as mãos e a boca roxas por falta de oxigenação. Mas eu passo por tudo isso porque amo a vida e sonho com tudo o que um pulmão sadio pode trazer de volta. Quem está nessa situação só tem duas opções: definir até morrer ou sonhar e lutar. Eu escolhi a segunda.”

**Lídia Almira dos Santos, mineira, 37 anos, professora, aguarda por um transplante de pulmão**

Os números formam um quadro alarmante. A Associação Brasileira de Transplante de Órgãos estima que, de cada dez famílias de potenciais doadores, apenas uma seja abordada. Desse minguado total, quase 60% negam a doação. É um porcentual alto se comparado ao da Espanha, onde a proporção é de 20%. Não se trata de simples egoísmo, tampouco apenas da questão genericamente batizada como “cultural”, área na qual é evidente que Brasil e Espanha têm muito mais semelhanças que diferenças. O que separa os dois países é o nível de informação. Na Espanha, o sistema de transplantes foi criado em 1985. Desde então, todo espanhol ouve falar em doação de órgãos desde criança. Quando morre alguém da família, ele pode até não doar, mas não por ignorância.

Aqui, o sistema foi criado em 1997. E, do ponto de vista da comunicação, teve uma estréia desastrosa ao transformar todo brasileiro em doador compulsório de órgãos, a não ser por expressa manifestação em contrário. Sem uma campanha de esclarecimento, a população correu da raia, assombrada pelo fantasma do tráfico de órgãos. Em 1998, 60% dos que tiraram carteira de habilitação optaram por declarar-se não-doadores. Revogada a lei, o brasileiro continua, normalmente, só tomando contato com o tema em duas circunstâncias. Ao descobrir que ele próprio ou uma pessoa querida precisa de um transplante, ou ao ser abordado por uma equipe de busca de órgãos quando acaba de perder um parente. Não pode dar

certo. Até porque, como lembra o médico Milton Glezer, que coordena a procura de órgãos do Hospital das Clínicas de São Paulo, o doador ideal é jovem e morreu subitamente, de morte violenta ou acidente vascular cerebral. “Fazemos contato com famílias chocadas por uma morte nessas circunstâncias para falar num assunto sobre o qual a maioria nunca pensou”, diz.

Nesse momento ficam claras duas barreiras. A primeira é cultural. A idéia enraizada em todos nós é que a morte ocorre quando o coração pára de bater e cessa a respiração. Mas os transplantes de órgãos são feitos a partir de indivíduos com diagnóstico de morte cerebral. São pessoas efetivamente mortas: seu cérebro, incluindo a parte que desempenha funções vitais, como o controle da respiração, não funciona mais. No entanto, a respiração e os batimentos cardíacos são mantidos por aparelhos – medida essencial ao transplante, porque, se não forem irrigados, os órgãos perdem rapidamente as condições de aproveitamento. É difícil admitir uma morte com essas características. O drama é que o transplante é uma corrida contra o tempo. Um coração, por exemplo, só pode ser utilizado até no máximo quatro horas depois da morte do doador. Muitas vezes, quando vem a autorização, a doação já é inviável.

“Quando descobri que precisava de um transplante, todo mundo me encarou como alguém que está morrendo, quase um cadáver. Não sou cadáver. Estou vivo, mais vivo do que antes. Quisera ser um cara saudável com os hábitos que tenho hoje. A doença é um farol amarelo, que mostra que ninguém é invencível. E o transplante não dá invencibilidade a ninguém, mas uma segunda chance.”

**Eduardo Sirianni**, paulista, 41 anos, engenheiro eletrônico, aguarda por um transplante de rim

A segunda barreira é a falta de confiança num sistema de saúde que não dá assistência às famílias. Quem já teve de buscar notícias de um parente num grande hospital de emergência sabe que não é tarefa fácil. Muitos só ganham um interlocutor quando o familiar morre e vem o pedido de doação. Fechando o ciclo perverso, os profissionais de saúde não têm praticamente nenhum contato com o tema em sua formação e trabalham sob pressão, com pacientes

gravíssimos e UTIs lotadas. “Os médicos acham que o indivíduo em morte encefálica está perdido e deve dar lugar a alguém que pode ser salvo. A maioria não percebe que esse é um elo de vida”, avalia Milton Glezer.

São situações muito novas quando se leva em conta que os primeiros transplantes de órgãos datam da década de 50 do século passado e que só há pouco mais de vinte anos passou a ser possível controlar a rejeição através de medicamentos. A chance de sucesso de um transplante hoje é da ordem de 90%, em média. No Brasil, o número de transplantes praticamente dobrou entre 1997 e o ano passado. As listas de espera foram unificadas por Estado, acabando com uma superposição que facilitava favorecimentos e até comércio de órgãos. Hoje, qualquer paciente tem acesso ao cadastro de que faz parte. São avanços que acabam tendo o efeito reduzido pela falta de doadores, como admitiu a VEJA o ministro da Saúde, Humberto Costa, que planeja uma campanha de esclarecimento para este segundo semestre.

**Reação emocionada** – Antes tarde do que nunca. Em pelo menos duas ocasiões, a televisão foi responsável por um pico no número de candidatos à doação. Na novela *De Corpo e Alma*, de 1992, a personagem Paloma (Cristiana Oliveira) recebeu um transplante de coração e provocou enorme curiosidade em relação ao tema. Há pouco mais de dois anos, o drama de Camila (Carolina Dieckmann) em *Laços de Família* comoveu o Brasil. Agora, a morte de Fernanda (Vanessa Gerbelli) em *Mulheres Apaixonadas* deve provocar fenômeno semelhante. Mas não basta contar com a reação emocionada a apelos desse tipo. “A doação deveria ratificar uma escolha já feita. Não ser uma decisão num momento de perda, decepção, raiva”, comenta o psicólogo Gustavo Matta, que trabalhou por treze anos na captação de órgãos da central de transplantes do Rio de Janeiro.

Nada mais lógico, como demonstra a experiência do Banco de Olhos de Sorocaba, no interior de São Paulo. Lá, começou em 1984 um programa de captação de córneas que atingiu padrão de eficiência comparável aos melhores índices internacionais: a espera não passa de seis meses, contra uma média nacional de três anos. “O segredo é trabalhar em todas as frentes – escolas, igrejas, clubes”, acredita Pascoal Martinez Munhoz, presidente do Banco de

Olhos. É na tecla da informação que bate o editor carioca Geraldo Jordão Pereira, 65 anos. Ele recebeu um transplante de fígado no ano passado, depois de três anos de espera e várias recusas de familiares de possíveis doadores. Jordão tornou-se militante da causa da doação de órgãos ao longo desse processo, iniciando com o diagnóstico de hepatite C contraída numa transfusão de sangue. E espanta-se com a pouca importância dada ao tema. "É um descaso estarrecedor", diz o editor.

Jarbas Oliveira

"Achava que estava bem e de uma hora para outra descobri que estou doente. É duro. Isso muda a gente. Eu achava que a vida era só viver, viver, curtir, sem possibilidade de a morte chegar. Não era doador, nunca tinha sido estimulado a pensar nisso. Se as pessoas soubessem da importância de um órgão para quem

está esperando o transplante, haveria mais doadores."

**Francisco Jacinto da Costa**, potiguar, 49 anos, funcionário do Banco do Brasil, aguarda por um transplante de fígado

Jordão ganhou uma nova vida, assim como o gaúcho João Carlos Cechella, 50 anos, coração dez anos mais novo, transplantado em 1989. Ambos têm depoimentos semelhantes. Aprenderam a aproveitar melhor o presente e a usufruir alegrias que parecem pequenas a quem nunca enfrentou problema desse tipo. O mesmo aconteceu com o pequeno empresário paulista Antônio Bonini, de 47 anos. Em novembro do ano passado, depois de treze anos doente, dos quais sete impossibilitado de trabalhar, e dois na fila do transplante de pulmão, Bonini recebeu um telefonema. Achou que era trote. Não era. Há pouco mais de um mês, foi ao cinema com as filhas pela primeira vez. "É uma alforria", diz.

## Verdades e mitos

A doação e o transplante de órgãos ainda provocam muitas dúvidas. A seguir, algumas das perguntas mais comuns

### Qual a diferença entre morte encefálica e coma?

A morte encefálica é a morte do cérebro, incluindo o tronco cerebral, que desempenha funções vitais, como o controle da respiração. É um estado totalmente diferente do coma, do qual a pessoa pode sair, porque o cérebro continua funcionando. A constatação é feita através de dois exames neurológicos, com intervalo de seis horas, e um complementar. A legislação que regula a constatação de morte encefálica no Brasil é das mais rígidas do mundo, e não há risco de confundir os dois estados

### Por que a pessoa em morte encefálica respira e tem batimentos cardíacos?

Quando alguém entra em morte encefálica a respiração só é possível através de aparelhos e a parada cardíaca é inevitável. É preciso manter artificialmente a respiração e os batimentos cardíacos para que os órgãos continuem sendo irrigados e recebam oxigênio. Sem esse recurso, eles perdem rapidamente a condição de aproveitamento. Mesmo depois da parada cardíaca, entretanto, ainda se pode doar córneas e outros tecidos, como pele e ossos

### Existem quadrilhas de traficantes de órgãos no Brasil?

Nenhuma denúncia foi confirmada pelas autoridades policiais. A ação desse tipo de quadrilha é muito difícil. Um transplante exige no mínimo dois centros cirúrgicos e mais um laboratório de imunogenética. É preciso dispor de muitos doadores para achar um com perfil genético compatível com o do receptor. Não faz sentido imaginar que basta roubar o fígado de alguém e colocar em outra pessoa

### Quem pode autorizar a doação de órgãos?

Só a família. Por isso quem quer ser doador deve comunicar essa vontade a seus parentes mais próximos

### O corpo do doador fica deformado?

Não. Os hospitais autorizados a fazer a retirada dos órgãos são obrigados por lei a recuperar a mesma aparência que o doador tinha antes da retirada. A família tem o direito de exigir isso

Fontes: Ministério da Saúde e Organização de Procedo do Órgão do Hospital dos Clínicos de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup>. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

## ORDEM DO DIA

**Às 15:30 horas**

### 1

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 377, DE 2003

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, II, d, do Regimento Interno)*  
*(Discussão adiada em 14.08.03, em virtude de acordo de lideranças)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2003, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sergio Zambiasi, que *disciplina relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.*

Dependendo de parecer, em substituição à Comissão Mista.

### 2

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 1999

*(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 26, de 2001)*

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados*, tendo

Parecer contrário, sob nº 1.367, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Luiz Pontes, com voto vencido, em separado, do Senador José Fogaça, que se absteve em relação ao relatório vencedor.

### 3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2003

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Efraim Morais, que *dá nova redação ao § 1º do art. 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pa-*

*gamento de obrigações relativas a precatórios judiciais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 593, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

### 4

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2000 (nº 3.922/97, na Casa de origem), que *institui multa a fornecedores de bens ou serviços por atraso no cumprimento de prazo de entrega de mercadoria ou realização do serviço*, tendo

Parecer sob nº 771, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

### 5

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1997, e o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2000)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que *altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar e o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar* (transferindo ao tribunal do júri a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida cometidos contra civil por militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios), tendo

Parecer sob nº 763, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável à matéria, com Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1997, e do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2000, que tramitam em conjunto.

### 6

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 1997

*(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 117 e 132, de 2000)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1997 (nº 2.314/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação a dispositivos dos Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969, e dá outras providências*, tendo



Parecer sob nº 763, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella, pela rejeição da matéria e do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2000; e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2000, com Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**7**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2000**  
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1997, e Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2000, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *concede à Justiça comum competência para processar e julgar crimes de tortura praticados por militares*, tendo

Parecer sob nº 763, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella, pela rejeição da matéria e do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1997; e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2000, com Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**8**

**REQUERIMENTO Nº 336, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 336, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 54 minutos.)*

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO  
SENADO FEDERAL SENADOR JOSÉ SARNEY**

**18-8-2003**  
**segunda-feira**

**17h30 – Ministro Włodzimierz Cimoszewicz, Ministro das Relações Exteriores da Polônia**  
Salão Nobre do Senado Federal

**18h – Senhor Nizan Guanes, participam da reunião os Senhores Senadores Romeu Tuma e Sergio Zambiasi**

Presidência do Senado Federal

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 5ª REUNIÃO DE  
2003 DIA 2 DE JUNHO DE 2003,  
SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H, NA SALA Nº 6 DA  
ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião do CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, realizada em 02 de junho de 2003, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, destinada a: 1) leitura de expedientes; 2) exposição do Sr. **GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI**, sobre “A questão da concentração da propriedade nos meios de comunicação social”; 3) exposição do Sr. **EDMOND FERNANDO SANTIAGO**, Diretor Comercial da Brasil Telecom, sobre “TV Turbo e Inclusão Digital”; 4) breves relatórios sobre andamento dos trabalhos das comissões; 5) comunicações dos Conselheiros: **FERNANDO BITTENCOURT** – “Cenário tecnológico nas mídias de comunicação social”; **GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – “Proposta de audiência pública, no âmbito do Conselho de Comunicação Social, com a presença do Ministério da Justiça e Polícia Federal, Ministério das Comunicações e Anatel, e Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro”; e **ROBERTO WAGNER MONTEIRO**.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

**JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO** – Presidente  
Representante da sociedade civil

**PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO**  
Representante das empresas de rádio

**ROBERTO WAGNER MONTEIRO**  
Representante das empresas de televisão

**FERNANDO BITTENCOURT**  
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social

**FREDERICO BARBOSA GHEDINI**  
Representante da categoria profissional dos jornalistas (Suplente)

**FRANCISCO PEREIRA DA SILVA**  
Representante da categoria profissional dos radialistas

**BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA**  
Representante da categoria profissional dos artistas

**GERALDO PEREIRA DOS SANTOS**

Representante das categorias profissionais  
de cinema e vídeo

**ALBERTO DINES**

Representante da sociedade civil

**CARLOS CHAGAS**

Representante da sociedade civil

**RICARDO MORETZSOHN**

Representante da sociedade civil

Esteve presente, também, a Conselheira **REGINA DALVA FESTA** (Representante da sociedade civil – Suplente).

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Boa-tarde a todos. São 2h09min. Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião do Conselho de Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Antes de dar início à Ordem do Dia, registro a presença do Conselheiro Frederico Ghedini, representante do Conselheiro Daniel Herz, que não pôde estar presente. Ao Conselheiro, dou as boas-vindas.

Passo a ler mensagem eletrônica recebida do Conselheiro Jayme Sirotsky: “Lamento não poder comparecer à reunião da próxima segunda-feira. Devo presidir a reunião do Conselho de Administração do **RBS** nesse mesmo dia. Por telefone, havia dito ao Presidente que tentaria conciliar, o que não foi possível”.

Srs. Conselheiros, a Ata Circunstanciada e respectivas notas taquigráficas da última reunião encontram-se disponíveis em cópia sobre a mesa e na página do Conselho na Internet. Conforme combinado na última reunião, a Secretaria encaminhou comunicação eletrônica com orientações sobre como acessar as atas na Internet.

Indago dos colegas se haveria algum registro ou correção a ser feita. (Pausa.)

Não havendo nenhuma manifestação, considero aprovada a ata e liberada para publicação no **Diário do Senado Federal**.

Passo a dar conhecimento ao Conselho dos expedientes recebidos. Cópias dos documentos constam dos avulsos de pauta e encontram-se sobre as bancadas, à disposição dos senhores.

Há uma comunicação do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, solicitando a convocação de audiência pública neste Conselho para tratar da questão da radiodifusão comunitária no Brasil. A Presidência,

em princípio, concorda com a convocação e em dar todo o apoio necessário. Mas encaminhará a solicitação à Comissão de Radiodifusão Comunitária, que está tratando da matéria e deverá tomar deliberações nesse sentido.

O segundo documento é o ofício do Deputado Federal Orlando Fantazzini, coordenador da campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, solicitando que a discussão sobre a campanha seja incluída na pauta deste Conselho. Designo Relator para essa matéria nosso representante nessa campanha, o Conselheiro Ricardo Moretzsohn, que tem participado da discussão e, que neste Conselho, é quem mais se ocupa da questão. Estaremos bem representados. Na próxima reunião, o Conselheiro fará um relato minucioso sobre o andamento da campanha.

**O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Tem V. Sª a palavra.

**O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Sr. Presidente, gostaria de pedir um breve tempo, porque, a meu convite, está presente nesta reunião o Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, companheiro Armando Rollemberg, que gostaria de oficializar um comunicado a todos nós. Esse pedido foi enviado por escrito a V. Sª.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Por favor, Armando. Rompem-se todas as formalidades. V. Sª manda. A única exigência é mitigar essa saudade intensa, com sua presença aqui ao nosso lado.

Está tudo errado, Conselheiro Chico Pereira. No meio do expediente... Mas o Armando manda. Manda em você e manda em mim.

**O SR. ARMANDO ROLLEMBERG** – Boa-tarde a todos. O Chico esteve hoje na minha sala e comentei com ele que, na semana passada, o Presidente José Sarney – dando prosseguimento a uma conversa que teve com Lula, em Buenos Aires, quando da posse do Kirchner – me informou da possibilidade de realizarmos uma parceria inédita entre a **TV Senado**, a **TV Câmara**, a TV do Poder Judiciário e a **Radio-brás**, para constituirmos um canal público internacional de TV e de rádio para divulgar as atividades do Estado brasileiro, não só do Estado brasileiro, com

também veicular filmes e programas produzidos por artistas e produtores nacionais.

A idéia prosperou rapidamente, porque os dois ficaram hospedados na residência do nosso Embaixador em Buenos Aires, onde tiveram oportunidade de conversar sobre o assunto. Voltaram daquele país no mesmo voo. Disso já resultou uma carta do Presidente Sarney, a qual trouxe ao conhecimento de vocês e que se encontra com o Dr. José Paulo, formalizando a idéia para o Presidente Lula e para o Presidente João Paulo. O Presidente Sarney deve oficialar nesses mesmos termos ao novo Presidente do Supremo Maurício Corrêa.

A idéia prosperou também no âmbito administrativo. Realizamos uma reunião preliminar com a Presidência da **Radiobrás**, com a Diretoria de Comunicação do Senado e da Câmara. Na quinta-feira, teremos um encontro de ordem técnica e de pessoal-jurídica, para saber como seria esse novo ente.

A solução para esse ente pode passar por uma construção inédita.

Comunico isso porque é algo pertinente a este Conselho. Apressei-me a dar conhecimento dessa nova proposta encampada pelo Presidente Sarney e recebida com muita simpatia pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Presidente João Paulo. Já contamos, em princípio, com a simpatia. Estamos começando a formatar essa nova idéia.

Nós, do Senado, consideramos que a operação desse novo ente deve estar localizada na **Radiobrás**, mas que deve haver um equilíbrio; a **Radiobrás** não teria o comando do processo, mas deverá sediar. Como é um órgão que visa à divulgação do Estado brasileiro, não pode controlar esse novo ente.

Quem sabe as luzes do Dr. José Paulo possam nos ajudar nesse processo final de formatação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Armando é um velho amigo, já deu provas de espírito público, da dimensão do coletivo. Este Conselho se sente honrado em tê-lo aqui presente.

Esse assunto não é de hoje; há, inclusive, um projeto de lei do Senador Hélio Costa, PMDB – MG, para a criação de uma TV Brasil internacional. O Presidente José Sarney teve essa idéia há muito tempo.

S. Ex<sup>a</sup> tem sido um bom amigo deste Conselho, não nos tem faltado apoio. Entretanto devo dizer que não é uma idéia consensual. A experiência internacional não tem dado bons exemplos de que os custos de um entendimento como esse correspondem efetivamente ao interesse coletivo.

Quero dizer ao querido amigo Armando que este é um Conselho plural. Temos sempre buscado produzir consenso aqui. Se esse assunto vier ao Conselho – e espero que venha –, terá um tratamento adequado. Apenas estou querendo dizer que, ao lado da simpatia dos proponentes, essa matéria tem que ser bem examinada, pois há argumentos a favor e contra, ambos muito consistentes. Teremos de fazer uma avaliação, mas faremos isso com todo o apreço não apenas ao próprio Armando, que aqui traz a proposta, como ao Presidente José Sarney.

Com a palavra a Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, Srs. convidados e Sr. Armando Rollemberg.

Semana passada, vi na imprensa a proposta de criação da TAL – a TV da América Latina, que realmente me chamou a atenção. Tivemos oportunidade de discutir. Paralelamente à representação que exerce no Conselho, presido a **TVE** do Paraná. Nessa condição, participei da reunião da ABEPEC – Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais, no último final de semana, em São Paulo, com a presença do Presidente da **Radiobrás**, Sr. Eugênio Bucci, onde tivemos a oportunidade de discutir essa proposta, mas não em profundidade.

Na realidade, mais do que entender a integração dos povos latino-americanos como uma necessidade efetiva, nós, do Paraná, já vínhamos desenvolvendo uma atividade nessa área. O Governador Roberto Requião tem uma visão muito clara da importância da atuação conjunta e do nosso desenvolvimento integrado, sobretudo neste momento. Portanto, fatalmente, a partir do momento em que se defina o ente jurídico e como viabilizar o empreendimento – digamos assim –, os senhores terão necessidade de trabalhar a expansão da rede (como levar esse sinal lá). Temos alguma experiência e ficamos à disposição para trabalharmos juntos nessa perspectiva.

Da mesma forma, exorto ao Sr. Eugênio Bucci, em especial, que pense na rede pública de tevê, nas emissoras educativas e culturais, como parceira em todo esse processo não apenas para formar o conteúdo que será necessário veicular, mas também para fortalecer o sistema público de radiodifusão, que carece, neste momento, de reconhecimento e de um apoio mais concreto.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao companheiro Armando sua visita de cortesia.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não vamos discutir esse assunto, que está fora da pauta. Foi apenas um gesto de cortesia. Gostaria que não perdêssemos muito tempo.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Sim. Apenas antevendo a vinda ao Conselho dessa proposta da TV Brasil, eu, como representante...

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – TV Brasil?

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Parece que o nome vai ser TV Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Os jornais dizem que vai ser a TAL.

**O SR. ARMANDO ROLLEMBERG** – Não. Desculpe-me. São duas coisas distintas. A TAL é uma idéia que vem como troca de conteúdos. Nós, da **TV Senado**, também estamos superinteressados em participar e colaborar, sem dúvida, mas a idéia do canal público é diferenciada da idéia da TAL.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Estou antevendo a vinda aqui e já estou externando meu total apoio à idéia...

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Do Canal Brasil.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Exatamente, porque entendo que esse é o caminho para se divulgar mais o Brasil na área do Judiciário, do Executivo e do Legislativo.

**O SR. ARMANDO ROLLEMBERG** – Agradeço. Desculpem-me ter invadido a pauta. Não era a minha intenção.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Era sua intenção sim (risos).

**O SR. ARMANDO ROLLEMBERG** – Foi minha intenção apressar-me em comunicar minha opinião, já que o assunto é pertinente. Não gostaria que o as-

sunto rolasse sem que os Conselheiros do Conselho de Comunicação Social tivessem se acercado dele. Estou à disposição para, em outro momento, depois que a idéia prosperar um pouco mais, discuti-la em profundidade. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Encareço que expresse ao Presidente José Sarney as estimas do Conselho.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Aproveito a presença do Armando Rollemberg, que já foi Presidente da FENAJ, para comunicar que ontem foi o Dia Nacional da Imprensa, que desde 2000 vem sendo comemorado no dia 1º de junho em função de ser a data em que, pela primeira vez, circulou o **Correio Brasileiro**.

No próximo dia 04 de junho, às 9h, haverá uma sessão solene, na Câmara dos Deputados, em homenagem ao Dia da Imprensa e do Jornalista e um ano sem Tim Lopes.

Sugeriria, então, Sr. Presidente, que o Conselho designasse alguém para acompanhar essas festividades, já que é uma data extremamente importante aos jornalistas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Algum voluntário se dispõe a cumprir esse papel? (Pausa.)

O Conselho designa como voluntário o Conselheiro Paulito, com o apoio de todo o Conselho.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Claro que aceito prazerosamente, Sr. Presidente, porém, lamentavelmente, não sou jornalista e creio que, para desempenhar essa função, deveria sê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas estará representando o Conselho.

Recebo ofício da Anatel, que encaminha cópia de mensagem eletrônica do Sr. Adelino Ozores Neto II referente à manifestação de subprogramação exibida em canal de TV envolvendo tratamento de pessoas portadoras de deficiência física. Diz esse cidadão:

“Vale tudo pela audiência... pelo dinheiro. Vale até reproduzir ou simular situações de cenário urbano: ‘atravessando uma avenida movimentada, um ca-

deirante solicita ajuda aos transeuntes para transpor a via e no meio da pista se atira no chão. Rapidamente o pretenso deficiente é socorrido, carregado até margem da avenida. Ao colocá-lo no chão, ele se levanta e anda até a cadeira, chamando àqueles que o auxiliavam de otários, pois queria apenas dar uma voltinha – é pegadinha.’ Risos... se não fosse trágico. Os otários somos nós. É vergonhoso. Estou tão indignado que não encontro palavras para protestar.”

Como o Conselheiro Ricardo Moretzsohn vem se ocupando dessa matéria, encaminho-a ao Conselheiro para examinar esse assunto e fazer um relato ao Conselho na próxima reunião.

Ofício do Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental do Ibama sugere a possibilidade de se proibir a participação de animais silvestres em programas de televisão, propagandas, filmes e afins, a menos que tenham um cunho educativo, com vistas a impedir a sua extinção. S. S<sup>a</sup> inclusive ressalta que de cada dez animais capturados nove geralmente morrem antes do destino final.

Dada a semelhança do assunto, também encaminho a matéria ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn, que deverá se pronunciar na próxima reunião.

Ofício da Associação de Rádios Comunitárias de Uberaba traz comentários, para apreciação por este Conselho, ao projeto de lei que cria os serviços de telecomunicação comunitária. No mesmo sentido, há a mensagem da **Rádio Vale**, dizendo que estão de olho, o que é um bom instrumento de controle social. Creio que devem ficar de olho, sim, em tudo o que disser respeito ao interesse coletivo.

Ofício nº 790, do Presidente do Senado, encaminha a este Conselho o Projeto de Lei do Senado nº 575, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária, de autoria do então Senador Paulo Hartung, solicitando parecer sobre a matéria.

Usando o precedente processual da conexão, por meio do qual as novas ações que se conectam com as anteriores são julgadas pelo juiz anterior, e como o Conselho já se pronunciou sobre um tema muito semelhante há pouco, aprovando por unanimidade um parecer do Conselheiro Paulito, com adendo do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz, a Presidência sugere que o relato dessa matéria caiba aos Conselheiros Paulito e Daniel Koslowsky Herz. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, está aprovado.

Passaremos, agora, à segunda parte...

#### **O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS**

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, uma única observação...

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não, Conselheiro.

#### **O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS**

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – ...dada a observação do Senador no sentido que não se percam os prazos que S. Ex<sup>a</sup> estabelece no documento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não. Isso já ficou claro. Conselheiro Paulito, não custa nada lembrar. Houve uma adaptação do Regimento do Senado nesse sentido, portanto temos que apreciar a matéria em duas reuniões. Gostaria, então, que houvesse empenho dos Conselheiros Paulito e Daniel Herz, no sentido de produzirem consenso, se possível, a fim de deliberarmos a esse respeito na próxima reunião do Conselho.

Passemos à segunda parte da nossa reunião.

Concedo a palavra, para expor sobre TV Turbo e Inclusão Digital, ao Dr. Edmond Fernando Santiago, Diretor Comercial da Brasil Telecom. Graduado em Engenharia Elétrica Eletrônica e Telecomunicações, pela Universidade de Brasília, atua há 32 anos no setor de telecomunicações.

Em nome do Conselho, Dr. Fernando, dou-lhe as boas-vindas e passo-lhe a palavra.

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Boa-tarde, senhores! Dr. José Paulo Cavalcanti Filho, Presidente do Conselho de Comunicação Social, demais componentes, demais presentes, gostaria, primeiramente, de agradecer, em nome da nossa Presidente, a oportunidade que me foi dada de comparecer a esta sexta reunião do Conselho. Infelizmente, não foi possível o comparecimento da nossa Presidente, tendo em vista S. S<sup>a</sup> encontrar-se fora de Brasília, em compromisso inadiável.

Espero trazer-lhes contribuição, mostrando o que nós, Brasil Telecom, pensamos, como operadora de telecomunicações, o que é possível fazer para ajudar o nosso País a crescer e ajudar na chamada inclusão digital e, conseqüentemente, social.

Pretendo fazer uma breve demonstração de alguns números da nossa empresa e, ao término dessa apresentação, fecharei nossa participação exatamente enfatizando a parte que os senhores chamam de turbo vídeo ou Inclusão Digital.

Apenas a título de informação, exporei alguns dados para mostrar o que temos feito ao longo destes quase cinco anos de privatização do sistema de telecomunicações do País.

***As transparências desta palestra estão disponíveis na versão eletrônica da Ata Circunstanciada da Reunião, no endereço [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs).***

Atendemos hoje a uma área territorial de 2,6 milhões de km<sup>2</sup>, que corresponde a 33% do território nacional, uma área cuja baixa densidade os senhores conhecem bem, o que determina certa “dificuldade” de dotar os nossos clientes do serviço de telecomunicações como um todo. Abrangemos 23% da população, 40 milhões, atuando em todo o Centro-Oeste e Sul do País e parte da região Norte.

Há hoje 10,548 milhões linhas instaladas, o que significa dizer que, na sua totalidade, conseguimos atingir toda a demanda, na região de atuação. Ou seja, basicamente estamos levando serviço telefônico a praticamente 40 milhões de habitantes dessa região.

Aqui há um dado importante do ano passado. Temos hoje em torno de 168 mil acessos ADSL assunto que vamos abordar posteriormente, o que significa acesso dessa população à alta velocidade, à banda larga.

O serviço de comunicação de dados, para que os senhores tenham idéia, teve um crescimento da ordem de 55%, em 2002. Somos hoje a segunda maior provedora de serviços de acesso em banda larga na América Latina. Devemos atingir, este ano, 400 mil assinantes de banda larga e, no próximo ano, 800 mil. É um número bastante agressivo e interessante, o que vai possibilitar uma ajuda substancial por parte da Brasil Telecom ao Governo no que diz respeito à inclusão digital.

Temos hoje o controle da BrT Serviços de Internet S/A, que é a provedora do Portal BR Turbo. Temos o controle integral da GlobNet; uma participação minoritária na Vant, MetroRed e a licença de SMP e Datacenter. No caso deste, estamos disponibilizando aos nossos clientes quatro Datacenters: em Curitiba; em Porto Alegre; um em Brasília e estamos fazendo um quarto, um novo Datacenter em Brasília, que deverá ficar pronto no início do próximo ano.

A responsabilidade da Brasil Telecom poderia ser resumida da seguinte forma: a Brasil Telecom tem consciência da sua responsabilidade para com sua clientela no sentido de oferecer o que há de melhor em tecnologia de ponta. Isso nós estamos fazendo na

medida do possível. Hoje oferecemos aos nossos clientes o que há de mais arrojado em termos de tecnologia, mas também temos consciência de nossa responsabilidade com relação ao fator sócio-cultural. Nesse sentido, participamos, de forma bastante agressiva, de eventos culturais, esportivos e sociais.

A evolução para uma sociedade de integração está aprofundando as diferenças sociais no Brasil e no mundo. Da mesma forma que o analfabetismo é fator de exclusão social, a exclusão digital também levará, com certeza, a diferenças sociais no Brasil e no mundo. É aí que nós, da Brasil Telecom, temos a consciência da nossa participação e responsabilidade para diminuir essa diferença entre aqueles que têm, hoje, condições de navegar na Internet, por exemplo, e aqueles que não têm.

Devemos utilizar todos os meios de comunicação disponíveis na garantia da inclusão digital: televisão, Internet, rádio. E entramos com ADSL também. Nesse sentido, oferecemos uma solução de inclusão digital para escolas. Já levamos essa idéia ao Ministério, como proposta da Brasil Telecom, oferecendo banda larga, alta velocidade, a todas as escolas do País. Para que V. Ex<sup>as</sup> tenham uma idéia, hoje há, dentro da nossa região, aproximadamente duzentas cidades já servidas por banda larga. Isso quer dizer que poderíamos levar banda larga às escolas e, por meio de Datacenter que possuímos, de solução mais simples, com computadores de menor sofisticação na ponta, podemos minimizar o custo da inclusão digital nas escolas.

Resumindo, a operadora Brasil Telecom arcaria, então, com toda responsabilidade pelo investimento no Datacenter, nos equipamentos, na tecnologia, enquanto o Governo, no caso, poderia arcar com os custos operacionais.

É sabido que, quando começamos com a Internet, poucos davam valor a ela, isso há dez ou quinze anos atrás. Na realidade, não se imaginava que tivéssemos uma evolução tão rápida em termos de velocidade e processamento. Naquela época, não se pensava em ter alta velocidade. Falava-se em alta velocidade de 64 quilobits em cima de par trançado, de par telefônico. Pensava-se naquela época que a única maneira de se levar banda larga, alta velocidade, aos domicílios seria através de fibra ótica. Isso é passado. Na realidade, a tecnologia evoluiu, os *modems* hoje utilizados se sofisticaram e é possível transmitir alta velocidade em cima de um par, que há bem pouco tempo servia única e exclusivamente para voz e telefonia.

Conforme mencionei ainda há pouco, a idéia é que cheguemos a algo em torno de 400 mil acessos ADSL em 2003 e a previsão é de 800 mil acessos em 2004.

O que defendemos é que a Brasil Telecom detém uma capilaridade da magnitude de 10 milhões de terminais instalados, o que significa um meio de chegar à residência das classes A, B e C de forma simples, com base em uma rede que já está plantada, enterrada no solo. Não podemos esquecer que, hoje em dia, cada tostão vale ouro. E se podemos convergir aquilo que gastamos em telefonia em cobre, que está enterrado e, ao mesmo tempo, levar banda larga, alta velocidade ao cliente, estaremos convergindo a um custo muito mais barato.

Na realidade, o que queremos mostrar com este slide é exatamente onde aparece a seta, indicando convergência. Aqui, a nossa rede é a Brasil Telecom. Na realidade, o par trançado que hoje chega a nossa residência e chega ao telefone; se for o caso, se houver um microcomputador na ponta, passa-se pelo *modem* ADSL e chega-se ao computador. Com essa mesma estrutura, podemos trazer um sinal qualquer, seja de vídeo, seja de áudio e, com equipamentos de ponta, podemos derivar um sinal para a televisão.

Não estamos falando, em hipótese alguma, em momento algum, em distribuir sinal de vídeo. Estamos falando numa convergência em que operadoras de TV a cabo ou TV aberta poderiam utilizar nossa infra-estrutura e chegar à casa do assinante. Estamos dizendo que deveríamos, sim, convergir de tal forma a maximizar aquilo que fizemos, em termos de investimento, na nossa região da Brasil Telecom.

Para que isso seja feito, seria necessário, da mesma forma como hoje transmitimos dados pela ADSL, um servidor de vídeo que entraria na nossa rede e chegaria até nosso assinante.

Quem é o responsável por esse servidor de vídeo? Não é a Brasil Telecom.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Qual é a qualidade do sinal da televisão nesse sistema?

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – O que estamos fazendo ainda é teste. Na realidade, quando se fala num par com características elétricas adequadas, estamos falando em transmitir a 2 megabits. A 2 megabits você transfere o sinal de vídeo com boa qualidade, desde que, evidentemente, estejam todos os parâmetros equacionados. Não tenho dúvida, e é uma posição particular, de que cada vez mais a tendência

é se ter uma evolução maior na ponta, com base nos equipamentos de ponta, de tal forma que a flexibilidade dos *modems* permita navegar em velocidade até maior do que 2 megabits.

Voltando ao assunto, insistimos que, uma vez enterrados milhões de metros de cabo e disponível a evolução tecnológica dos *modems*, é possível, numa convergência com as operadoras de TV, utilizar essa rede para a transmissão de vídeo.

O que o turbo vídeo oferece? Distribuição de conteúdo, gerada em canais de TV e armazenada no servidor para oferta de serviço sob demanda – nesse caso, depende da operadora de TV – por um *set top box*. Na realidade, o *set top box* aparecerá nessa ponta. Assim, haverá condições de escolher se acessará canal de TV, se tráfegará dados – ADSL em cima de ADSL – ou se falará na tradicional transmissão de voz.

Pelo controle remoto, o cliente poderá escolher, como já disse. Na realidade, ele passará a ter o controle de todo sinal que chega a sua residência em um único equipamento, que poderá ser mandado para o televisor, para o computador ou para o telefone.

Gostaríamos de frisar, mais uma vez, o que temos abordado desde o início. Entendemos que o momento é de convergência, de união. Se as operadoras de TV a cabo e de TV aberta não se juntarem às operadoras de telecomunicações – não necessariamente apenas a Brasil Telecom –, estaremos desperdiçando uma oportunidade muito grande de levar a milhões de residências o que chamamos de inclusão digital. Essa é a oportunidade de se chegar às residências de classe “C”, “D”, e, se não for possível, a escolas, quiosques ou a quaisquer locais em que se possa oferecer, de forma adequada, ao nosso povo o que existe em termos de inclusão digital.

Era o que eu tinha a apresentar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pergunto ao conferencista se poderá disponibilizar ao Conselho essas transparências, para que a Dr<sup>a</sup> Márcia possa entregá-las aos demais Conselheiros.

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Já há os disquetes. Está tudo pronto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S<sup>a</sup> poderá transferi-las posteriormente.

Faculto a palavra aos Conselheiros que ainda desejam manifestar-se a respeito do assunto.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, inicialmente, cumprimento o Dr. Edmond Fernando Santiago pelas palavras esclarecedoras.

Tenho algumas dúvidas. A primeira refere-se ao BR Turbo. Ele é compatível com TV aberta, TV a cabo e TV por satélite?

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Não. BR Turbo, na realidade, é um provedor de Internet. O que o BR Turbo faz... O senhor está citando a matéria?

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Não. Pelo slide, em algum momento, o BR Turbo receberia conteúdos da TV aberta ou da TV a cabo. Pergunto se as TVs por satélite também poderiam transmitir o seu conteúdo pelo BR Turbo, ou apenas a TV aberta e a TV a cabo.

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Tecnicamente, é possível fazer isso. Não saberia informá-lo quais seriam os equipamentos envolvidos neste momento. Porém, da mesma maneira que se recebe via cabo, pode-se receber via satélite.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Por hipótese, digamos que uma TV aberta tivesse interesse nisso. Pelo seu conhecimento prévio, os custos seriam suportáveis?

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Seria muito prematuro falar em custos neste momento. Na realidade, ainda estamos engatinhando, iniciando um teste dessa nova tecnologia. Fazer uma comparação seria uma inferência muito inoportuna no meu caso. Não conheço os custos da TV aberta e ficaria muito difícil compará-los.

O importante é que podemos caminhar nesse sentido. Podemos realizar um *trial* e, com esforços conjuntos e até em parcerias, poderíamos chegar a condições que, com certeza, seriam favoráveis para ambos os lados.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – A TV digital do futuro seria também compatível com esse sistema?

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Transmitir dados, transmitir bits, venham eles de onde eles vierem,

ou seja, haverá condições de receber em uma ponta da mesma forma em que se recebe em outra. A TV digital, na realidade, é a transmissão de dados, é a transmissão de bits. Da mesma forma, é possível também fazer uma integração. Não sei dizer a que custo, porque ainda não se tem esse dado, mas é possível.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Nessa matéria do jornal, fala-se que o assinante deveria ter, sobre a sua televisão, um conversor. Essa tecnologia já existe?

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – O *set top box*. Na realidade, ela já existe. Fala-se, na verdade, em vídeo sob demanda há um bom tempo. Isso era muito caro, porque se trabalhava, como eu disse ainda há pouco, em distribuição via fibra óptica. É inviável chegar à residência do cliente com fibra óptica, pois fica caríssimo. À medida que houve uma evolução significativa em termos de transmissão em cima do par trançado, as coisas ficaram mais facilitadas.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Finalmente, Dr. Edmond, já examinamos no Conselho o SCM – Serviço de Comunicação Multimídia. Até fiz um estudo sobre o SCM, o qual demonstrava que a transmissão de conteúdo não poderia ser transmissão e geração.

Ficou claro nos seus *slides* que o serviço BR Turbo não pretende construir o conteúdo. Na verdade, o que vocês pretendem é ser um veículo de transmissão dos conteúdos gerados pelas televisões. Isso é correto?

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Isso tem de ficar bem claro. Nós, em momento algum, falamos em gerar conteúdo ou em distribuí-lo. O que estamos oferecendo é uma parceria às empresas operadoras de TV, para que possamos prover o transporte, única e exclusivamente, o transporte.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Roberto Wagner e penso que, sobretudo na última pergunta, ele focou a questão central. A nossa preocupação é visualizar esse sistema como alternativa técnica de transmissão de conteúdo. Mas também não tive a sensação, na sua exposição, de que o senhor estivesse imaginando fazer outro siste-



ma em que a Brasil Telecom mesma pudesse gerar esses conteúdos. Agradeço a sua resposta.

Passo a palavra ao Conselheiro Paulito.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Ao cumprimentar o Dr. Edmond Santiago, gostaria de insistir um pouco no ponto suscitado pelo Conselheiro Roberto Wagner, principalmente naquele referente à distribuição de conteúdo de produção via satélite.

Sabemos, Sr. Presidente, que as empresas devidamente autorizadas a operar no mercado brasileiro, as empresas via satélite, têm participação de capital e não se sujeitam a qualquer tipo de limitação. Então pergunto a V. S<sup>a</sup> se não seria possível que essas empresas, por exemplo, gerassem conteúdo fora do Brasil e, de alguma forma, contratassem o serviço de comunicação multimídia da Brasil Telecom para fazer essa distribuição no território brasileiro, não estando sujeitas à Constituição brasileira, principalmente ao seu art. 221.

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – A pergunta é muito boa, não resta a menor dúvida. Isso nos preocupa.

O que a Brasil Telecom está oferecendo é uma parceria para transporte de informações e de vídeo para as operadoras brasileiras. Não estamos fazendo um tripé para chegar a um cliente lá fora. Não é essa a posição da Brasil Telecom e não será.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Quer dizer que o senhor nos assegura que essa distribuição de conteúdo pela Brasil Telecom será feita de acordo com a Constituição brasileira, sujeitando-se às normas do art. 221, e para empresas que são produtoras desse conteúdo, as quais, evidentemente, se sujeitam a esse preceito constitucional. É isso?

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – É mais do que isso. A Brasil Telecom vai sempre cumprir o que está na Constituição brasileira, sempre.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Aproveito, Dr. Edmond, para lhe fazer uma segunda pergunta.

O senhor poderia, em rápidas palavras, nos dizer qual é a constituição do capital social da Brasil Telecom?

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Não, não tenho essa informação.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Gostaria de saber apenas os números totais.

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – Não, mas eu poderia passar essa informação ao Conselho, se o Presidente me permite, ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil – Representante da sociedade civil) – V. S<sup>a</sup> não está apto a fornecer nem o nome do controlador da empresa?

**O SR. EDMOND FERNANDO SANTIAGO** (Diretor Comercial da Brasil Telecom) – A Telecom Italia tem 19% e o Opportunity e os fundos de pensão, outros percentuais. Não tenho aqui os valores percentuais, mas nada impede que mandemos as informações para o Conselho. Aliás, esse é um dado disponível para todos.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Pela ordem, Sr. Presidente.

As palavras do Conselheiro Paulito foram extremamente sábias, de sorte que requeiro ao Presidente que, ao final da exposição do Dr. Edmond, possamos ter um consenso. Podemos elaborar um ofício ao Sr. Ministro das Comunicações, relatando o que o Conselho percebeu das palavras do Dr. Edmond.

Estamos realmente muito contentes com sua afirmação, mas o Conselho poderia oficiar ao Ministro das Comunicações, talvez ao Presidente da Anatel, ressaltando que o Conselho ficará atento, de sorte que não haverá hipótese daquilo que o Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto salientou: de uma empresa de TV por satélite, não nacional – não com a Brasil Telecom, porque já se disse que não é o desejo dela, mas com outras empresas –, ter a possibilidade de burlar o Texto Constitucional quando uma TV por assinatura não nacional que operar não no Brasil fizer uma vinculação com uma operadora de telefone no Brasil, podendo veicular conteúdo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro e já quero indicar que esse é um contencioso de que o Conselho muito em breve vai ter de se ocupar. Há um sistema caótico de base legal sobre os meios de comunicação no Brasil. Uma distinção que não é feita em nenhum lugar culturalmente maduro entre radiodifusão e telecomunicação, que leva a uma situação difícil de imaginar. Há rádios e televisões abertas indicados como um serviço de radiodifusão, não obstante na Lei nº

4.117 sejam indicados como de telecomunicação; e há um sistema de TVC, televisão a cabo, com uma lei enormemente minudente, estabelecendo um conjunto bastante variado de obrigações. E sistemas que são, do ponto de vista do usuário, exatamente iguais, que nem criados por lei são e que estão livres de qualquer tipo de sistema de controle de conteúdo – como, por exemplo, TV por satélite, DTH, como TV por microondas, MMDS, como serviço de comunicação multimídia – SCM. A distinção em relação ao fato de que um é pago e o outro não é pago é intolerável do ponto de vista lógico. É quase como se os carros de uma emissora fossem pintados de azul e os de outras, não.

Pergunto: com um centavo por ano, pago na conta telefônica, essa televisão é paga ou não é? O bom-senso parece sugerir que a distinção estaria em: transfere-se conteúdo ou não se transfere conteúdo? Então está chegando o momento em que o País não poderá esperar mais. É preciso debater como será possível criar um sistema que permita a transferência de conteúdo sem que seja por lei, isto é, sem que seja a vontade nacional. Essa transferência de conteúdo será livre de qualquer tipo de controle social ou democrático. Do ponto de vista do espectador, qual é a diferença entre uma imagem que chega pela televisão a cabo e outra que vem por satélite? Nenhuma. Uma está sujeita a um conjunto de obrigações, e a outra não está sujeita a nada?

Temos um contencioso com a Anatel, para onde já enviei um ofício. Recebi resposta que não foi satisfatória. Pedi parecer à Consultoria do Senado, que também não foi satisfatório. Devo ter me expressado mal. Reiterei à Consultoria do Senado que emitisse um parecer, a fim de submetê-lo à Comissão.

Essa é uma das questões com a quais, assim que limparmos um pouco a pauta, teremos que nos ocupar. Para nossa sorte, há alguns atores, por parte da Anatel, que têm sido enormemente solícitos e têm demonstrado espírito público, vontade de colaborar, um dos quais está presente, a quem presto uma homenagem.

Dr. Ara, na minha terra, Ariano Suassuna diz que as boas regras de educação mandam falar mal somente pelas costas. Mas penso que os compromissos com a lealdade exigem que os atores expressem abertamente suas posições, porque somente assim chegamos a algum consenso.

De forma que, além dos méritos que teve, essa bela exposição mostra que está chegando o momento em que teremos que nos ocupar do tema, pois não é possível a consciência nacional assistir impotente à

criação de instrumento de transferência de conteúdo fora da lei, fora do Congresso Nacional, fora de qualquer controle, de outorga, baseado apenas na distinção de que uma TV é paga, mas ela não será.

O pior não é isso. Entre as pagas, a TV a cabo não pode, e a por satélite pode, assim como a MMDS, a multimídia. E com a Brasil Telecom vai poder?

A colocação da Brasil Telecom, no meu modo de ver, está perfeita. Eu preciso de alguém na ponta que se interesse em comprar o meu trabalho. Quero levar um conteúdo ou a informação que eu quiser de um lugar a outro. Sou um provedor de meio como a Brasil Telecom.

Penso que está perfeito, mas é preciso regular a transmissão do conteúdo, porque precisamos refletir sobre até quando o País vai renunciar a ter uma política minimamente soberana em relação à transmissão de conteúdo.

Dr. Ara, o senhor ouviu os outros Conselheiros e já está informado sobre nosso pensamento.

Concedo a palavra ao Sr. Conselheiro Fernando Bittencourt.

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Não sou especialista em regulamentação, mas discutimos várias vezes neste Conselho sobre o serviço de comunicação multimídia. Pelo que li e entendi, o serviço de comunicação multimídia permite fazer vídeo e conteúdo não-continuamente, *on demand*.

Assim, entendo que o oferecimento de um serviço de concessão de TV a cabo pela tecnologia turbo, que foi apresentada aqui, é muito interessante e colide com a regulamentação do serviço de comunicação multimídia, que só permite fazer vídeo não-contínuo. É muito claro o texto do referido serviço. Ou seja, entende-se que o vídeo é sob demanda, assistir a algo que foi requisitado; assistiu e parou.

O serviço tradicional, como é vista a TV a cabo, que é um serviço de vídeo contínuo, no meu entendimento, não poderia ser oferecido por esta tecnologia que foi falada aqui: a ADSL ou vídeo turbo.

É o meu entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Fernando Bittencourt. Apenas lembro que V. S<sup>a</sup> se refere à legislação no sentido *lato*, de norma jurídica, pois ainda não há lei para o serviço de comunicação. Há uma resolução interna da Telebrás, de nº 272/2001. Portanto é a legislação no sentido de que as normas que hoje presidem, não obstante não

seja lei, não tendo passado pelo Congresso Nacional, não sejam resultado de debate amplo da comunidade a respeito da matéria.

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Ela ainda é polêmica. Cada pessoa que a lê interpreta de uma forma. O fato é que existe um parágrafo que aborda claramente o assunto do vídeo contínuo, que é um vídeo como a TV a cabo tradicional. No caso, entendo que não poderia ser um serviço similar.

**O SR. FREDERICO GHEDINI** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não, Conselheiro. Mas Conselheira Berenice havia pedido a palavra anteriormente e, se eu não lhe conceder, serei sua vítima. Por isso, concedo a palavra à Conselheira Berenice.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Estou muito tranqüila, Sr. Presidente. Se o Frederico quiser falar antes, não há problema.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não. *Ladies first*.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, obrigada.

Sr. Presidente, eu tentava recordar se foi o Alberto Dines, com seu brilhantismo, ou se o Carlos Chagas – sei que foi um dos dois – que disse, em dado momento, que o segmento das comunicações – da radiodifusão, das telecomunicações – talvez seja o menos regulado do País. E é o que podemos constatar a cada momento. Talvez isso se deva à rapidez com que a tecnologia surge e se desenvolve nesse segmento. Talvez não.

O próprio fato de uma constituição tardia para o segmento prova que não se trata apenas da questão tecnológica. Também havia interesses políticos e econômicos que levavam ao desinteresse de uma regulação mais clara dessas atividades no País. No entanto – e creio ser consenso geral –, seja pelo aspecto negocial, seja pelo aspecto tecnológico ou político, a busca da democratização, o entendimento de que hoje não basta o direito a informar, mas também o de gerar informação numa sociedade democrática, enfim, está cada vez mais clara a urgência da criação de um marco regulatório na área da comunicação social no País.

Não sabemos que circunstâncias fizeram com que a sociedade brasileira não pudesse ter acesso ao plano para a comunicação social do Governo eleito. Nunca vi o programa publicado nem ouvi referências a ele nem tampouco referências ao seu processo de construção. No entanto, talvez por isso, penso que podemos, como membros do único Conselho constitucional do País, avocar a necessidade de aconselhar o Governo brasileiro a tratar esta como uma questão realmente urgente. Proponho, inclusive – talvez não seja o momento, mas o Presidente saberá conduzir isso da melhor forma –, que criemos uma comissão.

Será um trabalho árduo, que demandará tempo e esforço de vários segmentos, mas devemos pensar no sentido de contribuir para a criação desse marco regulatório, que será a Lei Geral da Comunicação Social no País, analisando projetos que vieram do falecido Ministro Sérgio Motta e do ex-Ministro Pimenta da Veiga, enfim, todos os projetos existentes.

Não pretendo alongar-me, até porque penso que, ao lado da consolidação e do esclarecimento institucional e mesmo econômico de todas as questões, que são importantes, sabemos da magnitude financeira e econômica, que são fundamentais para a evolução da sociedade brasileira. Penso que, ao lado da consolidação institucional, é necessária também uma consolidação de novos patamares tecnológicos.

Assim como analisamos e acabamos apoiando a abertura ao capital estrangeiro para as empresas de radiodifusão aberta, porque era necessário que houvesse a modernização econômica desse segmento, também será impossível segurar, impedir, não ver ou não compatibilizar essa convergência tecnológica. E nem todos poderão fazer tudo; esses trabalhos terão que ser unidos. Digo isso à medida que vimos desenvolvendo uma experiência, também no Paraná, que chamamos de Rota Digital, a partir da compreensão da importância e da necessidade da inclusão digital e da compreensão de que, atrás da comunicação social, vem a educação, a saúde, o próprio Estado, a Justiça, as finanças.

Estamos, a partir da **Rádio TV Educativa**, do Paraná, desenvolvendo um projeto digital com a Copel e a Brasil Telecom, usando o *back bone* da Copel onde ele existe e usando a capilaridade de ADSL da Brasil Telecom para levar a comunicação social, rádio e TV a todo o Paraná. Até o final do ano, queremos fechar em 100% do Paraná. Hoje, estamos cobrindo cerca de 70%, e queremos fechar nas regiões deprimidas, porque é ali que devemos atuar com mais empenho.

Srs. Conselheiros, nesse momento, precisamos democratizar, dar acesso a nossa população de qualquer forma, seja via satélite, via ADSL, via *back bone*, via fibra ótica, via MMDS, etc. E teremos que encontrar uma forma de sentar, conversar e negociar, para que todos ganhem, como *business*.

Era o que tinha a dizer. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Após a Conselheira Berenice, falará o último Conselheiro sobre essa matéria, o Conselheiro Frederico Ghedini, porque temos uma pauta.

Convido à Mesa o Dr. Ara Apkár Minassian, Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, a quem passarei a palavra em seguida. V. S<sup>a</sup> me dê o prazer de sentar-se conosco.

Com a palavra o Conselheiro Frederico Ghedini.

**O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI** (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, muito obrigado pelas palavras amáveis de boas-vindas. Estou substituindo o Conselheiro Daniel Herz, que está nos Estados Unidos fazendo uma manutenção do seu tratamento. Penso que é conhecido dos senhores o seu problema grave de saúde.

Gostaria também de parabenizar o Sr. Edmond Santiago pela sua apresentação e de apoiar com bastante ênfase a proposta de que este Conselho estude algo e crie, assim que puder, uma comissão que se detenha sobre as bases para um novo marco regulatório visando à universalização do acesso.

Na verdade, se analisarmos os nomes das cinco comissões existentes, estamos atacando o problema pelas bordas. Todos as questões de que estamos tratando nessas comissões dizem respeito a aspectos do problema. Mas, se pensarmos em termos da necessidade da universalização do acesso ao conhecimento, a uma comunicação de qualidade, o primeiro meio de acesso mais universal que existe é a TV aberta, o segundo é a rede telefônica.

Então, como o Sr. Edmond falou várias vezes, esses milhões ou talvez bilhões de dólares ou reais enterrados por todo o Brasil na rede telefônica é que permitem, com uma tecnologia hoje já bem próxima da utilização, o acesso, se não a todos, a um número razoável dos lares brasileiros de um conteúdo de qualidade da comunicação, que pode ser a TV aberta ou a TV a cabo. Inclusive o Engenheiro Fernando Bittencourt referiu-se a um aspecto de uma lei que impede a utilização desse tipo de tecnologia para aquela

transmissão de conteúdo que existe em outras tecnologias.

A verdade é que a tecnologia está chegando lá e, do ponto de vista técnico, isso será possível. Então, em sendo possível e mais barato, por que não utilizar? Essa é a pergunta que se faz. Entretanto, se vai se utilizar essa tecnologia, qual será o marco regulatório dela? É a isso que imagino que o Presidente estava se referindo. Creio que esse é um problema que a colega Berenice também lembra. Quer dizer, temos que reunir o conjunto das normas existentes envolvendo essa problemática e atualizá-lo do ponto de vista da tecnologia que temos hoje, de modo que cada ator encontre o seu espaço nesse novo cenário. O que se vê é que a tecnologia está fazendo mudar as possibilidades dos próprios atores.

Quero dizer também da necessidade de nos debruçarmos sobre um estudo dessa importância, dessa profundidade, dessa amplitude num próximo momento e deixar como matéria para reflexão deste Conselho, que trata de comunicação social dos meios, primordialmente.

Uma das grandes tristezas deste País é o baixo nível de leitura e, por conseguinte, o baixo nível de reflexão que tem a população brasileira. Quero aproveitar a presença de um representante de uma empresa tão rica como a Brasil Telecom para dizer que é fundamental que se invista no incentivo à leitura, porque um povo que não lê é um povo que não reflete, portanto, um povo que não produz o seu destino.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Frederico Ghedini.

Vamos encerrar esta parte para ouvir, em seguida, o Dr. Guilherme Canela, que é precedido de uma fama que vai muito além das nossas fronteiras.

Então, para encerrar esta primeira fase da nossa conversa, vou passar a palavra ao Dr. Ara Apkár Minassian, que tem sido um parceiro extraordinário do Conselho. Não há qualquer informação de que o Conselho precise que não tenha em Dr. Ara, uma pessoa inteiramente à disposição para fornecer os esclarecimentos. O País muito deve a ele, que pediu a palavra para se pronunciar em relação a essa matéria.

Dr. Ara, já que vamos, na próxima reunião do Conselho, tomar posição em relação à TV comunitária, se o senhor já pudesse, rapidamente, fornecer ao Conselho algumas informações sobre as questões técnicas, seria muito interessante, porque, na próxi-

ma reunião, o Conselho já estaria preparado para enfrentar esse assunto.

Dr. Guilherme, imediatamente em seguida, V. S<sup>a</sup> falará aqui.

Com a palavra o Dr. Ara.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Sr. Presidente do Conselho, Srs. Conselheiros, muito obrigado. Toda vez que o Conselho precisar reitero que estamos à disposição para fornecer qualquer informação. Também informo que buscaremos a informação que V. S<sup>a</sup> pediu. Verificaremos.

Estamos trazendo alguns pontos tirados da legislação vigente, para uniformizarmos o entendimento sobre televisão comunitária.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Esse é um projeto que V. S<sup>a</sup> vai relatar (Dirigindo-se ao Conselheiro Paulito)

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Perfeito, Sr. Presidente, mas entendi que o Dr. Ara faria um comentário sobre a palestra do Dr. Santiago. Estou correto?

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Imagino que sim, porque S. S<sup>a</sup> pediu a palavra. Então solicitei a ele que juntasse os dois temas e fizesse essa exposição, que será útil e já informará ao Conselho...

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Perfeito, é que, como disse, entendi que o Dr. Ara faria algum comentário sobre a exposição do Dr. Santiago.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Estou tentando ganhar tempo, para que tenhamos mais tempo disponível para o Dr. Guilherme e o Fernando Bittencourt, que fará uma exposição também.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Falarei rapidamente sobre TV comunitária e, em seguida, farei uma complementação.

**As transparências desta palestra estão disponíveis na versão eletrônica da Ata Circunstanciada da Reunião, no endereço [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs).**

Entendemos que TV comunitária é uma extensão da radiodifusão comunitária ou que faça parte do processo; radiodifusão é de som ou de sons e imagens.

No caso da radiodifusão sonora, tema que o próprio Conselho discutiu algumas vezes, atualmente todo o conceito está baseado em estações que atendem comunidades que podem ser vilas ou bairros, restringindo-se a um raio de 500 metros, o máximo de alcance de uma emissora de rádio comunitária. Mas mesmo assim permite a instalação de várias emissoras.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Até onde sei, a Lei de Rádio Comunitária menciona estritamente emissoras de sons; não dá margem para se imaginar que essa legislação atinja também a televisão,

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Não estamos falando disso. Por isso, na nossa projeção...

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Não, mas V. S<sup>a</sup>, no início, pelo menos a meu juízo...

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Estou tentando fazer um paralelo com o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Ele está tentando fazer um paralelo com esse projeto que vamos discutir na próxima reunião.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Estou tentando fazer um paralelo para que possamos entender como deve ser a TV comunitária no conceito da radiodifusão comunitária.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – No cenário desse projeto.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Hoje, no âmbito do Congresso, existem diversos projetos que tratam da radiodifusão sonora comunitária, no entanto, um deles amplia o escopo da radiodifusão sonora comunitária para a radiodifusão, passando a abranger TV e rádio. Portanto não entramos no mérito, mas mostramos a nossa posição quanto à 575. Do contrário, vamos entender não o nome em si, que deve ter um conceito. Estamos trazendo o conceito de radiodifusão sonora para que possamos entender o conceito da TV comunitária, se for sobre isso que a Mesa do Senado vai deliberar.

Passando logo para a terceira transparência, porque na segunda estamos mostrando o conceito de radiodifusão comunitária... Aqui está o conceito da radiodifusão comunitária sonora. Vamos para o próximo.

Hoje a TV usa uma largura de faixa de seis mega, enquanto uma radiodifusão sonora usa uma largura de faixa de 200 quilo. Com isso, pretendemos mostrar que a faixa da TV é bem maior e, portanto, o número de canais possíveis de serem alocados, como por natureza envolve uma faixa bem maior, tem que ser menor do que o número de canais de rádio.

A proteção, no caso de TV, tem que ser maior do que a proteção requerida para o caso de rádios. Mesmo no caso das rádios comunitárias, garantimos a proteção dentro do diâmetro de um quilômetro – isso é importante. Na hora de falarmos em TV, tenho que dar essa mesma proteção, não importa a que distância.

Por que isso ocorre? Porque, no caso de uma emissora de TV, toda vez em que houver uma interferência, haverá perda de cor e de estabilidade da imagem, isto é, pode haver uma rolagem vertical da imagem. Tal interferência faz com que as condições que levamos em consideração, no caso da TV, sejam bem maiores do que no caso do rádio.

No caso do espectro da TV, tanto VHF ou UHF, nos grandes centros – por exemplo: Rio e São Paulo –, infelizmente, está saturado na condição atual. Essa saturação faz com que não adiante gerar mais um canal no meio para a TV comunitária. Onde colocarei esse canal sem interferir?

E, por fim, o custo de uma emissora de TV – uma vez que a maioria opera com TV –, por mais que falemos em TV comunitária, é bem maior do que o custo de operação de uma rádio, que hoje compramos e instalamos facilmente.

O que a Anatel fez ao longo desses dois anos? Como existia uma demanda muito forte para implantar emissoras de baixo custo e para atender comunidades, após vários estudos, emitimos um novo plano básico de TV. Na realidade, são 2.796 canais e arredondamos para 2.800, permitindo que, nos pequenos municípios – sem importar o tamanho deles –, possam ser inseridas TVs de baixa potência – sem essa potência toda da qual estamos falando para as emissoras regularmente instaladas. Eu poderia operar emissoras de classe “C”, que é a menor potência; seriam 1.6 kw de potência e, com isso, haveria uma área de serviço de 14 quilômetros.

O que eu quero mencionar? Que, no caso de TV...

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Qual o diâmetro?

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – De 14 quilômetros, a extensão total. Não consigo reduzi-lo; não consigo trabalhar com cinco ou seis quilômetros. No caso da TV, há repercussões exatamente na proteção. Por isso, em certas cidades em que há o canal 4, não há o canal 5. Existe tecnicamente uma manobra para que ele possa operar no canal 6, mas não posso ter canais justapostos, ou adjacentes, como estamos falando.

O que temos hoje? Dos canais que estão no plano básico, temos 3.631 canais de geradoras e 12 mil de retransmissoras. Das geradoras, hoje, apenas 436 encontram-se outorgadas com canais designados. Então temos 3.195 canais livres no espectro que podem ser usados em localidades ou em municípios de pequeno porte. Com isso, procuramos não agravar a situação e permitir com que geradoras de pequeno alcance possam ser instaladas. Esse é o projeto.

Quando falamos agora em TV comunitária, há o seguinte problema: como vamos colocar TV comunitária em Brasília? Como vamos colocar uma TV comunitária em Belo Horizonte, utilizando a canalização existente? Na prática, haverá alguma dificuldade.

Nos pequenos municípios, conseguimos atender à comunidade instalando as geradoras. Foram viabilizados 2.796 canais de baixa potência. Pode-se requerer ao Ministério das Comunicações, dentro das regras vigentes, a instalação de uma emissora de baixo custo, de baixa potência, que possa atender aos interesses da comunidade.

Na realidade, não estamos emitindo nenhum juízo de valor; estamos colocando a situação para o Conselho de Comunicação. Sabemos que esse projeto está tramitando, o Conselheiro Paulo Machado será o Relator e vocês terão uma posição. Tecnicamente, esses são os dados que estamos colocando aqui à disposição do Conselho, para que, numa futura análise, quando do debate, possam ter algumas informações básicas. Não sei se esse nosso objetivo foi alcançado, mas poderemos trazer outras informações.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Eu gostaria de oferecer aos Conselheiros esses dados.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Preferem no papel?

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sim; é simples.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Farei algumas correções...

**O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI** (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, permita-me fazer uma pergunta de caráter técnico.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

**O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI** (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Dr. Ara Apkár Minassian, o senhor teria um custo estimado para a instalação de uma TV comunitária comparativamente a uma emissora de rádio comunitária? Dez, vinte, trinta vezes mais? Existe uma possibilidade de uma aproximação que permita uma visualização?

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Eu não gostaria, neste momento, de chutar qualquer estimativa, mas, se for preciso, poderemos, na próxima reunião, mandar essa estimativa ao Conselheiro Dr. Paulo Machado ou enviá-la diretamente ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Dr. Ara Apkár Minassian, assim que a Anatel der essa informação ela será transmitida aos Conselheiros.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – O Conselheiro Fernando Bittencourt falou o necessário, exatamente o ponto central da questão da comunicação multimídia. E gostaria apenas de acrescentar, lembrando que, para evitar qualquer tipo de dúvida em relação ao SM, que na realidade é um serviço de transporte da forma que o Brasil teria com o DIS, a Anatel editou a Súmula nº 006 para evitar qualquer tipo de especulação sobre a matéria.

Além disso, foi levantada uma questão que é importante que os Conselheiros tenham em mente. Não adianta, por exemplo, ter-se uma outorga para realizar o serviço SM e não conseguir gerar conteúdo. Esse conteúdo tem que ser gerado por alguém que detenha essa outorga, que possa usar as facilidades

do serviço SM – que é de transporte – para transportar o sinal.

Portanto, em nenhum momento, há condições de burlar a regra ou tentar usar de artifícios para que os provedores do SM possam gerar conteúdo. Esse procedimento está regido por lei. Já existe todo o arcabouço.

Por mais que a legislação não tenha sido atualizada, ela está vigendo, e hoje, para todas as emissoras, quer de rádio, quer de TV ou mesmo TV paga, quando comprem ou geram conteúdo, há uma regra que tem que ser respeitada. Não há como alguém que não detém outorga para gerar conteúdo, por meio do sistema de transporte, colocar no ar, porque aquele que irá solicitar essa facilidade tem que ter essa outorga.

De qualquer forma, Conselheiro, vamos verificar quais as dúvidas que foram geradas e a Anatel estará sempre à disposição para esclarecer.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Paulito, última participação antes do debate com o Dr. Guilherme.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Aproveitando a presença do Dr. Ara, como sempre muito simpático e prestativo para como o Conselho, gostaria de fazer uma pergunta.

No plano básico de distribuição de canais de televisão, aquele a que o senhor se referiu, editado em 2002, existem os canais de classe C, que é uma nova terminologia para televisão até então não existente. Pelo que sei, todos os canais de televisão têm sido concedidos por licitação pública. Então pergunto ao senhor o seguinte: o senhor tem ciência de que algum dos canais de classe C já tenha sido licitado?

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Pelo que temos visto, nas licitações que os Ministérios têm realizado só entramos na parte técnica, na etapa posterior, até agora, não existe qualquer pedido à Agência para designação de qualquer canal. Quando isso ocorrer, automaticamente teremos que tornar público, por questão de transparência. Então, por enquanto, não há pedido nem formal nem informal nesse sentido.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** (Representante das empresas de rádio) – Po-

demos considerar, então, que todos esses canais estariam, em princípio, disponíveis?

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – Inclusive, se o Conselho quiser, poderemos remeter esses canais por Estado. Talvez possa ajudar. Podemos remetê-los diretamente para a Abert.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Dr. Ara, minha pergunta é sobre a idéia que vigora na Anatel. Hoje, as rádios comunitárias são autorizadas, elas não têm ônus. Pergunto se já existe um estudo sobre uma forma semelhante para as chamadas TVs comunitárias. Seria uma mera autorização? Sem ônus?

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** (Diretor Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel) – É uma pergunta difícil, porque essa parte é política, não cabe à Anatel. À Anatel cabem estritamente as questões de ordem técnica. Se, amanhã ou depois, na regulamentação, o Ministério entender que se trata de uma mera autorização, tudo bem.

Na época em que esse estudo foi montado, em conjunto com o Ministério, em 2000/2001, a idéia era que haveria uma licitação. Não estou dizendo como será hoje. Naquela oportunidade, o objetivo era permitir que estações de pequeno porte pudessem operar. Com isso, na realidade, realizamos todos os estudos, mas, em nenhum momento, vislumbrou-se, naquela ocasião, pelo menos no estudo que nos foi remetido, que houvesse qualquer outorga por simples autorização. Isso é questão política que o Congresso Nacional tem de analisar e sobre o que o próprio Ministério terá que opinar fatalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a presença democrática do Dr. Ara Apkár Minassian, mais uma vez. Agradeço a consistência da exposição do Dr. Edmond Fernando Santiago, Diretor Comercial da Brasil Telecom. Em nome do Conselho, V. S<sup>as</sup> se sintam cumprimentados.

Faço um intervalo. Convido o Dr. Guilherme Canela de Souza Godoi para que se sente conosco à Mesa. (Pausa.)

Sr<sup>as</sup> e Srs. Conselheiros, atendendo solicitação do Conselheiro Alberto Dines, convocamos um espe-

cialista com currículo invejável, apesar de idade tão tenra, para falar de um problema que tem preocupado o Conselho: a concentração nos meios de comunicação. O Relator da comissão é o Conselheiro Carlos Chagas. O responsável por sua indicação é o Conselheiro Alberto Dines.

O Dr. Guilherme Canela de Souza Godoi é Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestrando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; Pesquisador-associado do Núcleo de Pesquisas em Mídia e Política da Universidade de Brasília; Consultor da Agência de Notícia para os Direitos da Infância – ANDI; Consultor do ILANUD, Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente; Diretor-Presidente do Instituto Episteme.

Precedido da fama com que chegou ao Conselho, certamente devemos esperar de V. S<sup>a</sup> apenas o máximo. Por favor, prove-nos que o Conselheiro Alberto Dines foi modesto no elenco de suas qualificações.

Concedo a palavra ao Sr. Guilherme Canela de Souza Godoi.

**O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI** – Certamente, o Conselheiro Alberto Dines deve ter exagerado muito, mas agradeço a oportunidade de estar presente.

Esse assunto já vem sendo debatido por mim, pelo Dines e pela Regina e realmente precisa entrar na pauta de discussões do País. Infelizmente, ele ainda não entrou. Na verdade, vou procurar apresentar como essa discussão tem preocupado os diferentes pesquisadores e governos, não só o brasileiro, mas os estrangeiros também, e como essa questão vem sendo tratada ao longo dos últimos duzentos anos. Não é uma questão nova; ela tem preocupado as sociedades desde que a mídia passou a ser um ator importante no cenário político e social.

***As transparências desta palestra estão disponíveis na versão eletrônica da Ata Circunstanciada da Reunião, no endereço [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs).***

A primeira grande questão, não só para as empresas de comunicação de massa, mas para qualquer outro tipo de atividade, é “por que regular”, dado que temos uma tradição importante nas mais diversas áreas, herdada do liberalismo econômico de Adam Smith, de que a regulação não é algo pertinente nem desejável, ou seja, quanto menos regulação houver, mais o mercado funciona e, portanto, melhor será para o destinatário desses diferentes serviços.



Essa tradição foi sendo alterada à medida que se verificou que as condicionantes que Adam Smith colocava para que não houvesse regulação – e que depois foram aprofundadas pela teoria neoclássica – não se verificavam. Então, acabou-se percebendo que em alguns setores havia as chamadas falhas de mercado. Nesse sentido, os diferentes governos e *policy makers* consideraram importante que se regulassem alguns setores da economia e outros.

As regulações na área de comunicações começam com a indústria de telecomunicações, na verdade, com a regulamentação de telex, etc. O transporte era muito importante. Uma das primeiras regulamentações que existem na história é a de faróis de navios, porque havia grande confusão, não sabiam quem podia ou não atracar. Então foi feita uma regulamentação, porque esse era um serviço privado que não funcionava, com a ocorrência de acidentes, etc.

Aliás, sempre começo as minhas intervenções sobre mídia e concentração para algumas platéias dizendo que não podemos pensar que o mercado de comunicação de massa é como se fosse uma feira livre, um mercado onde se vendem pepino, batata, etc.

Na verdade, tenho refletido sobre isso nos últimos tempos e entendo que, até para entrar no discurso dominante do *mainstream*, podemos começar pensando que realmente poderia tratar-se de um mercado de pepinos ou de batatas, que é o tradicionalmente tratado pelos neoclássicos e pelo Adam Smith. O mercado mais concorrencial que há é a feira livre – embora a que exista em frente a minha casa seja um desastre, pois todos combinam os preços. Em princípio, penso ser possível entender a feira como um bom mercado.

Mesmo assim, as condicionantes estabelecidas pelas teorias neoclássicas para que fosse esse mercado realmente livre – portanto, não haveria qualquer necessidade de regulação estatal – são basicamente – é o que está no Marshall e Adam Smith – que cada ator econômico, cada agente participante desse mercado não pode ser grande o suficiente para alterar o mercado.

É evidente que isso não acontece no setor de comunicações e em tantos outros, ou seja, os agentes são grandes demais. Portanto, isso não funciona.

A outra coisa que a teoria neoclássica vai nos dizer é que a informação tem de ser universalizada, ou seja, todos os atores que participam, seja oferecendo, seja comprando alguma coisa, devem ter informação plena. Isso, de novo, é algo que não acontece especialmente nesse mercado, em que a informação não é

plena a todos os agentes. O pessoal da Anatel, que está aqui, deve saber que uma das coisas que mais preocupam na teoria da regulação é a assimetria de informação existente entre o órgão regulador e os agentes regulados, que têm planilhas de custos, e não as apresentam ao órgão regulador, etc. Isso acaba constituindo uma grande dificuldade.

Portanto, essa fundamentação liberal que existe, que ainda é o *mainstream*, no momento de entender a regulamentação da mídia, deixou de ser quando a escola de Frankfurt teve um grande poder de persuasão com a questão do culturalismo – com o Governo de Thatcher, na Inglaterra, e o de Reagan, nos Estados Unidos, isso voltou com muita força – e a desregulamentação do que ocorreu, principalmente após o *telecommunication act*, dos Estados Unidos, em 1934. Houve uma série de regulamentações, proibindo a propriedade cruzada, o que depois foi sendo desregulamentado pelos governos ditos neoliberais.

Quando chegamos aos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, acontece um processo muito intenso de desregulamentação que culmina no *Telecommunications Act of 1996*, por meio do qual o Congresso dá uma série de poderes, quer dizer, tira-os da legislação, dando poder à **FCC** para desregulamentar. Então a propriedade cruzada não está mais na lei.

Mesmo que estivéssemos tratando do mercado liberal, ou seja, do mercado smithiano ou de Marshall, haveria necessidade de uma regulamentação.

Os meios de comunicação de massa não atendem aos pré-requisitos e às premissas que o liberalismo clássico colocava como fundamentais para que houvesse mercado, ou seja, não há mercado, no sentido liberal, para o setor. Mesmo que entendamos as empresas – e antecipo que não é o meu entendimento – como estritamente comerciais, visando ao lucro, como um feirante, não seria possível deixar de haver regulamentação, pois não atendem aos pré-requisitos. Nesse sentido há necessidade, portanto, de que haja, ao menos para que as falhas de mercado sejam superadas, uma regulação.

A segunda pergunta é mais importante. Queremos ver as empresas como quaisquer empresas capitalistas ou são empresas de uma natureza diferente? Vale também para o mercado de jornais impressos, que são empresas que não possuem regulamentação ou cuja regulamentação não é a mesma. A pergunta é: que tipos de empresas são essas? Que tipos de empresas a sociedade quer que sejam?

Ronald Reagan vetou as regulamentações feitas no Congresso com o intuito de aprofundar a regu-

lamentação – e aí começa um grande período. S. Ex<sup>a</sup> disse – e creio que mencionei a frase nos slides – que, na verdade, a primeira emenda da Constituição norte-americana estabelece que a liberdade de imprensa e de expressão é no sentido de que as empresas de comunicação não devem ser reguladas. Foi a fundamentação do veto que fez. Era o pensamento do Partido que estava no poder naquele momento da sociedade norte-americana. Sendo assim, são as sociedades que têm que definir.

A Teoria Política, a Teoria da Comunicação podem indicar o que deu certo e o que deu errado, mas é fundamentalmente uma decisão das diferentes sociedades.

Essa definição leva a uma segunda questão: como vamos encarar os telespectadores ou os leitores do jornal? Como cidadãos ou como consumidores? Foi a grande questão colocada nos Estados Unidos nos anos noventa e que está aflorando especialmente agora, porque chegou o momento de uma segunda revisão do *Telecommunications Act* e a **FCC** está querendo retirar todas as barreiras existentes às propriedades cruzadas, ao controle de jornais por emissoras de TV na mesma localidade, etc.

Há um entendimento contrário, que estabelece que devemos tratar todos como consumidores e não como cidadãos. Há uma diferença fundamental. O cientista político Christopher Lasch diz que, quando se encaram os eleitores como consumidores, como *tax payers*, a quem temos que devolver algo, como se estivessem comprando do Estado, existe um tipo de política. Quando são encarados como cidadãos pertencentes à *res publica*, temos outro tipo de comportamento. Essa é a definição fundamental que deve ser feita em algum momento.

Por fim, a última questão é o critério da eficiência. Ele pode ser lido tanto pelos liberais quanto pela teoria, o que seria uma contraposição na área de análise de mídia, que entende a mídia como tendo uma função social e não apenas mercadológica. Queremos a eficiência da Escola de Chicago (eficiência de mercado, de consumo, de produzir ao menor custo possível) ou a eficiência ligada ao problema da democratização da comunicação, à eficiência da democracia enquanto instituição?

Essa definição também vai nos levar a um determinado tipo de regulação, que é na verdade uma não-regulação, ou a uma regulação mais efetiva. Essas escolhas acabam nos tirando alguns pontos obscuros que têm levado à detenção do debate na sociedade brasileira e em outras. São argumentos como “regular é censurar”, “as empresas de comunicação

precisam das fusões para que haja aumento de escala” ou coisas do tipo.

Tudo isso, na verdade, está por trás das escolhas essencialmente políticas que se fazem. Não há consideração efetiva de dado real que possa dizer que regulação seja censura, inclusive regulação de conteúdo, que é a defesa que o setor tem feito, no Brasil, até perante o Judiciário. Falaremos depois sobre isso.

Em outros países, o Judiciário manifestou-se, dizendo que não é censura e que, evidentemente, a liberdade de expressão não é qualquer coisa. Existem limites na própria Constituição.

Concluindo esta introdução, a escolha ou não dessa eficiência, do que queremos com ela é o que nos levará a uma regulação ou a outra.

Outro ponto importante são as questões técnicas, que vou passar rapidamente. Basicamente, são três os fatores alegados para a necessidade efetiva de se regular o mercado de comunicação, a partir do momento em que se entenda que ele não é a feira.

O primeiro deles, que é mais técnico e já foi exposto aqui pelo Dr. Ara, com relação à TV Comunitária mas que é a mesma coisa para a televisão, é o problema das frequências. É como o caso do navio que batia quando não existia a regulação do farol. Se não houver método e cada um colocar TV e rádio do jeito que quiser, vai virar uma bagunça, ninguém se vai entender. Então é preciso que alguma autoridade, pública ou privada em geral, é pública, regule o espectro de frequências.

O segundo fator é que o espectro eletromagnético é um recurso público finito, ou seja, não cabe todo o mundo, não é uma coisa em que dá para entrar quem quiser. E isso leva à questão da necessidade de se escolher quem entrará nesse jogo seletivo. Às vezes, fico muito impressionado por falarmos tanto em coisas como: “Achamos um poço de petróleo! Esse é um recurso muito importante, muito caro!” Mas ninguém diz que o espectro eletromagnético é um negócio caríssimo, que, por muito tempo, não só no Brasil, em diversas nações, foi dado de graça às pessoas. Isso é um complicador muito grande. Ninguém dá poço de petróleo de graça para ninguém, mas dá espectro eletromagnético, o que não conseguimos entender.

Contudo, há diferentes visões sobre isso. Um economista ganhador de um Prêmio Nobel, que raciocinou muito sobre esses assuntos, tem uma visão estritamente econômica: esse é um recurso finito. É quase vender petróleo. Ou, como dizia o Ministro Sér-

gio Motta, é vender vento muito caro. Mas o que interessa é fazer leilão para se conseguir o maior preço possível por fatia de espectro. Essa é uma possibilidade, ou seja, a questão é financeira, independentemente de quem comprar. Se for o mesmo grupo que comprar todas as vezes, o interesse do Estado é vender o espectro pelo valor mais alto possível.

Outra questão é a sociedade entender que esse espectro é um bem público, que a sociedade pode definir como tratar, inclusive dizendo qual o conteúdo que quer ver e como isso funciona. Essa é outra visão possível, ou seja, há um espectro de propriedade da sociedade brasileira, que tem toda a legitimidade para dizer como fazer. Pode determinar, por exemplo, que quem comprar terá de oferecer determinado tempo para programações regionais. Enfim, existem as mais diferentes possibilidades.

Isso é um interesse público. É preciso determinar o interesse público que está por trás da cessão do espectro pela licitação, seja ela visando apenas ao valor financeiro ou visando a outras questões, tais como se esse é um setor estratégico para a sociedade ou não.

Por fim, passo a um ponto que não é consensual. Esse terceiro aspecto refere-se à regulação da mídia e aos motivos por que regulá-la. É que ela exerce poder na sociedade, poder no sentido político, ou seja, trata-se do poder de alguém sobre outra pessoa, obrigando-a a fazer algo que não queria. Não vou precisar falar dos casos que são amplamente documentados pela sociologia política brasileira, dos momentos da história político-eleitoral, em que a televisão interferiu seriamente no processo, mostrando que há algum grau de poder. Quanto à gradação desse poder, se é maior ou menor, há mais divergências ainda.

Mas três coisas são importantes: como a mídia interfere na opinião pública, sobre cada indivíduo em si; como ela molda a esfera pública, ou seja, a coletividade, independentemente de cada indivíduo; como cada indivíduo assiste ou consome o que está na televisão e, por fim, como ela trata da agenda pública, ou seja, como a mídia pauta a agenda pública.

E, no fim, são alguns tipos possíveis de sistemas regulatórios. Pode não haver regulação, que é meio impossível, dado o problema das frequências; pode haver regulação autoritária, ou seja, os bens são privados, mas o Governo exerce censura – o exemplo clássico são os regimes militares; pode haver economia de mercado, que regula simplesmente a frequência. O restante são as leis de mercado. Pode haver o caso totalmente estatal, por exemplo, os regimes comunistas; pode haver o caso misto, como o do

regime britânico, por exemplo, onde há uma forte empresa estatal e empresas privadas.

Cada um desses itens pode ser permeado pelo fato de se entender que a mídia tem responsabilidade social ou não. Em alguns casos, isso acontece mais claramente; em outros, não.

Há um texto importante sobre a ligação da mídia com os fatos políticos no Brasil, de um pesquisador aqui da UNB, chamado Mauro Porto, apresentado num seminário sobre os quinze anos de democratização no Brasil. Ele faz uma caracterização muito interessante de como os especialistas e as pessoas em geral vêem a mídia: ou como instrumento político – a mídia para fazer alguma coisa – ou como mudança cultural, ou seja, a mídia muda culturas, ou como organizações autônomas empresariais; vêem a mídia como dependente da audiência – a mídia faz o que a audiência pede, ou como espelhos da sociedade, ou seja, a mídia apenas reflete a sociedade que existe.

Na verdade, o que estou tentando argumentar é que todas essas coisas são reducionistas. Na verdade, a mídia é um pouco de tudo isso. À medida que cada um desses elementos existe no comportamento dos meios de comunicação de massa, quando concentramos esses meios, que é o objeto da nossa intervenção, potencializa-se também cada uma dessas coisas.

Em havendo uma mídia concentrada, se ela atua como instrumento político, esse poder é potencializado; se ela atua como determinadora de culturas, isso também é potencializado.

Então imaginemos que fôssemos um Estado não laico, onde todas as televisões fossem dominadas, como aconteceu por algum tempo na Argentina, em que os principais canais eram muito ligados à Igreja Católica. Nesse caso, há um elemento cultural potencializado por uma concentração da mídia. Enfim, cada um daqueles exemplos poderia ter uma conotação desse tipo.

Por fim, quero dizer que isso não vai entrar na minha apresentação até por questão de tempo. Um assunto muito importante é o problema do próprio jornalismo em si, não ligado aos meios de comunicação de massa. Há diversos trabalhos muito importantes sobre a condição social do jornalista na sua ligação com as fontes, como um ser social, especialmente na sociedade brasileira, que é da classe média e que, portanto, tem determinadas preocupações, determinadas formações de vida.

O processo de formação nas universidades é muito importante para entender os acontecimentos.

Não vamos tratar desse assunto aqui. Quero apenas lembrar que esse é um fato que ficou de fora, mas que tem a ver com todo esse processo.

Eis aí a questão central: quem guarda os guardiões? Jefferson está dizendo que se ele tivesse que escolher entre ter governos sem jornais e ter jornais sem governos (nos papéis federalistas), preferiria ter jornais. Porque a imprensa é o guardião da democracia, existe para dizer o que os governos estão fazendo de errado, existe para vigiar. A pergunta do poeta romano Juvenal, já na época do Império “Quem guarda os guardiões?” é fundamental, principalmente para a mídia. Temos diversas respostas, diversos atores podem guardar os guardiões, mas essa é uma pergunta que não é feita.

E me vem à lembrança Kafka. Quando os leões estão lá na porta de entrada do K., fazem a ele diversas perguntas, naquela situação terrível. É o problema da mídia, em que ela não coloca essa pergunta para si mesma e para a sociedade. Esse é o grande problema da concentração da propriedade, ou seja, a mídia não discute a própria mídia. Essa tecla não é batida; jamais veremos essa discussão nas páginas dos jornais comerciais, porque essa é uma discussão que interfere fortemente na forma como as coisas se processam. Que poder é esse, então?

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Qual será o dono de televisão que está fazendo isso?

**O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI** – Quais são as relações desse poder com a democracia, que é o nosso sistema. O que estamos querendo manter em se tratando de comunicação?

A esfera pública e o advento da imprensa, que é o argumento habermasiano, ou seja, a mídia foi importantíssima num momento de formulação da esfera pública no Século XIX. É isso que estamos tentando não perder, ou seja, que ela continue estimulando a esfera pública a produzir discussões que sejam independentes dos dois lados, dos interesses privados individuais e dos interesses do Estado; que ela esteja nesse meio do caminho.

Por fim, algo importante na questão da democracia ligada à mídia é a liberdade de expressão e de idéias.

Um dos autores mais importantes, que, em 1644, já defendia isso foi o John Milton, que fez um discurso célebre no Parlamento inglês sobre a liberdade de imprensa.

Uma questão importante no debate democrático é que os diferentes autores que defendem a liber-

dade de expressão, desde o John Milton, que é considerado o primeiro e o mais importante, também o Stuart Mill, o caso do Thomas Paine, da defesa dele pelo advogado na Inglaterra, e vários outros, fazem uma dissociação entre a liberdade de expressão e o meio efetivo em que ela ocorre nas sociedades contemporâneas. É lógico que as pessoas não estavam pensando nisso, porque não tinham esse problema, mas hoje há uma defesa da liberdade de expressão, como se fosse possível fazê-lo sem associá-la ao controle que a mídia tem sobre essa própria liberdade, um controle que é inerente a uma sociedade em que temos um problema de escala. Ou seja, temos 170 milhões de pessoas que querem ter voz, e quem possibilita isso são os meios de comunicação de massa. Então essa liberdade de expressão tem que passar, necessariamente, por uma discussão da mídia, o que, estranhamente, não acontece.

Há uma discussão, até hoje, na democracia, sobre liberdade de expressão que está desconectada dos meios de comunicação de massa. Então não dá. Como é que você vai ter liberdade de expressão se não discutir os meios de comunicação de massa? É esse o *locus* em que a liberdade de expressão se dá. Essas pessoas estavam pensando em comunicação face-a-face quando pediam liberdade de expressão.

Temos aqui uma pergunta: é possível pensar em liberdade de expressão sem pensar nos meios de comunicação de massa?

Então, no fundo, a grande questão que nos chama aqui hoje é a pluralidade *versus* o controle. Ou seja, como iremos tornar a mídia efetivamente plural, para que permita a maior liberdade de expressão possível, e qual o grau de controle que estaremos dispostos a aceitar para que isso seja efetivo. Como vamos controlar essas duas coisas?

Esta é uma análise, que eu gosto muito, de um Cientista Político italiano, Giovanni Sartori, que diz, em resumo, que a mensagem para o mundo é a mensagem dos meios de comunicação. A grande questão é que, se tivermos um único meio, a mensagem será a desse único meio; se tivermos dois, será desses dois; se tivermos dez, será desses dez. Então a redução do número de *players* no mercado de comunicação leva também a uma redução da mensagem. Esse é um fato com que, inacreditavelmente, muita gente não concorda, mas parece que é quase que lógico e matemático.

A presença de forças antagônicas é fundamental para a democracia, e é isso que não está acontecendo. O que ocorre, especialmente com a propriedade cruzada, é que, em algum momento, por exemplo,

nos Estados Unidos, onde havia a exigência de que, na mesma localidade, o jornal não fosse de propriedade de quem tinha a TV aberta, havia combates efetivos entre os jornais e as televisões. Os jornais denunciavam o que as televisões estavam fazendo de errado e as televisões denunciavam o que os jornais estavam fazendo de errado. E as rádios, da mesma forma. Ou seja, não era possível que essas três esferas fossem de propriedade do mesmo grupo. Agora acabam-se diminuindo esses antagonismos. Há cidades, há capitais importantes no Brasil onde a maior rede de televisão também é dona do maior jornal, o que complica, porque não há antagonismo nas discussões, no espaço público onde se colocam as vozes.

A discussão da democracia feita por esses autores (Schumpeter, Dahl e Downs), que são os fundadores da discussão democrática que temos hoje, do *mainstream*, é no sentido de que democracia é fazer eleições regulares. É lógico que muita gente não concorda que seja só isso, mas essas pessoas que estão dizendo isso também estão dizendo que uma das condicionantes é que haja liberdade de expressão e, além disso, informação suficiente para todos os eleitores, a fim de que as eleições possam ser justas.

Estranhamente, esses autores não abordam o assunto seguinte, que é como ter informação suficiente e liberdade de expressão sem a pluralidade de meios de comunicação. Há um travamento no processo. Todos esses autores, entre eles o Joseph Schumpeter e o Anthony Downs, escrevem sobre política, mas são economistas e assumem que há concorrência de mercado nos meios de comunicação de massa. Mas isso não é importante; o mercado e a mão invisível resolverão.

Ocorre que toda a teoria democrática, fundamentada por esses autores, acabou esquecendo dos meios de comunicação de massa como algo importante. Apenas as teorias laterais, que são importantes, mas que não são do *mainstream*, trazem essa discussão.

Muitas propostas baseiam-se nesses autores fundamentais: o Jürgen Habermas, com a idéia da esfera pública; o Joshua Cohen, com a idéia de democracia deliberativa, para a qual a deliberação tem grande importância, portanto, o espaço da mídia é fundamental; a Carole Pateman, que fala de democracia participativa, mas não trata especificamente da questão da mídia, apesar de seguidores seus tratarem desse assunto, que consideram importante. O Habermas é muito estratosférico, mas fala do problema.

Há importantes teóricos específicos dos meios de comunicação de massa, principalmente o John Thompson, um inglês pragmático, que diz como deve funcionar e como regular. Isso é importante, porque destrói um pouco a idéia habermasiana de que a fala ideal irá resolver o problema. Não dá para decidir baseado em fala ideal no Congresso; é preciso algo substancial.

O Bourdieu abordou um problema fundamental, apesar de ser um dos autores mais complicados e mais panfletários. Nos seus trabalhos acadêmicos, referiu-se ao o problema da voz. Ou seja, a questão fundamental da mídia e da democracia que é quem tem capacidade de aparecer na mídia. Ter voz na mídia é algo que as regulações que forem feitas deverão garantir em algum momento.

Há um projeto na Câmara dos Deputados cujo objetivo do autor é dar voz aos diferentes movimentos sociais, como sindicatos, nos espaços da televisão. É uma idéia. Há um monopólio de quem aparece na mídia. Se contarem que grupos sociais têm voz efetiva, saberemos quem, na sociedade brasileira, consegue conversar com as platéias e veremos que são pouquíssimos grupos.

Numa segunda fase, Giovanni Sartori incorpora a mídia na sua teoria democrática.

O McChesney é um autor muito preocupado com a questão dos grandes conglomerados de mídia nos Estados Unidos, que são os multinacionais.

Pergunto: a mídia concentrada discute a própria mídia?

Quando divulgaram o resultado da consulta pública da proposta do Pimenta da Veiga – já mencionaram o assunto hoje –, os únicos jornais que discutiram o assunto foram a **Folha de S. Paulo** e o **Estado**, jornais que não têm meios de comunicação de massa – a proposta visava aos meios de comunicação de massa. Os outros não discutiram a proposta, que é a questão fundamental hoje.

A regulação só pode ocorrer por esse caminho, porque o Código de 1962 já está ultrapassado, ninguém o usa mais. É fato claro da história recente do Brasil. Não dá para haver uma discussão séria e democrática sobre o problema da mídia se a concentração continuar nos níveis atuais.

O problema do agendamento é fundamental nas discussões contemporâneas sobre o papel da mídia, mais do que influenciar cidadãos individualmente (o que pode ser discutível) a mídia tem a capacidade de incluir ou excluir do debate público (seja perante toda a sociedade seja na arena política) temas e questões

relevantes para a sociedade. Vejamos, por exemplo, a questão da Política Externa: antes dos atentados de 11 de setembro realizamos uma pesquisa sobre como a mídia cobre assuntos internacionais. Os resultados foram alarmantes, mais de 60% da cobertura se referiam a assuntos domésticos de um outro país (um terremoto no Irã, crianças atirando em escolas norte-americanas). Política externa brasileira apareceu com resultados pífios e, quando apareceu, também não havia discussão, era a viagem do presidente a tal lugar, em geral com jornalistas questionando sobre assuntos internos. Ou seja, a mídia excluía da agenda as discussões de temas internacionais, o que trouxe, segundo outras pesquisas, algumas consequências importantes dentre as quais: um desinteresse do público em geral por estes assuntos e um desinteresse (o que é mais grave e aqui está o problema do agendamento) do mundo político por estes assuntos (verificou-se que os programas partidários de então tocavam muito superficialmente nas questões de política externa). No entanto, veja-se que quando a mídia decide agendar o tema, há uma mudança significativa de cenários: quem não se lembra de como o contencioso Brasil-Canadá com relação à vaca louca não se tornou o tema das conversas desde o salão verde do Congresso até o botequim do seu Manuel.

A questão da voz, de como se determina a agenda, é um paradoxo – o McChesney escreveu sobre isso. A crítica do ideário capitalista ao mundo comunista, especialmente na área de comunicação, é que toda a mídia era estatal. Ironicamente, estamos caminhando para ter cada vez menos vozes. Em alguns lugares, os níveis de audiência são tão significativos que há quase um monopólio de determinada empresa de comunicação. Então, o que ocorre é que os dois opostos estão se encontrando, ou seja, a crítica que o mundo capitalista fazia ao mundo socialista – a de que este contava com um único meio de comunicação, estatal – vai perdendo o sentido à medida que temos cada vez menos meios de comunicação nos países capitalistas, desta vez sobre controle privado.

A questão toda fora daqui são as grandes corporações de mídia e a propriedade cruzada. Como fazer para resolver a questão?

Já havia citado essa frase do Reagan. Portanto, a desregulamentação – que começa com ele – é o que permite essa concentração sem precedentes, ou seja, quando ele abdica de regular a propriedade cruzada nos Estados Unidos.

Já havia falado sobre a questão da concorrência. Há diferentes escolas que pregam menos ou mais

intervenção. Por exemplo: a escola de Chicago, que tem vigência hoje, está dizendo que a concorrência se resolve com eficiência, ou seja, o Estado não pode intervir quando uma fusão, como o da **AOL Time Warner**, terá ganhos de escala tão grandes que, na verdade, segundo essa escola, serão, do ponto de vista de entender o telespectador como consumidor, muito significativos, ou seja, o preço da conexão de Internet, o preço do filme da **Warner** que será distribuído pela mesma pessoa, pela mesma sala de cinema, e que, nos Estados Unidos, já chega agora diretamente de satélite; do estúdio onde é feito é transmitido diretamente pelo satélite para a sala de cinema, nem há mais o intermediário das empresas de cinema, ou seja, os preços, potencialmente, irão cair.

Do ponto de vista de consumidores, isso é um ganho de escala fundamental e barateia o custo do acesso à comunicação. A Escola de Chicago não está preocupada com a democracia. O negócio é fazer ficar barato, e o mercado resolve.

As outras duas escolas, não (a de Harvard e a Ordoliberal); elas estão dizendo que é preciso regular a concorrência, não é possível ter atores tão grandes disputando no mercado, porque não se sabe qual será o futuro disso. Em um primeiro momento, é lógico, os ganhos de escala serão repassados, mas e depois, quando forem os únicos e não houver mais concorrência, como ficará? Mesmo para os consumidores, há uma preocupação.

São três as formas principais de concentração: horizontal, compra de mais de uma empresa do mesmo ramo; vertical, diferentes fases da produção, por exemplo, a Disney que tem desde a produção do filme até a venda do chaveiro do boneco nos parques temáticos, domina todo o espectro; e a propriedade cruzada, quando são diferentes meios: rádio, televisão, cinema, etc.

Há as economias de escala e as economias de escopo. Sobre a primeira, o que é importante entender é que ela ocorre porque o custo marginal de produzir um jornal a mais, um episódio a mais, de transmitir para uma pessoa a mais não existe, é praticamente zero. Por isso a economia de escala vai ganhando tanto reflexo quando se faz a fusão, ou seja, caro para um jornal não é imprimir um papel, mas produzir o conteúdo daquele papel. Se forem quinhentos mil ou um milhão de leitores, não faz diferença. Para a televisão, isso é mais importante ainda: caro é produzir um programa; transmiti-lo para diferentes lugares não é problema.

Então, quando se juntam diferentes companhias, acaba-se ganhando muito em escala.

Essa é uma questão sobre os conglomerados. Sobre esse assunto, há diferentes análises, inclusive, econométrica. Uma análise muito interessante, que eu e o Dines estávamos discutindo outro dia, é sobre a questão dos jornais no interior. Os economistas estão dizendo que não há possibilidade de existir mais de um jornal no interior. Não é econômico, não é viável financeiramente. Por isso aquela pergunta inicial: o que queremos? Queremos mercado ou a democracia efetiva? Se quisermos democracia, a regulação tem que prever financiamentos, etc., para essas coisas funcionarem.

Para ser ter uma idéia, nos Estados Unidos, há trinta anos, mais de quinhentas cidades tinham mais de dois jornais; hoje, há doze. O sujeito está provando econometricamente por que isso aconteceu, mas porque não houve investimento. Os jornais foram sendo engolidos pelas cadeias, etc.

Por outro lado, houve uma crise de comunicação, não só no Brasil, que está se tornando cada vez mais forte. A concentração e a venda para grandes conglomerados seriam a saída para o problema. Esses economistas também estão mostrando que não é verdade.

**The Economist** publicou uma edição no ano passado mostrando que esses grandes conglomerados estão enfrentando sérios problemas financeiros. Então é preciso tomar cuidado. A fusão não é a panaceia, a solução para todos os problemas; pelo contrário, está trazendo novos problemas econômicos além dos conhecidos problemas políticos.

Um último dado de economistas que penso ser importante: foi feito também um estudo econométrico, mostrando qual o resultado econômico do ponto de vista da publicidade para esses mercados. Verificou-se que, nos Estados Unidos, em todos os mercados onde houve concentração, houve um aumento muito grande do espaço publicitário e uma redução dos programas não-publicitários, ou seja, de conteúdo efetivo. Quando se concentram, eles tiram jornais, tiram programa teledramatúrgico e infantil para colocar propaganda. Sem concentração, 28% do espaço era publicitário. Quando houve concentração, subiu para 42% o espaço publicitário na programação diária.

No caso brasileiro, adotei a estratégia de não passar para vocês os dados conhecidos de quais famílias detêm os diferentes meios de comunicação nos Estados, porque penso que já são mais do que

conhecidas, mas o caso brasileiro é apontado, assim como outros países da América Latina e do Sul da Europa, como um forte caso de concentração nas mãos de algumas famílias, de oligopolização da mídia.

No caso dos Estados Unidos, por exemplo, apesar de haver os grandes conglomerados, ainda há 12 mil estações de rádio e 1.500 jornais. O número de jornais por 100 habitantes é enorme. No Norte europeu, também. Aqui, há concentração ainda maior dessa capilaridade da mídia, porque os níveis de audiência não são pré-estabelecidos, nos Estados Unidos nenhuma emissora de televisão pode ter mais de 35% da audiência total do mercado (em termos de quantidade de domicílios atendida por aquela determinada emissora), o que é uma redução efetiva. Há uma pluralidade nesse sentido. No caso brasileiro, sabemos que a emissora de maior audiência detém bem mais do que isso.

Apenas para citar o que está acontecendo hoje, os Estados Unidos e a União Européia estão passando por um momento de redefinição das políticas concorrenciais. A União Européia sempre teve uma comissão muito mais ativa no controle das fusões e das aquisições, mas, por outro lado, havia um medo de a Europa ficar para trás nessa concorrência de grandes conglomerados. Então, houve uma certa mudança nos princípios da comissão europeia, ou seja, eles estão analisando as fusões com mais cuidado, no sentido de aprová-las, porque há um medo de a Europa ficar para trás nessa questão dos grandes conglomerados, ou seja, de perder espaço na disputa por novos e velhos mercados, especialmente porque as empresas também estão se fundindo com *holdings* da área de telecomunicações.

Há um brilhante estudo do Pesquisador norte-americano Daniel Hallin sobre clientelismo em vários países da América Latina e do Sul da Europa, em que ele mostra por que ainda há uma maior concentração de clientelismo e proselitismo, baixo nível de circulação de jornais, instrumentalização da mídia privada, politização da mídia, limitação da profissão de jornalista, mostrando que essas características são muito comuns nesses países. Inclusive ele cita uma frase interessante: na Grécia — isso aconteceu até há pouco tempo —, os industriais diziam que se não ganhassem um ministério abriam uma rede de televisão, porque era o instrumento de que eles dispunham para colocar seus anseios estritamente privados. Então o dono da maior empresa de navios tem rede de televisão, assim como, na Itália, o dono da Fiat e o dono da Olivetti. Há uma ligação enorme entre

o mundo empresarial e político e os meios de comunicação, mas não é esse o caso dos países do Norte da Europa.

Por fim, cito a Constituição, apenas para dizer que, do ponto de vista da fundamentação constitucional necessária, para que se faça a regulação por leis ordinárias, já temos as determinações. Enfim, não sei como perguntar a um Parlamentar que participou da Constituinte se o que está na Constituição Federal é o que acontece na realidade, porque o § 5º diz que não podemos ter oligopólio, e o caso brasileiro, nos meios de comunicação de massa, é um caso de oligopólio. Então é preciso descobrir quais são as regulações efetivas, para que se possa agir.

Do ponto de vista de conteúdo – não é matéria que devemos tratar hoje –, o art. 221 determina quais são as diretrizes da sociedade para o conteúdo, mas é preciso estabelecer qual regulação será feita para que isso seja cumprido.

No Brasil, houve o problema do coronelismo eletrônico, que está bem documentado, especialmente no Governo Sarney e no final da Constituinte. O governo Sarney distribuiu 30% de todas as concessões de rádio e televisão que haviam sido dadas desde 1934, sendo que 52% das concessões que ele distribuiu – que foram 1.028 – foram dadas nos últimos nove meses da Constituinte. Noventa por cento dos Parlamentares que receberam votaram a favor do Presidencialismo e dos cinco anos, que era a grande discussão do momento, e que interessava à presidência da República.

É difícil discutir esses temas num Congresso que é tão proprietário de meios de comunicação de massa. A **Folha de S. Paulo**, esses dias, mencionou que a Comissão responsável por discutir esse assunto é recheada de empresários do setor.

Por fim, a regulação, que é essa proposta do Thompson, uma das mais interessantes que aparecem nas diferentes propostas: é um *mix* entre a questão do princípio público de pluralismo e o setor privado. Ele está propondo que haja uma intervenção legislativa; é preciso dizer que não podemos ter um meio de comunicação dominando os diferentes setores. E uma das propostas é que haja limitações à propriedade cruzada. Então tem de ter jornal, combater nos meios de comunicação de massa, tem de ter rádio e Internet separados. A panacéia que houve com o advento dos meios digitais é que de que agora teríamos democratização, porque existe Internet, TV a cabo, TV por satélite, TV não-sei-o-quê. Mas o que aconteceu é que a **AOL Time Warner**, nos Estados Unidos, tem todos esses meios na mesma proprieda-

de. Então não houve democratização. O que ele está propondo é que haja uma proibição de que essas coisas ocorram.

Outro item que ele está levantando é que dar voz aos diferentes atores, por meio da radiodifusão comunitária, da televisão comunitária ou, como foi proposto na Lei do Cabo, só dará certo se houver financiamento público para essas pessoas estabelecerem esses canais. Como foi dito aqui hoje, a televisão comunitária não é a preço de banana. Não adianta produzir um programa que não dará certo. A rádio comunitária está sendo ouvida. Há espaço para novos atores, mas é preciso que haja dinheiro para produzir canal, senão ficará lá o canal comunitário aberto, sem programação para produzir, como acontece já na TV a cabo.

Enfim, haveria mais coisas, mas encerro por aqui, dizendo que a proposta de regulamentação que tinha sido feita pelo Sérgio Motta trazia algumas coisas nesse sentido, havia um artigo de contenção da propriedade cruzada; tinha uma série de problemas, mas continha algumas inovações. E é por aí que podemos continuar o debate.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Dines, talvez pela primeira vez na vida, não exagerou. Creio que ele foi até modesto nas qualificações do expositor.

Essa conferência foi das melhores que já ouvi nos últimos tempos. Tomarei a liberdade de pedir, D. Márcia, que quando tivermos o texto remeta ao Dr. Guilherme. De antemão, pedirei autorização ao Conselho para que, na revisão das notas taquigráficas, a qual pedirei para fazer, acrescente ao texto tudo o que deveria ter sido dito, e não foi, devido à escassez de tempo. Penso que se trai um pouco o fato histórico, mas não se trai a essência da exposição nem privamos o Conselho de uma exposição tão consistente como foi a sua.

Imagino que, com essa explicação, que constará da Ata, de que o texto publicado é tudo o que foi dito e mais um pouco que for acrescentado, o senhor terá a chance inclusive, a tempo, de fazer os complementos.

E farei uma maldade: a história do mundo, quando for escrita, o será a partir dos pequenos acidentes do dia-a-dia. O motorista de táxi que deveria trazê-lo nos causou um grande mal, porque, ao retardar a sua vinda para cá, Dr. Guilherme, no fundo, impediu-nos de ter um debate mais amplo.



Dines, rogarei para que convença o Dr. Guilherme a, num gesto cavalheiresco, na próxima reunião, vir aqui, quando eu lhe daria, inclusive, mais algum tempo para fazer um complemento à exposição, se sentisse necessidade. O debate estaria enriquecido, porque os Conselheiros já teriam lido o texto. Na próxima reunião, vamos tratar só dessa matéria, sem misturá-la com outros assuntos. Traremos o segundo conferencista e começaremos a ouvir V. S<sup>a</sup>. Depois, procederemos ao debate com os dois expositores: com o senhor, Dr. Guilherme, e com o segundo expositor.

Não tenho coragem de lhe pedir, eu mesmo, que perca mais um dia de sua vida tão tenra. Entretanto, estou certo de que o Dines tem mais chance de conseguir isso do que eu.

Em nome do Conselho, agradeço-lhe por esta exposição.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Peço a palavra, Sr. Presidente?

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Apoiado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Apoiada a fala dele ou a não-fala?

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – A sua, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A minha? Quer cancelar a fala de...

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Quero reiterar o convite.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – O conferencista citou muitos economistas. Lembrei-me do Paulo Setúbal, proprietário do Banco Itaú, e que no Banco Itaú não há economista, só engenheiros.

O conferencista disse que a mídia existe para criticar Governo. Não é verdade. A mídia existe para relatar os fatos. O articulista que assina, este sim, dá sua opinião. Contudo, a mídia não foi feita para criticar, mas para relatar.

No Brasil, a mídia é regulada. O Pimenta da Veiga chegou a mandar para a Casa Civil o novo projeto de lei de comunicação de massa, que o Fernando Henrique retirou, a pedido do Congresso, aguardando que o novo Governo reexaminasse a questão.

E sobre esse problema de propriedade cruzada, o americano é grande porque consegue vislumbrar as coisas num *timing* que lhe é peculiar. Hoje, exatamente hoje, o FC-6 já está reestudando todo tipo de dificuldade legislativa quanto ao cruzamento de propriedade, porque o americano já chegou à conclusão de que isso é um atraso.

Hoje esteve presente aqui o representante da Brasil Telecom, trazendo notícias de que novas tecnologias virão, de tal sorte que não haverá mais um, dois ou seis, mas duzentos, trezentos canais. Então o futuro será a total desconcentração, pelo brutal número de emissoras de televisão. E, no Brasil, não existe concentração, Sr. Presidente. No Brasil, existem seis ou sete emissoras abertas. Cada emissora tem um grupo que a domina. É o caso da **Rede Globo**, que tem o grupo da família Marinho; a **CNT**, o grupo da família Martinez; a Record, o grupo da Igreja; a **Rede TV!** tem o grupo do Amílcare Dalevo; o **SBT**, o grupo do Sílvio Santos; a **TV Bandeirantes**, o grupo do Saad. De sorte que não há concentração no Brasil. Aliás, no Brasil há desconcentração.

As revistas que existem no Brasil não são proprietárias de televisão. O maior jornal do Brasil, a **Folha de S. Paulo**, não tem televisão nem rádio. De sorte que falar em concentração, no Brasil, é trazer um debate de que o País não precisa. Aqui não há concentração.

Em uma reunião anterior, citou-se que há concentração em Santos e no Maranhão. Estamos falando do Brasil. As redes de televisão aberta, no País, não são concentradas. Então é uma bobagem repisar esse assunto quando isso no Brasil nunca aconteceu; é *démodé*. A tecnologia já mostrou, esse assunto de concentração é velho. O futuro é a total desconcentração, pelo absoluto número de televisões que vão existir.

Hoje, reitero, a Brasil Telecom já trouxe aqui a hipótese de ter duzentos canais. De sorte que fico triste em ver a tentativa trazer a discussão, a este Conselho, de um problema que já não existe. Hoje ele é velho nos Estados Unidos. O americano foi citado o tempo todo, mas hoje a FCC está estudando exatamente isto: acabar com esse tipo de viés contra as concentrações. E mais: eles já chegaram à conclusão de que vão acabar com a legislação que a proíbe, e não vai acontecer concentração. No Brasil não existe concentração.

Sr. Presidente, era somente isso.

**O SR. CARLOS CHAGAS** (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Já entrei em contato com a Embaixada Americana, que está nos mandando um dossiê com mais de cem páginas sobre o debate de hoje e se comprometeu, tão logo acabe a reunião de hoje, da FCC, e tornada pública a decisão, a nos mandar toda a documentação, que será entregue ao Dr. Carlos Chagas para se divertir com as centenas de páginas que terá para examinar.

Também pedi informações às Embaixadas da Argentina e de Portugal sobre leis semelhantes que estão sendo estudadas agora. Estou pedindo informações ao Jornalista Lucas Mendes sobre um fato que aconteceu ontem, relatado em um programa a que tenho me referido aqui. Havia uma epidemia em uma cidade com oito rádios, e os poderes públicos não puderam informar à população, porque não havia nenhum rádio disponível, nenhum locutor disponível na cidade. As programações eram todas de cartucho. Mortes deixaram de ser evitadas por ausência de um locutor em um serviço que é público.

**O SR. CARLOS CHAGAS** (Representante da sociedade civil) – Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

**O SR. CARLOS CHAGAS** (Representante da sociedade civil) – Se o meu querido amigo Dines me permitisse fazer a exposição rapidíssima a que me comprometi, como Relator, creio que poderemos ordenar melhor o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está concedida a palavra a V. S<sup>a</sup>, Dr. Carlos Chagas.

**O SR. CARLOS CHAGAS** (Representante da sociedade civil) – A primeira coisa, Dr. Godoy, ainda que me doa muito falar sobre a manifestação do Conselheiro Roberto Wagner Monteiro, é pedir ao senhor desculpas, porque não é bobagem discutir sobre esse assunto de concentração. Muito pelo contrário.

Vamos partir do geral para o particular – e os senhores verão por quê. A proposta para a criação do Conselho de Comunicação Social nasceu da saudosa Deputada Cristina Tavares. E era completamente diferente – permita-me usar as palavras claras –, dessa quase “abobrinha” que estamos tratando aqui há mais de um ano.

A proposta da Cristina, auxiliada por outros jornalistas deputados, era de que o Conselho tivesse

funções normativas e até coercitivas. Seria o Conselho a dar as concessões e a renová-las. Mais do que isso, o Conselho zelaria pelo que viria a ser o art. 220 e o art. 221 da Constituição Federal. A palavra de ordem era: “Censura, nunca mais”. Mas havia que se garantir à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem dos excessos da programação do rádio e da televisão que contrariassem o respeito aos seus valores éticos e sociais. Havia também a necessidade de que o Conselho zelasse pela preferência às finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas e tudo o que vem estabelecido no art. 220.

A proposta ganhava corpo, obteve aprovação da maioria das Bancadas na Constituinte. No entanto, uma frase fez com que a proposta da Cristina Tavares fosse arquivada e tivéssemos este nosso Conselho – que falo com dó –, este nosso Conselho desimportante. É o primeiro passo. Já dizia um autor, não muito citado nestes tempos de globalização, que “toda grande marcha começa com o primeiro passo”. É importante estarmos aqui discutindo isso, mas não era essa a finalidade do Conselho de Comunicação Social. A frase que correu a Constituinte e que fez calar todas as vozes foi apenas uma, que também falo com dó: “O Dr. Roberto não gostou”. E o Dr. Roberto não gostando, morreu o Conselho de Comunicação Social como deveria ser composto.

Decidimos formar esta Subcomissão. E eu me permito também não contraditar, mas ponderar um pouco, acrescentar um pouco ao que disse o Professor Guilherme Canela. Por exemplo: ele disse que a mídia não discute a própria mídia. Estamos diante de um grande discutidor, um homem que discute realmente a mídia: Alberto Dines, que tem o **Observatório da Imprensa**. Em alguns jornais, já existe a figura do *ombudsman*. Já existem revistas especializadas que estão discutindo a nossa mídia.

O Professor citou Thomas Jefferson, que disse: “Se me fosse dado decidir se devemos ter um governo sem jornais, ou jornais sem um governo, não hesitaria um momento em preferir a última.”

Outra observação, Professor, é que, tecnicamente, desde 1934, já tivemos a regulamentação, porém técnica. Os Constituintes, os Deputados sempre falam nas entrelinhas, sempre usam de subterfúgios, de artifícios que não são claros como gostaríamos que fossem, ou como tentamos fazer na imprensa. Em 1934, eles estabeleceram que jornais e revistas independem de licença do Poder Público para ir à rua. Na realidade, o que se quis dizer? Que o rádio dependia da licença. Como o senhor falou, é a questão do éter, senão haveria uma bagunça total.

Finalizando, tentei distribuir aos Conselheiros este meu pseudo-relatório inicial, mas terminaria com uma observação muito triste também. A Constituição – e nosso Presidente é um jurista emérito –, as Constituições devem estabelecer os princípios gerais. Posteriormente, elabora-se uma lei que debulhe o assunto, que o regulamente. A nossa Constituinte de 1987/1988 duraria 10 anos, porque não havia um entendimento entre os dois principais grupos: o Centrão e os Progressistas.

Sendo assim, o que fez o Dr. Ulysses para o Brasil ter uma Constituição rapidamente? S. Ex<sup>a</sup> inverteu o princípio de direito e disse que a lei regulamentaria aquilo que a Constituição não pôde definir. Há certos acontecimentos que apenas ocorrem no Brasil. E isso realmente ocorreu, além de mil outros fatos, principalmente na comunicação social, tanto que está previsto no art. 220 que a lei criará mecanismos de defesa da pessoa e da família contra os excessos da programação.

Onde está essa lei? Quanto tempo já se passou desde a promulgação da nossa Constituição?

A nossa Lei de Imprensa é uma herança da Ditadura, é lixo autoritário. Felizmente, uma série de artigos não vale, aqueles artigos draconianos, porque a Constituição os revogou implicitamente. Mas a lei ainda está em vigor. Por isso, é importante discutirmos todos esses problemas.

Confesso que ainda não sei se a regulamentação dos conglomerados – a técnica é necessária – é um bem ou um mal. Discutiremos esse assunto aqui. Tentaremos dissecar a matéria, porque, de um lado, havendo essa concentração sem regulamentação, estamos expostos ao controle, à limitação e à distorção da informação da notícia, e isso é péssimo.

Nos tempos bicudos em que vivemos hoje, nesses tempos de globalização fajuta, de neoliberalismo, nesses tempos de desemprego total – aproveito para falar sobre o assunto –, não sei qual é a porcentagem de desempregados no Brasil. Como a mídia desinforma, como os governos desinformam! Não adianta falar que o percentual de desempregados passou de 6,5% para 7%. Precisamos registrar o número de desempregados que, no Brasil, chega a 12 milhões. Quanto ao aspecto da criação de empregos, é possível que a concentração da mídia faça com que não se percamos tantos empregos como vem ocorrendo até hoje. Não sei se a regulamentação é um bem ou um mal. Veremos isso depois da nossa discussão.

Também não podemos falar do que está ocorrendo hoje nos Estados Unidos. As informações revelam que, no que se refere à concentração naquele

país – não encontrarei os números agora –, havia mais de 90 conglomerados na década de 70; na década de 80, passou a mais de 20; e, na década de 90, há apenas cinco conglomerados. Evidentemente, esse dado não é um bem. Basta ver que a cobertura da invasão do Iraque pela televisão americana – não quero usar adjetivos nem dizer que ela foi lamentável, porque a liberdade é de cada um, cada um entende como quiser – foi uniformizada, padronizada, pasteurizada de uma maneira que chocou a todos nós que assistimos a esses acontecimentos.

Para terminar, informo que, depois de ouvirmos todos os conferencistas, todos os professores que tanto nos enriquecem, sugeridos pelo Alberto Dines, farei mais uma sugestão, que se encontra no meu relatório. Vamos levar muito tempo para discutir essa questão e não vamos resolvê-la sequer até o fim do ano. Porém, meu querido Roberto Wagner, continuaremos o debate sobre a questão da concentração, que não é uma bobagem; pelo contrário, é muito importante. Vamos continuar fazendo isso e, depois que tivermos condições, democraticamente, pelo voto, decidiremos se encaminharemos à Mesa do Senado nossas sugestões, porque não nos resta fazer mais nada, haja vista a nossa desimportância. Vamos analisar se encaminharemos alguma sugestão à Mesa do Senado ou se simplesmente arquivaremos essa Subcomissão. Essa será uma decisão democrática de todos nós.

Era o que tinha a dizer, Presidente. Alberto Dines, desculpe-me por ter falado antes de V. S<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras sempre joviais e carregadas do otimismo do Conselheiro Carlos Chagas. Passo a palavra ao Conselheiro Alberto Dines. Dr. Guilherme, rodarei as opiniões e depois lhe passarei a palavra.

Por favor, Conselheiro Alberto Dines.

**O SR. ALBERTO DINES** (Representante da sociedade civil) – Depois do que falou o Conselheiro Carlos Chagas, realmente, resta-me muito pouco, mas tratarei apenas de uma das deixas dele. Fui o autor da bobagem, mas ela foi referendada pelo Pleno por unanimidade, portanto registro que todos nós somos autores desta “bobajada” de discutir a concentração da mídia no Conselho de Comunicação Social.

Acredito que falte ao Conselheiro Roberto Wagner um pouco de informação. Embora, neste momento, a FCC esteja recuando naquelas suas conquistas dos últimos 30 anos, é um avanço o debate que está se travando hoje nos Estados Unidos. Nunca uma re-

união da FCC foi tão intensamente debatida quanto a de hoje, inclusive com surpresas, como o Ted Turner se manifestando contra as alterações, embora ele seja uma das pessoas que deveriam, supostamente, defendê-las. Portanto o debate é intenso. Em uma sociedade democrática o importante é o debate.

Por outro lado, as conquistas da democracia informativa americana, nesses últimos 30 anos, foram tantas que talvez, agora, se eles retroagirem um pouco, não terá importância, pois os conceitos sempre ficarão. Mas não chegamos ainda lá. Não chegamos nem ao que hoje está sendo decidido na FCC. Portanto acredito que, apesar do adjetivo e do epíteto de bobagem, estamos dando um passo importantíssimo. Trata-se de um momento histórico, justamente essa coincidência em que a FCC volta, dá um passo atrás, e o CCS dá um passo à frente, formalizando e institucionalizando um debate que considero crucial.

Já que esta é uma Casa de debate, e não mais do que isso, estamos começando, para mim, o debate mais importante, que é a discussão dos guardiões da imprensa, da concentração da imprensa, do direito de se manifestar, e assim por diante.

Gostaria que se registrasse em ata que me sinto honrado com o epíteto de “rei da bobagem”, mas quero distribuí-lo a todos os companheiros que aprovaram por unanimidade a instalação deste debate, de que não quero ser o dono, apenas sugeri dois ou três nomes. O companheiro Roberto Wagner ficou incumbido de dar uma sugestão, e parece que ainda não apresentou. Esse debate tem de ser pluralista. Se temos uma função, embora diminuídos, como diz o Conselheiro Carlos Chagas, é a de fazer disto aqui um fórum, uma Casa de debates e, sobretudo, uma Casa de reflexões, já que o Congresso Nacional está, de certa forma, tão manietado pelos interesses, inclusive na área da comunicação social.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Alberto Dines. Quero me referir, Dines, que, a serem procedentes as informações a que temos acesso pela Internet, a decisão provável da FCC não é muito diferente do que estamos falando aqui.

Tentei, junto à Embaixada, ter acesso ao tal documento reservado, de 261 páginas, a que os jornais se referem, mas não foi publicado na imprensa americana. Fiz gestões numerosas com a Embaixada para que ela, pelo menos, o fornecesse, em caráter reservado, à Comissão. Não foi possível. Mas, se na Internet os dados não estiverem errados, a essência da decisão de hoje não será muito diferente do que esta-

mos discutindo aqui. Primeiro, é a permissão para que uma empresa aumente o número de estações de TV em grandes mercados; segundo, a eliminação de veto à propriedade cruzada em cidades de grande e médio porte e sua manutenção em pequenas localidades.

Foi grande a ênfase que demos aqui no sentido de começar a separar o negócio televisão, dentro de uma visão de soberania do País, de competir no mercado internacional, da realização da democracia que se faz nas localidades. Lembro que foi um dos pontos sobre os quais centramos esforços aqui. E, curiosamente, a decisão do FCC não vai andar muito longe do que estamos discutimos aqui.

Vou conceder a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Gostaria de, primeiro, parabenizar o Professor pela excelente apresentação e por nos trazer conceitos muito interessantes sobre o aspecto da economia e da sociedade da mídia, mas gostaria de questionar um ponto que considere muito importante e que, no meu entender, foi abordado com uma interpretação errada.

Quando o FCC, nos Estados Unidos, define em regulamentação que cada empresa de televisão deva ter um limite de 35%, não quer dizer que se está limitando a audiência daquela emissora; não se está limitando o número de aparelhos ligados naquela emissora. Esses 35% se referem à área de abrangência no país que aquela mesma empresa pode ter.

Então não há limite na audiência no sentido do número de aparelhos ligados naquela emissora. Isso pode ser 70%, 80%, o que for. O limite é que cada emissora, cada empresa, não pode ter – e é isso que está sendo discutido hoje – mais do que, parece-me, 35% do total de aparelhos existentes e o total de *houses holds* – como eles chamam casas sintonizadas – naquela empresa. Houve uma interpretação de que há limite de audiência. Não é isso. Tanto que, em vários casos, como em várias situações nos Estados Unidos, uma determinada emissora tem uma audiência muito maior do que 35%, como no caso do Superball e outros eventos, como o Oscar, que têm índices de audiência muito maiores do que esse. Não há limite.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Fiquei um pouco confusa, Presidente; acabei não entendendo direito. Quer dizer que a limitação é da área de abrangência, da área de cobertu-

ra. Por exemplo: o Oscar ou o futebol teriam que ser transmitidos, já que interessam a todos, por diferentes...

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Significa o seguinte: se assumir que são 100 milhões de casas que têm aparelho de televisão nos Estados Unidos – não sei se o número é esse –, isso quer dizer que a CBS, por exemplo, não pode ser dona de emissora de televisão que cubra mais do que 35 milhões. Ou seja, ela pode ter afiliadas em outras, mas ela não pode, sozinha...

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – É geográfico o critério?

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – ...ser dona de emissora de televisão cuja soma cubra mais de 35 milhões.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Do território?

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Isso não tem a ver com a audiência, com a nossa terminologia normal de audiência aqui no Brasil. Não é essa audiência de número de aparelhos ligados naquela emissora; é audiência no sentido da abrangência de cobertura.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – A questão da rede, por exemplo, não poderia, da forma como existe aqui no Brasil, em que a **Globo** do Rio de Janeiro, a sede, a matriz, é sócia da **Globo** do Paraná, de Minas, do Amazonas, etc. Teria que ser de uma parte só, que correspondesse ao máximo 35%.

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Aqui no Brasil, há uma regulamentação que está sendo revista também, no sentido de que cada pessoa física não pode ter mais de cinco emissoras. Lá nos Estados Unidos, não são cinco, são 35% do total. É outra forma de ver isso, mas que também limita a quantidade de emissoras que determinada empresa pode ter.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Se essas cinco cobrissem 100% do território não haveria problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não pode, lá não pode cobrir.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Aqui, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Ah, sim.

A comparação, Dr. Fernando Bittencourt, não pode ser extensiva ao Brasil. Porque o sistema de afiliação dos Estados Unidos não tem nada a ver com o sistema brasileiro. É completamente diferente. O sistema de audiência potencial tem essas limitações, e Marret, em seu livro **La Télévision Américaine**, apresentou um mapa do ano anterior da média de audiência dos cinco canais. E o maior canal é a **Fox**. Não é a **CBS**, **ABC** nem **NBC**. Os cinco maiores canais não têm, juntos, 18% da audiência americana, tal é a força das afiliadas locais, que têm controle amplo sobre a programação.

Então é preciso refletir com cuidado sobre as cifras americanas e as brasileiras, porque as realidades são bem diferentes.

Concedo a palavra ao Sr. Frederico Ghedini.

**O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI** (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Dr. Godoi pela exposição e dizer que, em toda essa análise, há um problema: quando se refere à questão dos meios de comunicação, não se leva em conta que, embora o interesse da comunicação seja público, ela se dá por meio de empresas privadas – no caso, falo especificamente da comunicação jornalística, para me deter a um aspecto da comunicação, porque há todo o setor da diversão. Esse aspecto é muito pouco analisado por todos os autores citados pelo conferencista e leva a uma distorção muito grande no resultado dessa análise, porque, mesmo que haja várias empresas privadas noticiando ou cuidando do noticiário, na verdade, a única coisa que garante o direito de expressão é o fato de os operadores das empresas privadas terem ou não um procedimento ético. Por exemplo: eles podem mandar publicar as várias versões no contraditório. Se não, chegamos ao que vimos recentemente, na transmissão da guerra: havia diferentes emissoras, e todas imbuídas aproximadamente do mesmo espírito; assim, houve a mesma cobertura.

Por isso, nessa análise, há que se considerar outro aspecto: o do mercado publicitário como fonte por excelência, quase que única, de recursos para a sustentação das mídias. Assim, chegamos à situação

existente hoje no Brasil: o mercado está contraído, o desemprego é enorme e há uma tendência, nesse desemprego, ao aumento da concentração. É evidente que aquele que tem maior aparato para a coleta da verba publicitária – não preciso citar o nome aqui – é quem se sobressai quando há retraimento. E isso faz aumentar a concentração nesse momento.

Então se haveria de pensar no previsto pela Constituição: a complementaridade dos sistemas público, estatal e privado, embora no Brasil não exista efetivamente, na mente das pessoas, a diferenciação entre sistema público e estatal.

Essas questões precisam ser mais bem trabalhadas por nós, ainda que neste Conselho sem poder, a que se refere o Carlos Chagas. Apesar disso, é um lugar onde, pela primeira vez no País, ocorre um debate que não é diretamente feito pelos interessados. No Congresso Nacional, devido à enorme quantidade de parlamentares que são proprietários, o debate é diretamente interessado. Sempre foi! Por isso a situação ali não muda. Quando vai passar, há um debate no Congresso Nacional. Por isso este Conselho não tem poder efetivamente, em última instância.

Quero pontuar essas questões, porque se faz necessário analisarmos alguns detalhes no debate que considerem os aspectos a que estou me referindo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Ricardo Moretzsohn.

**O SR. RICARDO MORETZSOHN** (Representante da sociedade civil) – Pois não, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a presença do Sr. Guilherme Canela de Souza. Penso até que o fato de desencadear o que desencadeou aqui já valeu a presença. Considero extremamente positivo o que ocorreu.

De qualquer forma, após a exposição do Sr. Carlos Chagas e do Sr. Alberto Dines – particularmente não me vejo contemplado –, gostaria de fazer uma deferência ao Sr. Guilherme Canela de Souza Godoi, pois ficamos conversando. Estávamos nos referindo à fala de S.<sup>a</sup>

Gostaria de fazer um recorte na discussão – um recorte específico. Já que podemos pensar que esses meios são considerados, como disse o Sr. Frederico Barbosa Ghedini, um serviço público, diria que se trata de um serviço público revestido de caráter especial. Não é como um correio, uma estrada, uma ferrovia, que transporta. Por quê? Porque o serviço público de

comunicação possui um conteúdo que molda comportamentos.

Em função disso, aproveitando que você traz o Habermas para a esfera pública, pensei na ação comunicativa do próprio Habermas. Aproveitando que o Sr. José Paulo Cavalcanti Filho solicitou-lhe acrescentar o que não pôde ser falado, gostaria que explorasse um pouco o tema do direito à informação. Faço uma articulação da esfera pública com o direito à informação, que é o direito que todos temos de sermos bem informados, com informação imparcial e isenta. Gostaria que V. S.<sup>a</sup> nos falasse a respeito do direito à comunicação, pois penso que seja diferente do direito à informação, forçando um pouco a questão habermasiana da esfera pública: é o direito que os grupos ou cidadãos têm de anunciar seu projeto de vida na esfera pública.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra a Conselheira Regina Dalva Festa.

**A SRA. REGINA DALVA FESTA** (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Sr. Guilherme Canela de Souza Godoi pela clareza com que colocou as várias visões de mundo nesse momento, a partir de pessoas que estão pensando o neoliberalismo e até a possibilidade de uma sociedade tomar nas mãos seu destino diante dos meios de comunicação. Parableno S. S.<sup>a</sup> por nos ter trazido o conflito. Soluções só nascem a partir de conflitos. E boas soluções só nascem a partir de pessoas ousadas, que colocam a criatividade a bem do serviço público.

Estive ausente por algum tempo. Visitei doze países da América Latina. Foi algo, de fato, muito saudável até para esta Comissão. E pude observar duas coisas que trago ao debate, porque são parte do que discutimos hoje.

A Brasil Telecom está se tornando um canal de transmissão, o que é muito importante para o Brasil. Mas que responsabilidade cabe a quem constrói um processo como esse em relação às mensagens que nos vão chegar? Esse é um problema que o Presidente levantou em sua fala e que não é tão simples assim. Se eu for canal, posso ser canal de qualquer coisa – para o bem e para o mal. Não é tão simples assim. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, que considero muito importante, é que existe concentração sim, que o debate é muito saudável e que essa concentração está sendo discutida não só aqui, mas em toda a América Latina,

com um viés: na maioria dos países da América Latina, não se acredita que os poderes públicos vão tomar uma decisão. Por isso, na América Latina de hoje, começam a existir ouvidorias de meios de comunicação, organizações da sociedade em termos de ela própria tomar nas mãos, porque não acredita que esta Casa vai regular isso – e falo na Casa em que isso deveria estar sendo regulado –, porque é evidente a perda de poder desta Casa em todos os países da América Latina. Esse é um dado que temos de levar em consideração.

Finalmente, encerro, dizendo que tudo isso tem um impacto, sim, e o Guilherme Canela conhece muito bem, porque trabalha nisso conosco. Trouxe para vocês hoje um material da ANDI, que está sendo distribuído. São quatro livros e revistas, e peço aos senhores que os leiam, porque nesse material está demonstrado o impacto que tem a mídia na criança, no adolescente e o futuro disso para os nossos países. Como Habermas disse, enquanto estamos olhando se existe ou não existe, há um desvio da discussão, e o desvio da discussão é o futuro dos nossos países, é o futuro das nossas gerações.

Por isso aqueles que estão me ouvindo neste momento pelos canais, se vocês acreditarem que aqui isso pode ser resolvido, apóiem-nos. Se vocês não acreditarem que nesta Casa, vamos resolver essas questões. Façam como a América Latina: tomem nas mãos o processo, porque é só por meio dele que poderá haver uma mudança real.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Regina Dalva Festa pelas palavras

Concedo a palavra ao último perguntador, Sr. Geraldo Pereira dos Santos.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOSSANTOS** (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente. Não é necessário parabenizar o nosso Expositor. Concorro plenamente com todos os que falaram antes de mim, até porque quero retornar às palavras do nosso Presidente, esperando que a sua presença nos engrandeça na próxima reunião do mês de julho. É nesse sentido que queremos ratificar a nossa fala, tendo em vista a importância, a amplitude e a complexidade do tema, que vem ao encontro do que o nosso companheiro Ghedini falou: é o marco regulatório que, evidentemente, passa a uma questão mais ampla.

A propriedade cruzada, a concentração e o poder da mídia no Brasil hoje são patentes, visíveis. Não

há dúvida sobre essa questão. Há ainda as questões menores, como a democratização da comunicação, o acesso à comunicação, o direito de informar e não apenas de ser informado ou mal informado, porque nós somos mal informados.

Ratifico e espero do Presidente que seja mantido o seu convite, que o Dines consiga levá-lo a algum lugar e convencê-lo e que isso não seja prejuízo algum para o contraponto. Queremos ouvir aqui o contraponto, a pluralidade, como foi dito pelo Dines. Queremos ouvir, sim, e isso não será a curto prazo, como o Chagas falou, mas precisamos, de fato, debuchar-nos sobre esse ponto de pauta, que é urgente urgentíssimo. Que o senhor esteja aqui em julho, para nos honrar e continuarmos o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Dr. Guilherme Canela de Souza Godoi, foi uma honra para este Conselho contar com a presença de V. S<sup>a</sup>.

Concedo a palavra a V. S<sup>a</sup>, para que teça algumas considerações sobre o que ouviu.

**O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI** – Muito obrigado a todos. Como o tempo é curto, vou pincelar alguns pontos.

Primeiramente, com relação à questão da audiência, peço desculpas se me fiz entender mal. É exatamente o que um Conselheiro observou. São 35% de alcance, *reach*, como previsto no artigo do *Telecommunications Act*. Mas eu quis dizer exatamente isso comparativamente ao Brasil; como as redes de televisão geradoras são proprietárias das emissoras nos maiores centros urbanos, essa percentagem aumenta em muito, porque não se trata de limite em termos de território, mas em termos de população. Então, quando se tem São Paulo, Rio, Brasília e Recife, esses 35% passam a cavalgadas. Portanto é muito maior, porque a Amazônia, que é grande em termos de território, não tem uma população suficiente. Mas é isso, não há limitação, mesmo porque seria contraproducente se você produzisse o melhor programa e as pessoas não pudessem assisti-lo.

No caso do rádio, é limitação por quantidade de emissoras, e não por audiência, no caso dos Estados Unidos. E esse processo de limitação de audiência, nesse sentido, é adotado na maior parte dos países. Na Alemanha, são 30%, sendo que há um dispositivo na lei de que, quando chega a 10%, a comissão que cuida desses assuntos já tem que intervir e chamar as empresas para uma audiência pública, etc.

Em alguns casos em que é feito por quantidade de emissoras, houve um sério problema. Por exemplo:

na Argentina, determinaram 24 emissoras como a quantidade máxima, que é exatamente o número de províncias, ou seja, não há efetividade alguma na regulamentação.

Quando falei que não havia regulamentação, evidentemente estava dizendo nesse sentido, e não de que não há nada, nenhuma regulamentação, até porque as frequências são reguladas.

A primeira regulamentação, só para citar, na verdade não foi a de 1934, mas por meio de decreto de Vargas, de 27 de maio de 1931. Logo depois que a primeira emissora de rádio começou a funcionar. Como a coisa ficou no vazio – aliás, há um texto meu em que discuto isso, que no Brasil as regulamentações são sempre *a posteriori*, porque a televisão foi inaugurada em 1950, e a lei só saiu em 1962. Há uma parte histórica, sobre a qual não deu tempo de falar aqui, que conta como essas coisas são problematizadas.

A questão da mídia discutir a própria mídia. O Dines, ao usar a Internet, a revista **Imprensa** e a Andi, ao usar seus instrumentos, estão discutindo a própria mídia, mas é evidente que isso é muito diferente das grandes mídias discutirem a si mesmas, e mais uma...

**O SR. CARLOS CHAGAS** (Representante da sociedade civil) – E a televisão também; o Dines também está na televisão.

**O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI** – Na TVE.

Outro aspecto importante nessa questão de quem guarda os guardiões, sobre o que a Regina estava ressaltando, é o papel da sociedade civil, até porque o projeto de reforma do Estado, do Bresser, por exemplo, prevê que a sociedade assuma muita coisa. Concordemos ou não, é essa a reforma do Estado aprovada.

O grande problema é que não há controle sem sanção – o nosso jurista está aqui –, e a sociedade civil não pode sancionar efetivamente. Ou seja, se há regulamentação, alguma penalidade terá de ser aplicada. Talvez as telecomunicações estejam funcionando melhor no Brasil exatamente porque as sanções existem e são fortes.

Notem que o caso das telecomunicações é exemplar em alguns sentidos, em outros, não, mas que é possível, sim, colocar questões sociais em qualquer mercado, até neste. O Fundo de Universalização das Telecomunicações é uma conquista do Congresso, no sentido de que as empresas tivessem funções sociais mesmo depois de privatizadas.

Quanto à questão de – se eu disse isso, não foi nesse sentido – que a função da mídia é criticar o Governo, eu não disse que essa é a função, mas que esse é um papel fundamental da mídia, apesar de haver autores e pensadores – creio que o Ricardo Noblat, no caso brasileiro, é um dos mais expressivos – que dizem que a função da mídia é apenas e exclusivamente criticar o Governo do ponto de vista da cobertura política. Mas não partilho essa opinião dele.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Mas, na sua palavra, ficou claro isso. Por isso, referi-me exatamente a uma expressão sua com a qual, evidentemente, não concordo.

**O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI** – Não, só para complementar, o que eu quis dizer é não é criticar o Governo no sentido da crítica negativa, mas no sentido de que a função da mídia é observar o Governo e guardar, na expressão do Juvenal, ou seja, de quem guarda os guardiões. Essa foi a função de *watchdog*, pensada pela democracia norte-americana. É salutar que seja essa a formulação da esfera pública, mas não criticar, no sentido negativo, o Governo.

Por outro lado, também não vejo problemas em que a mídia seja partidária de alguma coisa, desde que fique claro que é uma opinião pessoal, o que, em geral, não se faz. Por exemplo: os jornais de São Paulo, em editorial, declararam o voto na Marta. No meu entendimento, como pensador do assunto, não há problema algum, desde que seja declarado em editorial e que as reportagens não sejam pautadas por posições políticas. Posições todos podem ter, como faz a mídia americana há muito tempo.

Com relação à FCC, como foi dito, eu só queria acrescentar que a Comissão do Senado que controla a FCC – nesse ponto o Congresso norte-americano tem muito mais poder do que nosso – iniciou os debates para preparar essa reunião de hoje desde 2001. Eles estão desde 2001 ouvindo especialistas em concentração de mídia para orientar a reunião da FCC de hoje, e os Senadores que compõem essa Comissão, em geral, se declararam, em suas exposições – está na Internet e tive a oportunidade de ler todas –, contrários à modificação.

Quer dizer, a sociedade norte-americana não é unânime sobre o que está acontecendo lá hoje. Na verdade, há análises de cunho etnográfico, que vejo com restrições em geral, porque são difíceis de serem provadas, mas merecem ser mencionadas, de que isso só está ocorrendo porque o atual Governo colocou como Presidente da Comissão o ex-Presi-



dente do Conselho da **AOL Time Warner**, gerando um conflito de interesses gigantesco. Ou seja, é a empresa que tem mais interesse em que a regulamentação do cabo e do jornal seja modificada. Eles colocam exatamente a pessoa que defendeu esse ponto de vista nas reuniões, como Presidente do Conselho da **AOL Time Warner**, como Presidente do Conselho da FCC, o que nunca havia acontecido na Comissão anteriormente. Ele também é filho do Secretário de Estado. Ou seja, há um conflito de interesses muito grande, que também está relacionado com a segunda guerra do Golfo.

As empresas de televisão estão muito interessadas no que está acontecendo lá hoje. Segundo muitos articulistas da mídia impressa norte-americana, esse conflito de interesses foi usado como moeda de troca pelo Governo norte-americano para que a cobertura não fosse a mais realista possível.

É lógico que não tenho como provar o que estou dizendo aqui; estou apenas reportando que os interesses da mídia norte-americana, nessa reunião de hoje – argumenta-se –, foram utilizados como moeda de troca, para que não houvesse uma cobertura mais independente do processo.

Com relação ao que foi dito sobre empresas privadas cuidando do negócio público, há muitos teóricos que dizem que é preciso ter um espaço público na mídia, seja estatal ou não. Existem outras formulações, mas não há impedimento para as empresas privadas, desde que haja regulamentação sobre a matéria, ou seja, não há contradição entre uma coisa e outra. O negócio continuará sendo muito lucrativo.

A regulamentação existe em vários países do mundo. Fico abismado, por exemplo, no Brasil, com a regulamentação relacionada com a criança. Em todos os países civilizados, a lei é muito forte em relação à regulamentação para a criança. Na Suécia, por exemplo, não pode haver propagandas no horário comercial, porque a sociedade sueca entende que não se deve estimular o consumismo entre as crianças. E as televisões têm que continuar apresentando programações infantis. Essa coisa de não poder exibir filme de nudez às oito horas da manhã, porque as crianças estão assistindo, mas passa a chamada do filme da meia-noite, isso não pode em lugar nenhum onde haja regulamentação da programação infantil. E são empresas privadas que estão funcionando, estão tendo lucro. Não vejo uma incongruência entre as duas coisas. É possível fazê-lo.

Há outra coisa que acredito que falta no Brasil. Já mencionei no começo da minha fala. Existem estudos mostrando que, nos lugares onde essa questão avançou muito fortemente, foram as cortes revisoras constitucionais – no caso dos Estados Unidos, a Suprema Corte; na Alemanha, o Supremo Tribunal Ale-

mão – que interpretaram o sentido do enunciado liberdade de expressão. A Suprema Corte disse: “Liberdade de expressão, sim, mas obscenidade não pode” e ponto. Mas porque essa é uma interpretação jurídica. Dar aos políticos o poder de definir o que é liberdade de expressão – e creio que a sociedade norte-americana encontrou o melhor caminho –, pode ser temerário. A Justiça disse, falando sobre casos concretos, o que podia e o que não podia. Talvez isso falte no caso brasileiro.

Por fim, é lógico que eu poderia aprofundar cada uma dessas questões. A questão do direito à comunicação, é evidente que essa é a proposta habermasiana, e da teoria deliberativa da democracia. Ou seja, existe a informação, mas o eleitor não poderia ser só passivo. Há estudos interessantes que mostram que isso deveria ser efetivado enquanto direito. Não compartilho de algumas visões muito panfletárias contra a mídia, de que também o poder da mídia é de transformação total do eleitorado e da opinião pública. Por isso a questão importante é a agenda e a esfera pública, não cada eleitor.

Existem estudos nos Estados Unidos que mostram que as pessoas decidem seus assuntos públicos por atalhos, um dos quais é a socialização por meio da mídia, que é importante, mas há o grupo de amigos, a Igreja. Quer dizer, não é uma influência, não é que se diga que as pessoas pulem do prédio amanhã e elas pularão. Há estudos aqui no DF que mostram que as pessoas formam sua consciência muito direcionadas pela mídia, mas o estudo clássico de Carlos Eduardo Lins da Silva, em comunidades, mostra que não é direto, as pessoas têm suas opiniões. Mas a formação da agenda pública é muito parecida com a agenda que está na mídia.

Existem dezenas de estudos nos Estados Unidos que mostram que assuntos que são considerados importantes por especialistas, por organizações públicas e por organizações não-governamentais não estão na pauta da mídia e, portanto, não estão na pauta de discussões públicas. Isso não tem nada a ver com a formação da opinião pública direta, de cada indivíduo, mas com o que interessa à sociedade discutir ou não.

Um estudo recente sobre direitos humanos na Argentina mostra que lá há um problema sério. Como as organizações de direitos humanos são muito fortes e a relação com o regime militar existe até hoje, mostra que, como a mídia se aliou ao Governo Menem, no sentido de não discutir esse tema, é impressionante a quantidade de organizações de direitos humanos que estão discutindo – as Mães da Praça de Maio é uma das mais famosas –, mas o assunto não tem voz na mídia argentina. É uma questão de agenda pública. É um assunto de total interesse da sociedade, mas que

não está sendo discutido publicamente. Isso é importante.

O efeito em cada pessoa – até porque os estudos de recepção, especialmente no Brasil, são muito poucos – é difícil de comprovar. Sabe-se qual é o conteúdo. Na eleição de 1989 editou-se o debate do Colômbio com o Lula. Para se concluir o que isso gerou no resultado da eleição seria necessário perguntar às pessoas, o que foi menos feito do que a análise de conteúdo da edição feita no dia seguinte.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Renovo os agradecimentos ao Dr. Guilherme Canela de Souza Godoi.

Não encerrarei esta reunião, que continuará no começo de julho. A próxima reunião do Conselho continuará sendo, segundo o Regimento, a de agosto. Como o tempo não foi suficiente para esgotar a pauta, complementaremos em outro dia, sem que haja uma nova reunião, porque nesse ponto há implicações jurídicas. Não há divergência em relação a esse ponto, e sim convergência.

**O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Solicito a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Antes de encerrar esta primeira parte da reunião, ouvirei os Conselheiros Francisco Pereira e Roberto Wagner Monteiro.

**O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Não entrarei no conteúdo, mas comentarei a lamentação do Conselheiro Carlos Chagas. Entendi muito bem que S. S<sup>a</sup> lamenta a frieza do Conselho. Mas quero dizer o seguinte: às vezes, só queremos entrar nas coisas de forma conclusiva ou em fóruns em que temos a força da determinação.

No entanto, na própria fala do Carlos Chagas, ele considera e respeita isso como um primeiro passo. Se não alcançamos o caráter deliberativo, como possivelmente foi o nosso desejo – desde o pensamento da Sr<sup>a</sup> Cristina –, temos sido bastante importantes, haja vista que todos os Conselheiros, sem exceção, têm sido provocados pelo conjunto da sociedade, até porque ela nos tem na forma em que foi pensado o Conselho.

Que, nesse momento, não seja uma coisa tão fria que possa cair num desmanchar de casamento. Como diz a letra do samba, às vezes é preferível sofrer juntos do que chorar separados. Então não vamos deixar que o Conselho morra na opinião pública, pois as pessoas estão nos acompanhando também pela televisão e têm que saber que este Conselho, apesar

do seu caráter tão-somente consultivo, por meio de cada Conselheiro, tem-se movimentado na perspectiva de suscitar o debate, a fim de que, se na há o caráter deliberativo, haja, sim, a possibilidade de, com a discussão, trazer muitas colaborações.

Por exemplo: fiquei sabendo que o Presidente será chamado a uma entrevista da **TV Senado**, em que, provavelmente, será perguntado sobre o que o Conselho fez de concreto, porque sempre as pessoas querem saber isso. Não se podem juntar dez pessoas conversando, porque, ao final, o repórter quer saber: “Sim, mas de concreto, o que houve? O que se concluiu?” E o concreto nem sempre é essa coisa que se quer, o resultado *pari passu*.

Por último, precisamos ter a paciência para lidar com os contrários. Às vezes, queremos que a opinião de quem vem aqui case em gênero, número e grau com o que estamos pensando, como foi o caso do nosso Conselheiro Wagner, que foi não muito cordial.

Não tenho autoridade para pedir desculpas por ele, até porque ele é contundente mesmo, é o formato dele. Mas volto a Ho Chi Min. O palestrante Godoi leva em consideração o que Ho Chi Min dizia: “Julgamentos precipitados são abjetos, condenar sumariamente à loucura. O homem é um ser complexo e deve ser ouvido muito de perto”. Então não leve má impressão do Conselheiro Wagner, porque ele é um homem bom. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Quando eu disse bobagem, falei no sentido jurídico da palavra, porque acredito que se trata de tentar trazer para o Brasil algo que o Brasil não tem. Mas, na teoria, o papel aceita tudo e a palavra pode ser conduzida para qualquer lado. Pode-se trazer dos Estados Unidos um problema e falar de erudição, mas, como sou um advogado muito prático, vejo muito bem onde as pessoas vão chegar. É minha intenção sempre ser crítico no sentido de construir.

Sr. Presidente, a ABTU pediu-me que fizesse chegar ao Conselho que eles desejam se manifestar, como o fizeram os representantes da TV a cabo naquela nossa Comissão. Consideram que o Conselho é realmente muito importante. Aqui não se falam somente abobrinhas; ao contrário, discute-se muita coisa interessante. Então pediram-me que, na próxima reunião da nossa Comissão de TV a cabo – vou passar para a Secretaria o endereço deles –, viessem falar sobre o interesse de vinte televisões por assinatura em UHF.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro

Roberto Wagner, a Secretaria informa que a próxima reunião está agendada para o dia 16 de junho.

**O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI** (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não, Conselheiro Frederico Barbosa Ghedini

**O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI** (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Faço uma sugestão sobre um novo assunto; novo, mas velho. O novo projeto de reformulação da Lei de Imprensa está há anos tramitando...

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos agendar uma reunião somente para ela.

**O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI** (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Eu queria propor, se for de comum acordo entre todos, que o Conselheiro Alberto Dines já estudasse o assunto no sentido de preparar um informe para este Plenário...

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos fazer isso juntos...

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, peço licença por um minuto.

Conselheira Regina Dalva Festa, aproveitando sua presença, que engrandece este Pleno, como coordenadora do grupo de trabalho de radiodifusão comunitária, gostaria de defender o ofício que encaminhei ao Presidente, solicitando a realização de audiência pública convocada por este Conselho – V. S<sup>a</sup> não tinha chegado ainda – à qual o nosso Presidente deu todo o seu apoio, sem provocação alguma, mas apresentando a questão como grave, inclusive porque os conflitos continuam, como se verifica pelo documento que passei para as mãos da Conselheira Regina, que relata o fechamento, de forma complicada, de mais duas rádios comunitárias no Rio de Janeiro.

Solicito que essa audiência se dê no mais breve tempo possível e de forma efetiva e positiva. Não espero que ela se realize de forma precipitada e que seja má realizada, mas que se dê num breve tempo e que seja eficaz e positiva.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Combinado.

Passo a palavra, para suas últimas considerações, ao Dr. Guilherme Canela de Souza Godoi.

**O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI** – Agradeço a todos. Na medida do possível não estou com a minha agenda aqui, estarei aqui na próxima reunião.

Queria apenas falar rapidamente sobre um assunto que faltou, e que é importantíssimo: a questão do Conselho como órgão efetivo, inclusive para aplicar sanções. O projeto de lei do ex-Ministro Sérgio Motta transfere tudo para uma agência. Essa é uma diferença fundamental entre o caso brasileiro e o caso norte-americano. A FCC, queiramos ou não, é uma agência muito mais independente que o Ministério das Comunicações.

Nesse final que, se possível, poderei continuar estava falando exatamente dessas outras propostas. No meu entender, depois de estudar bastante o assunto, uma das soluções efetivas é passar o controle das outorgas, etc. para uma agência reguladora, não necessariamente a Anatel, na estrutura que ela tem hoje, mas numa estrutura parecida com a de comunicações dos Estados Unidos, exatamente para diminuir a influência política que, historicamente, existiu e está documentada. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A Secretaria pede para informar que as reuniões, além de serem transmitidas ao vivo pela televisão quando não há sessão concomitante do Senado, são transmitidas às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras de manhã.

Encerrarei a primeira parte da quinta reunião do mês. A quinta reunião continuará na primeira segunda-feira de julho, no dia 7 de julho, que começará com a exposição do Conselheiro Fernando Bittencourt. Aliás, solicito ao Dr. Guilherme que, como na próxima reunião já haverá o resultado da reunião de hoje do FCC, faça uma pequena exposição sobre a aprovação.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Berenice.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, pedi a palavra só para solicitar que organize a segunda parte da nossa reunião de forma tal que os relatores das Comissões tenham tempo para fazer um breve resumo dos trabalhos, para que não nos distanciemos tanto dos temas de que estamos tratando.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Quem sabe começar às 11h, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Talvez. Está suspensa a reunião, que recomeçará, em princípio, no dia 07 de julho.

**DOCUMENTOS PERTINENTES À 5ª REUNIÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2003, A SEREM PUBLICADOS, JUNTAMENTE COM A ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS, NO “DIÁRIO DO SENADO FEDERAL”:**

- 1) Lista de Presença (1 folha)
- 2) Carta do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos (1 folha)

3) Ofício nº 24/2003-CB, do Deputado Orlando Fantazzini (1 folha)

4) Ofício nº 119/2003/OV-ANATEL, do Ouvidor da ANATEL, Sr. Fernando Antônio Fagundes Reis (2 folhas)

5) Ofício nº 56/IBAMA/DIPRO/CGFIS/2003, do Coordenador Geral de Fiscalização Ambiental do IBAMA, Sr. Marcelo Marquesini (2 folhas)

6) Carta da Associação de Rádios Comunitárias de Uberaba/MG, enviada por meio eletrônico (1 folha)

7) Ofício nº 790/2003, da Presidência do Senado (1 folha)

8) Carta do Presidente do Senado, Senador José Sarney, ao Presidente da República (1 folha)

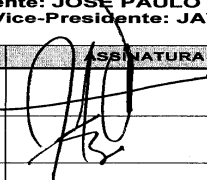
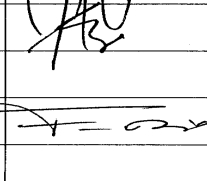
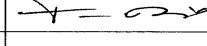
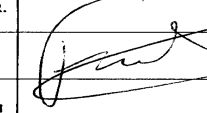
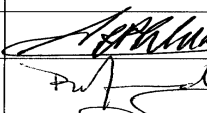
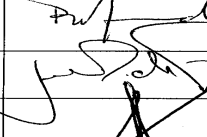
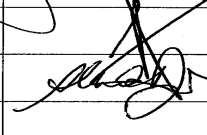
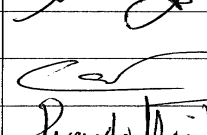
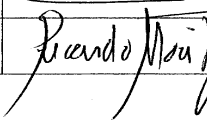
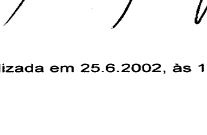
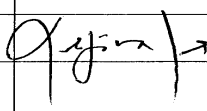

9) Carta do Presidente do Senado, Senador José Sarney, ao Presidente da Câmara (1 folha)

10) Documento distribuído pelo Conselheiro Alberto Dines (4 folhas)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**5ª REUNIÃO DE 2003**

**LISTA DE PRESENÇA**  
**EM 02 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14H,**  
**NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO <sup>1</sup>  
Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SORAES CARNEIRO	
II -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante das empresas de televisão		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
III -	PAULO CABRAL DE ARAÚJO Representante de empresas de imprensa escrita		CARLOS ROBERTO BERLINCK	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social		MIGUEL CIPOLLA JR.	
V -	DANIEL KOSŁOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas		FREDERICO BARBOSA GHEDINI	
VI -	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA Representante da categoria profissional dos radialistas		ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO Representante da sociedade civil		MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA	
IX -	ALBERTO DINES Representante da sociedade civil		ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO	
IX -	JAYME SIROTSKY Representante da sociedade civil		JORGE DA CUNHA LIMA	
IX -	CARLOS CHAGAS Representante da sociedade civil		REGINA DALVA FESTA	
IX -	RICARDO MORETZSOHN Representante da sociedade civil		ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE	

<sup>1</sup> Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002, às 18h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Ao  
Ilmº Senhor  
Dr. José Paulo Cavalcanti Filho  
Presidente do Conselho de Comunicação Social  
Órgão Auxiliar do Congresso Federal

Prezado Senhor,

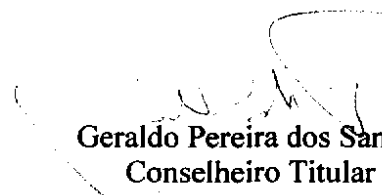
Reitero aqui, formalmente, a solicitação de convocação de Audiência Pública por este Conselho, para tratar da questão da Radiodifusão Comunitária no Brasil.

Para a efetiva e positiva realização desta Audiência, será necessária a convocação de representantes do Ministério da Justiça, Ministério das Comunicações, Anatel, Polícia Federal e Ministério Público Federal.

Tal solicitação se justifica pelo agravamento da instabilidade no setor, causando um ambiente desfavorável ao equilíbrio mínimo social.

Certo de sua compreensão no sentido de dar curso para a realização da referida Audiência, o saúdo antecipadamente,

Atenciosamente,



Geraldo Pereira dos Santos  
Conselheiro Titular  
Do Conselho de Comunicação Social

Ofício nº 24/2003-CB

Brasília, 26 de maio de 2003.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos solicitar que a discussão sobre a campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania” seja incluída na pauta deste nobre Conselho.

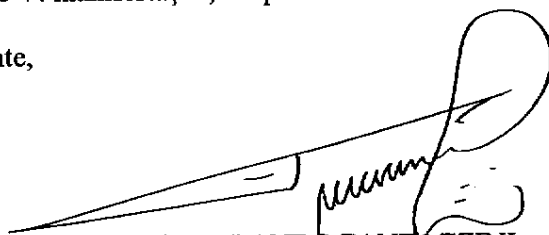
Criada no final do ano passado, a campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania” tem debatido a questão da ética na radiodifusão brasileira, a partir de uma perspectiva inovadora e radicalmente contrária à censura e ao dirigismo. Dentre as várias ações da Campanha está o recebimento de denúncias e reclamações da população, quando esta se sente ofendida pela conteúdo da programação.

Podemos citar, ainda, a elaboração do Projeto de Lei da Câmara nº 5815/2001 (dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens tornarem disponível serviço gratuito de atendimento telefônico à população) e a elaboração de uma proposta de código de ética da programação televisiva. A Campanha já teve vários resultados práticos, como o pronunciamento público das emissoras de televisão, a alteração de programas considerados lesivos ao cidadão, e a mudança na classificação etária de outros programas.

Assim, cremos ser de suma importância que tal assunto seja debatido por este egrégio Conselho de Comunicação Social.

No aguardo de V. manifestação, despedimo-nos com votos de estima.

Atenciosamente,



Deputado ORLANDO FANTAZZINI  
Coordenador da Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”

**A Sua Excelência o Senhor**  
**DR. JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO**  
Presidente do Conselho de Comunicação Social  
Brasília - DF

---

Câmara dos Deputados - anexo II - sala 185A - Pavimento Superior - CEP 70.160-900 - Brasília - DF - Brasil  
tel: (061) 318-8284/8285 - fax: (061) 318-2170 e-mail: [cdh@camara.gov.br](mailto:cdh@camara.gov.br)  
Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>

Ofício n.º 119 /2003/OV - ANATEL

Brasília, 05 de maio de 2003.

Senhor Presidente do Conselho de Comunicação Social,

Encaminhamos para conhecimento, em anexo, cópia do e-mail do Senhor Adelino Ozores Neto II ([adelino@jnu.com.br](mailto:adelino@jnu.com.br)), recebido nesta Ouvidoria em 15/04/2003, referente à manifestação sobre a programação exibida em canais de TV, envolvendo o tratamento de pessoas portadoras de deficiências.

Atenciosamente,

  
FERNANDO ANTÔNIO FAGUNDES REIS  
Ouvidor

Ao Senhor  
JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO  
Presidente do Conselho de Comunicação  
Social do Congresso Nacional  
Secretaria-Geral da Mesa do Senado  
Senado - Ed. Sede 1º andar  
CEP 70165-900 - Brasília DF

**De:** Adelino Ozores Neto II  
**Enviado:** terça-feira, 15 de abril de 2003 20:37  
**Para:** ouvidoria@anatel.gov.br  
**Assunto:** Indignação X Inércia Moral

*por indicação da Tatiana da Ouvidoria da Secretaria de Justiça e da defesa da Cidadania, estou encaminhando matéria, onde manifesto minha indignação e agora a de muitos outros, visto o número de adesões recebido pela Internet. Na certeza da intervenção de V.S.as. para coibir tal despautério, agradeço e me coloco a disposição.*

**Adelino Ozores**

## **Indignação X Inércia Moral**

*A cidadania das pessoas deficientes fica em cheque quando a população assiste calada a ignorância encenadas nas chamadas "pegadinhas", sem se indignar ou se envergonhar, diante da bestialização da televisão brasileira comandadas por pseudo-apresentadores.*

*É absurdo, para não dizer execrável, o que acontece nas "pegadinhas". É preocupante e até enigmática a atitude do público, que permanece horas prostado diante da telinha... cena que se reproduz casa a casa, revelando a inércia moral da sociedade. O pior... é que não sei o que aflige mais, os apresentadores ou a sociedade, visto os altos índices da audiência e a falta de consciência das empresas que apostam neste tipo marketing barato.*

*Va tudo pela audiência... pelo dinheiro. Vale até reproduzir ou simular situações do cenário urbano: "atravessando uma avenida movimentada, um cadeirante solicita ajuda aos transeuntes para transpor a via e no meio da pista se atira ao chão. Rapidamente o pretenso deficiente é socorrido, carregado até margem da avenida. Ao colocá-lo no chão, se levanta e anda até a cadeira, chamando àqueles que o auxiliaram de otários, pois queria apenas dar uma voltinha - é pegadinha." Risos... se não fosse trágico. Os otários somos nós. É vergonhoso. Estou tão indignado que não encontro palavras para protestar.*

*É lamentável... absurdo... execrável... mas o que mais me assusta, é ver que a grande maioria acha graça. Graça do quê? Da dificuldade da limitação de um cidadão. Da decadência humana. Do achincalho ao direito de cidadania. Cadê a Promotoria Pública? Cadê os Direitos Humanos? Cadê a indignação das pessoas? Cadê?*

*Agora entendo a violência... entendo a guerra... entendo tantas outras coisas... parabéns brasileiros. Nós merecemos. Merecemos ter João Klebers, Sérgio Malandros, Lucianas Guimenes, Gugus, Faustões e outros tantos perdidos nas grades das emissoras.*

*Nesse ritmo... quem sabe ainda elegeremos o Bush, presidente do Brasil.*

**ACORDA BRASIL!!!**

Adelino Ozores Neto II  
adelino@jnu.com.br

Brasileiro, solteiro, maior, militar reformado  
servidor público, jornalista, indignado, tetraplégico

Rua Bruno Bertucci, 220 - Freguesia do C  
São Paulo - SP, CEP 02910-100  
Cel.: 9905-0674 / Tel. 3935-5194 res

Ofício nº 56/IBAMA/DIPRO/CGFIS/2003

Brasília, de maio de 2003

Ao Presidente do Conselho de Comunicação Social  
Sr. José Paulo Cavalcanti Filho  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do  
Parlamento  
Senado Federal  
Edifício Principal 1º andar  
CEP: 70165-900  
Cc: Ricardo José Soavinsky  
Coordenação-Geral de Fauna/Ibama

Senhor Presidente,

Vimos por meio desta tratar de um assunto de extrema relevância, e que poderá contribuir significativamente para minimizar um grande problema ambi-

ental brasileiro, o tráfico de animais silvestres, que só perde para o tráfico de drogas e o contrabando de armas em volume financeiro.

O hábito de se domesticar animais silvestres está enraizado em nossa cultura. Um efetivo trabalho de conscientização e educação de nossa sociedade contribuiria para mudar esse quadro que a cada dia se torna mais alarmante, acarretando até a extinção de espécies.

Necessitamos que os veículos de comunicação sejam nossos aliados na proteção do meio ambiente, conscientizando os telespectadores, leitores e ouvintes, implantando uma efetiva educação ambiental e não incentivando a aquisição de animais como infelizmente muitas vezes acontece.



A participação de animais em alguns programas enfatiza somente a beleza e a graça de se criá-los, não mostrando a dimensão real do drama que envolve esse comércio, como as crueldades normalmente praticadas com a captura, o transporte e a venda das espécies, além das doenças que podem ser transmitidas aos seres humanos. Vale ressaltar que de cada dez animais capturados, nove geralmente morrem antes do destino final.

Portanto, não se trata somente de um problema ambiental, mas também de um grave problema de saúde pública.

Sugerimos que seja debatido pelo Conselho do qual Vossa Senhoria é o Presidente, a possibilidade de ser vetada a participação de animais silvestres em programas de televisão, propagandas, filmes e afins, a menos que tenha um cunho educativo.

Em tempo, informamos que o Grupo de Trabalho para o Bem-Estar Animal (GTBEA) da Coordenação-Geral de Fauna (CGFAU), já está trabalhando para viabilizar uma Instrução Normativa referente a essa questão. Devido aos trâmites burocráticos que envolvem a elaboração de uma Instrução Normativa, desde já disponibilizamos o tema ao Conselho de Comunicação Social para análise e, se possível, imediato atendimento.

Ciente de que esse Conselho existe justamente para regulamentar a programação e a qualidade do que é visto, lido e ouvido pelo povo brasileiro, agradecemos a atenção destinada.

Atenciosamente, – **Marcelo Marquesini**, Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental – IBAMA/DIPRO/CGFIS.

**De:** radiovale96 [radiovale96@bol.com.br]  
**Enviado em:** quarta-feira, 28 de maio de 2003 03:25  
**Para:** ricardo figueiredo; roberto wagner; roberto wagner monteiro; secretaria geral; senador aelton freitas; stepan nercessian; stepan nercessiann; tv senado  
**Assunto:** estamos de olho...(RADIO COMUNITARIA)

ESTAMOS DE OLHO...

CONSELHO DE COMUNICACAO DO SENADO FEDERAL E FORMADO POR PESSOAS LIGADAS A ABERT-ASSOCIACAO BRASILEIRA DE RADIO E TELEVISAO, A REDE GLOBO DE TELEVISAO, REDE BANDEIRANTES ENTRE OUTROS.

OLA PESSOAL DO CONSELHO DE COMUNICACAO, CUIDADO PARA NAO CAIREM NO DISCREDITO HEMMM..

=====

VEJA NO SITE ABAIXO:FOTOS E HISTORICO DE CADA UM:

COMO DISSE O BORIS CASOY, (ISSO E UMA VERGONHA.)

<http://www.senado.gov.br/web/comissoes/ccs/Composicao.asp>

=====

Conselho de Comunicação vai opinar sobre TVs comunitárias

O Conselho de Comunicação Social vai se pronunciar a respeito de projeto de lei em análise na Comissão de Educação (CE) que cria o serviço de televisão comunitária. A decisão foi tomada nesta terça-feira (27) pela CE, ao aprovar requerimento nesse sentido de autoria do senador Aelton Freitas (PL-MG) e da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Segundo os dois senadores, a matéria é polêmica, razão pela qual entendem ser necessário um parecer de órgão técnico como o Conselho de Comunicação Social. O projeto estabelece, também, anistia às pessoas e entidades que atuavam irregularmente na área e a respectiva devolução de equipamentos eventualmente apreendidos pela polícia.

MATERIAL DISTRIBUIDO POR:

ASSOCIACAO DE RADIOS COMUNITARIAS DE UBERABA-MG  
E-MAIL:radcomlivre@bol.com.br

---

Seleção de Softwares UOL.  
10 softwares escolhidos pelo UOL para você e sua família.  
<http://www.uol.com.br/selecao>

OF.SF Nº 790/2003

Brasília, 30 de maio de 2003

Ilmo Sr.

Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho  
Presidente do Conselho de Comunicação Social  
Senado Federal

Senhor Presidente,

Atendendo ao Ofício CE nº 031, de 27 de maio corrente, da Comissão de Educação, encaminho a V. Sª o Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999, que “altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária”, solicitando-lhe parecer sobre a matéria.

Tendo em vista que o Regimento Interno do Conselho é omissivo quanto ao prazo para apresentação de parecer, e considerando-se que o prazo regimental de quinze dias úteis dado às Comissões para o mesmo fim não se aplica a esse Colegiado, pois este se reúne uma vez por mês, mantenho decisão tomada pela Presidência desta Casa relativamente ao Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, no sentido de conceder o prazo de até duas reuniões para que o Conselho se manifeste sobre a proposição, visto que, vencida essa etapa, a matéria retomarà à Comissão de Educação para apreciação do relatório do Senador Almeida Lima, em caráter terminativo.

Cordialmente, – Senador **Paulo Paim**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal.

Brasília, 28 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Com o desejo de colaborar com o governo de V. Exª, permita-me retomar o tema da conversa que tivemos no avião, na volta de Buenos Aires, sobre a proposta de desenvolvermos uma parceria inédita entre a Presidência da República, o Supremo Tribunal Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado, para a implementação de um canal internacional público de Televisão, que não só informe sobre as atividades dos três poderes do Estado brasileiro, como veicule filmes e programas nacionais, produzidos e criados por autores e artistas nossos.

O peso específico do Brasil no contexto das Nações e a repercussão internacional da liderança de V. Exª e seu governo, neste mundo globalizado, justificam a criação de um canal público internacional, genuinamente brasileiro, produzido, gerado e transmiti-

do do nosso território, inicialmente em português, de modo a atingir as colônias de migrantes brasileiros nos EUA, no Japão, na Europa e nas demais regiões do mundo. Outro público alvo seria, certamente, a comunidade dos países de língua portuguesa, onde o Brasil desempenha um papel insubstituível como parceiro no intercâmbio cultural.

Do ponto de vista técnico, a proposta é de extrema viabilidade, por envolver sistemas plenamente acessíveis ao nosso país, mediante custos muito reduzidos. Entendo que, num primeiro momento, a grade da programação desse nosso canal internacional poderia ser constituída de programas que já são veiculados pelos nossos canais de televisão institucionais, e que seriam previamente selecionados.

Num segundo momento, quando esse canal internacional do Brasil já estivesse em pleno funcionamento, poderíamos ir avançando, no sentido de disponibilizar blocos de programas em outros idiomas, principalmente em inglês e espanhol.

Sugiro a V. Exª uma urgente reunião da direção da Radiobrás, com as diretorias de Comunicação do Supremo, da Câmara e do Senado, para a definição de um plano que viabilize, de forma rápida, a presente proposta.

Estou convencido de que o Brasil é um país que desperta as atenções de todo o mundo, não somente por suas vastas potencialidades em desenvolvimento, riqueza cultural, multiplicidade étnica, mas também por conta do governo de Vossa Excelência, cujo desdobramento é hoje do interesse de toda a comunidade internacional.

Atenciosamente, – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Brasília, 28 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

Em conversa que mantive, recentemente, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apresentei a Sua Excelência a proposta de criarmos uma parceria inédita entre a Presidência da República, o Supremo Tribunal Federal, a Câmara dos Deputados e o Senado, para a implementação de um canal internacional público de Televisão, que não só informe sobre as atividades dos três poderes do Estado brasileiro, como veicule filmes e programas nacionais, produzidos e criados por autores e artistas nossos.

O peso específico do Brasil no contexto das Nações e a repercussão internacional da liderança do atual governo, neste mundo globalizado, por si só,

justificariam a criação de um canal público internacional, genuinamente brasileiro, produzido, gerado e transmitido do nosso território, inicialmente em português, de modo a atingir as colônias de migrantes brasileiros nos EUA, no Japão, na Europa e nas demais regiões do mundo. Outro público alvo seria, certamente, a comunidade dos países de língua portuguesa, onde o Brasil desempenha um papel insubstituível como parceiro no intercâmbio cultural.

Do ponto de vista técnico, a proposta é de extrema viabilidade, por envolver sistemas plenamente acessíveis ao nosso país, mediante custos muito reduzidos. Entendo que, num primeiro momento, a grade da programação desse nosso canal internacional poderia ser constituída de programas que já são veiculados pelos nossos canais de televisão institucionais, e que seriam previamente selecionados.

Num segundo momento, quando esse canal internacional do Brasil já estivesse em pleno funcionamento, poderíamos ir avançando, no sentido de disponibilizar blocos programas em outros idiomas, principalmente em inglês e espanhol.

Sugeri ao Presidente Lula uma urgente reunião da direção da Radiobrás com as diretorias de Comunicação do Supremo, da Câmara e do Senado, para a definição de um plano que viabilize, de forma rápida, essa proposta.

Estou convencido de que o Brasil é um país que desperta as atenções de todo o mundo, não somente por suas vastas potencialidades em desenvolvimento, riqueza cultural, multiplicidade étnica, mas também por conta do atual governo, cujo desdobramento é hoje do interesse de toda a comunidade internacional.

Atenciosamente, – **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

### **A OLIGOPOLIZAÇÃO DA MÍDIA AMERICANA**

Editorial de **O Estado de S. Paulo**, 25-5-2003

No próximo 2 de junho, concluindo um procedimento iniciado em surdina 48 horas depois dos ataques terroristas de setembro de 2001, a Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos (FCC, na sigla em inglês) poderá implodir, como diz o professor Mark Crispin Miller, da Universidade de Nova York, “as últimas regras destinadas a prevenir o perfeito oligopólio” da mídia no país – o que estreitará sensivelmente o acesso da população à diversidade de informações, opiniões, manifestações culturais e de entretenimento, em prejuízo, no limite, da própria democracia americana.

A principal regra ameaçada, que data de 1975, impede que uma empresa seja proprietária de um jornal e de uma emissora de televisão numa mesma cidade.

O destino dessa saudável limitação pode ser antevisto a partir das posições do presidente da FCC, Michael Powell, filho do secretário de Estado, Colin Powell. Perguntado certa vez sobre o que entende por interesse público, respondeu: “É um recipiente vazio no qual as pessoas despejam suas idéias preconcebidas e seus vieses, quaisquer que sejam.” Para ele, “regulamentação é opressão”.

Três dos cinco integrantes do organismo são republicanos. Dois, democratas.

Um daqueles, por sinal rompido com Powell, é o advogado Kevin Martin, cuja mulher trabalha para o vice-presidente Dick Cheney. Ninguém, no governo Bush, é mais “fundamentalista de mercado” do que ele. A elite dirigente de Washington não vê nada de errado em que o business do jornalismo passe pelo mesmo processo de aquisições e fusões corporativas que exacerbou a concentração da economia americana.

Tanto assim que a todo-poderosa FCC já desregulamentou o setor de radiodifusão, com o resultado de que três conglomerados assumiram o controle de metade de todas as emissoras dos EUA, “fornecendo um produto homogeneizado que negligencia a cobertura noticiosa local e dita as vendas no mercado de música”, como observou o colunista William Safire, do **New York Times**, em artigo transcrito sexta-feira no Estado. O conservador Safire se opõe vigorosamente a qualquer medida que estimule ainda mais a oligopolização da mídia – para ele, a antítese da democracia baseada na descentralização do poder.

Nos Estados Unidos, a parte do leão da chamada indústria cultural, que inclui o jornalismo, já está em mãos de uma dezena de mega multinacionais:

AOL Time Warner, AT&T, Bertelsman, Disney, General Electric, Liberty Media, News Corporation, Sony, Viacom e Vivendi. O setor é um labirinto. A empresa que edita o **New York Times**, por exemplo, tem oito estações de TV no país – mas não em Nova York, por causa da limitação em vias de desaparecer. Cada uma delas é afiliada a uma das três grandes redes, CBS, ABC e NBC. Estas, por sua vez, pertencem à Viacom, Disney e General Electric.

Atualmente, um gigante desses pode ter duas emissoras de TV nas maiores cidades americanas. Para os desregulamentadores da FCC, isso ainda é pouco; querem elevar o teto para três. Com o fim da

proibição da propriedade simultânea de jornal e TV na mesma praça, isso deixará livre o caminho para a “murdoquização” da mídia nos EUA. O neologismo se refere ao magnata australiano Rupert Murdoch, dono de uma infinidade de veículos de comunicação em dezenas de países. Comprou, em Londres, o jornal mais tradicional do mundo, The Times, e o mais vulgar dos tablóides, The Sun.

Na América, Murdoch possui 34 emissoras de TV, entre elas o canal Fox News, a voz da América de Bush. Em Nova York, a sua News Corporation publica o não menos oficial *Post*. O fato de um número cada vez maior de veículos de comunicação de massa nos EUA se concentrar em número cada vez menor de mãos se explica pela própria dinâmica do capitalismo contemporâneo, combinada com a crise vivida pelo setor jornalístico, com a grande queda da publicidade, embora não tão aguda como a que se verifica no Brasil. A obsessão é diluir custos. Mas, em nenhuma sociedade aberta, o darwinismo de mercado deve governar sem freios e contrapesos essa mistura sui generis de negócio e serviço público que é a atividade jornalística independente.

A democracia exige um marco regulatório que impeça a captura do setor pelas forças econômicas concentradoras, preservando a autonomia e a identidade dos órgãos de informação. Eis por que a decisão da FCC americana interessa também a nós, brasileiros, cuja grande mídia atravessa uma grave crise que não pode ser superada com soluções semelhantes às que a FCC está oferecendo para a mídia americana.

## **A MÍDIA NOS EUA: MONOPÓLIO OU DEMOCRACIA?**

**Ted Turner**

Publicado originalmente no **The Washington Post** e reproduzido n' **O Estado de S. Paulo**, 1º-6-2003.

Amanhã, a Comissão Federal de Comunicações (FCC) deve adotar dramáticas mudanças de regulamentação que vão estender o domínio de mercado de cinco corporações da mídia que controlam a maior parte do que os americanos lêem, vêem e ouvem. Sou um grande acionista na maior dessas cinco corporações e ainda assim – falando só por mim e não pela AOL Time Warner – me oponho a essas regulamentações. Elas reprimem o debate, inibem novas idéias e impedem menores empresas de tentarem competir. Se essas regulamentações estivessem em vigor em 1970, teria sido virtualmente impossível que eu iniciasse a Turner Broadcasting ou, dez anos mais tarde, lançasse a CNN.

A FCC votará sobre várias propostas, incluindo aumentar a cobertura sobre quantas estações de TV podem ser propriedade de uma corporação e permitindo a corporações únicas ter estações de TV e jornais no mesmo mercado.

Se um jovem empresário de mídia estiver tentando começar seu negócio, hoje, sob essas regulamentações propostas, ele ou ela não poderiam comprar uma estação de TV UHF, como eu fiz. Elas estão todas compradas. Mas mesmo se alguém tentasse comprar uma estação de TV, isso não seria suficiente. Para competir, é preciso ter boa programação e boa distribuição. Atualmente, ambas estão com conglomerados que mantêm o melhor para eles mesmos e deixam o pior para os outros – caso eles vendam qualquer coisa para alguém. É difícil competir quando seus fornecedores são propriedades de seus competidores. Nós compramos a MGM e vendemos mais tarde a Turner Broadcasting para a Time Warner porque tínhamos pouca escolha. O grande estava ficando maior. O pequeno estava desaparecendo. Tínhamos de conquistar acesso à programação para sobreviver.

Muitas outras companhias independentes de mídia estavam sendo engolidas pela mesma razão – porque não tinham tudo de que precisavam sob o próprio telhado e seus competidores tinham. O clima após a esperada decisão da FCC de amanhã vai encorajar ainda mais a unificação e ser ainda mais hostil às empresas menores.

**Independência** – Por que o país deveria se preocupar? Quando se perdem empresas menores, se perdem grandes idéias. Pessoas que têm as próprias empresas são seus patrões. São pensadores independentes. Sabem que não podem competir imitando os grandes nomes; têm de inovar. Portanto, estão menos obcecadas com ganhos do que com idéias. Estão dispostas a correr riscos. Quando, com minha iniciativa, a Turner Communications (agora Turner Broadcasting) comprou sua primeira estação de TV, que na época estava perdendo US\$50 mil por mês, meu conselho de diretores fez forte objeção. Quando a Turner Broadcasting comprou sua segunda estação, que estava num estado ainda pior do que a primeira, nosso contador se demitiu em protesto.

Grandes corporações de mídia estão bem mais focalizadas no lucro e com aversão ao risco. Elas às vezes confundem lucros de curto prazo e valor de longo prazo. Acabam com a programação local porque é cara e empurram a programação nacional porque é barata – mesmo se transmitirem algo contra os interesses locais e os valores da comunidade. Para uma

corporação lançar uma nova idéia, é preciso que tenha o acompanhamento de executivos obcecados com ganhos trimestrais e assustados em ser demitidos por uma idéia que falhe. Muitas vezes, as corporações preferem ficar à parte esperando para comprar as empresas ou imitar os modelos dos empreendedores arriscados bem-sucedidos. (Duas grandes corporações recusaram meu convite para investir no lançamento da CNN.)

Essa é uma posição compreensível para uma corporação – mas, para uma sociedade, é como excesso de pesca nos oceanos. Quando as pequenas empresas acabarem, de onde virão as novas idéias? Nem essa tendência dá bom sinal para novas idéias em nossa democracia – idéias que vêm só de notícias diversificadas e de uma reportagem vigorosa. Sob as novas regulamentações, haverá mais unificação e mais compartilhamento de notícias. Isso significa demitir repórteres ou, em outras palavras, diminuir a força de trabalho que nos ajuda a ver nossos problemas e nos faz pensar sobre as soluções. Ainda mais preocupantes são os sinais alarmantes de que grandes corporações da mídia – com forte poder no mercado – poderiam abusar desse poder manipulando a cobertura das notícias no sentido de servir aos seus interesses políticos ou financeiros. Há sempre o perigo de que as organizações de notícias possam empurrar histórias positivas para conquistar amigos no governo, ou liberar histórias negativas sobre artistas, ativistas ou políticos que cruzam seu caminho, ou contar à sua audiência só notícias que confirmem visões estabelecidas. Mas o perigo é maior quando não há competidores para transmitir o lado da história que a corporação quer ignorar.

**À margem** – Naturalmente, as corporações anunciam que nunca iriam suprimir a expressão. Pode ser verdade. Mas não são suas intenções que importam. São suas capacidades. As novas regulamentações da FCC dariam a essas corporações mais poder para remover idéias importantes do debate público e é precisamente esse poder que as regulamentações deveriam impedir. Algumas organizações de notícias tentaram marginalizar oponentes da guerra no Iraque, desmerecendo-os como um elemento à margem do assunto. O Papa João Paulo II também se opôs à guerra no Iraque. Quão mentalmente estreita nós transformamos a nossa discussão pública para que a opinião do papa fosse considerada fora dos limites do debate legítimo?

Nossa democracia precisa de um diálogo mais amplo. Como o juiz Hugo Black escreveu numa opinião de 1945: “A Primeira Emenda repousa sobre a

suposição de que a mais ampla disseminação de informação possível de diversas e antagônicas fontes é essencial para o bem-estar do público.” Salvar o bem-estar não pode ser a primeira preocupação de grandes companhias de mídia envolvidas comercialmente com o público. Seu trabalho é buscar lucros. Mas se o governo escreve as regulamentações de uma certa maneira, companhias buscarão lucros de uma maneira que serve ao interesse público.

Se amanhã a FCC decidir ir em outra direção, isso não deve ser o fim da discussão. Poderosos grupos públicos ao redor do espectro político se opõem a essas novas regulamentações e estão furiosos com sua falta de participação no processo. Pessoas que não se podem fazer ouvir numa arena muitas vezes encontram meios de ser ouvidas em outras. O Congresso tem o poder para alterar as mudanças de regulamentação. Membros de ambos os partidos se opõem às novas regulamentações. Isso não acabou.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – *Representante da sociedade civil*) – Está suspensa a presente reunião.

(*Suspende-se a reunião às 17h40min.*)

## **CONGRESSO NACIONAL**

### **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

#### **CONTINUAÇÃO DA 5ª REUNIÃO DE 2003**

**DIA 30 DE JUNHO DE 2003,  
SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H, NA SALA Nº 6  
DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da Continuação da 5ª Reunião do CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, realizada em 30 de junho de 2003, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, destinada a: 1) Exposição do Conselheiro **FERNANDO BITTENCOURT** sobre o “Cenário tecnológico nas mídias de Comunicação Social”; 3) Exposição do Srs. **GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI** (complementação) e **VENÍCIO ARTUR DE LIMA**, sobre “*A questão da concentração da propriedade nos meios de comunicação social no Brasil*”; 4) breves relatórios sobre andamento dos trabalhos das comissões; 5) comunicações dos Conselheiros.

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

**JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO – Presidente**  
Representante da sociedade civil

**PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO**  
Representante das empresas de rádio

**ROBERTO WAGNER MONTEIRO**  
Representante das empresas de televisão

**FERNANDO BITTENCOURT**  
Engenheiro com notório conhecimento  
na área de comunicação social

**FREDERICO BARBOSA GHEDINI**  
Representante da categoria profissional  
dos jornalistas (Suplente)

**FRANCISCO PEREIRA DA SILVA**  
Representante da categoria profissional  
dos radialistas

**BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA**  
Representante da categoria profissional dos artistas

**GERALDO PEREIRA DOS SANTOS**  
Representante das categorias  
profissionais de cinema e vídeo

**ALBERTO DINES**  
Representante da sociedade civil

**CARLOS CHAGAS**  
Representante da sociedade civil

**RICARDO MORETZSOHN**  
Representante da sociedade civil

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Declaro reaberta a 5ª reunião do Conselho de Comunicação Social.

Antes de entrar na Ordem do Dia, registro a presença do Conselheiro Frederico Ghedini, representando o Conselheiro Daniel Herz, que não pôde estar presente. Ao Conselheiro Daniel, em nome do Conselho, desejo melhoras rápidas e que retorne ao nosso convívio.

Registro correspondência eletrônica do Conselheiro Jayme Sirotsky, indicando as razões por que não poderá estar presente conosco.

Registro ainda a presença dos Srs. Marco Aurélio Jarjour Carneiro, Presidente da Associação Brasileira de Televisão em UHF, ABTU, e de Luiz Benevides, Diretor Jurídico da mesma entidade, a quem concederei a palavra na quarta parte de nossa reunião.

Srs. Conselheiros, a ata circunstanciada e as respectivas notas taquigráficas da primeira parte da nossa reunião encontram-se disponíveis em cópias, sobre a mesa, e na página do Conselho, na Internet.

Como combinado na última reunião, a Secretaria encaminhou comunicação eletrônica com orientações sobre como acessar as atas na Internet.

Indago dos colegas se há algum registro ou correção a ser feita. (Pausa.)

Não havendo manifestação nesse sentido, considero a ata aprovada e liberada para publicação no **Diário do Senado Federal**.

Antes de dar sequência à reunião, dou ciência ao Conselho de que o Ministério das Comunicações acaba de constituir grupo de trabalho, a fim de estudar a implantação de um modelo de televisão de tecnologia digital no Brasil. Procurei, numerosas vezes, o Ministério das Comunicações para tratar desse assunto. Afinal, ele acedeu e incluiu o Conselho no grupo de trabalho destinado a definir o modelo de tecnologia digital para os meios de comunicação. O decreto já foi publicado e a minuta encontra-se à disposição, na Internet, para debate desde 25 de junho. Existe uma comissão no Conselho destinada apenas ao estudo de tecnologia digital e a ela pedirei que indique um dos membros que deverá representar-nos no grupo de trabalho do Ministério das Comunicações. Submeterei à aprovação do Plenário, na próxima reunião, a indicação do nome.

Após essas comunicações, passaremos à primeira parte da reunião, que se destina à exposição do Dr. Fernando Bittencourt sobre o tema “A Análise do Cenário Tecnológico nas Mídias de Comunicação Social”.

O Dr. Fernando Bittencourt é membro titular do Conselho de Comunicação Social, Engenheiro Eletrônico graduado pela Faculdade Federal do Rio de Janeiro, Diretor da Central Globo de Engenharia, desde dezembro de 1991, Vice-Diretor de Tecnologia da SET – Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações, Coordenador do Grupo SET/Abert, para implantação da televisão digital no Brasil, membro da SMPTE, **Society of Motion Pictures and Television Engineers**, membro do IEEE, **Institute of Electrical and Electronic Engineers**, e da SMPTE, entre muitos outros títulos.

Com honra e satisfação, passo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Conselheiros, a minha idéia é, nos próximos vinte minutos, no máximo meia hora, passar a vocês uma visão do cenário tecnológico que discutimos aqui seguidamente nas diversas mídias debatidas no Conselho. É importante que os Conselheiros tenham uma idéia da situação atual e futura dessa mídia que discutimos muito neste Conselho.

***As transparências desta palestra estão disponíveis na versão eletrônica da Ata Circunstanciada da Reunião, no endereço [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs).***

Esta é a agenda da minha apresentação: darei uma visão geral de todas as mídias; tentarei inserir todas as mídias num único desenho; depois falarei sobre TV digital, assunto tão discutido hoje – inclusive faremos parte dessa discussão; depois falarei sobre a evolução das telecomunicações, tanto a cabeada quanto a sem fio, *wired* e *wireless* – termos mais ou menos usados tecnicamente –, que são as telecomunicações fixa e celular; depois falarei sobre o cinema, que tem algo a ver conosco, porque também está no caminho digital, e sobre a rádio digital.

O cenário atual das mídias. Minha intenção é colocar todas as mídias com as quais estamos envolvidos num único gráfico e falar de uma maneira conceitual a respeito delas.

No gráfico que está ao lado esquerdo da barra amarela, estou simbolizando o que gera conteúdo. Todas as produtoras independentes e emissoras de televisão que produzem algum tipo de conteúdo estou simbolizando do lado esquerdo. A câmara e o microfone significam produção de conteúdos de áudio e vídeo; o computador significa produção de conteúdo que não é áudio e vídeo, conteúdo multimídia; e a caixa abaixo é um container cada vez mais presente, no qual se armazena toda a produção, gerando-a sob demanda, ou seja, não mais em tempo real, mas no tempo do consumidor.

Do lado direito desse gráfico, vou listar todas as mídias que distribuem esse conteúdo do lado esquerdo. A primeira mídia, evidentemente, é a mais importante: a mídia de TV aberta, mídia do ar. Há um código de cores: o que é amarelo é digital, o que é vermelho é analógico. Vocês verão que a única mídia ainda analógica é a TV aberta. Todas as outras mídias que vou listar daqui para baixo já são digitais.

A segunda mídia de distribuição é o satélite: o satélite DTH, o satélite Direct Home, que são a **Sky**, a **Direct TV**.

A terceira mídia de distribuição desse conteúdo é o cabo ou MMDS, que são duas mídias mais ou me-

nos iguais. O MMDS é o cabo sem fio, mas ele não muda muito o conceito de distribuição.

A quarta mídia de distribuição de conteúdo é a rede fixa de telecomunicações, cabeada, que hoje já distribui até conteúdo de vídeo. Já é possível assistir vários programas na Internet hoje por vídeo. Então essa mídia, através da banda larga e da banda estreita, já distribui conteúdo para o consumidor.

A outra mídia é de telecomunicações sem fio: a telefonia celular, que também distribui muito conteúdo e tende a melhorar. Vou entrar em detalhes um pouco mais adiante.

Para terminar, listei outras formas de distribuição: cinema, DVD, fita. Ou seja, do lado direito, listo simbolicamente todas as formas de distribuição de conteúdo: televisão aberta, satélite, cabo – estes dois são televisão paga –, telecomunicações fixa, telecomunicações sem fio, cinema, DVD.

É importante chamar a atenção para o fato de que a televisão aberta distribui basicamente a programação em *real time* – ao vivo. Essas outras mídias, por exemplo, o cabo e a Telecom cabeada, pela Internet, já podem consumir as mídias armazenadas nesse container. Ou seja, já existe hoje tecnologia disponível para que os programas sejam consumidos de acordo com o desejo do telespectador, na hora em que ele quiser assistir o programa, a novela, o noticiário, o esporte, se o negócio permitir, evidentemente. Já existe tecnologia para, através da Internet, acessar esse container e escolher o programa que quiser na hora em que quiser.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Este programa está sendo gravado para ser exibido ao público, e a ata também vai ser publicada. Acredito que seria interessante explicitar, sobretudo para os não iniciados, o que quer dizer banda larga e banda estreita.

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Certamente, Sr. Presidente.

A rede de telecomunicações cabeada começou a oferecer, no início do funcionamento da Internet, o que é chamado de banda estreita, ou seja, uma velocidade de transmissão muito lenta. Em termos tecnológicos, até cinco ou dez Kb (kilobites). Com a evolução da tecnologia, já é possível alcançar-se 200, 300, 400 Kb, o que significa capacidade para a transmissão de vídeos. Ou seja, a banda larga nada mais é do que banda estreita com mais capacidade, que pode chegar até a transmissão de vídeos, assim como o

celular. Falarei com mais detalhes sobre essas duas mídias em seguida.

Esse diagrama tenta, de modo simbólico e conceitual, colocar do lado esquerdo o que é produção de conteúdo, seja produção ao vivo, seja produção armazenada e distribuída sob demanda. Como eu disse, por meio do cabo ou da Internet, será possível acessar programas quando desejar.

Hoje pela manhã, tivemos uma discussão sobre TV a cabo. Uma das propostas foi que cada vez mais as emissoras ofereçam o seu conteúdo fora dos horários normais em que vai ao ar. As programações de televisão aberta, por exemplo, seguem um horário muito rígido. Uma das propostas é que essa programação pudesse ser oferecida ao consumidor de TV a cabo e armazenada, para que ele pudesse utilizá-la na hora em que desejasse, e não na hora determinada pela emissora. Esse assunto tem um lado complexo, o do negócio, mas estou abordando basicamente o lado tecnológico.

Volto a um assunto que deixei de mencionar. Reparem que nesse gráfico toda a distribuição de satélite, cabo e telecom já é digital. O cabo não é digital, mas logo será. Todas essas mídias já são digitais. A única mídia que não é digital é a televisão aberta, pelo ar. Esse é o ponto que vou abordar agora: a televisão digital.

A TV digital é a transmissão da televisão aberta pelo ar digitalmente. As emissoras de televisão já produzem quase toda a programação digitalmente, mas pelo sistema analógico e PAL-M. O próximo passo será transmitir pelo ar, digitalmente, e sobre isso vou falar em seguida.

Vou listar uma série de características da TV digital. A primeira e mais importante característica é que a transmissão digital vai permitir perfeita qualidade de som e imagem. Hoje, produz-se digitalmente e transmite-se analogicamente, o que ocasiona um som de pior qualidade e imagens com chuviscos, fantasmas. Com a transmissão digital, quem dispuser de um receptor digital receberá a atual produção com a qualidade perfeita, igual à do estúdio. Mas essa é só a primeira parte.

O primeiro grande ganho da TV digital é poder transmitir em alta resolução: a televisão de alta definição. Cito duas áreas que ganharão muito com a transmissão de alta definição: o esporte e o cinema. A televisão de alta definição, primeiro, tem um formato diferente da televisão normal, mais aberto, com uma tela parecida com a do cinema, no formato 16x9 – a televisão atual tem o formato de 4x3.

O filme, na televisão de alta definição, passa a ser visto como no cinema, ou seja, exatamente como é produzido. Hoje, quando assistimos um filme na televisão, vemos as bordas cortadas, porque, como o formato é de 3x4, não há como mostrar toda a película.

No caso da televisão de alta definição, teremos em casa a possibilidade de assistir o filme como ele é no cinema não só no formato, como na resolução ou definição. A alta definição é equivalente à de cinema, não só a imagem como o som também. Então será um grande salto de qualidade que o espectador terá em casa com relação às películas, aos filmes.

O esporte também terá um ganho enorme. No enquadramento do jogo, como a definição da imagem é muito maior, a sua resolução é cinco vezes maior do que a da televisão convencional, a câmera pode ter um ângulo de abertura um pouco maior, e ainda assim se consegue ver o jogador, a bola, a cor da camisa. Em consequência haverá uma perspectiva do jogo diferente da que se tem hoje.

Então a televisão digital de alta definição vai permitir um grande ganho no envolvimento entre o espectador e o esporte que estiver sendo transmitido, especialmente futebol. Essa é uma outra característica que só é possível com a transmissão digital.

É importante dizer que a transmissão digital vai precisar de um canal de televisão adicional para cada emissora. Cada emissora que transmite hoje, analogicamente, vai receber um segundo canal para transmitir simultaneamente o analógico e o digital. Isso vai permanecer durante dez, quinze anos, até que a grande população esteja recebendo digitalmente e o analógico seja apagado. Então cada emissora vai conviver, durante dez ou quinze anos, com dois canais: um transmitindo analogicamente, outro digitalmente.

Só é possível transmitir alta definição no canal digital; no canal analógico, evidentemente, esse mesmo programa será transmitido analogicamente, com as deficiências que sabemos que tem.

A segunda característica da TV digital é poder transmitir mais de um programa. Esse é um aspecto interessante, porque hoje relacionamos sempre um canal de televisão a um programa. Com a TV digital, a emissora poderá transmitir mais de um programa, isso se não tiver transmitido em alta definição. Se ela transmitir em alta definição, ocupará o canal inteiro, então só transmitirá um programa. Se ela optar transmitir vários programas com uma qualidade um pouco pior, igual à atual, poderá chegar a três ou quatro pro-



gramas simultâneos. Esta é uma característica da transmissão digital: colocar mais programas.

Aqui simbolizei um computador, porque a transmissão digital agrega um conteúdo adicional que hoje não temos, que é o conteúdo de texto ou de multimídia. É algo que não é só nem imagem, mas algo adicional. Então a transmissão digital não é só de som e imagem; pode transmitir outras coisas também, como dados, multimídia, etc.

Uma outra característica da TV digital é permitir a interatividade, ou seja, um relacionamento mais intenso do espectador com o programa que está sendo transmitido. Darei um exemplo de interatividade na transmissão de um jogo de futebol.

Vamos supor que estou assistindo a um jogo de futebol que está sendo transmitido digitalmente e que a emissora ofereça um recurso adicional. Por exemplo: estou vendo o jogo ao vivo. O jogo está em dois a zero. Digamos que eu queira ver os dois gols desse jogo. Clico nesse botão “gols” e assisto numa tela auxiliar os gols desse jogo que está ao vivo. Ou posso assistir, por exemplo, através de um clique no recurso como o tira-teima, a uma jogada que me interessa. Evidentemente, quem não desejar isso pode ver o jogo na tela cheia. Esse é um exemplo de interatividade.

Outro exemplo de interatividade pode ser o caso de uma novela – e este é só um exemplo ilustrativo; não quer dizer que será assim; tenho a sinopse daquele capítulo de novela que está no ar – vou voltar porque tenho uma coisa interessante para mostrar.

Tenho, por exemplo, os personagens da novela; se eu quiser saber mais sobre o autor, por exemplo, posso comprar o CD da novela. Clico no botão “compra”. Evidentemente, assim como posso comprar um CD, posso comprar algum brinco ou qualquer produto que a novela esteja oferecendo. Esse é só um exemplo didático, porque não acredito que as emissoras de televisão colocarão novela num canto direito da tela para tirar a atenção do espectador. Enfim, esse é um recurso para dar exemplo de que é possível a interatividade com a TV digital.

É evidente que, numa televisão aberta, o canal de retorno, a comunicação do espectador com a emissora será pelo telefone, num primeiro momento. Depois poderá ser por satélite, porque há necessidade de um canal de retorno do consumidor com quem está gerando o programa.

Uma outra característica da TV digital é poder transmitir televisão móvel, ou seja, permitir que o conteúdo transmitido seja recebido em veículos em movimento, o que hoje não é possível. Atualmente, é pos-

sível colocar um televisor num carro, assistir a dez minutos e perder meia hora, porque a imagem varia e se perde muito. Com a transmissão digital, será possível receber em qualquer elemento móvel, seja ônibus, táxi, carro, a emissora de televisão que está sendo transmitida. Para a emissora de televisão, é interessante, porque é um novo mercado que hoje não existe. Evidentemente, para o espectador também é bom, porque ele passa a ter notícia, poderá consumir programas de televisão em locais onde hoje isso não é possível. Sabidamente, perdem-se muitas horas no trânsito; e isso poderá ser aproveitado pelas emissoras de televisão, para que elas sejam vistas nessas horas em que hoje as pessoas estão sem consumir televisão.

A última característica é mais ou menos parecida com a anterior, mas é interessante chamar a atenção para ela, porque também a televisão poderá ser recebida em elementos portáteis. Palmtops, celulares que hoje já estão com displays coloridos poderão receber televisão aberta pelo ar com qualidade perfeita. Então essa será uma nova mídia. Todos esses *dispositivos*, esses aparelhos pequenos, poderão consumir televisão aberta.

Essa é a lista do que é possível fazer com a televisão digital, ou seja, tudo isso pode ser feito simultaneamente ou não. Se alguém quiser transmitir programas em alta definição e múltiplos programas, isso será possível, desde que não seja simultaneamente. Ou seja, podem-se transmitir programas de alta definição em horário nobre e, durante o dia, transmitir múltiplos programas. É um modelo. Ou pode-se transmitir tudo em alta definição.

Evidentemente, na transmissão em alta definição, as emissoras terão que trocar os equipamentos. São novos equipamentos. Câmera, videoteipe, tudo é novo. A transmissão de alta definição exige uma substituição dos equipamentos dos estúdios. A transmissão de multiprogramas pode utilizar os equipamentos atuais.

Então essa é a lista do que é possível ser feito com a transmissão digital na televisão aberta.

Aqui, voltei a mostrar o gráfico já definindo lá em cima: a televisão aberta digital transmitida ou em alta definição ou em mobilidade ou para ser recebida em elementos portáteis ou até tudo isso simultaneamente.

Falarei um pouco sobre a parte de telecomunicações fixas. Há um histórico que é interessante comentar. Até os anos 90, por mais ou menos cem anos, na telecomunicação fixa só trafegou voz. No final dos anos 80, início dos anos 90, começou a Internet. Com a Internet, no início, passou a ser possível trafegar

texto. Nessa época, a Internet era basicamente texto. Voz sempre foi o grande uso da telecomunicação cabeadada. Atualmente, estamos num estágio em que já é possível não apenas a transmissão de voz, como, pela Internet, ter multimídia com imagens, ainda que de resolução baixa. Já temos vídeos na Internet. Já é possível, por meio da telecomunicação fixa, como foi dito aqui na última reunião, por um projeto da Brasil Telecom, transmitir vídeo pela linha telefônica. Esse vídeo não tem uma qualidade fantástica, mas já é um vídeo a que se pode assistir. Em dez anos, já evoluímos muito; da Internet apenas com texto para a Internet com multimídia, texto, imagem, vídeo de baixa resolução, havendo até um projeto como esse da Brasil Telecom, que funciona como se fosse uma televisão a cabo.

A previsão é de que essas redes de telecomunicação evoluirão não apenas no sentido de serem formadas de fibra ótica – ou seja, as empresas, cada vez mais, substituem seus cabos por fibra ótica, que tem capacidade infinitamente maior –, mas também a tecnologia de compressão permite que a qualidade do vídeo melhore cada vez mais. Então prevemos que, no futuro, até a alta definição poderá trafegar na rede de telecomunicação fixa.

É importante dizer que – hoje pela manhã discutimos isso aqui – essas redes de telecomunicação caminham bastante rapidamente para oferecer serviços, pelo menos em relação à tecnologia, iguais aos da TV a cabo. É evidente que aí há o aspecto de regulamentação, em cujo mérito não estou entrando. Essas empresas vão evoluir e, dentro de alguns anos, oferecerão vídeo com qualidade similar à da qualidade de TV a cabo.

Aqui temos desenhos mostrando o projeto da Brasil Telecom, que já vimos, em que a operadora oferece serviços por meio da rede fixa. Tem-se um *set top box* em casa e pode-se assistir à televisão. A única diferença é, como foi explicado hoje de manhã, quando se troca o canal. No caso da TV a cabo, existem todos os programas em casa simultaneamente. Nesse projeto, quando se troca de programa, o comando vai à central da empresa, onde o programa é trocado e reenviado para a casa do usuário. Assiste-se apenas a um programa de cada vez, mas, ainda assim, é possível assistir a vários programas. Não há nenhum problema, desde que a troca de programa seja feita na origem da operadora Telecom.

Telecomunicação sem fio é basicamente o celular. Aqui está um histórico do celular. No início dos anos 90, basicamente transmitia-se voz. Ainda era a Rede Telebrás. Em 1997, já entrou a digitalização,

quando começaram a ser privatizadas as redes, as Telecoms, com voz e dados. Hoje, todos sabem que já é possível acessar Internet nos aparelhos atuais. Eles chamam essa versão que atualmente opera de “2,5G”. O “G” refere-se à geração. Houve a primeira, a segunda e virá a terceira geração. Como essa é uma intermediária, chamaram-na de “2,5G”.

Basicamente, é uma geração digital que já permite transmitir som, alguns jogos, acesso à Internet – com algumas limitações evidentemente, mas é possível –, inclusive com e-mail. Virá a terceira geração – essa, sim –, que oferecerá vídeo com qualidade. Ou seja, nos aparelhos de terceira geração será possível assistir à televisão via redes de telecomunicações, evidentemente com capacidade maior e com um acesso à Internet de mais qualidade.

Citei aqui as empresas que hoje operam essa tecnologia: a Oi, a TIM, a Telesp. No futuro, não sabemos exatamente. Citei a DoCoMo, porque no Japão essa tecnologia já existe e é operada por essa empresa japonesa. No Japão, já se pode assistir à televisão e vídeo em aparelhos celulares operados por essa empresa.

Damos aqui um exemplo bastante ilustrativo do que poderá ser um aparelho celular no futuro, que será capaz de receber os sinais da televisão aberta, digitalmente. O futebol, por exemplo, pode ser transmitido pela rede de televisão digital. Esse mesmo aparelho recebe ligação, consulta a Internet, consome. É um aparelho que opera com a rede Telecom. Temos aqui um exemplo típico: um jogo de futebol sendo visto pelo ar, pela rede de televisão. Se eu perdi os gols daquele jogo, demandando à rede Telecom, no momento em que eu queira, pagando por isso. Então existe aqui um casamento entre emissora aberta e rede Telecom, oferecendo o mesmo tipo de conteúdo. Evidentemente, um é de recepção livre e o outro é pago.

Esse é apenas um exemplo didático de que, no futuro, será possível, assistir na televisão aberta, livremente, por meio da rede Telecom – no caso, os gols. Posso demandar e assistir por essa telinha do celular.

O cinema, por mais de cem anos, foi e ainda é película. É produzido, distribuído e projetado em película. A película é uma mídia muito cara. O cinema, portanto, é uma mídia muito cara, porque não só a produção, mas a distribuição e a projeção são muito caras. O que vai acontecer é que esse cinema vai caminhar para ser digital, eletrônico.

E aqui tenho um diagrama que simboliza como será o cinema do futuro. Aqui se pode ver a sala de ci-

nema, o projetor, que pode rodar, por exemplo, um DVD com uma qualidade de alta definição. Esse programa, filme ou conteúdo está sendo projetado numa sala de cinema totalmente eletrônica, com o DVD e o projetor eletrônicos.

Além disso, posso também receber na mesma sala, por meio de satélite ou de fibra ótica, um conteúdo geral de algum lugar do mundo. Então Hollywood ou algum lugar do Brasil podem gerar um programa ou conteúdo, produzido com alta definição, com qualidade igual à de cinema, que pode ser recebido por meio de satélite, na sala de cinema.

Teoricamente, será possível fazer o lançamento de um filme simultaneamente no mundo inteiro, no mesmo horário, utilizando a tecnologia de satélite eletrônico. Nessa tecnologia, a película acabou. Não existe qualquer película nesse projeto, nesse gráfico. Da produção à exibição, tudo será eletrônico. É evidente que vai levar alguns anos, mas o processo já começou. Por exemplo: atualmente, muitos filmes são produzidos em alta definição. Não são distribuídos ainda em alta definição, porque sistema é caro. Quase não existem salas de cinema digital. Alguns filmes como, por exemplo, **Star Wars** – os próximos que serão exibidos – já serão produzidos totalmente de forma eletrônica, em alta definição. O filme, originalmente, é produzido em meio eletrônico; não é mais produzido em película. Este é o modelo para o qual o cinema vai caminhar: produção, projeção e distribuição eletrônica.

Há um lado interessante: a mídia de exibição não precisa ser necessariamente de alta definição. Se o projetor for eletrônico, posso projetar uma película de qualidade inferior. Aumenta, abre a perspectiva de produtoras de menor custo produzirem um conteúdo e o exibirem nas salas de cinema. Haverá um impacto social e econômico nessa tecnologia. Vai abrir para que produtoras de menor porte, de comunidades, tenham condições de mostrar suas produções em salas a um custo mais barato. Então o cinema digital tem um peso social e econômico bastante grande na mudança do cenário para o cinema.

É evidente que a questão está sendo discutida. Há uma briga política enorme. Hollywood está querendo manter uma padronização a mais fechada possível, para evitar o aumento, a universalização da produção. É uma questão que está sendo debatida em diversos níveis. Tudo tem que ser padronizado e codificado. Se cada um fizer o seu modelo, não funcionará.

Aqui há um sumário do que acabei de falar. Para as empresas atuais, produzir em alta definição e distribuir significa um custo 90% menor do que o atual.

Para termos uma idéia, Hollywood gasta, em média, US\$1 bilhão para distribuir os filmes atuais. A tecnologia vai significar economia de US\$900 milhões por ano.

Sendo a sala de cinema digital, abre-se uma perspectiva não só para o cinema em si. Podem ser feitos programas e eventos ao vivo. É possível mostrar shows ao vivo. A sala torna-se uma mídia que não consome só coisas produzidas em outros lugares; será possível consumir coisas ao vivo. É mais uma mudança de perspectiva do conceito de uso da sala de cinema.

Para terminar, falarei a respeito do rádio, que também se encaminha para ser digital. Com o rádio digital – tentando resumir o máximo possível –, o rádio AM terá qualidade de FM. O rádio FM terá qualidade de CD. Então, com a transmissão de rádio digital, a rádio AM terá um saldo de qualidade fantástico. A grande vantagem é que o rádio digital não necessita de um canal adicional; pode ser transmitido no mesmo canal analógico. É uma grande vantagem, porque não se ocupa espectro adicional; é só uma mudança de tecnologia, uma questão de melhor ocupação do espectro que é alocado para cada empresa. O rádio terá um salto de qualidade. Eventualmente, poderá transmitir não só o som, mas dados também. Poderá ser interessante para as emissoras de rádio transmitir não somente som, música ou notícia, mas também algum tipo de dado que seja de recebimento útil ou alguma informação adicional sobre aquilo que está sendo transmitido no som, ou até alguma outra coisa que não seja som.

A rádio digital já começou nos Estados Unidos e também na Europa; é algo que vai impactar positivamente as empresas de rádio e também o seu consumo.

Basicamente é isso. Não sei se é o caso de discutirmos alguma coisa aqui ou deixarmos para o final.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Em nome do Conselho, agradeço essa exposição de altíssimo nível do Conselheiro Fernando Bittencourt.

Abro o debate. Algum dos Srs. Conselheiros quer se manifestar? (Pausa.)

Conselheira Berenice Mendes Bezerra.

**A SRA. BERENICE MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Parabênz o Conselheiro Fernando por tão caprichada e bacana apresentação! É bom ver tudo junto; isso estimula a discussão.

Gostaria apenas de comentar um aspecto que você apresentou sobre o cinema, que me toca em particular, porque é minha origem.

O Governo anterior do Paraná restaurou quinze salas de cinema de uma forma muito caprichada, mas em cidades onde não há possibilidade de rentabilidade ou auto-sustentabilidade. Temos que resolver isso, porque aquela comunidade merece e precisa ter um centro de convivência e de fruição do audiovisual, já que a nossa sociedade é, cada vez mais, a sociedade do olho, da comunicação audiovisual. Então, juntamente com o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, o Ministério da Cultura e a **TV Educativa do Paraná**, encontramos uma solução que estamos implantando lá e que é a seguinte: a TV Educativa tinha o projeto de ocupar o *backbone* de fibras óticas da Copel, que é a Companhia de Energia Elétrica do Paraná, de modo a baixar os nossos custos de satélite e rentabilizar ou otimizar o uso dessa rede de fibras óticas. Por outro lado, o Ministério da Cultura havia desistido do uso de transmissão, por meio da **TV Cultura e Arte**. Então se desativou uma série de receptores de *down links*, os quais pedimos para serem mandados para o Paraná. E o Fórum Nacional de Democratização tinha, conceitualmente, elaborado a proposta de criação de salas populares de exibição multimídia para que a população de baixa renda pudesse ter acesso. Juntamos tudo isso, transformando a **TV Educativa do Paraná** numa central de transmissão de programação que pode ter, em determinado momento, uma programação específica de entretenimento para essas quinze salas a que já estão sendo agregadas outras que estão interligadas via fibra ótica. E, em outros, poderão ser assistidas programações da Orquestra Sinfônica ou do balé Teatro Guairá ao vivo, interligados com a TV. E se quisermos, mais tarde, poderemos fazer uma negociação com as operadoras de TV a cabo para que também as pessoas possam assistir à Copa do Mundo, por exemplo, ou a qualquer outro conteúdo a baixíssimo custo, talvez até simbólico, R\$0,50 (cinquenta centavos), R\$1,00 (um real), como também ter acesso à programação educativa, videoconferências e tal.

Complementando, é por isso que me manifestei outro dia a respeito de como é interessante o projeto da Brasil Telecom, porque é mais uma forma de capitalizar. Aonde não se consegue chegar pela rede de fibras óticas, continua usando-se o satélite, daí os *down links* do Ministério da Cultura que estou colocando em cidades, assentamentos de sem-terra, onde moram oito, dez, quinze mil famílias hoje, em favelas, em núcleos, em aldeias de índios. Lá eles rece-

bem pelo ar. É só um comentário de que realmente essa convergência está aí.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Inicialmente, cumprimento o Sr. Fernando. De fato, foi muito bem feita a sua apresentação. Chamou-me a atenção, Sr. Fernando, quando o senhor falou nessa possibilidade – que já nem é remota porque existe no Japão – de o celular transmitir conteúdo.

Pela implantação da TV digital – e aqui falo como representante das TVs brasileiras – preocupam-me demais os limites legais.

Hoje de manhã, numa reunião muito interessante da nossa Comissão de TV a Cabo, falou-se sobre os limites legais que a Constituição impõe ao serviço de telecomunicações, a fim de que ele não invada o espaço da radiodifusão. Quanto à transmissão de conteúdo, no meu entendimento, há uma vedação constitucional importante.

Com o advento da TV digital, fico pensando na confusão que haverá quanto à cobrança de direitos autorais, porque estamos caminhando para as TVs globais. Quando falamos de concentração de mídia e propriedade cruzada, eu disse que considerava o discurso um pouco velho, pois entendo que a concentração não será mais de sócios nem de cotistas; a concentração que vem por aí – e dessa não se tem como escapar – é tecnológica. Então todos os países ficarão indefesos contra a concentração tecnológica, que vem carregada de muito dinheiro.

A Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra acabou de citar – e até comentei com o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto – algo que deve ocorrer também: a pirataria. S. S<sup>a</sup> deu o exemplo de Copa do Mundo, o evento mais caro que existe hoje para as TVs abertas, o evento dos eventos, caríssimo. Com a TV digital, com a possibilidade de captar e retransmitir, penso que a pirataria também virá para ficar.

Por isso, Sr. Presidente, hoje, na reunião da manhã, ponderei que o Conselho deveria ter uma posição pró-ativa nesse sentido. O ilustre membro do Ministério das Comunicações, que esteve presente, entendeu quando eu disse que entendia que o Conselho deveria fazer gestões junto ao Ministério das Comunicações, que deveríamos instigá-lo a consultar a AGU para que, de forma definitiva, fosse dito se é ou não

possível, ao serviço de telecomunicações, a transmissão de conteúdo, pois há a possibilidade técnica de um envolvimento, por exemplo, da Brasil Telecom com esse BrTurbo – que é uma tecnologia que veio para ficar, é fantástica – e com as operadoras de TV a cabo ou TV por satélite.

A Brasil Telecom nos disse que havia ociosidade nas suas malhas, que eles poderiam atender a 10 milhões de residências, e não atendiam. O pessoal da ABTA disse que também tem condições de transmissão, pois está com ociosidade.

Antes de finalizar minha fala, insisto em dizer que é preciso que, em algum momento, o Governo se atenha em tomar providências contra o desperdício absurdo que existe no País. Atualmente, há malhas telefônicas paralelas às da TV a cabo. Com a digitalização, a possibilidade de convergência é enorme, mas a de divergência também.

Não é segredo que as TVs abertas estão passando por dificuldades. Se houver uma concorrência do tipo anárquica, permitindo conteúdos de Hollywood e da Europa por meio da Internet e de equipamentos sofisticados, nossas televisões não poderão cumprir o que prescrevem os arts. 221 e 222. A transmissão será tão “barata” que, certamente, o que é de interesse do País, como a defesa da estrutura educacional, dos usos e costumes e da cultura, será superado por uma tecnologia que poderá sufocar os interesses dos empresários brasileiros.

Por essa razão, Sr. Presidente, peço a V. S<sup>a</sup> que medite sobre o assunto e, no momento em que considerar oportuno, traga o tema a debate, tendo em vista sua importância.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Certamente.

Não havendo mais quem queira se manifestar, concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt, solicitando a S. S<sup>a</sup> que, ao fazer suas considerações, informe o Plenário das possibilidades que poderiam advir dessa nova tecnologia em relação a rádios e televisões comunitárias, ou seja, de que maneira esses ganhos tecnológicos poderiam repercutir nas rádios e televisões comunitárias.

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Tenho conhecimento de que várias empresas pretendem reaver as antigas salas de cinema das pequenas e médias cidades para nelas fazer uma rede de distribuição, porque a projeção está chegando a um preço muito barato. Pode-se comprar um pro-

jetor um pouco melhor do que o dessa sala, mas muito parecido, e um computador normal. Com projetor e computador, transmite-se pela Internet um conteúdo que fica armazenado durante uma semana ou alguns dias, seja programa educacional ou de entretenimento. É cada vez mais barato operar uma sala de cinema utilizando equipamento eletrônico. O custo decrescente torna viável possuir uma rede de cinemas, distribuir o conteúdo e cobrar preços bastante razoáveis, porque, como é barata a operação, pode-se cobrar um preço baixo. O assunto cinema realmente tem um impacto enorme e é muito interessante.

A pirataria digital é outro assunto que tem sido bastante estudado pelos órgãos que regulamentam a TV digital, o cabo digital, os aparelhos de consumo. Aliás, uma das razões que explicam a lentidão na evolução da TV digital é exatamente a pirataria. Estão discutindo aspectos e normas para evitá-la, mas evidentemente, por sistema digital, a cópia é perfeita. Pode-se piratear o conteúdo que se recebe de uma maneira muito fácil. Esse assunto está sendo estudado e acredito que será resolvido. Não se repetirá o que ocorreu no início da Internet. O detentor dos direitos do conteúdo será protegido; caso contrário, não haverá evolução. É evidente que ninguém vai querer distribuir de graça um conteúdo que teve custos para produzir. Então está sendo combatida e acredito que será eliminada. Se houver pirataria, será em nível muito mais baixo.

Sobre a questão do vídeo no celular, naquele gráfico que expus comparando todas as mídias, não falei que a única mídia que não é digital hoje é a TV aberta. Se ela ficar mais alguns anos somente como analógica, perderá o barco da mobilidade, ou seja, a rede de telecomunicações transmitirá móvel e a rede aberta não poderá transmitir; a TV aberta não terá a alta definição que haverá no cabo, no satélite.

A TV digital é absolutamente fundamental para manter a TV aberta competindo com as outras linhas todas. Diria que já estamos muito atrasados nisso, porque a discussão sobre a TV digital no Brasil ainda se encontra no início, e todas as outras mídias já são digitais, estão em processo de evolução rápido. Então a TV digital é uma forma de manter a TV aberta competitiva e oferecer, evidentemente, tecnologia grátis, como é o caso da TV aberta para toda a população. Eu diria que a TV digital tem que ser discutida com uma velocidade maior. Caso contrário, dentro de alguns anos a TV aberta será considerada mídia de segunda categoria.

Com relação ao rádio e à TV comunitária, a digitalização facilitará, porque o grande problema que

vejo é o do espectro. Não existe espectro para colocar rádio e TV comunitária. Esses espectros são ocupados pelas televisões comerciais. E as brigas, as discussões com a Anatel seguidamente são devidas ao fato de que no espectro, que as emissoras de rádio e TV ocupam, não existe espaço para colocar outras emissoras. Com a TV digital, esse espaço surgirá, porque ela ocupará, no final da transição, menos espectro do que ocupa hoje. Então ela vai liberar mais espaço para outras aplicações, inclusive para o rádio e a TV comunitária. Nessa perspectiva, a digitalização vai facilitar a discussão sobre o rádio e TV comunitária, independentemente da questão de conteúdo, de legalização, etc. Isso seria outra discussão. No aspecto tecnológico, a TV digital facilitará a introdução da TV comunitária.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a valiosa participação do Conselheiro Fernando Bittencourt. Convido a ter assento à mesa os Diretores Guilherme Canela de Souza Godoi e Venício Artur de Lima.

Dou ciência ao Conselho de que tenho diligenciado, junto às embaixadas, sempre que novas legislações de comunicação são aprovadas no mundo, no sentido de obter essa legislação. Porque estamos estudando, num grupo coordenado pelo Conselheiro Carlos Chagas, exatamente a questão de concentração. Quero comunicar ao Chagas que já estou lhe mandando duas leis para estudos. Trata-se da lei da televisão portuguesa, aprovada em 1998, e de proposta recente para alteração dessa lei. Se o senhor tiver conhecimento do estoque impressionante de ofícios que expedi para as embaixadas, ficará tranqüilo de que terá muito material para consumir nos fins de semana.

**O SR. CARLOS CHAGAS** (Representante da sociedade civil) – Só um detalhe: faça pelo modo antigo: mande pelo correio, não pela Internet.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Dr<sup>a</sup> Márcia, temos outro dinossauro aqui: somos dois. Entendo-o perfeitamente. Estou inteiramente de acordo. Fique tranqüilo porque cuidarei do assunto como se fosse do meu próprio interesse.

O Conselho se sente honrado com a presença dos Drs. Guilherme Canela de Souza Godoi e Venício Artur de Lima. É um prazer estar com os senhores.

Primeiro, passarei a palavra ao Dr. Guilherme Canela, para que complemente a exposição. Houve consenso de que essa complementação se daria em

relação a uma breve análise das aprovações da reunião do **Federal Communications Commission**, de 2 de junho.

É curioso como as coisas acontecem com tanta rapidez. Não passou um mês e essas posições já estão sendo questionadas pelo Congresso americano. Não é a primeira vez. Em 1982, a FCC começou a dar *temporal waivers*, alterando a Legislação de 1969, sobretudo a **Cross Ownership Rule**. Isso levou a que, em 23 de novembro de 1987, os Senadores Hollings e Kennedy aprovassem lei vedando a possibilidade de concessão de *waivers*, com interferências muito consistentes no mundo real, das quais as mais importantes foram a obrigação de venda do **New York Post** por Rupert Murdoch, 700 mil exemplares, que foi transferido para Piter Kalikow, retendo Murdoch, em Nova York, o canal 5, que é a Fox TV, e vendendo o canal 25 de Boston para manter, em Boston, o **The Boston Herald**, 280 mil exemplares.

Passo a palavra ao Dr. Guilherme Canela. Lembro que ele é Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, Mestrando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e pesquisador associado do Núcleo de Pesquisas em Mídia e Política da Universidade de Brasília, Consultor da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – Andi, Consultor do Ilanud – Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção de Delito e Tratamento de Delinqüente e Diretor-Presidente do Instituto Episteme.

Com a palavra o convidado Guilherme Canela.

**O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI** – Boa-tarde a todos. É sempre um prazer revê-los. A pedidos, vou tentar fazer uma breve análise do que aconteceu na FCC e completar as transparências que faltavam, ao final.

**As transparências desta palestra estão disponíveis na versão eletrônica da Ata Circunscrita da Reunião, no endereço [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs).**

Para além do brilhantismo da exposição do Conselheiro, eu queria muito aprender a fazer aquelas coisinhas se mexerem. Sempre tento, mas não consigo.

Apenas lembrando o porquê da regulação – não vou falar tudo isso novamente –, já falamos sobre algumas coisas que temos que ter em mente quando vamos tratar das possibilidades de regulação do setor de radiodifusão: se vamos considerar que a mídia é uma empresa de mercado como todas as outras, se estamos falando de cidadãos ou de consumidores, de que tipo de eficiência que estamos tratando.

Aqui temos os aspectos técnicos, sociais e políticos que levam à necessidade de regulação, determinação das frequências, limitação do espectro eletromagnético e, depois, as diferentes formas de poder.

Temos aqui o que acontece no cenário internacional. Esse slide foi apresentado no dia 2 de junho, quando aqui estávamos dizendo que os Estados Unidos viviam um momento de redefinição. O parâmetro, até então, eram as determinações do **Telecommunications Act**, de 1996, e eles tinham alguns importantes elementos para conter a propriedade cruzada. Algumas horas depois, a coisa se alterou um pouco, naquele mesmo dia.

Só para dar um panorama do que significou a decisão da comissão. Nos Estados Unidos, há um histórico de concentração. O que ocorreu na decisão da FCC? Eles contrataram uma série de consultores e utilizaram-se de alguns estudos para mostrar, econômica e matematicamente, que não há concentração nos Estados Unidos, ao contrário. Um desses estudos, o qual inclusive foi independente, não foi contratado, de um pesquisador importante da Universidade de Columbia, Eli Noam, mostra, por uma série de gráficos, que, na verdade, por um índice de concentração que se convencionou internacionalmente usar para vários tipos de empresas, não existe concentração nos Estados Unidos nos diferentes setores, porque existe uma quantidade muito grande de empresas por setor, 12 mil empresas de rádio, por exemplo. Só que esqueceram de dizer que o grande foco de concentração se dá no conteúdo transmitido.

Em número de empresas e na junta comercial realmente não há concentração, quer dizer, há uma quantidade absurda de empresas e mesmo de canais de televisão.

É a mesma coisa que está sendo discutida esta semana nos jornais. Há hoje, entre legalizadas e não-legalizadas, mais de 12 mil rádios comunitárias. Se todas aceitarem a proposta de uma grande rede de televisão de transmitir a sua programação, teremos 12 mil rádios comunitárias, todas elas, transmitindo o mesmo conteúdo. É mais ou menos isto que está ocorrendo lá: não há concentração de empresas, mas muitas empresas pequenas, de diferentes donos, associadas a grandes cadeias que transmitem o mesmo conteúdo. Esse é o problema.

Mesmo assim, em alguns casos, como no de jornais, há forte concentração: em 1923, havia 500 nos Estados Unidos que tinham pelo menos dois jornais competindo. Em 1980, caiu para 50 e, na década de noventa, existiam 10 cidades com dois jornais competindo, o que é um absurdo. Em 1920, as cadei-

as de jornais controlavam 1,4% dos jornais; hoje controlam 80% dos jornais. É essa a diferença. Agora, o número de jornais continua sendo o mesmo. Aqui mesmo, há jornais de propriedades diferentes, mas quando se lê o conteúdo, o que é veiculado por agências é muito grande e o que fica para conteúdo local é pequeno.

As rádios também são um grande exemplo. Ainda hoje, há 12 mil emissoras de rádio nos Estados Unidos, mas as três maiores cadeias dominam 70% do mercado. Na TV aberta, as quatro grandes redes dominam 75% do mercado. Aquele número que está ali embaixo é para mostrar qual a expectativa do que ocorrerá se as decisões da FCC forem mantidas.

Em 1996, assim que o **Telecommunications Act** foi aprovado e aumentou a possibilidade de *share* do mercado de 25% para 35%, naquele mesmo ano, houve 185 aquisições de emissoras de televisão pelas redes. Assim que foi liberado de 25% para 35%, houve essas aquisições. Então a expectativa é de que a concentração se dê não daqui a dois, três anos, mas imediatamente, se mantida de 35% para 45%.

Esse foi um dos Conselheiros que votaram contra, o Michel Kops, que disse no seu voto que: "Vimos uma redução de 34% no número de donos de estações" – com as outras alterações que a FCC tinha feito. "Para o democrata, a concentração da propriedade de estações de rádio pela companhia **Clear Channel**, que controla mais de 1.200 emissoras e parcela significativa da audiência nacional, deve nos aterrorizar quando consideramos que o mesmo pode acontecer com a televisão e os jornais".

Como foi a decisão? Todos os senhores estão sabendo, mas só para comentar, para deixar clara a liberação da aquisição de jornais em cidades médias e grandes. Na verdade, o que são aqueles números 179 e 210? Estima-se que, de 210 mercados, 179 estarão sujeitos à nova decisão da FCC, porque eles tentaram passar para a opinião pública que, na verdade, os pequenos mercados vão continuar protegidos, etc. Mas isso, estatisticamente, é insignificante, ou seja, a grande maioria, 180 mercados, estará sofrendo alterações a partir da nova decisão. A audiência passou de 35% para 45%; na cidade onde houver seis TVs agora pode haver o controle sobre duas e onde houver mais TVs pode haver o controle sobre três.

A grande justificativa dos Conselheiros que votaram a favor da mudança é tecnológica, no sentido de que agora, com as novas tecnologias, poderemos ter uma maior democratização, etc.

Como foi apresentado aqui na última reunião, existem vários pensadores que estão mostrando que isso não é verdade, que está havendo uma concentração desses mesmos meios tecnológicos pelas mesmas empresas e cadeias.

As estimativas que saíram durante o processo são de que 90% de toda a produção de conteúdo, de áudio, etc., que os norte-americanos lêem e ouvem são produzidas por aquelas seis ou sete companhias. Quer dizer, se 90% do conteúdo são produzidos por essas, há uma nítida concentração da propriedade e do conteúdo que é gerado. Isso não quer dizer que 90% das emissoras, das empresas que publicam livros, etc., sejam de propriedade dessas empresas, mas sim que o conteúdo veiculado por essas diferentes empresas foi gerado por essas cadeias.

O que aconteceu, no final dessa semana, com a Comissão de Comércio do Senado Federal? Lá existe algo chamado Lei de Revisão. Então, na Comissão de Comércio do Senado, dois Senadores fizeram, em diferentes momentos, duas leis de revisão que dão um passo atrás na decisão da FCC. Só que essa lei ainda tem que ser aprovada no Plenário do Senado, na Comissão da Câmara e no Plenário da Câmara. A expectativa é de que haja uma série de dificuldades, especialmente na Comissão da Câmara, cujo Presidente é muito ligado ao Presidente da FCC. Pode ser que ele não dê andamento ao processo, etc., mas o que aconteceu foi que eles voltaram a audiência para 35%, mantiveram a proibição para TV e jornal, com um adicional que transfere aos Estados, às unidades da Federação, o poder de verificar se, naquela unidade, seria possível, sem prejuízo ao interesse público, que a decisão de TV e jornal fosse revertida. Contudo, eles mantêm nessa decisão a possibilidade de comprar mais emissoras de televisão na mesma localidade. Então é o que ainda se precisa fazer.

Outra coisa interessante que está acontecendo, que é o ponto final da apresentação, é que nos Estados Unidos os movimentos de consumidores são extremamente bem organizados e todos eles estão entrando com ações na Justiça contra a decisão da FCC. E é um problema que temos aqui para qualquer modelo regulatório, inclusive os que já existem para outras áreas: todas as agências têm conselhos consultivos que permitem assento de movimentos de consumidores, etc. Contudo esses movimentos daqui não apresentam essa força e essa capacidade de articulação que os movimentos de lá possuem. Então temos uma deficiência nesse sentido, porque lá eles apostam muito nos movimentos de consumidores, que realmente têm muita força.

Uma das teorias de agências reguladoras é de que as agências podem ser capturadas pelas empresas privadas. Nos Estados Unidos, mostrou-se que algumas das agências, a ambiental, por exemplo, foi capturada pelos movimentos de consumidores, de tão forte que é a presença deles.

Uma coisa interessante, que está muito ligada ao que estávamos discutindo na última reunião, fundamental nesse processo, é que a mídia não discute a própria mídia, e a veiculação da discussão e do debate público depende disso. Uma pesquisa que foi feita no dia seguinte à decisão mostrou que 72% dos americanos não tinham a menor idéia do que aconteceu no dia 2. Eles nem sequer sabiam que haveria uma reunião para discutir essa mudança tão importante para a sociedade norte-americana. Essa pesquisa demonstrou que nenhum canal de televisão interessado na decisão discutiu o assunto nos seus principais telejornais.

O artigo que Ted Turner publicou no **The Washington Post**, se não me engano, diz o seguinte: "A crescente concentração do controle de empresas que produzem e distribuem informação limitará o debate público, inibirá novas idéias e fechará as pequenas empresas de comunicação". Esse parece ser o grande imbróglio da decisão. As pequenas empresas tendem a sumir, assim como ocorreu um processo semelhante nas outras mudanças, desde a modificação do **Telecommunications Act**.

Outro autor diz algo interessantíssimo: o problema, inclusive do ponto de vista da lei de concorrência, é que há um mercado em que os seus fornecedores de conteúdo também são competidores no momento da distribuição, o que é extremamente desleal. Uma pequena emissora de TV que quer inovar deve necessariamente comprar o conteúdo de uma das seis grandes e concorrer com essas empresas no mesmo mercado. Evidentemente, quando se pensa somente em estrutura de mercado, há preços abusivos na hora de vender o conteúdo, além de muitas dificuldades. Por exemplo: as empresas seguram a programação exclusiva e, com isso, afogam a capacidade das pequenas emissoras de sobreviverem.

Na União Européia, outro exemplo, há princípios concorrenciais mais fortes, inclusive específicos para a área de radiodifusão. Como discutimos na última projeção, eles acabaram aprovando várias fusões, porque havia um medo da Comissão Européia de que houvesse problema de emprego, pois as empresas que estavam fazendo a fusão ameaçavam deixar os mercados europeus caso a fusão não fosse aprovada. Então havia a pressão dos próprios sindicatos de



jornalistas, de produtores, etc., para que as fusões fossem aprovadas, porque eles tinham medo de ficar sem emprego com as ameaças desses grandes conglomerados que estavam fazendo as fusões.

Há, ainda, a questão da América Latina. Esses três exemplos serviram para chegarmos à discussão da regulação. Os cenários têm características muito diferentes. É preciso tomar muito cuidado quando formos “copiar” modelos de regulação e de legislação em diferentes áreas. As características da América Latina e do sul da Europa para o mercado de radiodifusão são bastante diferentes daquelas existentes nos países do norte da Europa, por exemplo, que já dispõem de uma série de outras legislações e de problemas diferentes a serem enfrentados neste momento. Portanto é necessário ter cautela com a caracterização dos cenários.

Essa constatação – que aparece neste slide – está numa tese de mestrado orientada pelo Professor Venício, aqui presente, que faz uma análise das concessões de rádio na época de Getúlio Vargas. Desde aquela época, esse tipo de concessão, de regulação, já era um instrumento de poder econômico e político.

Abordei esse assunto por duas razões: primeiramente, para constatar que o caso brasileiro tem esse histórico e, além disso, porque há uma impressão, em boa parte da literatura que discute o assunto, de que, nos Estados Unidos, esses acontecimentos sempre foram tratados de maneira técnica.

Há um estudo muito interessante da lei que inicialmente regulou a rádio de um cidadão chamado Robert McChesney, que mostra que toda a configuração da lei, naquele momento, também foi baseada em critérios políticos, em barganhas, etc., para desmistificar essa idéia de que, nos Estados Unidos, esse assunto sempre foi tratado de maneira técnica, sempre volta-do apenas ao interesse público.

Como o tempo está se esgotando, farei rapidamente um importante histórico.

A regulação inicia-se com o Governo Vargas. O fio condutor, aquilo que se assemelha a tudo, é que a regulação brasileira sempre vem *a posteriori* do fato concreto, ou seja, inaugura-se o rádio e, depois de um tempo, faz-se a legislação. Nesse caso, há uma série de empresas que já têm direito consolidado e que já estão no mercado. Posteriormente, inaugura-se a TV e, depois de 12 anos, elabora-se a legislação com uma série de regras que já estavam consolidadas.

Assim ocorre também com a TV a cabo, a TV via satélite, etc. Espero que isso não ocorra com a TV digital, que já possui uma série de situações consolida-

das. Nesse caso, será preciso adaptar a legislação às situações já consolidadas e não o contrário: regular antes para que tudo ocorra de acordo com o interesse da sociedade, que é o desejável.

Porém, o fato mais interessante de todos esses processos, talvez um dos mais interessantes, é que quando do Código de 1962, o de Telecomunicações... A análise feita sobre o processo legislativo de aprovação daquele Código mostra que, desde então, havia uma correlação de forças muito grande entre os proprietários de empresas de radiodifusão e o Congresso Nacional. O Presidente João Goulart vetou 55 – se não me falha a memória – artigos daquele Código. Todos os vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional, e o projeto ficou exatamente como a associação do setor havia sugerido que fosse feito.

Então, desde aquele momento, havia uma correlação de forças políticas muito interessante. A Constituição de 1988 muda o quadro com proposituras de instituições como este Conselho, com a necessidade de as outorgas passarem por este Congresso, etc. Depois, em 1995, há uma outra grande mudança, que é a Lei do Cabo, aprovada no primeiro dia do ano.

A Emenda Constitucional nº 8 é uma grande mudança legal, porque retira as telecomunicações do Código de 1962 para aprovar toda uma legislação específica sobre telecomunicações, e deixa a radiodifusão em banho-maria, em que está até hoje, sem que se consiga aprovar nada.

Então o Governo sabia que seria muito difícil reformular as duas coisas ao mesmo tempo, como foi feito em vários países. Uma mesma legislação nos Estados Unidos trata das duas questões, mas aqui se separou, exatamente porque havia o interesse de privatizar o Sistema Telebrás, de reformular a estrutura de telecomunicações, e se sabia que não se conseguiria fazer isso com a rapidez desejada ou, talvez, nem se conseguiria amarrar isso à reformulação da comunicação de massa.

Depois, em 1996, houve o decreto do Ministro Sérgio Motta, que, de certa maneira, moraliza boa parte da discussão e determina licitação, em vez de ser uma decisão exclusiva do Ministro, ainda que dois pontos tenham ficado de fora da discussão: o primeiro se refere ao fato de haver uma discussão teórica sobre se esse tipo de regulação tem de ficar apenas do ponto de vista econômico.

Muitos defendem que isso ocorre com o decreto do Ministro Sérgio Motta, ou seja, que o critério passa a ser o de quem pode pagar mais pela concessão.

Outro ponto é de que uma série de televisões comunitárias – na verdade, as dadas para universidades, ou seja, as retransmissoras – ficaram fora do decreto. Foi por meio desse gargalo, segundo se comenta, que se negociou a emenda da reeleição. Ou seja, essas retransmissoras não passavam pelo crivo e por toda a questão da licitação conforme regula o decreto da gestão Motta.

Por fim, em 1998, houve a última grande mudança, que foi a Lei da Radiodifusão Comunitária, que traz um novo elemento para o setor.

Já forneci os dados referentes ao coronelismo eletrônico e às relações com o Congresso.

Daquela transparência que já discutimos, surge a pergunta: “Dá para mudar com este Congresso?” Essa é uma pergunta efetiva e pragmática que tem de ser discutida. Ou seja, é possível fazer uma mudança na legislação para que este Congresso, cuja configuração de radiodifusores foi veiculada pelos jornais recentemente, aprove? Se não for, talvez o caso seja buscar caminhos que não passem por legislação, ou seja, estimular uma atuação mais efetiva da sociedade.

Existem regulamentações no Congresso que não passam por legislação, que é a mudança na forma como se renovam as concessões etc. Essa é uma questão que precisa ser respondida para saber se é factível propor uma nova legislação para este Congresso.

No Congresso, existem vários projetos, inclusive muito bons, que tratam do controle de propriedade cruzada, de conteúdo, de rádios comunitárias e de novas complementações. Então não há necessidade de se reinventar a roda. Existem Parlamentares que já estão pensando sobre isso há algum tempo, mas, infelizmente, todos os projetos estão parados há vários anos.

Há as questões políticas e a qualidade. Existem, basicamente, duas questões que podem ser separadas em dois grandes grupos: uma é a regulação do conteúdo. Existem diversas questões que precisam ser ditas, como, por exemplo, a que se refere à regulação de programação para crianças, sobre o que há discussões no mundo inteiro, como leis específicas. E existe a regulação da propriedade, que é outra questão espinhosa, como, por exemplo, a que se refere à limitação da propriedade cruzada, limitação de audiência, limitação de mercados, etc.

A outra questão importante em qualquer uma dessas duas é quem vai controlar o processo. São três atores principais: ou se mantém no Estado na ad-

ministração pública direta no Ministério ou, no caso brasileiro, deixa como está, porque, no final, quem dá a última palavra é o Congresso Nacional, que até hoje aprovou todas as renovações que lhe chegaram, ou então se transfere isso para uma autarquia independente, como é o modelo das agências, para outras áreas no Brasil e para casos de radiodifusão em outros países, como Alemanha, Inglaterra, nos Estados Unidos. Então essas seriam as possibilidades regulatórias.

Por fim, um fato que aconteceu nos Estados Unidos e Alemanha foi que o Judiciário palpitou muito sobre essas questões, ou seja, o Congresso Nacional não tinha poder político para dizer que certas coisas não eram liberdade de expressão – nem era a intenção fazer aquilo. Então foi o Judiciário que disse: “Tal coisa não é liberdade de expressão”, e ponto final.

E o Judiciário brasileiro tem abdicado de interpretar a Constituição nesse sentido, então esse debate tem que ir também para o Poder Judiciário, para se saber como se pensa ali.

Com isso, concluo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Depois de ouvir exposição tão consistente como essa, estou convencido de que o Conselho andou bem quando resolveu encarecer ao Dr. Guilherme que completasse sua exposição. O risco que S. S<sup>a</sup> corre é de não mais ser abandonado por nós. Gostaríamos de manter uma relação cada vez mais estreita, para aproveitar seu evidente preparo e espírito público. Encareço a S. S<sup>a</sup> que fique, porque depois, nos debates, os dois convidados poderão participar.

Passarei a palavra agora ao Dr. Venício Artur de Lima, para tratar da concentração da propriedade nos meios de comunicação social.

O Dr. Venício Artur de Lima é Sociólogo, Jornalista e Publicitário, mestre, doutor e pós-doutor pela Universidade de Illinois, Estados Unidos. É também pós-doutor pelas Universidades de Miami e Ohio; Professor titular de ciência política e comunicação aposentado da Universidade de Brasília, fundador e primeiro coordenador do Núcleo de Estudo sobre Mídia e Política da UnB, Assessor do Senado Federal, de 1981 a 1989, e da Subcomissão de Comunicação da Constituinte em 1987 e 1988. É ex-Professor convidado da Escola de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Paraíba, da Bahia, de Brasília e de Caxias do Sul, no Brasil, e das Universidades de Illinois, Miami, Ohio e Havana no exterior. Em 2001, foi considerado um dos maiores estudiosos

dos meios de comunicação do Brasil pela **Folha de S. Paulo**. Consultor do PNUD, no Itamaraty, ocupou até janeiro deste ano as funções de Coordenador de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Autor de dezenas de artigos sobre mídia, política e cultura e, dentre outros, do livro **Mídia: Teoria e Política**, Editora Fundação Perseu Abramo.

Com honra, o Conselho tem o privilégio de passar a palavra a V. S<sup>a</sup>.

**O SR. VENÍCIO ARTUR DE LIMA** – Agradeço o convite que acredito ter sido de iniciativa do Conselheiro Alberto Dines, depois de todo o Conselho. Preparei um pequeno texto que, acredito, foi distribuído a todos. Tendo em vista as polêmicas que em geral esse tipo de tema provoca, achei melhor fazer um texto mais documentado.

Queria também dizer antecipadamente que todos os dados que constam do texto são informações publicamente disponíveis. Podem ser contestadas, naturalmente, mas são publicadas ou, às vezes, divulgadas pelos próprios meios de comunicação ou por empresas e agências que fazem pesquisa nessa área.

Além disso, no final do texto específico, com detalhe de página, de ano e de referência de publicação, todas as fontes que utilizei para articular o argumento desenvolvido no texto.

Por sugestão do Presidente e considerando que o texto ficará com o Conselho, abreviarei a minha exposição, destacando apenas os pontos principais. Estou à disposição para discutir, dentro do que conseguir, a argumentação desenvolvida no texto.

O primeiro ponto que julgo necessário dizer é que a concentração da propriedade nas comunicações não é somente brasileira. A exposição do Professor Guilherme Canela, tanto hoje quanto na última reunião do Conselho, tratou da questão, mas essa tem sido uma preocupação dos estudiosos do setor há algum tempo.

Essa concentração foi acelerada nos últimos anos. Existem exemplos evidentes e muito claros do que vem acontecendo no setor em âmbito internacional. No texto, cito o exemplo da fusão que se transformou no maior grupo de comunicação existente no mundo, da AOL com o Grupo Time Warner, cujo valor de mercado é estimado em trezentos e cinquenta bilhões de dólares, que significa a metade do PIB brasileiro. Isso é fantástico.

Um exemplo de tipo de ação que um grupo desses é capaz de fazer, e que tem feito, é o lançamento do filme Harry Potter no final de 2001 – o quinto livro

está sendo lançado agora. Foi uma operação mercadológica sem precedentes no planeta. Considero muito significativa a frase do Richard Parsons, segundo executivo do grupo, que afirmou, à época, que ninguém seria capaz de ir a algum lugar do planeta sem ouvir falar em Harry Potter. Parece que ele tinha razão, pois foi um bombardeio terrível. É claro que um grupo capaz de fazer isso com Harry Potter pode fazê-lo com qualquer outra coisa.

No caso brasileiro, forneço dados, que estão disponíveis, relativos à concentração industrial no Brasil na área de comunicações, tomada em seu sentido mais amplo, fruto da convergência tecnológica, que é a revolução digital mencionada na exposição anterior. Os dados disponíveis indicam que no Brasil as indústrias de chocolate, de bebida, de pasta de dente, ao lado da área de comunicação, são as de maior concentração. Além de não ser um problema somente brasileiro, não é só da área de comunicações.

Os dados disponíveis para o primeiro trimestre de 2003 mostram que no Brasil continua acontecendo um fenômeno nas aquisições e fusões que em outras partes do mundo já não acontece, tanto é que houve um crescimento de 35% no primeiro trimestre deste ano em relação ao primeiro trimestre do ano passado e, novamente, há quatro setores dessa ampla categoria de comunicações que estão entre os que mais cresceram.

No caso específico, e creio que é o que nos interessa mais diretamente na área de comunicação social, o Brasil é conhecido como um País em que o setor foi historicamente concentrado – não sou eu que digo isso; é fato reconhecido em estudos comparados sobre sistemas de comunicação, sobretudo de radiodifusão, certamente disponíveis na Biblioteca do Senado Federal.

Existem ainda alguns fatores que agravam essa característica histórica. Cito três. Não sou advogado, mas certamente não há cumprimento total da norma legal – o Decreto nº 236/67, que alterou o Código Brasileiro de Telecomunicações – limita a participação societária do mesmo grupo em empresas de radiodifusão. Atualmente, no Brasil, o limite é cinco concessões de VHF em nível nacional e duas de UHF em nível regional. Basta consultar os dados disponíveis e observar que há vários grupos que controlam direta ou indiretamente mais de cinco emissoras em VHF e mais de duas em UHF. Existe também uma prática, aqui e acolá denunciada na imprensa, a respeito da venda de concessões antes do prazo legal para que isso ocorra.

Outro fato em que não há controle diz respeito a normas para afiliação de emissoras e a formação de redes na radiodifusão.

O resultado da situação é que, mesmo antes do processo de concentração se acelerar no mundo todo, o que aconteceu nos últimos vinte, vinte e cinco anos, a partir da década de 80, o Brasil já possuía a característica de um mercado concentrado na área de comunicações, sobretudo na área de radiodifusão. Em 2000, houve o chamado “estouro da bolha” das “ponto com” e retração nas Bolsas de Valores, quando várias empresas faliram e/ou desapareceram. A partir daí houve a consolidação de uns poucos mega-grupos. Não houve uma reversão de tendências, mas uma concentração ainda maior de alguns grupos.

Vou exemplificar essa concentração em quatro níveis diferentes: o primeiro, que na literatura recebe o nome de “concentração horizontal” – já foi dito isso aqui –, trata da oligopolização e monopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor. No Brasil, o melhor setor para exemplificar o fato é o de TV paga. Se o Conselho de Administração de Defesa Econômica aprovar a compra pela **News Corporation** da **Direct TV**, um único grupo vai controlar no Brasil 95% da TV por satélite. A aprovação da compra é inclusive objeto de consideração também nos Estados Unidos – há um quadro na página quatro do meu texto sobre o assunto. As afiliadas da **Net Sky** já contam com 61% do mercado, **TVA** e associadas, 16%, **Direct TV**, 13%, e as independentes, 10%. É um exemplo de concentração horizontal na área.

No caso da televisão aberta, apesar de importantes modificações que ocorrem no setor nos últimos anos, já não há mais a hegemonia tão acentuada de um grupo, como houve até recentemente no Brasil. A própria televisão aberta é um caso interessante, porque é um exemplo de concentração horizontal, na medida em que abocanha a maior parte do investimento publicitário. Os dados disponíveis mais recentes que encontrei revelam que, em 2002, 58,7% das verbas de publicidade foram para a televisão aberta. Em 2001, 78% desses gastos foram para a **TV Globo** e suas associadas. Pode ser que o dado esteja errado, mas a fonte dele está aí. A posição de oligopólio da **Globo** na televisão aberta compõe a própria história da televisão no País, a partir da década de 70, depois do desaparecimento dos **Diários Associados**, que ocorreu no final da década de 70 e princípio da década de 80, e constitui exemplo clássico de concentração horizontal.

Fiz um quadro, usando fontes diferentes, mas de qualquer maneira, independente do critério que se use: número total de emissoras, próprias, associadas e afiliadas, cobertura geográfica, participação na audiência nacional de TV e audiência em horário nobre, alocação de recursos publicitários, a hegemonia da **Globo** permanece, apesar de não ser, como já disse, total como no passado.

Depois que havia feito esse quadro aqui, vi nos jornais uma notícia divulgada pela própria **Globo** do orçamento, se não me engano, de 2002 – tenho recorte do jornal aqui, posso verificar depois –, e o dado com relação ao *share* de audiência nacional, que aí está, de 49%. A **Globo** reivindicava, se não me engano, 55% para o ano passado, 2002. O dado que tenho no texto é do Grupo de Mídia que se refere a 2001.

Então, aparentemente, pelos dados mais recentes, não há nenhum desses critérios em que a **Globo** tenha menos de 50%. Com relação a emissoras próprias e associadas, segundo dado que tenho, a **Globo** empata com o SBT.

No caso da concentração vertical, que trata da integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição, por exemplo, um único grupo controla desde os vários aspectos da produção de programas de televisão até a sua veiculação, comercialização e distribuição. Há várias evidências de que a concentração vertical, no caso da televisão brasileira, é uma prática consolidada.

Um documento que foi encaminhado há algumas semanas, do Ministério da Cultura para a Casa Civil, defendendo a manutenção de uma agência de cinema, aponta exatamente essa questão da ausência de uma separação entre atividade produtora e atividade exibidora das concessionárias de televisão como responsáveis pelo incrível fato de que mais de 90% do conteúdo das televisões ser produzido internamente.

Nessa mesma nota a que me referi, que a **Globo** noticiou quando divulgou o orçamento, a própria **Globo** reivindica e divulga que cria 70% da sua produção, do que ela coloca no ar, sendo que, no horário nobre, esse número aumenta para 100%. Em alguns países, isso não é possível, porque significa claramente um impedimento para que a produção independente exista, fazendo essa separação, que é fundamental, entre produção e distribuição.

Existem outros exemplos desse fato. Há uma manifestação da Diretora-Geral da Globo, Marluce Dias da Silva, com relação ao Big Brother, que é uma atividade de sinergia muito semelhante à atividade do

Harry Potter, e principalmente mostra que a concentração horizontal é um fato.

Com relação à propriedade cruzada, um dos temas fundamentais da discussão que a decisão da FCC está provocando nos Estados Unidos é da propriedade pelo mesmo grupo de diferentes tipos de mídia. Por exemplo: TV aberta, TV por assinatura, rádio, revistas, jornais e, mais recentemente, telefonia fixa, celular, móvel, provedor de Internet, transmissão de dados e etc.

Alguns dos principais conglomerados de comunicação do Brasil se consolidaram, como se sabe, por meio da propriedade cruzada na radiodifusão e na mídia impressa. Mas destaquei um exemplo particular que me chamou a atenção nos últimos anos, porque morei minha vida inteira praticamente aqui em Brasília e me mudei para Porto Alegre há três anos. Então tomei contato com a realidade do Grupo **RBS** e o citei como exemplo de propriedade cruzada. E os dados que tenho sobre a **RBS** são fornecidos ou pelo **Zero Hora**, que é o principal jornal do grupo, ou por um livro publicado pelo grupo, comemorando seus 45 anos. Então são dados oficiais, fornecidos pelo próprio grupo.

Atuando em apenas dois mercados regionais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a **RBS** reúne 06 jornais, 24 emissoras de rádio AM e FM, 21 canais de televisão, um portal de Internet, uma empresa de marketing, um projeto na área rural, além de ser sócia da operadora de TV a cabo **NET**. Ademais, a **RBS** foi um dos grupos contemplados com a vasta liberação de retransmissores de TV que ocorreu nos últimos dias do Governo Fernando Henrique; ela recebeu 14 novos retransmissores.

Posso citar como exemplo a situação específica do mercado de Porto Alegre, a cidade onde moro. Os dois principais jornais, o **Zero Hora** e o **Diário Gaúcho**, são da **RBS**, o principal canal de TV aberta é da **RBS**, afiliada à **Rede Globo**, o principal canal em UHF, a **TV Com**, canal 36, é da **RBS**, o **Canal Rural**, transmitido pela **NET**, é da **RBS**, algumas das principais emissoras de rádio – e estou dando dois exemplos de cada – a **AM Gaúcha** e a **Farroupilha** são da **RBS**; na FM, a **Atlântida** e **102 FM** são da **RBS**.

Há a TV aberta, a TV fechada, os jornais, as emissoras de rádio AM e FM, tudo no mesmo mercado. Mas não é só isso. O Grupo **RBS** tem uma característica que eu desconhecia existir no Brasil, embora seja mineiro e tenha morado em Brasília: o grupo possui uma equipe de profissionais multimídia – e cito alguns nomes –, cujos comentários e opiniões apare-

cem simultaneamente nos jornais, nas TVs e emissoras de rádio, tornando praticamente impossível a um morador da Região Metropolitana de Porto Alegre não ver, ouvir, ler diariamente a opinião de pelo menos um deles. Isso, para quem não é de lá e se muda para lá, como é o meu caso, é avassalador! Acredito que não há exemplo, no Brasil, mais acabado do que seja a propriedade cruzada na mídia.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Presidente do Conselho de Administração do Grupo RBS é também Vice-Presidente desse Conselho.

**O SR. VENÍCIO ARTUR DE LIMA** – Eu sei. Representando a sociedade civil.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sim. (Risos.) Mas devo dizer que ele se tem comportado aqui com evidente espírito público, sem permitir que seus interesses pessoais interfiram. Quero fazer justiça ao Dr. Jayme, que nunca manifestou opinião aqui dentro que não fosse conduzida pelo mais evidente espírito público.

**O SR. VENÍCIO ARTUR DE LIMA** – Mas o fato é que, a menos que se defina propriedade cruzada de outra forma, não há como fugir da evidência de que o Grupo **RBS** tem propriedade cruzada em dois Estados do País: Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O outro tipo de concentração, que foi chamado no Brasil de monopólio em cruz, é a propriedade cruzada reproduzida regional ou localmente. Um estudo realizado no final da década de 90 constatou que isso ocorria em 18 dos 26 Estados brasileiros e mais o Distrito Federal. Um estudo realizado mais recentemente por um grupo presidido pelo Daniel Herz, membro deste Conselho, que, infelizmente, não está presente hoje, mostrou que o grupo **Globo** tinha essa propriedade cruzada em 13 dos principais mercados brasileiros.

Quando elaborei esse texto, eu o fiz por um recurso de redação, com o mote da discussão que estava ocorrendo, levantada novamente por causa da decisão da FCC, que já está sendo questionada, como foi mencionado aqui, no Senado americano, e também pelas declarações que o Ministro das Comunicações fez, recentemente, na Comissão de Comunicação da Câmara.

Em uma seção pequena, faço menção ao fato de que as questões que estão sendo levantadas agora nos Estados Unidos com relação à propriedade cruzada e às suas consequências se referem a uma situação que é histórica no Brasil. Se essas regras que estão sendo modificadas lá fossem aplicadas no

Brasil, mesmo com as modificações, teríamos mudanças importantes ocorrendo aqui.

Para finalizar, a questão que fica no ar é: onde fica a democracia com tudo isso? Como se sabe, dois princípios fundamentais da democracia liberal são a pluralidade e a diversidade nas comunicações. A pluralidade significa garantia de competição ou ausência de oligopólios e monopólios, além de provisões legais que proíbam o mesmo proprietário de controlar no mesmo mercado meios de comunicação distintos, por exemplo: jornal, televisão ou rádio. Em outras palavras, leis que não permitam a propriedade cruzada – isso é pluralidade.

Diversidade, por outro lado, significa presença na mídia de conteúdo que expresse as muitas opiniões que existem na sociedade. Deve haver, portanto, provisões legais que garantam a diversidade de fontes produtoras de informações e de entretenimento. Essa diversidade não pode ser confundida apenas com a segmentação de mercado ou com diferença de conteúdos, que, certamente, atende às necessidades dos anunciantes e não interfere na representação pública de interesses em conflito. É preciso destacar isso, porque, muitas vezes, quando se fala em diversidade, aparece alguém que diz ter mais de 100 canais.

Há um estudo clássico, feito nos Estados Unidos há muitos anos, citado num texto pouco conhecido, mas muito interessante, do Presidente deste Conselho, que fala da idade da *missing information*. Um analista gravou toda a programação de mais de 500 canais de uma região dos Estados Unidos – se não me engano, a Pensilvânia – e mostrou, em uma análise detalhada que depois foi publicada em livro, que havia mais de 500 canais, mas a diversidade de conteúdo não estava presente lá. Então não é o número de canais que garante a diversidade de conteúdo. É preciso que isso fique claro.

Na verdade, os princípios da pluralidade e da diversidade são a transposição para a esfera da comunicação dos fundamentos liberais da economia de mercado, isto é, a garantia da livre concorrência.

Cito um autor clássico, um cientista político italiano radicado nos Estados Unidos que é muito citado como um cientista político importante, mas é claramente identificado com a perspectiva liberal. Ele diz que uma opinião pública livre deriva de uma estrutura policêntrica dos meios de comunicação e de sua interação competitiva e é sustentada por elas. Em síntese, a autonomia da opinião pública pressupõe condições semelhantes às condições de mercado. Nas comunicações, poucos proprietários além de significarem menos concorrência, também significam menos diversidade de conteúdo ou a possibilidade de restrições explícitas ou implícitas, diretas ou indiretas, à livre manifestação do pensamento.

No limite, os antigos regimes autoritários comunistas, nos quais o Estado era o único proprietário de mídia, sempre foram – e o próprio Sartori usa isso – o exemplo preferido pelos defensores do liberalismo para mostrar os malefícios da ausência da competição, da pluralidade, da diversidade e, portanto, da democracia. Numa sociedade com pluralidade, propriedade e diversidade de conteúdo na mídia, estariam asseguradas as condições indispensáveis para constituir uma opinião pública livre e autônoma por meio do debate de idéias. Fica claro, portanto, que concentração da propriedade nas comunicações coloca em risco os próprios fundamentos da democracia liberal representativa.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, A EXPOSIÇÃO FEITA PELO DR. VENÍCIO DE ARTUR LIMA:**

#### **EXISTE CONCENTRAÇÃO NA MÍDIA BRASILEIRA?**

© Venício A. de Lima

*Dois fatos trouxeram de volta ao debate, em junho de 2003, a importante questão da concentração da propriedade no setor de comunicações (telecomunicações, mídia e informática): (1) a contestada decisão da agência reguladora nos EUA (a Federal Communications Commission, F.C.C.) de “flexibilizar” as normas de controle da propriedade cruzada, cujo processo de reversão já foi iniciado pela Comissão de Comércio do Senado (Labaton, NYT, 20/06/2003); e (2) a polêmica declaração do Ministro Miro Teixeira na Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados sobre a inexistência de concentração na televisão brasileira (Possebon, CC n.244).*

#### **A. Concentração no mundo**

*Na verdade, estudiosos como Ben Bagdikian (1992), Robert McChesney (1998 e 2000) e Dan Schiller (2001), entre outros, têm chamado a atenção há algum tempo para a crescente concentração da propriedade nas comunicações e uma pesquisa realizada no início do ano 2000 já concluía que, tendencialmente, “quatro ou cinco grupos dominarão todas as formas de mídia concebíveis, da imprensa tradicional à Internet, passando pelo cinema, rádio, televisão, videogames, não só nos Estados Unidos*

como provavelmente em todo o mundo” (LAFIS, CC n. 116).

*Um exemplo irrefutável de concentração e gigantismo no setor foi a fusão das empresas AOL e TIME WARNER em 2000 dando origem a um grupo com valor de mercado estimado em 350 bilhões de dólares ou o equivalente à metade do PIB brasileiro. A espantosa dimensão do grupo pode ser avaliada quando se considera que, nos Estados Unidos, a AOL entrega o dobro de correspondências (e-mail) que os Correios; a Time Inc. vende um quarto de toda a publicidade de revistas; a Warner Music é um dos cinco maiores grupos musicais do país e a Time Warner Cable é a segunda maior empresa de TV a cabo (Stycer, CC, n.116).*

*Uma das formas usuais de expressão do poder de mega-grupos como o AOL/TIME WARNER são as ações de **sinergia**, isto é, “como uma mídia pode ser usada para promover a mesma idéia, produto, celebridade, ou político em outra mídia, ambas de propriedade da mesma empresa. Cada um dos novos gigantes globais busca o controle de tantas diferentes mídias quanto possíveis: jornais, revistas, rádio, televisão, livros, filmes, sistemas de cabo, canais de satélite, discos, videocassetes e redes de cinemas” (Bagdikian, 1982, p. 243).*

O lançamento do filme “Harry Potter”, no final de 2001, é um excelente exemplo. À época, o segundo executivo do grupo, Richard D. Parsons afirmou “Você não será capaz de ir a lugar algum sem ouvir falar de Harry Potter”. E era verdade. Uma gigantesca operação integrada de marketing foi montada envolvendo todo o grupo. A Warner Bros, um dos sete maiores estúdios de Hollywood, realizou o filme e exibiu anúncios e trailers nas emissoras de TV a cabo do grupo, além de comercializar o vídeo e o DVD do filme. A Warner Music produziu e comercializou a trilha sonora do filme em CDs e fitas K-7. A provedora de internet AOL (31 milhões de assinantes só nos EUA) ofereceu links dos produtos licenciados e vendidos por empresas do grupo. A Moviefone – também do grupo – promoveu o filme e vendeu ingressos por telefone e pela internet. A Time Inc., com seus 160 títulos impressos, publicou anúncios, promoveu concursos e

fez reportagem de capa sobre o filme (Stycer, CC n. 166). O resultado de toda essa operação foi o sucesso mundial dos produtos Harry Potter. No Brasil, 1,2 milhão de pessoas assistiram ao filme somente na primeira semana do lançamento. (GZM 29/4/2002).

### **B. Concentração no Brasil**

*As comunicações aparecem ao lado das indústrias de chocolate, bebidas e pasta de dente como os setores onde é maior a concentração econômica no país, fruto de uma série de aquisições e fusões (FSP, 7/2/2003). De fato, as tecnologias de informação, as telecomunicações, a publicidade e as editoras que já apareciam entre os 15 (quinze) setores onde houve maior número de fusões e aquisições no Brasil entre 1994 e 2001 (Pereira, OESP/KPMG 7/4/2002), confirmam a tendência em 2003. As tecnologias de informação e as telecomunicações aparecem como um dos 4 (quatro) setores com maior número de fusões e aquisições no primeiro trimestre que, aliás, cresceram 35% em relação ao mesmo período de 2002 (Balbi, FSP/KPMG 20/4/2003).*

*É preciso registrar que existe no Brasil um ambiente bastante propício à concentração. A legislação do setor tem sido historicamente tímida, por intenção expressa do legislador, ao não incluir dispositivos diretos que limitem ou controlem a concentração da propriedade, o que, aliás, vai no sentido inverso do que ocorre em países como a França, a Itália e o Reino Unido, preocupados com a pluralidade e a diversidade no novo cenário da convergência tecnológica (Lobato, FSP 14/10/2001).*

*Além disso, outros fatores têm contribuído para a concentração da propriedade das comunicações no Brasil, sobretudo na radiodifusão. Cito três:*

*(a) não há cumprimento da norma legal (Decreto 236/67) que limita a participação societária do mesmo grupo nas empresas de radiodifusão a cinco concessões em VHF, em nível nacional, e a duas em UHF, a nível regional (estadual);*

*(b) o período de carência legal para venda das concessões de radiodifusão, isto é, para a troca legal de proprietários, é de*

apenas cinco anos e, mesmo assim, sabe-se que existem vendas antecipadas através da conhecida prática dos chamados "contratos de gaveta". Isso faz com que os eventuais concessionários independentes se sintam atraídos pela possibilidade de negociar suas concessões com os grandes proprietários e/ou vice-versa; e

(c) não há normas ou restrições legais para a "afiliação" de emissoras de radiodifusão, isto é, para a formação de redes nacionais e/ou regionais.

O resultado é que, antes mesmo de se manifestar a tendência mundial à concentração da propriedade no setor de comunicações, o mercado brasileiro já era concentrado. Indico a seguir alguns exemplos mais significativos, sobretudo na radiodifusão, tanto no que se refere à concentração horizontal, quanto à vertical, à cruzada e a "em cruz".

#### B.1 Concentração Horizontal

Trata-se da oligopolização ou monopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor. O melhor exemplo de concentração horizontal no Brasil continua sendo a televisão, paga ou aberta.

##### B.1(1) TV paga

A se confirmar a compra da Direct TV (Hughes Eletronics) pela Sky (News Corporation), em apreciação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça (Pay TV News, 26/5/2003), o grupo NET-Sky passará a controlar cerca de 74% do mercado brasileiro de TV por assinatura, dentro dos quais estará 95% da TV por satélite, já que a terceira empresa que atua no setor – a Tecsat – controla apenas cerca de 5% do mercado.

Em junho de 2002, dados disponíveis no site da ABTA e pesquisa da Pay TV Survey indicavam que a participação no merca-

do de TV por assinatura no Brasil, por grupos, era a seguinte:

#### QUADRO 1 PARTICIPAÇÃO MERCADO TV PAGA

Afiladas Net/Sky	61%
TVA e Associadas	16%
Direct TV	13%
Independentes	10%

FONTES: Ribeiro, GZM/PTS (2/10/02) e ABTA.

##### B.1(2) TV aberta

A televisão no Brasil é em si mesmo um exemplo de concentração de vez que historicamente abocanha a maior parte de todo o investimento publicitário. Em 2002, 58.7% das verbas de publicidade foram para a televisão aberta (Castro, FSP, 10/03/2003). Do total gasto, em 2001, 78% foram para a Globo e suas afiliadas (Castro, FSP, 06/03/2002).

A posição de oligopólio da Rede Globo na televisão aberta acompanha a própria história da televisão no país, a partir dos anos 70, e constitui exemplo clássico de concentração horizontal. O **Quadro 2** abaixo resume alguns dados sobre a participação comparada da Globo no mercado brasileiro em relação às outras redes. Em todos os critérios básicos de comparação, como (1) número total de emissoras (próprias, associadas e afiliadas); (2) cobertura geográfica por municípios e por domicílios; (3) participação na audiência nacional de TV e audiência em horário nobre; e (4) alocação de recursos publicitários, a hegemonia da Globo permanece, apesar de não ser mais total como foi no passado.

#### QUADRO 2 REDES COMERCIAIS DE TV ABERTA

Redes	Emissoras (próprias, associadas e afiliadas) (1)	Cobertura Municípios(2) %	Cobertura Domicílios c/TV(2) %	Participação audiência nacional % (2)	Audiência % 18 às 24h (*) (2)	Participação % verbas publicitárias (3)
Globo	113	98.91	99.86	49	51	78
SBT	113	89.10	97.18	24	25	-
BAND	75	60.65	87.13	5	5	-
RECORD	79	42.13	76.67	9	6	-
RedeTV	40	62.52	79.71	3	3	-
CNT	-	4.36	36.67	-	-	-
Gazeta	-	4.87	21.92	-	-	-
Outras	-	-	-	11	9	-

Observações: (\*) 10 principais mercados

FONTES: (1) Castro, D.; FSP 17/12/2002. (2) Grupo de Mídia; Mídia Dados 2002. (3) Castro, D.; FSP/Inter-Meios M&M 06/03/2002.



### **B.2 Concentração Vertical**

Trata-se da integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição. Por exemplo, um único grupo controla desde os vários aspectos da produção de programas de televisão até a sua veiculação, comercialização e distribuição.

Esse tipo de concentração é uma prática consolidada, por exemplo, na televisão brasileira. Documento recentemente encaminhado pelo Ministério da Cultura à Casa Civil da Presidência da República defendendo a manutenção de uma Agência de Cinema aponta “a ausência de uma separação clara entre a atividade produtora e a atividade exibidora das concessionárias (de televisão)” como responsável pelo incrível fato de “que mais de 90% do conteúdo das TVs seja produzido internamente” (Possebon, S. (16/6/2003) PAY-TV News).

Nesta área, o melhor exemplo, no entanto, continua sendo a produção e exibição de telenovelas. Estudo já clássico revelou como a Rede Globo possui os estúdios de gravação e mantém, sob contrato permanente, os autores, atores e toda a equipe de produção (roteiristas, diretores de programação, cenógrafos, figurinistas, diretores de TV, editores, sonoplastas etc.). As Organizações Globo há muito operam uma estrutura multimídia que outros mega grupos internacionais só recentemente constituíram através daquilo que chamam, como vimos, de sinergia. Dessa forma, a Globo produz a novela em seus estúdios e a exibe em sua rede de televisão. Além disso, comercializa a novela para outros países, a trilha sonora através de gravadora própria (CDs e K-7) e divulga “o pacote” através de sua rede de TV, seus jornais, revistas, emissoras de rádio etc. (cf. Ortiz, R. et alii, 1989).

Essa mesma estratégia esteve presente no lançamento do programa “Big Brother Brasil” em 2002. À época, a Diretora Geral Marluce Dias da Silva afirmou: “o Big Brother Brasil é a maior experiência de cross-plataforma (sic) já feita no Brasil. O produto foi desenhado, desde o início, para ser transmitido na rádio, na internet, na TV fechada e aberta, além de ser promovido através de eventos ao vivo, concursos em jornais e revistas, venda de trilha sonora e

de produtos licenciados” (Oiticica, GZM 7/2/2002). Toda essa operação, naturalmente, desenvolvida através de empresas das Organizações Globo.

Outro exemplo brasileiro de concentração vertical (ou sinergia), esse nas telecomunicações, é o grupo Algar. Em 2002 o grupo anunciou que estava promovendo a fusão comercial de cinco de suas empresas das áreas de telefonia fixa (CTBC Telecom), celular (CTBC celular), TV a cabo (Image Telecom), internet (Net Site) e soluções de banda larga (Engeredes), exatamente para adequar os serviços às novas tendências da convergência tecnológica (Pinto, GZM 18-20/1/2002).

### **B.3 Propriedade Cruzada**

Trata-se da propriedade, pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia do setor de comunicações. Por exemplo: TV aberta, TV por assinatura (a Cabo, MMDS ou via satélite-DTH), rádio, revistas, jornais e, mais recentemente, telefonia (fixa, celular e móvel, via satélite), provedores de Internet, transmissão de dados, Paging, etc.

Alguns dos principais conglomerados de comunicações no Brasil se consolidaram, como se sabe, através da propriedade cruzada na radiodifusão (rádio e televisão) e na mídia impressa (jornais e revistas). Talvez o melhor exemplo atual deste tipo de concentração seja o da RBS.

Atuando apenas em 2 mercados regionais, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Grupo RBS reúne 6 jornais, 24 emissoras de rádio AM e FM, 21 canais de TV, um portal de Internet, uma empresa de marketing e um projeto na área rural, além de ser sócio da operadora de TV a cabo NET (Zero Hora, 31/8/2002). Ademais, a RBS foi um dos grupos contemplados com a vasta liberação de RTVs que ocorreu nos últimos dias do Governo de FHC: recebeu 14 (quatorze) novas retransmissoras (Mattos, FSP 27/12/2002).

Para tornar mais específico o exemplo de propriedade cruzada num único mercado, basta considerar a cidade de Porto Alegre: os 2 principais jornais (Zero Hora e Diário Gaúcho), o principal canal de TV aberta, afiliado da Rede Globo, o canal 12, RBS TV;

o principal canal em UHF, a TV COM, canal 36; o canal Rural transmitido pela NET; algumas das principais emissoras de rádio AM (Gaúcha e Farroupilha, por exemplo); algumas das principais emissoras de rádio FM (Atlântida e 102FM, por exemplo), são controlados pelo Grupo RBS (Schirmer, 2002). Televisão, aberta e fechada, jornais, emissoras de rádio AM e FM. Tudo no mesmo mercado. Mas não é só isso. O Grupo RBS possui uma equipe de profissionais multimídia (dentre eles Lasier Martins, José Barrionuevo, Paulo Sant'Ana e, até dezembro de 2002, Rogério Mendelski) cujos comentários e opiniões aparecem simultaneamente nas TVs, nos jornais e nas emissoras de rádio tornando praticamente impossível a um morador da região metropolitana de Porto Alegre não ver/ouvir/ler, diariamente, a opinião de pelo menos um desses "comentaristas" em algum dos veículos do Grupo (Guareschi e outros, 2000).

Essa é certamente uma situação que confere a um único grupo de comunicações e a uma equipe de comentaristas um extraordinário poder. É também uma situação que não seria possível, legalmente, em vários países, dentre eles a França, a Itália e o Reino Unido.

#### **B.4 Monopólio em Cruz**

Trata-se da reprodução, em nível local e regional, dos oligopólios da "propriedade cruzada", constituindo o que se chamou "monopólio em cruz". Verificou-se que, na grande maioria dos Estados da federação, os sistemas regionais de comunicações são constituídos por dois "braços" principais, geralmente ligadas às Organizações Globo:

"(1º) um canal de televisão, largamente majoritário, quase sempre integrante da Rede Globo; e

(2º) dois jornais diários, um dos quais – o de maior circulação – está sempre ligado a um canal de TV, e – quase sempre – ao canal de televisão afiliado a Rede Globo; e sempre, paralelamente, ligado a uma rede de emissoras de rádio, com canais AM e FM. Cada um desses jornais, em quase todas as capitais, reproduz as principais seções de O Globo e seu noticiário é alimentado, predominantemente, pelos serviços da

Agência de Notícias Globo". (Amaral, R. e Guimarães, C., 1994; pp. 30).

Pesquisa realizada no início da década de 90 revelou que o "monopólio em cruz" se manifestava em pelo menos 18 dos 26 Estados brasileiros – Rio de Janeiro, Paraná, Acre, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Tocantins, Goiás, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – além do Distrito Federal (Amaral, R. e Guimarães, C., 1994; pp. 30 e 32).

Este "monopólio em cruz" foi confirmado por outra pesquisa (que não incluiu a TV por assinatura), realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM) em 2002. Constatou-se que os grupos de afiliados da Rede Globo controlam TV, rádio e jornal em 13 dos principais mercados brasileiros (EPCOM, CC n.179).

#### **C. Brasil versus EUA**

A situação que os dados disponíveis revelam não deixa dúvidas quanto à concentração da propriedade no setor de comunicações, em particular na radiodifusão brasileira. Na verdade, a recente decisão da F.C.C. está provocando fortes reações de vários setores da sociedade americana por permitir formas de concentração que de há muito são uma realidade consolidada entre nós. As novas regras nos EUA permitem a um mesmo grupo (1) controlar emissoras de televisão que atinjam até 45% dos domicílios com TV no país; (2) ter, em um mesmo mercado, duas ou até três emissoras de televisão; e (3) controlar emissora de televisão, de rádio e jornal no mesmo mercado (Gilpin, NYT On-Line, 02/06/2003). Como vimos, todas essas três situações de concentração – e ainda outras – existem no Brasil. O que agora se tenta permitir lá é fato histórico entre nós.

#### **D. E a democracia?**

Como se sabe, dois princípios fundamentais da democracia liberal são a pluralidade e a diversidade nas comunicações. A pluralidade significa garantia de competição ou a ausência de oligopólios e monopólios, além de provisões legais que proíbam um mesmo proprietário controlar – no mesmo

mercado – meios de comunicação distintos. Por exemplo: jornal e televisão ou rádio. Em outras palavras, leis que não permitam a propriedade cruzada. Diversidade, por outro lado, significa a presença na mídia de conteúdo que expresse as muitas opiniões que existem na sociedade. Deve haver, portanto, provisões legais que garantam a diversidade de fontes produtoras de informação e de entretenimento. Essa diversidade não pode ser confundida apenas com a segmentação de mercado ou com “diferença” de conteúdos, que certamente atendem às necessidades de anunciantes mas não interferem na representação pública de interesses em conflito.

Na verdade, os princípios da pluralidade e da diversidade são a transposição para a esfera da comunicação dos fundamentos liberais da economia de mercado, isto é, a garantia da livre concorrência. Como afirma o renomado cientista político liberal Giovanni Sartori “uma opinião pública livre deriva de uma **estrutura policêntrica** dos meios de comunicação e de sua **interação competitiva**, e é sustentada por elas. Em síntese, a autonomia da opinião pública pressupõe condições semelhantes às condições de mercado” (grifado no original; Sartori, 1994, p. 139). Nas comunicações, poucos proprietários, além de significar menos concorrência, também significam, menos diversidade de conteúdo, ou a possibilidade de restrições – explícitas ou implícitas, diretas ou indiretas – à livre manifestação do pensamento. No limite, os antigos regimes autoritários comunistas, onde o Estado era o único “proprietário” da mídia, sempre foram o exemplo preferido pelos defensores do Liberalismo para se mostrar os malefícios da ausência de competição, pluralidade, diversidade e, portanto, de democracia.

Numa sociedade com pluralidade de proprietários e diversidade de conteúdo na mídia, estariam asseguradas as condições indispensáveis para que se constitua uma opinião pública livre e autônoma, através do debate de idéias. Fica claro, portanto, que a concentração da propriedade nas comunicações coloca em risco os próprios fundamentos da democracia representativa liberal.

**Porto Alegre Jun 2003**

## REFERÊNCIAS

- Amaral, R. e Guimarães, C. (1994). “Media Monopoly in Brazil” in *Journal of Communications*, vol. 44, nº 4, Autumn, pp. 26-40.
- Balbi, S. (20/04/2003). “Fusões e aquisições crescem 35% no Brasil”. *Folha de São Paulo/KPGM*, A-4.
- Bagdikian, B. H. (1992 e 1997). *The Media Monopoly*. Boston: Beacon Press; 4a. e 5a. edições.
- Castro, D. (10/03/2003). “TV fatura R\$ 5,7 bi e cresce 6% em 2002”. *Folha de São Paulo/Inter-Meios M&M*. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1003200303.htm>
- Castro, D. (17/12/2002). “SBT alcança Globo em número de afiliadas”. *Folha de São Paulo*; E-8.
- Castro, D. (06/03/2002). “Mídia cai 5,3%; TV aumenta concentração”. *Folha de São Paulo/Inter-Meios M&M*; E-4.
- EPCOM (6/03/2002). “Quem são os donos”. *Carta Capital*, n. 179, pp. 17-19.
- Folha de São Paulo* (7/02/2003). “País vê concentração de chocolate, bebidas, pasta de dente e telefonia” ([www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0702200311.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0702200311.htm))
- Gazeta Mercantil (29/04/2002). “Harry Potter é lançado em vídeo pela Warner”, C-6.
- Gilpin, K. (02/06/2003). “F.C.C. votes to relax rules limiting media ownership”. *New York Times On-Line*.
- Grupo de Mídia de São Paulo (2002). *Mídia Dados 2002*.
- Guareschi, P. A. e outros (2000). *Os Construtores da Informação: Meios de Comunicação, Ideologia e Ética*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Labaton, S. (20/06/2003). “Senate Begins Process to Reverse New F.C.C. Rules on Media”. *New York Times*. [www.nytimes.com/2003/06/20/business/media/20RULE.html?](http://www.nytimes.com/2003/06/20/business/media/20RULE.html?)
- LAFIS (16/02/2000). “Grandes Irmãos: quatro ou cinco grupos dominarão todas as mídias concebíveis”. *Carta Capital*, n. 116; pp. 68-71.
- Lobato, E. (14/10/2001). “Política de mídia está na contramão de EUA e Europa” in *Folha de São Paulo* ([www.uol.com.br/fsp/brasil/fc1410200106.htm](http://www.uol.com.br/fsp/brasil/fc1410200106.htm))

Mattos, L. (27/12/2002). "Governo libera TVs na reta final". *Folha de São Paulo* ()

McChesney, R. W. (2000). *Rich Media, Poor Democracy. Communication Politics in Dubious Time*. New York: The New Press.

McChesney, R. W. (1998). "The Political Economy of Global Communication", in R. W. McChesney et al. (eds.). *Capitalism and the Information Age*; N.Y.: Monthly Review Press; p. 1-26.

Oiticica, D. (7/02/2002). "Um império chamado Globo". *Gazeta Mercantil. Caderno Especial "O Futuro da Comunicação"*, p. 27.

Ortiz, R. et al. (1989). *Telenovela-História e Produção*; São Paulo: Brasiliense.

Pay TV News (26/05/2003). "Fusão Hughes/News está oficialmente em análise no Brasil".

Pereira, R. (7/04/2002). "Consumidor nem sempre ganha com as fusões". *O Estado de São Paulo/KPMG*, B-5.

Pinto, T. (18 a 20/01/2002). "Algar vai unir controladas em uma só marca". *Gazeta Mercantil*, C-3. Possebon, S. (16/6/2003). "Ministério da Cultura defende necessidade da Ancinav". *PAY-TV News*.

Possebon, S. (11/06/2003). "Tudo como dantes". *Carta Capital*, n. 244; p. 32.

Ribeiro, M. (2/10/2002). "Distribuição unificada para crescer". *Gazeta Mercantil/Pay TV Survey*, C-6.

Sartori, G. (1994). *A Teoria da Democracia Revisitada. Volume 1, O Debate Contemporâneo*. São Paulo: Editora Ática.

Schiller, D. (2001). *A Globalização e as Novas Tecnologias*. Lisboa: Editorial Presença.

Schirmer, L. (2002). *RBS: Da voz-do-poste à multimídia*. Porto Alegre: L&PM.

Styker, M. (21/11/2001). "O Furacão Potter". *Carta Capital*, n. 166, pp. 64-65.

Zero Hora (31/08/2002). *Reportagem Especial: "De um microfone a uma rede multimídia"*, pp. 4-5.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Este Conselho se alegra por ter, no dia de hoje, presenciado exposições tão consistentes, às quais se agrega a extraordinária exposição do Dr. Venício, indicado pelo Dines, que, aliás, não nos faltou nos elogios – acredito até que tenha sido modesto.

A Presidência facultará a palavra aos Conselheiros e depois cobrará dos dois conferencistas uma abordagem sobre esses temas. O Conselheiro Roberto Wagner solicitou uma exposição, que faremos com muito prazer em seguida.

Começarei com os quatro que estão inscritos e depois quem não se inscreveu poderá se manifestar, porque terá a palavra assegurada.

Com a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, queria inicialmente dar os parabéns ao Conselheiro Alberto Dines por ter indicado dois palestrantes absolutamente competentes.

Sobre as palavras do ilustre Professor Venício, farei alguns breves comentários. S. S<sup>a</sup> disse que não é advogado, portanto, essas sutilezas do mundo jurídico às vezes escapam.

Com relação à concentração e à propriedade cruzada, os advogados sabem que são um fenômeno de Direito Administrativo federal. Pode haver concentração sem propriedade cruzada, quando, em determinado lugar, existem três rádios que são do mesmo dono. Ele só tem rádio. Existe a concentração com propriedade cruzada, que é quando o sujeito tem rádio, televisão e jornal. Existe também, e é o caso do Brasil, propriedade cruzada sem concentração, porque as pessoas que conhecem a legislação sabem que no Brasil, em se tratando de rede em VHF, o máximo que pode existir são sete. Em Brasília são seis. No caso do Brasil, as seis ou sete possíveis são de sete donos. No Brasil não existe concentração; existe propriedade cruzada. Essa confusão de propriedade cruzada com concentração é que leva à distorção do raciocínio.

O que existe no Brasil, e é proibida pelo CADE, é a venda cruzada ou a venda casada. Isso ocorre quando, por exemplo, o fabricante de cerveja – são as condenações que existem no CADE – obriga o sujeito a comprar guaraná para comprar cerveja. Esse fenômeno é proibido. V. Ex<sup>a</sup> foi Presidente do CADE e sabe disso. À propriedade cruzada sem concentração não há nenhum impedimento legal nem ético.

No Brasil nunca houve concentração de mídia porque são vários donos dentro da possibilidade tecnológica. Se fosse possível haver cem emissoras em VHF, certamente haveria cem emissoras em VHF com cem proprietários. Em nosso caso, não; há seis, são seis donos. Não há concentração na propriedade. Trata-se de propriedade cruzada sem concentração.

O ilustre conferencista, muito competetemente, falou sobre a concentração no mundo. O que haverá no mundo é a concentração tecnológica, que não prescindirá da concentração de propriedade. Tenho os meios tecnológicos, não preciso ser proprietário. Esse é o perigo que ronda todos os países do planeta, porque a concentração tecnológica não é de países, mas de empresas. Bem ilustrou o eminente conferencista: cinco grupos; sofrerão todas as nações. A concentração será tecnológica em todo o planeta.

Na página 3 deste trabalho estupendo, o ilustre conferencista diz:

“As tecnologias de informação aparecem como um dos quatro setores com o maior número de fusões e aquisições no primeiro trimestre!”

Isso não é verdade. O que está ocorrendo é o contrário. A **Rede Globo** – ele citou tanto a **Rede Globo** – está vendendo emissoras. A **Rede Globo** não está comprando nenhuma emissora nem a **Record** nem a **Bandeirantes** ou **SBT** ou a **Rede TV** ou a **CNT**. Não há concentração. Quem é do ramo sabe que isso não existe; ao contrário, as empresas estão se desfazendo de retransmissoras.

O ilustre conferencista dá notícia da existência de algo ilegal. Digo que não existe isso. O limite de cinco VHF está sendo observado, sim. A **Rede Globo**, a **Record** e todas as empresas têm cinco VHF. Auditando isso está o Ministério das Comunicações. Admitir isso seria aceitar, aqui no Congresso, de público, uma vez que as reuniões são transmitidas pela televisão, que estamos no mínimo frente à prevaricação dos fiscais da Anatel e do Ministério das Comunicações. Isso não existe!

A afiliação, Sr. Presidente, é mero contrato comercial. Se detenho um canal em rede nacional, afilio a quem me interessar mais. Eu só tenho um afiliado por região. Se há seis emissoras no interior, uma afilia-se à **Globo**, outra ao **SBT**, outra à **Record**, etc. Essa afiliação é mero contrato comercial.

Na página 4, o ilustre conferencista fala em concentração de investimento publicitário. Ora, se sou dono do meu negócio, se sou o maior atacadista da região, ponho a publicidade na televisão que considerar melhor para o meu negócio. Se, por acaso, uma rede de televisão nacional tem mais concentração que outra, certamente é porque ela tem mais audiência. Isso também é um fenômeno de Direito Comercial.

Na página 5, esse quadro de emissoras está absolutamente desatualizado. Falo pela **TV Record**, da

qual sou Diretor nacional. A **TV Record** já está em quase 100% dos municípios. Cobertura de município, 42%? Já estamos em quase 90%. Onde se vê 76%, estamos em quase 90%. Participação em audiência nacional. A **TV Globo** não tem essa participação há muito tempo. Também a nossa audiência é maior e a da **TV Globo** é menor. Enfim, é um quadro que leva a um entendimento fora da realidade.

Aqui ele fala da concentração vertical. Não há nenhum impedimento legal no sentido de que aquele que produz exiba. Portanto, não há nada que possa ser considerado fora dos propósitos.

Na página 8, o ilustre conferencista fala em monopólio em cruz e cita o Distrito Federal. Aqui nunca houve monopólio de coisa nenhuma. Aqui a **Rede Globo** tem uma televisão e uma rádio; a **Record** tem televisão e rádio; o **SBT** tem televisão; e a **Rede Bandeirantes** tem televisão e rádio. De sorte que falar em monopólio em Brasília é algo absolutamente inócuo.

No quadro há referência à década de 90. É um dado absolutamente velho.

No final da página 9, está escrito: “nas comunicações, poucos proprietários”... Ora, por que poucos proprietários? Se são seis emissoras de VHF, só pode haver seis; não pode haver dezesseis. São seis empresas possíveis. Se são seis empresas possíveis, o máximo que pode haver são seis proprietários. Com o advento da TV digital, é possível aumentar o número de proprietários.

O ilustre Professor Guilherme falou sobre as famílias, na reunião passada. Ora, até a alteração do art. 222, somente pessoa física podia ser dona. Então tinha de ser família mesmo. Agora, 30% das cotas podem ser de empresas. Entretanto, falar em famílias como se fosse uma divisão de grupos... Era a lei que obrigava, porque somente podia ser pessoa física.

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Não, hoje 30% podem ser de empresas privadas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Estrangeiras, mas 100% podem ser de pessoa jurídica.

(Intervenção fora do microfone.)

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Não, do exterior.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não, 100% de pessoas jurídicas.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Não. Hoje, 30% podem ser de capital externo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – E 100% de pessoas jurídicas.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Agora. Isso é uma novidade. Até então se criticava a hipótese de haver apenas cinco ou seis famílias. Não, havia famílias que poderiam comprar as seis televisões que poderiam ser vendidas.

Fora isso, eu gostaria de cumprimentar os dois ilustres conferencistas. De fato, é uma honra para nós vê-los tão interessados e tão profundamente conhecedores da realidade da radiodifusão do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Roberto Wagner. Destaco a importância dessas palavras, porque o Conselheiro tem profundo conhecimento da matéria a que se refere. O expositor mesmo mencionou que boa parte desses gráficos constituía indicações para abrir o debate. Com isso, ressaltou que, em relação a eles, alguns dados eram discutíveis. O Conselheiro Roberto Wagner contribuiu, assim como o Professor Venício, para que chegássemos a números ainda mais próximos da realidade.

Passo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Considero essa discussão extremamente importante. A contribuição que os dois apresentadores deram é muito interessante, mas noto que o assunto é polêmico e não concordo com a quase crítica generalizada da situação no Brasil.

Se entendi bem os dois apresentadores, eles fizeram uma crítica quase genérica. Penso que o assunto deve ser debatido. Há pontos negativos e positivos em quaisquer dos dados divulgados, mas é evidente que há muitos positivos.

Hoje pela manhã tivemos uma reunião aqui sobre TV a cabo no Brasil, e um dos pontos citados como talvez o mais importante problema da TV a cabo foi exatamente relacionado à importância da TV aberta. A audiência da TV aberta no cabo é praticamente a mesma que no ar. Esse ponto a que se referiram os próprios representantes da TV aberta, da TV a cabo, da TV por assinatura, da ABTA foi citado como

um dos mais importantes, ou seja, as pessoas assinam a TV por assinatura para assistir à TV aberta. Isso é um indício evidente da importância, do peso e da qualidade da TV aberta no Brasil. E a importância da TV aberta no Brasil advém do fato de ela produzir cerca de 80% a 90% da sua produção. É importante divulgar a cultura brasileira, colocar a produção nacional no ar, que é vista pela quase maioria da população por meio do sinal direto ou por meio da TV por assinatura.

No meu entender, exatamente a qualidade da TV aberta deve-se ao fato de ela produzir a sua própria programação. Não acredito que, se fosse algo feito de maneira aberta, genérica, a televisão brasileira teria a qualidade que tem hoje. Basta analisar qualquer outro país na América do Sul em que a televisão não tem a sua própria programação para ver o seu domínio e a sua qualidade de produção. Esse é um ponto que tem de ser debatido. Ele foi citado aqui como uma crítica – ao menos entendi assim. Não vejo como uma crítica. Entendo que um dos motivos fundamentais por que a TV aberta tem essa qualidade é ser autora da sua própria programação. Outro aspecto importante é o de que se trata de uma programação feita no Brasil por brasileiros. Não se trata de algo feito por estrangeiros ou comprado pronto, como ocorre em outros países da América do Sul.

O assunto é importante, polêmico e deve ser debatido, mas não concordo com a crítica generalizada acerca da situação no Brasil da TV aberta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o Conselheiro Fernando Bittencourt pelas palavras, até porque, por coincidência, S. S<sup>a</sup> já se referiu a uma das duas questões a que me ia referir ao fim da exposição. Nenhuma análise pode ser feita sobre a televisão brasileira sem se referir ao volume de programação produzida no Brasil a partir de mão-de-obra brasileira, refletindo a cultura brasileira. Esse é um dado que tem de ser levado em consideração, quando formos analisar essas técnicas.

Essas são informações complementares que contribuirão para que tenhamos uma visão mais complexa do problema.

Seguindo o relatório que me foi entregue, passo a palavra agora ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Repito o agradecimento merecido e justo tanto aos conferencistas, Professores Venício e

Guilherme Canela, como também ao Dines e ao Chagas, por nos terem proporcionado esse belo trabalho que estamos realizando desde o dia 02 de junho e que será complementado hoje.

V. S<sup>a</sup> deseja dizer algo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A Sr<sup>a</sup> Márcia está nos informando que, depois, haverá uma exposição da ABTU. Se conseguíssemos, a partir de agora, usar o dom da síntese, seria produtivo. Perdão, Conselheiro, pois aparentemente é uma indelicadeza.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Vou tentar. Se não conseguir, me perdoem.

Em primeiro lugar, precisamos fazer uma separação. Embora sejam utilizados muitos exemplos europeus de outros setores, são muito utilizados também exemplos dos Estados Unidos com relação à comunicação. Gostaríamos de separar um pouco os dados.

Como foi mencionado, tanto no dia 02 quanto hoje pelo Professor Venício, a realidade lá é bem diferente da nossa aqui. Lá existe uma realidade de Parlamento e de Judiciário. Temos que confrontar alguns dados. As conseqüências, eu gostaria de separar, haja vista o que foi dito pelos dois Professores. Já está havendo movimentos da sociedade e do Congresso. Conseqüentemente, o Judiciário vai entrar como um dos atores principais nessa brincadeira. Então, eu gostaria de separar a questão Estados Unidos/Brasil.

No Brasil, podemos perceber historicamente que, como conseqüência dessa realidade de concentração, talvez não haja muitos serviços devidamente colocados pela sociedade. É a situação do País em uma visão geral: formação política, econômica e social. Em todos os sentidos, percebemos que o povo brasileiro reflete um pouco do poderio inserido nos meios de comunicação. É este o quadro que temos no País: uma pequena parcela consegue chegar à universidade e almejar um patamar médio de colocação dentro da sociedade. Não podemos, de forma alguma, eximir de responsabilidade toda a cadeia da mídia, dos meios de comunicação. Isso afeta diretamente a população.

Não podemos também, Sr. Presidente, separar a explanação do dia 02, feita pelo Professor Canela, a de hoje, feita pelo Professor Venício, e a explanação do Conselheiro Fernando. Elas se entrelaçam, têm

completa relação, como já foi dito. Está aí o advento da digitalização que vai – concordo com o Conselheiro Roberto – complicar mais o quadro no País se não for feito o que o Professor Canela disse, ou seja, se não nos preocuparmos, antes da sua entrada, da sua implantação, em ter uma regulamentação, um elenco de legislação que cuidará do que pode acontecer.

Com todo o respeito ao Conselheiro Roberto Wagner, é claro que dados são questionáveis, assim como posicionamentos e pontos de vista. No entanto, de fato, não há como discutir, como questionar, que no Brasil tenhamos concentração de mídia, propriedade cruzada. Tudo de forma abusiva. Em cima do que foi apresentado pelo Sr. Fernando, o engenheiro, quero dizer que nos preocupa muito, como em outros momentos da nossa vida – principalmente no Brasil –, as conseqüências da modernidade para a população. Inclusive, dizemos isso para os Professores que vieram falar nas audiências públicas realizadas na Comissão de Tecnologia Digital. É uma verdadeira sopa de letrinhas, um verdadeiro deslumbramento com as maravilhas tecnológicas. Todos ficam enfeitados pela modernidade que está por vir: a digitalização. No entanto, em nenhum momento comenta-se o efeito e a quem interessa ou vai interessar todo esse processo. Onde fica o interesse da população, onde fica o interesse nacional?

Muito se fala em conteúdo – parabenizo a ponderação do Professor Venício de Lima, muito oportuna –, que será o grande balizador dessa brincadeira toda, ou seja, permanecerá como está hoje ou teremos instrumentos para uma mudança de fato com o advento da digitalização?

Cito, só a título de ilustração, um fato. Quem gosta de ver televisão aberta até tarde teve o ensejo de assistir a uma das séries do tão conhecido 007, James Bond, no domingo, após o Fantástico. Era justamente uma produção que abordava um cidadão tido como o rei da mídia, que provocava conflito internacional, chantageando autoridades, governos, porque detinha um poderio enorme de comunicação. A **Globo** exibiu o filme no domingo, depois do **Fantástico**. Mais interessante do que este exemplo é o que assistimos na guerra contra o Iraque: a manipulação da informação, com via única.

Então isso tudo nos causa preocupação. Este Conselho infelizmente não é deliberativo, mas tem sua responsabilidade. Temos pontos de vista diferentes, mas é nossa responsabilidade contribuir com a sociedade, conforme consta das nossas atribuições, no tocante a esta questão, que é muito grave, principalmente em face do advento da digitalização, que

esta à nossa porta. Daí a importância desse grupo de trabalho do Ministério das Comunicações, do trabalho da Comissão de Tecnologia Digital. O que estamos vendo hoje é um verdadeiro rolo compressor sobre esta questão e temos que ter muito cuidado.

Reitero um ponto: onde fica o interesse do nosso povo, a segurança e a garantia de que ele também será beneficiado com tudo isso, e não apenas empresários, empresas que constroem equipamentos, empresas que vão fornecer softwares, hardwares ou os componentes para fazer valer e acontecer esse processo no Brasil? Como o Congresso Nacional, que tem hoje este Conselho, que somos nós, vai intervir, participar e definir que o povo brasileiro precisa ser um ator importante nesse quadro?

Todos os setores precisam participar. As audiências e consultas públicas precisam ocorrer. Não pode ser como a recente sugestão em relação à questão da TV digital: 30 ou 20 dias de consulta pública pela Internet – uma semana, corrige-me a Consultora Berenice. Sabemos da exclusão digital que há neste País. Como teremos uma participação efetiva, qualitativa e quantitativa em uma semana de consulta pública pela Internet em relação a essa questão?! É um assunto muito grave, que tem a ver com tudo com o que estamos falando aqui, pela explanação do Fernando, do Canela, ocorrida no dia 2, e hoje, do Professor Venício.

Este Conselho precisa provocar o Congresso e, inclusive, o Ministério, para que voltem um passo e repensem algumas iniciativas. Diversos setores da sociedade – acadêmicos, não-acadêmicos, técnicos, não-técnicos, profissionais, não-profissionais – precisam ser ouvidos em relação a essa questão, que vem de encontro ao peito da população, que não tem a idéia do que está por vir, porque não está tendo sequer direito de discuti-la. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Geraldo e, de antemão, já digo que, como o Conselho é um órgão da sociedade civil, todos esses setores que não estiverem representados formalmente na discussão sobre televisão digital, certamente, poderão utilizar-se do Conselho para interagir com esse grupo. O Conselho estará à disposição de todos esses setores excluídos, para ser a sua voz nesse grupo que vai estudar a digitalização.

Passo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

**O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Boa-tarde a todos! O que queremos é ratificar, em

gênero, número e grau, todas as palestras proferidas aqui e, de imediato, Sr. Presidente, propor – creio que temos direito a isso – um rastreamento dos trabalhos de palestras. Podemos até escolher que trabalhos seriam, para editar, por meio da gráfica da Casa, palestras, como as três feitas hoje e outras. Deveríamos contribuir para a sociedade editando esses trabalhos para servir de catalisador no processo de discussão. Creio que seria uma boa iniciativa do Conselho, porque a sociedade não consegue acompanhar o ritmo com que as coisas acontecem no Congresso Nacional.

Embora digamos que ele seja lento, as coisas acontecem às vezes de forma urgente, às vezes de forma lerda, e caem no esquecimento. Querer dizer que não há concentração, que não há propriedade cruzada em duas explanações que ora foram postas, baseadas tão-somente na constatação. Os expositores não estão se dando ao luxo de, do alto de suas capacidades, fazer qualquer citação analítica a respeito. Limitaram-se tão-somente a expor o que está posto.

Existe outra concentração por efeito de a produção ser muito exclusiva – e ainda bem, como disse o Conselheiro Fernando Bittencourt, que elas existem; pior seria se não existissem. É como diz aquele samba: “É melhor sofrer junto do que chorar separado”, às vezes. Então ainda bem que existe a produção, embora eu pense que ela devesse estar mais dividida na possibilidade de financiamentos e de abertura, a fim de que outros setores pudessem produzir. Existe outra concentração.

Agora, é o seguinte: vocês, artistas, sabem melhor do que eu que isso vai passando de pai para filho. Por exemplo: quem faz teatro dificilmente tem acesso à telinha. Estou aguardando o momento em que vai entrar a filha da Xuxa fazendo um programa. Assisti à televisão e minha filha fica dizendo: “Essa é filha de fulano. Esse é filho de sicrano”. Passa, inclusive, de pai para filho, graças a essa concentração da produção. Então se dá o luxo até de passar de família para família. Vamos ao rádio.

Fui produtor da rádio **CBN**, que poderia ser uma geradora de emprego, mas não é, porque o mesmo programa é fatiado. Por exemplo: se se entrevista qualquer pessoa, a mesma matéria, fruto de uma entrevista de uma hora ou trinta minutos, depois é picada e apresentada durante mais três, quatro dias, em reportagens. Então existe também esse tipo de problema.

O mais curioso é que o fato é tão aberto que ninguém esconde. Por exemplo, os números da **RBS** aqui apresentados são públicos e motivo de orgulho



para o proprietário. E ele não está fazendo nada errado, uma vez que a Casa e o mundo estão abertos para tal. Por que só ele, coitadinho, iria ficar de fora?

Para finalizar, agradeço, dizendo que o mais fantástico é que, sem termos feito o desenho para que o Conselho terminasse o semestre legislativo dando uma excelente contribuição ao debate, foi exatamente o que ocorreu. Daí aquela minha proposta, que espero possamos fazer com que verdadeiramente ocorra, que é a tal publicação.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a idéia do Conselheiro Chico Pereira. De antemão, já declaro que a Presidência acolhe a sugestão. Entrarei em contato com o Presidente Sarney para que nos garanta uma publicação, até o fim do ano, que reúna os trabalhos. Vou encarecer ao Conselheiro Carlos Chagas que inclua a bela conferência do Conselheiro Fernando Bittencourt. O texto final juntaria esses debates que vimos fazendo e os que serão feitos, mais o debate com a platéia. Depois transferirei aos senhores o texto, para que cada um corrija as suas participações. Estou certo de que nenhum dos senhores vai pretender reter o direito autoral, o que inviabilizaria a publicação. Assim, estaremos contribuindo para um debate mais amplo sobre essa matéria.

Agradeço a sugestão. Ouviremos o extraordinário poder de síntese da Conselheira Berenice, a quem concedo a palavra.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Muito obrigada. Tentarei ser breve.

Em que pese a habilidade retórica do Dr. Roberto Wagner, que é conhecida aqui por todos, e a competência técnica do Engenheiro Fernando Bittencourt, gostaria de humildemente me contrapor a ambos e dizer que não podemos aqui negar a existência da concentração da propriedade da mídia no Brasil.

Existe, sim, a concentração horizontal, existe a concentração vertical, existe a propriedade cruzada e existe o monopólio em cruz, e os dados, os fatos, os números, os balanços, tudo isso está aí na literatura, nos jornais, nos cartórios, comprovando-se no dia-a-dia. Podemos até, Conselheiro, chegar à conclusão de que não seja nefasto, mas, dizer que não existe, não dá! Ela efetivamente existe!

Gostaria de tecer uma pequena consideração sobre a concentração vertical, que diz respeito aos produtores independentes, aos artistas, que são

aqueles que represento em especial aqui neste Conselho.

Quando o Engenheiro Fernando Bittencourt fala, preocupa-me muito, já que, há algum tempo, a **Rede Globo**, em especial, vem assumindo um discurso, apresentando-se como a defensora do conteúdo audiovisual brasileiro, como a defensora da cultura brasileira. Isso não é verdade! Ela acabou chegando a um patamar de quase ser a produtora, numa perspectiva totalizante, para não dizer totalitária, às vezes chegando até a ser totalitária, como neste caso específico de estar sugerindo e tentando cooptar efetivamente as rádios comunitárias para que forneçam e divulguem o seu conteúdo.

E voltando estritamente à questão da TV, gostaria que ficasse claro que muitas pessoas, muitos produtores independentes, sobretudo aqueles de televisão e de vídeo independente, todos aqueles detentores de um acervo histórico fantástico e inédito no País, porque não conseguem exibi-lo na televisão, nas emissoras pelo sistemático descumprimento da lei, baseado nessa premissa de que é melhor vender para poucos muito caro, é melhor falar com muitos uma única bobagem, não posso deixar “passar batida” essa posição de que a **Rede Globo**, em especial, e de que o processo de verticalização do modo de produção da telecomunicação da televisão no Brasil é salutar. Não é salutar, não assegura a diversidade brasileira, não garante a identidade cultural do povo brasileiro; ao contrário, infantiliza a nossa população, homogeneiza padrões de comportamento que não podem ser homogeneizados. Não digo que não acabe elevando o repertório cultural da população, até o faz, mas muito mais pela quantidade de informação emitida do que pela sua qualidade.

Eu gostaria de fazer só esse reparo e dizer que, se esse modo fosse o correto, ou seja, a televisão, a emissora produzindo, distribuindo e exibindo, não teríamos as outras emissoras, as outras redes com um nível tão baixo de programação, loteando, fatiando para as Igrejas e para os leilões a sua programação. O que faremos aqui? Se esse for o referencial de competência, se esse for o referencial do negócio, teremos que acabar defendendo aqui a não-renovação da outorga das demais redes.

Nessa reunião que tivemos hoje pela manhã, referida pelo Roberto Wagner Monteiro e pelo Fernando Bittencourt, uma das conclusões a que também chegamos é a de que, efetivamente, está havendo uma convergência temática, Sr. Presidente. A questão da regionalização da produção, a questão do projeto do Deputado José Carlos Martinez, a questão da

tecnologia digital, tudo isso, com a questão da TV a cabo e, agora, da concentração da propriedade nos meios de comunicação, está convergindo e faz com que este Conselho precise estar muito alerta e desenvolver um trabalho muito intenso.

Por conta das nossas atribuições constitucionais, não podemos fugir a isso, de modo que aproveito para dar conta de uma tarefa que me foi incumbida pela manhã, que é de, por intermédio de V. S<sup>a</sup>, por um pleito da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, avocar ao Conselho de Comunicação a apreciação e análise do projeto do Deputado José Carlos Martinez sobre a TV aberta no sistema fechado de radiodifusão e o projeto da regionalização da produção, que foi negado com tramitações estranhas, novamente com recuos e avanços estranhos, que teve um parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, da Câmara dos Deputados, um projeto da Deputada Jandira Fegalli.

Esses dois projetos poderiam ser avocados para que possamos avançar e ter uma visão e um posicionamento de conjunto sobre a questão da comunicação social no Brasil, que, além do mais, é a nossa tarefa e nossa obrigação aqui.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço à Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra e já informo que o projeto do Deputado José Carlos Martinez, a seu tempo, virá a esta Casa para pronunciamento.

O projeto da Deputada Jandira Fegalli foi objeto de recusa, não na Comissão de Justiça, mas na Comissão de Redação, que não tem o poder de alterar-lhe o conteúdo. Do ponto de vista regimental, esse projeto não viria a esta Casa. O projeto será votado na Câmara dos Deputados, não há como interferir. Caso seja aprovado na Câmara dos Deputados e venha ao Senado Federal, assumo o compromisso de conversar com o Presidente José Sarney para que S. Ex<sup>a</sup> nos ouça, para que ouça a opinião da Casa em relação ao projeto, mas já no Senado Federal, não mais na Câmara dos Deputados, porque não há mais espaço na Câmara dos Deputados para esse tipo de interferência.

Concedo a palavra ao Conselheiro Frederico Ghedini.

**O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI** (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, inicialmente, agradeço o gesto carinhoso de V. S<sup>a</sup> de lembrar o ano

do Conselho de Comunicação Social, apresentando-nos com gravura do José Miguel, filho do José Borges, que é talvez o mais respeitado gravurista de Pernambuco.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Do Brasil e, quiçá, do mundo.

**O SR. FREDERICO BARBOSA GHEDINI** (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Certamente, Sr. Presidente. Cada Conselheiro recebeu uma gravura diferente. A minha é belíssima. Vejam que maravilha!

Como os senhores, eu poderia ter conhecido essa gravura ou a arte do gravurista por uma TV brasileira. No entanto, em vez de conhecer a arte do gravurista pernambucano, tive notícia de que uma pessoa deficiente física matou a mãe da mulher, da empregada, outro dia. Esse fato gerou inúmeros telefonemas, uma situação inédita e imensa preocupação na população brasileira.

Casos como esse demonstram como a situação da televisão brasileira necessita urgentemente ser discutida. Não fossem essas questões lembradas pelos nossos palestrantes – parabéns aos dois professores pela palestra e também o Conselheiro Fernando Bittencourt, que é um grande conhecedor, um mestre da tecnologia de televisão –, avalio que o debate desse tema seria um dos grandes desafios deste Conselho.

Faço aqui um repto ao colega Conselheiro Carlos Chagas, que, realmente, na Coordenação dessa Comissão, tem uma tarefa difícilíssima, como ficou evidente pelas manifestações dos demais Conselheiros. Há uma defesa acerba, firme daqueles que representam as entidades empresariais do atual modelo, o que nos deixa um tanto atônitos, porque viemos de um meio onde a crítica a esse modelo é feita diariamente.

Estamos num ambiente onde a linguagem jurídica, por vezes, serve para tentar iludir um fato de todos conhecido. Se não há concentração em termos jurídicos, pois a lei diz que há seis proprietários, isso fica evidente no volume de lares que, no total, sintonizam a mesma emissora que usa o poder que lhe confere a concentração para contratar valores revelados em outras emissoras e se dá ao luxo de colocá-los na geladeira, porque não há espaço na grade para exibí-los.

Isso é ou não uma prática monopolista? Parece que temos valores artísticos de sobra no País a ponto de podermos contratar, por altos salários, certos contingentes para isolá-los e não permitir sua exibição nas outras emissoras.

Então esse simples fato, que é corriqueiro na bíblia das emissoras brasileiras, revela que há problemas que precisam ser estudados. Talvez a solução não seja tão simples como seria no regime autoritário. O general de plantão mandaria que a emissora predominante vendesse “a preço de banana” aquela fatia do mercado que a torna monopolista. Poderia ser uma coisa muito simples. Daí, numa democracia, a dificuldade de criarmos soluções, idéias, que possam, dentro do regime democrático, por este Congresso – realmente, o professor Guilherme Canela de Souza pôs o dedo na ferida ao perguntar se seria possível mudar essa legislação com este Congresso; e penso que seja essa a grande questão – para mudar alguma coisa nessa área.

Alguma coisa terá de mudar pela própria tecnologia, evidentemente, mas também é patente que os engenheiros, os técnicos, todos os que recebem seus salários das atuais emissoras estarão o tempo inteiro se preocupando com a maneira de tornar essa nova tecnologia uma vantagem competitiva de quem já tem todas as vantagens, tarefa desses funcionários por mais ou menos graduados que sejam.

Temos aqui uma série de problemas. Digo, Conselheiro Carlos Chagas, que sua tarefa é enorme. Mesmo neste Conselho sem poder, que na nossa idéia original seria um Conselho com poder, um Conselho Nacional de Comunicação Social que a Constituinte não aprovou – e bem sabemos por quê. Mesmo num Conselho sem poder, o simples fato de estarmos aqui, e este Conselho reverberar posições da sociedade, ouvir as opiniões da sociedade, ter na Presidência um cidadão consciente de toda essa problemática e da necessidade de fazer as mudanças prementes, todos esses fatos e a nossa presença humilde, modesta, como diz a colega, vão permitir que, se não conseguirmos empreender essas mudanças tão necessárias, tenhamos a consciência clara de que algumas delas devem ser feitas, e vamos continuar trabalhando.

Guilherme Canela de Souza, se não for no Congresso, será em outras instâncias, com certeza. Aliás, como o movimento de rádio comunitária, que veio do movimento de rádios livres e que não pediu licença ao Congresso Nacional para se estabelecer. Foi a luta da cidadania que se estabeleceu, e o Congresso tem que dar conta e, nós também, dessa situação.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Frederico Ghedini. De logo, esclareço que não há verba disponível no Con-

selho para a aquisição de gravuras, razão pela qual, na prestação de contas, ninguém verá nenhum uso de recursos públicos na aquisição de gravuras tão modestas.

Passo a palavra ao Conselheiro Carlos Chagas.

**O SR. CARLOS CHAGAS** (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, meteoricamente, um registro, duas observações e uma crítica profunda.

O registro, apesar das provocações do Frederico, é de que, como eventual Presidente dessa Subcomissão, não me cabe exarar qualquer opinião a respeito da concentração dos meios de comunicação enquanto todos os debates não tiverem terminado.

As duas observações são quanto aos dois palestrantes. É que, nos Estados Unidos, o Judiciário participa; no Brasil até agora, não. Temos uma grande notícia: ontem, o Judiciário resolveu entrar nessa questão quase obscena dos aumentos da telefonia. E o Judiciário no Rio de Janeiro barrou esses aumentos. Oxalá esse exemplo venha a ser seguido por todos os outros Estados. Isso talvez esteja marcando – e sou otimista demais –, a entrada do Judiciário até no problema que estamos decidindo.

A outra observação é de que é muito delicado e muito perigoso esse problema da diversidade da informação, abordado pelo Professor Venício Artur de Lima, porque é uma moeda de duas faces. Se há ou deveria haver a diversidade de informação, há também a natureza das coisas que fala da uniformidade da informação. Se um avião cair, todos os jornais e televisões terão de noticiar a queda. E não é muito diferente de quando cai um avião. Se um Presidente da República fala impropriedades verbais, elas são reconhecidas por toda a mídia.

No reverso da medalha – é verdade –, se quase toda a mídia apóia o modelo neoliberal, em gênero, número e grau, é evidente que algo também está errado.

São essas duas observações. Fiz o reparo e faço uma crítica violenta ao meu amigo, Professor Venício Lima, por ter se afastado de Brasília e do nosso convívio da UnB, agora morando em Porto Alegre. Era apenas isso.

**O SR. VENÍCIO ARTUR LIMA** – Levei um susto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quem se aliviou foi a Presidência porque, toda vez que o Conselheiro Carlos Chagas diz que tem uma crítica, a Presidência já fica gelada.

Com a palavra o Conselheiro Alberto Dines.

**O SR. ALBERTO DINES** (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, trata-se de uma reflexão, inclusive dando seqüência ao que foi dito pelos que me precederam.

Parto do princípio de que o Conselho é um fórum e reflete as reflexões, angústias e ansiedades dos Conselheiros. Dentro desse espírito, em abril – acredito –, pedi ao Sr. Presidente que me incluísse na ordem do dia, para que trouxesse minha preocupação maior. Considerava a questão da concentração da mídia no Brasil como – até usei a expressão – “a mãe de todos os problemas da mídia no Brasil”.

Embora contestada, minha proposta foi aprovada por uma honrosa unanimidade: a de incluir essa questão na pauta permanente das preocupações não apenas minhas, mas do Conselho de Comunicação Social.

Estribado nisso, fiz uma lista de pessoas e autoridades que acreditava que deveriam vir aqui para acrescentar às nossas reflexões seu conhecimento técnico do assunto. Isso explica um pouco por que fui mencionado como o Zigfeld dessas duas sumidades. Apenas registro a qualidade deles e creio que eles têm muita coisa a acrescentar. Trouxe mais alguns nomes. Penso que temos que avançar nesses estudos, sobretudo com relação ao Poder Legislativo. É inconcebível que, na Câmara dos Deputados, 30% dos seus membros sejam proprietários de empresas de rádio. Há um conflito de interesses flagrante e gravíssimo que impede que aquela Casa possa discutir qualquer coisa relativa à radiodifusão, porque parte de seus membros está comprometida, pessoalmente, com a questão.

O que me chama a atenção é que, ao mesmo tempo em que me indicam como Zigfeld dessas duas sumidades, não tenho visto as outras partes em conflito – e há um claro conflito aqui – também indicarem expositores que aqui venham fazer apresentações tão completas e amplas como essas.

Nesse sentido, é muito importante a sugestão do Conselheiro Francisco Pereira de que publiquemos todas essas contribuições, para que seja, realmente, socializado pela sociedade.

Na medida em que, digamos, o outro lado não traz o seu aporte, evidentemente o Conselho não estará cumprindo com sua função universal, cósmica de reunir todas as posições da sociedade. De forma geral, é importantíssimo que sejam convidadas outras sumidades – não as conheço, mas cabe aos Conselheiros indicar – que tragam a complementação indispensável para vermos todos os lados da verdade.

Embora eu não seja autoridade, intrometo-me para lembrar que existe uma diversificação formal e uma hegemonia real na mídia eletrônica no Brasil. Não quero fazer cargas contra determinado grupo – aliás, tenho amigos em todos os grupos de mídia no Brasil e, portanto, não é uma questão pessoal fazer cargas –, mas há uma realidade da qual não podemos fugir. Há uma hegemonia real que se nota num dado que salta aos olhos: todas as afiliadas desse grupo hegemônico são, nos seus Estados, hegemônicas na mídia em geral. Em todo o País, com exceção talvez de Minas Gerais, quem é afiliado ao grupo hegemônico detém a hegemonia nas outras mídias também, como no Rio Grande do Sul, no Paraná, na Bahia e no Nordeste quase todo. Em Brasília também não; então, são duas exceções que convém registrar. Esse é um dado seriíssimo.

Outro dado relevante sobre a questão da hegemonia – e é bom que anotemos na nossa agenda, porque, daqui a pouco, teremos a repetição do evento – é a Copa do Mundo. Daqui a três anos, teremos outra Copa do Mundo e não podemos, de novo, assistir ao País refém de uma visão apenas. Quero lembrar que não se trata de discutir técnicas de futebol. Houve uma tentativa, nas semanas que precederam a Copa do Mundo, de ação totalitária. Saiu uma matéria paga do grupo hegemônico em todos os jornais, dizendo que estavam proibidas as concentrações em bares e restaurantes durante as transmissões da Copa do Mundo. Houve um protesto, até veiculado no programa do qual tenho a honra de participar, e o grupo hegemônico recolheu-se e não mais proibiu. Mas era uma aberração. Só porque é detentor dos direitos de transmissão, não pode impedir que as pessoas assistam à televisão nos bares e restaurantes – às vezes até com patrocínio de uma fábrica de sapatos da esquina – e façam a sua festa.

É preciso que o Conselho de Comunicação reflita sem o juridicismo de dizer: “Não, temos diversificação porque temos seis grupos disputando.” Não é verdade, eles não disputam. Se disputam, como disse a Conselheira Berenice, é no nivelamento por baixo. É preciso levar em conta que temos uma situação de hegemonia que precisa ser resolvida. Ninguém está pretendendo uma “queda da bastilha”; fazer com que os *sans culot* entrem na vênus platinada e tomem o poder. Seria uma aberração antidemocrática.

É preciso levar em conta que essa diversificação é formal e que temos uma hegemonia que prejudica não apenas a qualidade dos meios eletrônicos, mas, sobretudo, a qualidade e a diversificação das opiniões na mídia impressa.

Portanto, eu queria fazer esse registro e, de novo, fazer um apelo para que todos os Conselheiros indiquem ao Sr. Presidente as sumidades nas suas respectivas áreas, para que, quando sair o parecer, assinado e exarado pelo querido Presidente da Subcomissão, Carlos Chagas, tenhamos um conjunto de opiniões e não apenas as que indiquei muito modestamente – quer dizer, modestamente não, porque eu sabia que estava tendo a contribuição de dois grandes especialistas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Alberto Dines.

Na minha maneira de ver, faltou em ambas as exposições um capítulo que considero fundamental, tanto que interfere no âmago do tema. A minha compreensão pessoal é de que houve uma mudança qualitativa na mídia internacional. Até metade da década passada, a mídia tinha como referência cada país. A partir daí, é evidente que se mudou a ótica. O mercado passou a ser o mundo. As preocupações, as táticas e as prioridades são outras. A maneira como os Estados Unidos agem e a reação européia evidenciam a notoriedade da referência de que o mundo é o mercado atual. Então faltou uma reflexão em ambas as exposições que eu gostaria de ver depois, quando o texto for publicado.

Eu gostaria de ter a opinião dos senhores sobre o seguinte: faremos de conta que não existe o mundo? Porque, se formos construir o país ideal dentro dele, as regras serão umas; mas, se colocamos o país competindo com o mundo, neste caso talvez as regras não sejam as mesmas. É possível construir uma democracia interna e ganhar força para se competir internacionalmente? Se isso for possível, seremos os melhores do mundo. Agora, se isso não for possível, construiremos, durante pouco tempo, televisão de primeiro mundo aqui dentro. Em seguida, essas televisões serão desnacionalizadas, porque será preciso garantir aos grandes conglomerados o poder de competir.

Não quero avançar opiniões, mas senti, em ambas as exposições, a falta da reflexão desse embate internacional que, para mim, será o mais importante no horizonte próximo no Brasil. Referindo esse tema, peço uma reflexão depois mais demorada, nos textos finais. Passo a palavra primeiramente ao Dr. Guilherme Canela.

**O SR. GUILHERME CANELA DE SOUZA GODOI** – Serei o mais breve possível. São três registros muito rápidos.

Tenho impressão de que é uma questão de foco do que fomos chamados a falar aqui, Conselheiro Fernando. Foi-nos pedido um comentário sobre o problema da concentração da propriedade.

Existem inúmeros estudos que poderíamos ter comentado aqui, se fosse o caso, que tratam do conteúdo da programação brasileira. A maioria deles fala da sua qualidade técnica que, no caso da emissora principal, chega a ser indiscutível. Contudo, estudos feitos por outro pesquisador do núcleo de que participamos demonstra a carga política de única visão, por exemplo, em várias novelas que a emissora majoritária veiculou nos últimos anos. Mas isso não desmerece o conteúdo.

Por outro lado, tenho a impressão de que, do ponto de vista da concentração da propriedade, o que tem a ver com a questão da programação está exatamente ligado à produção independente. Talvez não tenhamos feito o *link* possível do Brasil, mas procurei demonstrar que isso não é uma proposta que está sendo feita para o Brasil, como se viesse do nada, ou seja, são coisas que estão ocorrendo em vários outros países.

Na Alemanha, quando uma empresa chega perto de 30%, que é o limite da audiência, ela é obrigada, pelas agências reguladoras, a rodar produções independentes no horário nobre, de 19 horas e 30 minutos às 23 horas e 30 minutos. Como o Professor Venício demonstrou aqui, isso não ocorre no nosso caso, em que a emissora principal passa 100% da produção feita por ela no horário nobre. Tenho a impressão de que é isso.

Acredito que não houve críticas em relação à qualidade da programação porque esse não era o objeto da discussão.

Por fim, esta é a minha última consideração sobre isso: eu poderia novamente trazer o exemplo de Harry Potter. Do ponto de vista da qualidade técnica, de quanto se pagou e dos efeitos visuais, é inegável que, por exemplo, esse filme é de uma qualidade técnica muito superior ao filme feito por aqueles 11 diretores de cinema sobre o caso 11 de setembro, que teve a sua veiculação censurada em muitas salas de cinema nos Estados Unidos. Eles fizeram o filme com US\$500 mil, enquanto o outro custou milhões.

Há a necessidade de saber o que é arte, o que é preciso veicular e, em um país do tamanho do nosso, em que medida se pode veicular a mesma programa-

ção, saindo de um centro cultural com as suas características, que seja relevante para as outras regiões do País.

As pesquisas que fazemos na Andi mostram que há efeitos qualitativos muito grandes em matérias veiculadas por agência, no Maranhão, falando de uma escola no Leblon. E as pessoas – foi feito um grupo focal naquele Estado – nem imaginavam onde era aquilo e que relação tinha com a realidade do Maranhão. Quer dizer, nem se explicou que o Leblon fica no Rio de Janeiro, que é uma outra coisa.

Então essa diversidade é fundamental. E, no caso das pesquisas da Andi, por fim, verificamos que há uma nítida diferença de qualidade, do tipo de discussões públicas que ocorrem quando o principal grupo de mídia de um Estado “x” – pois a pesquisa da Andi é nacional – é controlado ou não pelo grupo que está no poder do Governo do Estado naquele momento. Há diferenças qualitativas fortíssimas no material jornalístico. Por isso, Chagas, há diferenças entre cair um avião de um jeito ou de outro nesses casos. A Andi tem mostrado isso há 10 anos.

Por fim, quando falamos de famílias e de empresas, se fosse o caso brasileiro, até o ano passado, teríamos falado a mesma coisa. Existem lugares em que a mesma empresa, no caso brasileiro, a mesma família, domina a concentração da audiência, a verba publicitária e todos os critérios que, internacionalmente, são utilizados para medir concentração. No caso de Sergipe, por exemplo, a família que, por alguns artifícios, domina a rede transmissora da **Rede Globo** também domina a rede transmissora do **SBT**, ou seja, tem as duas maiores televisões naquele Estado. Nesse caso, nem são seis famílias, porque a mesma tem os dois. É complicado.

Agradeço muito e coloco-me totalmente à disposição para outros eventos e para esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Professor Venício de Lima.

**O SR. VENÍCIO ARTUR DE LIMA** – Vou fazer uma única observação. Creio que o sonho de qualquer pessoa que pesquisa em qualquer área é trabalhar com os dados corretos, ter acesso a eles. Em países diferentes do nosso, sobretudo nessa área de comunicações, esses dados são acessíveis, estão disponíveis e, na maioria das vezes, não são questionados, porque são aceitos pela indústria, pelo mercado, pelos pesquisadores, etc. No nosso caso, para fazer um trabalho de 12 laudas, passei semanas procurando em jornais e revistas as informações que listei e as

suas origens. Os dados não são de fácil acesso e, como vimos, são questionados. Não há interesse de que os dados estejam disponíveis.

Então faço um apelo público ao Conselheiro que levantou as questões referentes aos dados, Roberto Wagner, que, por favor, me apresente os dados corretos. Terei todo prazer e me sentirei cumprindo o meu dever de citá-los, ao lado dos outros. Os dados que estou usando aqui são, dentre outros, da Revista Meio & Mensagem, utilizados no mercado publicitário e na área de comunicações em geral. Mas, se o ilustre Conselheiro afirma que eles não estão corretos, gostaria de ter acesso aos dados corretos. E peço-lhe, publicamente, que, por favor, os envie para mim. Terei o maior prazer em publicá-los, alterando a perspectiva da análise, se os dados indicarem que isso deve ser feito, porque, com os dados que tenho, a análise que se pode fazer, por honestidade intelectual, é essa que apresentei aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Foi um momento alto do nosso Conselho. Na reunião de agosto, a pauta será a conversa com o pessoal da Infraero. Participarão brigadeiros e técnicos para um debate mais aberto com o Conselho sobre as frequências de televisão e de rádio, para compreendermos isso melhor, razão por que encareço a Chagas já encomendar para setembro a retomada dos debates.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner, que gostaria de convidar os companheiros da ABTU para uma rápida exposição.

**O SR. ALBERTO DINES** (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, solicito a V. S<sup>a</sup> um pequeno *break* de três minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – D. Márcia, como se faz isso? (Pausa.)

Não posso negar nada ao Conselheiro Alberto Dines.

Concedo um *break*, porém não mais do que três minutos, Conselheiro.

*(A reunião é suspensa por três minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Declaro reaberta a reunião. Dando continuidade à reunião do Conselho de Comunicação Social, entraremos na última fase, da manifestação dos Conselheiros.

Passo a palavra, para conduzir os debates, ao Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, ouviremos agora os representantes da Associação Brasileira de Tevé UHF – ABTU. Irão falar os Drs. Marco Aurélio Jarjour Carneiro e o Dr. Luiz Corrêa de Sá e Benevides, com a rapidez que o tempo exige.

Passo a palavra ao Dr. Marco Aurélio Jarjour Carneiro.

**O SR. MARCO AURÉLIO JARJOUR CARNEIRO** (Presidente da ABTU) – Inicialmente, quero agradecer ao Conselho a possibilidade de estar aqui, diante de tão representativa platéia, para falar um pouco sobre o nosso negócio.

As TVAs são concessões de TV por assinatura. No Brasil, a origem de toda TV a cabo é a TV por assinatura. Nascemos como concessão no final da década de 80, nos primórdios das TVs por assinatura.

Sendo televisões analógicas, só nos é permitida a transmissão de um único programa, o que nos fez, a despeito de outras inovações ocorridas no MMDS, na TV a cabo, sobreviver durante todo esse tempo com vistas à possibilidade de vencer o tempo analógico, considerando que, daqui a pouco, teremos o ciclo da TV digital, que nos permitirá a apresentação de mais programas e, naturalmente, outros serviços nessa área.

Somos 25 concessionários, em sua maior parte, pequenos concessionários. Não estamos ligados a nenhuma grande rede estabelecida de televisão – e algumas concessões pertencem a grandes redes. Mas nos unimos porque, durante todo esse tempo – embora a lei permita e o poder concedente tenha toda a condição legal de autorizar –, o nosso tempo de trabalho aberto se restringe a 25% do tempo total de funcionamento de uma televisão, o que torna muito difícil e bastante caótico sobreviver até que se complete esse ciclo e venha o ciclo digital.

Aqui estamos empenhados em pedir ao Conselho de Comunicação Social o apoio no sentido de que vislumbre, em nossas concessões, dentro estritamente daquilo que a legislação permite, a possibilidade de podermos trabalhar um pouco melhor, com um pouco mais de conforto e segurança, durante esse tempo.

Para isso, pedirei ao Dr. Benevides que, por gentileza, explique aos senhores as nossas agonias. Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CORRÊA DE SÁ E BENEVIDES** (Diretor Jurídico da ABTU) – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, prometo ser breve em minha explanação.

Encaminhamos hoje à Presidência do Conselho este documento que está à minha frente e que será transcrito integralmente na ata. Vou me ater a determinados pontos referentes ao serviço TVA, concedido na forma do Decreto nº 95.744, de 1988.

O serviço de TVA, como disse o Presidente da nossa Associação, Dr. Marco Aurélio Jarjour, mantém somente um canal, sendo parcialmente codificado. Na parte do dia em que é decodificado, o percentual de decodificação fica a critério do poder concedente. Nos últimos anos, a Anatel tem concedido 35% do tempo decodificado. Ano a ano, é feita a decodificação, não permitindo, portanto, um planejamento a longo prazo, ou pelo menos pelo prazo de concessão desse canal.

Gostaria de ressaltar alguns tópicos do documento apresentado hoje e encaminhado à Presidência do Conselho. Inicialmente, gostaria de mencionar uma das preocupações atuais dos concessionários, que é o direito à renovação da concessão.

Por meio de manifestações de determinados órgãos públicos, entre os quais a Anatel, tomou-se conhecimento da intenção de que simplesmente o serviço deixasse de existir, apesar da concessão ter sido outorgada na forma da lei e do cumprimento de todas as exigências e requerimentos legais para tanto. Portanto, ao concessionário que cumpre as obrigações legais em vigor, que cumpre as exigências e determinações legais para pleitear e obter renovação de sua concessão deve ser assegurado o direito, sob pena de fugirmos da aplicação da lei como é válida no País.

Outro ponto importante: em nenhum momento há um pleito desta Associação para que se altere a lei. Há um pleito para que a lei seja aplicada e regulamentada naquilo em que é omissa – completada simplesmente, não alterada, sendo criadas novas condições. Portanto, sem que se altere a natureza do serviço objeto da concessão, pleiteia-se que seja assegurada a condição mínima para a prestação de serviço.

Garante a norma que o regulamenta que ele pode ser explorado, como eu disse, parcialmente, sem codificação, a critério do poder concedente. Esse, por sua vez, tem lançado mão dessa faculdade e, ano a ano, tem concedido espaço de tempo diário em que sinais podem ser transmitidos livres de codificação. Nesse momento, em que já estamos na hora da renovação, portanto, após quinze anos de investimentos, apesar da insegurança da norma legal, deve-

mos estabelecer, pelo período da concessão, sem que se extrapolem mais uma vez, os limites da norma legal, o tempo de abertura em que o empresário poderá transmitir sua programação. Essa é uma faculdade do poder concedente prevista em lei e condição essencial para que o empresário possa explorar de maneira proveitosa todos os serviços que lhe foram concedidos, dadas as facilidades concedidas a demais modalidades, como TV a cabo e MMDS, que aumentaram o número de canais em determinado momento, TV a cabo transformada de uma simples autorização de TV em concessão em determinado momento.

É justo que se pleiteie, que se determine o período pelo tempo de concessão. Nosso pleito é de que seja 60% do tempo em que a televisão poderá ser utilizada para divulgação de uma programação regional e também para viabilizar o período em que permanecerá codificada, quando será, portanto, objeto da venda de assinatura para o público em geral, aproveitando, dessa maneira, o espectro que está há 15 anos sendo utilizado. E vai continuar sendo utilizado, desde que respeitada a lei, sendo outorgadas as renovações por outros 15 anos.

O serviço TVA carece, outrossim, de regulamentação no que diz respeito a incremento de recursos técnicos de exploração dos serviços, para que se atenda, sem prejuízo para os assinantes, à totalidade da área de cobertura da concessão.

A cada concessão corresponde uma área. Para que essa área seja atendida, precisa de incremento, de potência e outras características que eu, por não ser engenheiro, não poderia aqui explicar nem seria proveitoso neste fórum. Mas os pedidos são feitos, os requerimentos são protocolados nos órgãos competentes para isso, e não se consegue uma resposta, porque não há uma regulamentação, não há sequer portarias que dêem atenção para esse problema do serviço TVA.

Um artigo no Decreto nº 95.744 determina que o serviço tem que ser prestado por toda a área de cobertura, observadas as melhores condições técnicas para tanto. Isso não tem sido possível, porque a concessão foi dada com determinadas características técnicas e, quando se pretende melhorar, é feito um requerimento para se obter a licença, e esse requerimento não é sequer apreciado.

Tendo em vista o interesse do País, que hoje tenho a impressão, depois de estar estreando aqui, de que é uma das ações deste Conselho e demais órgãos e autoridades deste País, o que se deve ressaltar é que o serviço TVA já está em funcionamento,

ainda que com as carências que já foram referidas. Os concessionários expressam uma intenção de se aliar à filosofia de democratização da mídia televisiva para propiciar um acesso maior do público a um espectro mais variado e útil de programação e conteúdo do que o que existe no momento.

Como disse o Presidente, a maior parte dos associados da ABTU não pertence a nenhum dos grandes grupos; está espalhada pelos diversos Estados do País, não tem concentração como determinados tipos de concessão de televisão por assinatura que estão mais nas faixas Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Estamos no Norte, Nordeste e também nas demais regiões do Brasil e estamos prontos, portanto, para prestar um serviço de interesse regional.

Se há ou não concentração, não quero entrar na discussão de programação, mas, de qualquer maneira, isso vai propiciar maior variedade e diversificação no modelo que existe hoje de distribuição dessas concessões.

As concessionárias que nos últimos 15 anos têm efetuado investimentos de forma a viabilizar seus negócios não podem ser prejudicadas pela falta de regulamentação adequada ou exclusão das discussões que estão em curso inclusive neste fórum, como hoje tivemos oportunidade de verificar. Confesso que, pela primeira vez, propicio os debates mais ricos e, parece-me, com correntes variadas de opiniões, tanto dos que se apresentam nesta Mesa como os representantes do Conselho.

Os concessionários TVA têm a firme intenção de participar desse debate acerca de inovações tecnológicas e pretendem fazê-lo na medida em que outras modalidades de televisão por assinatura o façam. Os empresários querem participar e contribuir com os recursos de que dispõem em igualdade de condições com os demais empresários dos setores de radiodifusão e telecomunicação.

Creio que fui o mais breve possível. Mais uma vez, gostaria de agradecer a atenção de todos e parabenizá-los pela riqueza do debate de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quero abrir o debate para expor aos senhores um problema que aflige o Conselho.

Temos um modelo de meio de comunicação no Brasil. Esse modelo, sem lógica aparente, foi decomposto ao longo do tempo. Cria-se um serviço de telecomunicação regulado pela Lei nº 4.117, ainda de 1962, que regula rádio e televisão aberta. Apesar de definidos como radiodifusão, na verdade, na Lei nº



4.117 são caracterizados como serviços de telecomunicação sujeitos a problemas de todo tipo, há limites de todo o tipo, obrigações, etc. De repente, vem a primeira das televisões pagas por assinatura, que é a televisão a cabo, Lei nº 8.977, de 1995. Regula-se televisão por assinatura a cabo com um conjunto enorme de compromissos, entre os quais a obrigação de manter canais de utilização gratuitos, destinados à prestação de serviços. Art. 24. E mais um largo conjunto de obrigações.

Rádio e televisão aberta também é um serviço de telecomunicações, mas, estranhamente, não conheço nada similar no mundo regulado por uma outra instância que não seja o MiniCom; vai para a Anatel. Junto a isso temos o DTH, o MMDS, o Serviço de Comunicação Multimídia, antigo SRTT, temos agora a **Brasil Telecom** junto com a **NEC** e a **NET**, que é um serviço novo; temos ainda as televisões em UHF, reguladas pelo Decreto nº 95.744.

O problema aqui é que há uma lei para a televisão aberta. Ela passou pelo Congresso Nacional, expressando a vontade nacional e há lei para televisão a cabo. Os outros sistemas de transmissão de conteúdo não têm esse tipo de previsão legal: ora são decretos, ora são resoluções, ora anexos de lei, ora não há nada. A comunicação multimídia, SCM, é regulada pela Resolução nº 272, de 2001, da Anatel, à margem da vontade nacional, e sem nenhuma contrapartida de interesse coletivo, que está presente nas televisões abertas e a cabo.

Queria expor, com absoluta lealdade, que este é um momento importante para o Conselho. Estamos, com muita franqueza, expondo as nossas posições. Penso que expressei a posição do Conselho quando digo não ser possível que essa matéria continue sendo regulada assim: alguns instrumentos de transmissão regidos por lei, outro por decreto, outro por resolução da Anatel, outro por anexo de lei, outro por nada, nem resolução, tudo com transmissão de conteúdo.

Tinha hoje uma reunião com o Presidente da Anatel, que não pôde se realizar, por causa desse barulho das alíquotas de telefonia. Até compreendo que não tenha podido se realizar, mas vou procurá-lo imediatamente para encarecer apoio de S. Sª nesse trabalho.

Essa demanda de V. Sªs vem muito a propósito, mas necessitamos criar uma lei que seja expressão da vontade coletiva, para que o País diga por que instrumentos se pode transmitir conteúdo. Se corresponde à vontade coletiva a manutenção desses instrumentos, quais são os compromissos que devem de-

fluir para esses instrumentos de transmissão de conteúdo.

Esse é o meu sentimento e já estou logo indicando-o, porque é incompreensível para mim ter tantos instrumentos de conteúdo sem que haja uma base legal por trás, sem que se definam obrigações nem compromissos. Não posso perceber como o País vai sobreviver mais um tempo sem que nos sentemos à mesa para a construção de uma legislação única de telecomunicações em que provavelmente essas demandas de V. Sªs estariam contempladas.

Do ponto de vista do telespectador, que está em casa girando o botão da televisão, a imagem que vem na tela é a mesma; a única diferença de uma TV aberta para uma por assinatura é que a imagem das televisões por assinatura são melhores, mas fora isso, sustentar que não há transmissão de conteúdo num noticiário da **CNN**... Impossível sustentar que a **GNT** não transmita conteúdo, quando há debates de temas. Como é possível sustentar que não haja transmissão de conteúdo?

Penso que chegou o momento de pararmos para refletir sobre essa situação e convidar os atores nessa questão – MiniCom, Congresso Nacional, Anatel, operadores, V. Sªs, para um grande esforço de convergência e para construirmos uma legislação que, garantindo direitos às partes, também assegure compromissos.

Eu gostaria de ser o primeiro a me manifestar no sentido de pedir apoio à ABTU para que participe deste debate, que, no que depender de nós, empenhar-nos-emos para abrir.

Abro a palavra aos Srs. Conselheiros.

Concedo a palavra ao Conselheiro Chico Pereira.

**O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Sou solidário à posição do Presidente. No entanto, a demanda ora apresentada traz-me muita preocupação. Houve investimento financeiro. Não há tempo para esperar que se aprimore a regulamentação, a liberação e a concessão. Estamos diante de um fato concreto. Esses foram os precursores deste passo a que chegamos da TV por assinatura. Não quero entrar no mérito se estava certo ou errado, mas o fato é que as empresas investiram, acreditaram no processo e agora não se pode simplesmente tirar a escada.

Como membro do Conselho, independentemente da discussão do mérito e não tendo discutido no fórum da democratização da comunicação – não tivemos essa oportunidade –, sou levado pelo

bom-senso a pensar que não se pode, de maneira alguma, simplesmente tirar a escada e deixar um conjunto de empresários com equipamentos sucateados para mandar para quem? Temos que realmente abraçar essa discussão. De imediato, devemos pedir à Anatel para – usando uma expressão bem popular, que já não espanta mais os Conselheiros que já convivem aqui comigo – ir “devagar com a dor que o santo é de barro”.

Posso fazer considerações a respeito, mas, de antemão, declaro-me solidário a que encontremos uma saída para que esse pessoal não fique no prejuízo simplesmente. Não estamos brincando. Se houve alguma falha no processo, ela não pode ser atribuída a quem capitalizou dinheiro fazendo esse investimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselheiro concordará com a Presidência. Não consigo perceber como, naquele gráfico do Conselheiro Fernando Bittencourt, o conteúdo sai do agente produtor e se dirige um pelo ar e o outro por baixo da terra. Embaixo da terra, deve haver um canal passando filme nacional, deve haver uns tantos canais de utilização gratuita, uma série de compromissos. Se ela for por satélites, em vez de ir pelo chão, não há nem lei que o defina.

A resolução de uma agência reguladora, que não é constitutiva de direitos, longe de controle, determina que, se a imagem for pelo ar em vez de ir por baixo da terra, não fica obrigado a nenhum dos compromissos da TV a cabo. Imagino que V. S<sup>a</sup> concordará que, em algum momento, teremos de sentar para produzir uma legislação que contemple essas situações todas e que defina obrigações para todas elas.

**O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Sr. Presidente, comecei exatamente fechando em gênero, número e grau com essa posição divulgada e fiz um corte dizendo o seguinte: também não vou simplesmente virar as costas para o problema concreto que ora está posto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sem dúvida alguma. Muito bem explicado.

Concedo a palavra à Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra, por favor.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o senhor e gostaria, apesar de o horário ter ultra-

passado o nosso limite habitual, de tecer uma consideração e de inclusive invocar o Professor Murilo Ramos, da UnB, que vem contribuindo muito com as nossas discussões não apenas pela sua participação, mas por sua produção intelectual, por sua reflexão e pelo acúmulo de informações que detém a respeito da questão da comunicação social como um todo.

O Professor Murilo Ramos, se não me falha a memória, usa uma expressão que considero muito apropriada. Ele diz que o que define o ambiente da comunicação social no Brasil hoje seria uma dispersão normativa e uma fragmentação gerencial.

Como o senhor mesmo acabou de dizer, há coisas ultra-reguladas em lei, com decretos, há coisas definidas em meras portarias ou resoluções e há coisas que não têm nem isso. Por outro lado, essas coisas vêm sendo tratadas ora pelo Minicom, ora pela Anatel, ora pelo Ministério da Educação, ora pelo Ministério da Justiça, ora pelo Ministério da Cultura. Quer dizer, todos tratam um pouco dessa questão.

Tive a honra de fazer parte do grupo de comunicação social do Governo de transição, e uma das propostas que efetivamente havia – e não é a primeira vez que cobro esse assunto em Plenário, porque não vejo isso traduzido na ação prática, mas cada vez se torna mais urgente e premente – refere-se à necessidade da instituição de um marco regulatório na comunicação social do Brasil. É preciso um trabalho sério.

O Conselho, com todas essas discussões, vem contribuindo, está mexendo e, de certa forma, fermentando a questão. No entanto, preocupo-me um pouco quando o Ministro Miro Teixeira diz que acredita que a questão do marco regulatório não é para agora, pois sentimos que é, sim. É óbvio que ninguém vai sair com essa lei pronta, mas essa questão tem de ser assumida, esses debates têm de ser assumidos como fazendo parte dessa discussão.

Quando percebemos a forma como está sendo conduzida essa política de discussão no Ministério, vem uma crítica não ao mérito, porque, ao mesmo tempo em que é muito bom que o Ministério convoque a sociedade e os segmentos para discutirem a questão em especial da tecnologia digital, não podemos deixar de lamentar que isso se dê de uma forma tão nitidamente estatizante e empresarial. Acreditamos que têm que participar a sociedade civil e este próprio Conselho – como o senhor disse. Só com muita gestão sua, em particular, o Conselho passou a ser convidado para fazer parte desse grupo. Vejo ausências como a do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que é o maior fórum de debates, a mai-

or articulação nacional existente hoje discutindo essa questão. Isso me preocupa muito, porque uma formação eminentemente técnica ou empresarial vai ignorar questões relevantes para a sociedade como um todo.

Como sabemos do impacto que a TV digital vai causar à sociedade brasileira, aproveitamos este espaço para registrar que recebemos um manifesto do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, pleiteando a ampliação da representação da sociedade civil no grupo de trabalho da tecnologia digital que está sendo montado pelo Ministério das Comunicações. Esse grupo também deve ter um tempo maior para ser consultado e discutido pela sociedade, por meio da Internet. Uma semana não é tempo para se debater um assunto tão complexo. Isso já ocorreu em outra questão.

Enfim, o que se pleiteia é que haja garantia das consultas públicas nos assuntos da área de comunicação – não apenas consultas por pouco tempo, via Internet, mas aquelas por prazo legal – e, sobretudo, a retomada das audiências públicas para essa questão.

Com relação à ABTU, acredito que precisamos aprofundar o debate. Sinceramente, apresento uma dúvida. Parece-me que não apenas as concessões das emissoras UHF, mas todas elas são públicas e por tempo determinado. O espectro é público, e o Estado pode ou não renovar essa concessão. Acredito que possa ser uma injustiça dizer ao segmento que ele não deu certo e que assuma o prejuízo. Não é simplesmente assim. Há que levar em conta que houve um investimento. Entretanto, também não acredito que possamos assinar embaixo de uma renovação automática.

É preciso um debate mais aprofundado sobre o tema. Como disse o nosso Presidente, estamos todos abertos à discussão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Faço uma sugestão aos companheiros que nos visitam, Marco Aurélio Carneiro e Luiz Benevides. Temos uma subcomissão dentro do Conselho para tratar de televisão a cabo. Os Conselheiros Berenice Isabel Mendes Bezerra, Carlos Chagas, Roberto Wagner, Paulo Machado de Carvalho Neto, Fernando Bittencourt e Daniel Koslowsky Herz fazem parte dela. Sugiro entrarem em contato com eles, porque seria interessante, discutindo a televisão a cabo, enfrentar também esse tema conexo que é a televisão por assinatura em

UHF. De forma que estaremos à disposição, e uma relação mais estreita seria enormemente interessante.

Concedo a palavra ao Conselheiro Francisco Pereira da Silva.

**O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Para tentar avançar, sugiro aos dois expositores que sistematizem um relato em que haja inclusive a justificativa de defesa – como sabido, os senhores também foram interceptados para não fazer investimento que acompanhasse o avanço tecnológico –, para chegar ao nosso grupo de trabalho algo já sistematizado que nos sirva de suporte para o debate, na busca da melhor justiça possível. Não estou me posicionando contra ou a favor. Por isso, no meu próprio registro, eu disse que não entrava no mérito neste instante, pois cada coisa no seu devido momento.

Como foi dito pelo nosso Presidente, temos um grupo de trabalho, o que significa que o Conselho de Comunicação teve a capacidade organizativa de se antecipar aos fatos. Se concluirmos, em relação a tudo que nos tem sido trazido, que já estamos minimamente e, às vezes, até de forma bastante avançada, preparados para o debate, graças ao acerto de termos criado os grupos de trabalho... Esse grupo de trabalho tem o papel de entrar no mérito e trazer a questão já bastante avançada para discussão de ordem coletiva.

Então sugiro, para ganharmos tempo, que os senhores consolidem esse tipo de documento para que possamos avançar, até porque em alguma coisa eu me declaro ignorante. E nada melhor para quebrar a ignorância do que estar debruçado sobre o tema de forma correta.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Chico Pereira.

Tem a palavra o Conselheiro Fernando Bittencourt.

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Se eu tivesse que acrescentar esse serviço ao quadro que mostrei, diria que ele está muito mais próximo do MMDS do que qualquer outra coisa. A diferença é que as empresas que têm a concessão – não sei qual é o termo correto no caso do MMDS – têm vários canais de televisão. E, nesse caso, as empresas têm apenas um canal de televisão. Mas o serviço é muito próximo, porque é codificado. É uma frequência mais alta, porque o MMDS também é uma

freqüência de microondas, muito próxima dos canais TVA.

Lógico que esse assunto tem de ser muito mais discutido no próprio grupo, mas está muito mais próximo da regulamentação do MMDS do que outra coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) Passo a palavra ao Dr. Marco Aurélio Jarjour Carneiro e ao Dr. Luiz Corrêa de Sá e Benevides para suas observações finais, para, em seguida, encerrarmos a reunião.

**O SR. MARCO AURÉLIO JARJOUR CARNEIRO** (Presidente da ABTU) – Em primeiro lugar, gostaria novamente de agradecer e de esclarecer duas coisas: primeiro, esse nosso serviço foi regulamentado por um decreto específico, o Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1998. Esse Decreto não foi modificado em nada, a despeito do que ocorreu com a TV a cabo, com as telecomunicações, com a criação da Anatel. O nosso decreto ficou esquecido, como também, parece-me, o nosso serviço.

Como estamos aqui pedindo – e o Conselheiro Chico falou claramente –, vamos trazer aos senhores todos os detalhes. Efetivamente, o que queremos é servir melhor. Para isso, é preciso que tenhamos condições. Não se saber o que fazer e todo ano se pedir para esperar mais um pouco, para esperar até o próximo ano... Temos família, temos investimento feito, temos uma série de coisas. Eu não quero ser piegas, mas faço rádio e televisão há quarenta anos. Tenho sucesso no que faço há quarenta anos. Não poder ter sucesso porque o poder concedente não sabe o que quer a respeito de uma legislação, isso me faz sentir desonesto por estar ocupando o espectro. Agora, sinto-me também no direito de, depois de ocupá-lo, de fazer todo esse investimento, reivindicar que, no mínimo, me dê o direito de trabalhar.

Era o que gostaria de apresentar de forma bem clara. Não tenho conseguido ecoar minhas palavras. Não pedimos nada diferente do que está previsto na lei. Não pedimos nada que nos envergonhe, porque pedir para trabalhar de forma correta não é vergonha. O que é vergonha – sinto muito falar – é não ter por parte do poder concedente qualquer decisão.

Quero adiantar aos senhores que, bem ou mal, fazemos todos nós, nesses 15 anos, o serviço dentro do espírito da lei e de forma competente, gerando emprego, receita e pagando impostos.

O que quero colocar bem claramente é que fomos, sim, pioneiros nesse serviço. Estamos pagando o preço por isso, mas não temos vergonha alguma disso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Dr. Marco Aurélio, que foi muito convincente.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Corrêa de Sá e Benevides.

**O SR. LUIZ CORRÊA DE SÁ E BENEVIDES** (Diretor Jurídico da ABTU) – Antes de tudo, quero endossar as palavras do Presidente da Associação. Faço apenas um reparo: o decreto é de 1998. Isso é o que nos faz pioneiros.

A Conselheira Berenice referiu-se à questão da renovação. Houve talvez uma certa confusão, em outros fóruns, quanto aos pleitos da Associação. Não se pretende renovação automática; pretende-se o direito à renovação na forma da lei. Ou seja, desde que cumpridos os requisitos, os requerimentos, quanto à forma de prestação de serviços.

Deixamos aqui um documento que pode servir como primeiro roteiro do histórico desse serviço desde 1998. No que for necessário, estaremos sempre à disposição para complementar.

Agradeço, mais uma vez, a todos pela atenção. Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, O DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR LUIZ CORRÊA DE SÁ E BENEVIDES:**

**EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DR.  
PAULO CAVALCANTI FILHO**

**A ABTU – ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE TELEVISÃO EM UHF**, sociedade civil fundada com a finalidade de congregar empresas de telecomunicações e radiodifusão titulares de concessão ou permissão de emissão de televisão em freqüências ultra-altas (“UHF”), inclusive aquelas enquadradas nos termos do Decreto 95.744 de 23 de fevereiro de 1988 (“TVA”), por todo o Brasil, vem respeitosamente, perante V.Exa, com a legitimidade outorgada pela representatividade das entidades que representa, expor o que segue:

1) Deu-se início, recentemente, ao prazo para apresentação dos pedidos de renovação das concessões outorgadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República aos detentores das outorgas para exploração do

*Serviço Especial de Televisão por Assinaturas – TVA.*

2) *Esse serviço, na forma já reiteradamente exposto perante as autoridades responsáveis dos setores de radiodifusão e telecomunicações do país, foi criado em época em que a TV por assinatura ainda era incipiente, antecedendo serviços hoje populares como a TV a Cabo, o MMDS e o DTH, que, observe-se de forma breve, tiveram sempre tratamento privilegiado e dedicado por essas mesmas autoridades.*

3) *A outorga de concessões de exploração do serviço TVA foi objeto em sua época, de edital de licitação próprio, tendo sido atendidas todas as exigências legais determinadas pelo Poder Concedente, e consubstanciou-se ao final em Contratos de Concessão firmados pelos concessionários e pelo então Ministro de Estado das Comunicações.*

4) *A partir da assinatura dos Contratos de Concessão, a totalidade dos concessionários efetuou os investimentos necessários à instalação dos serviços, firmou contratos de programação e, na forma que vem sendo aferida pela ANATEL, mantém contingentes de assinantes ainda que com prejuízo e impossibilidade de estruturar seus negócios de maneira consistente.*

5) *Até o momento, o empresário que investiu na modalidade TVA, apesar do contrato firmado pelo representante do Poder Executivo, ainda que tenha cumprido suas obrigações e efetuado investimentos e, outrossim, apesar de estar vendo o poder público multiplicar canais para MMDS e transformar meras autorizações DISTV em concessões de TV a cabo, só tem visto as suas concessões serem ignoradas pelo Poder Concedente, que lhe altera ano a ano as características, aviltando o seu negócio sem lhe garantir a exploração do serviço na forma descrita em seu objeto.*

6) *É chegada a hora da renovação das concessões e o Concessionário de serviços TVA tem o direito de pleitear a adaptação do seu regulamento, sem alterar-lhe a natureza do objeto da concessão e sem acrescentar-lhe direitos extraordinários diferentes dos que decorrem do direito positivo.*

7) *E, por pleitear a adaptação do seu regulamento entenda-se o estabelecimento de regras consistentes para que possa operar os serviços TVA com possibilidades de prever custos, retorno de investimento e fazer um planejamento financeiro como qualquer empresário, seja ela do setor de telecomunicações, radiodifusão ou qualquer outro setor da economia.*

8) *Inicialmente, é necessário que seja garantido de forma segura ao Concessionário o direito à renovação da Concessão, na forma da Lei. Ou seja: ao Concessionário que está cumprindo as obrigações legais em vigor e que cumpre as exigências legais para pleitear e obter renovação de sua concessão, deve ser assegurado esse direito, sob pena de fugirmos da aplicação estrita da Lei e nos refugiarmos no arbítrio que não condiz com o momento em que vivemos e causa prejuízos institucionais e, importa dizer, pecuniários.*

9) *É importante que, sem que se altere a natureza dos serviços ou objeto da concessão, sejam asseguradas condições mínimas para a prestação dos serviços. Esse serviço, garante a Norma que o regulamenta, pode ser explorado parcialmente sem codificação, a critério do Poder Concedente. Este, por sua vez, tem lançado mão dessa sua faculdade e, ano a ano, tem concedido espaço de tempo diário em que os sinais podem ser transmitidos livres de codificação. É hora de, aproveitando-se do conceito de isonomia em relação às demais modalidades de TV por assinatura, o Poder Concedente estabeleça pelo período da Concessão, sem que se extrapole os limites da Norma Legal e, sobretudo, de forma que o empresário possa prestar um serviço com programação de interesse regional, vocação inequívoca do Serviço TVA. Isto é uma faculdade do Poder Concedente prevista em lei e condição essencial para que o empresário possa explorar de maneira proveitosa para todos os serviços cujo direito de exploração lhe foi concedido. Dadas as facilidades concedidas às outras modalidades de TV por assinatura, é justo que se pleiteie o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) do tempo por dia para transmissão livre de codificação.*

10) O serviço TVA carece, outrossim, de regulamentação no que diz respeito ao incremento dos recursos técnicos de exploração dos serviços, para que se atenda, sem prejuízo para os assinantes, a totalidade da área de cobertura da Concessão. Há processos protocolados por associados desta entidade, que não têm qualquer resposta. Mais uma vez, não se pretende extrapolar os ditames normativos, mas antes atender o artigo 41 do Decreto 95.744 de 23 de fevereiro de 1988 e assim, a população, destinatária dos serviços cuja exploração foi concedida.

11) Mas acima de tudo, tendo em vista o interesse do país, consubstanciado nas ações desse Conselho e demais órgãos e autoridades deste país, o que se deve ressaltar é que os serviços TVA já estão em funcionamento, ainda que com as carências supra referidas. Assim, os Concessionários vêm expressar sua intenção de se aliar à filosofia presente de democratização da mídia televisiva, que propiciará o acesso maior do público a um espectro mais variado e útil de programação e conteúdo do que o que existe no momento, o que somente será possível com o apoio e o suporte desse Conselho, através de ações positivas que atendam condições mínimas de execução dos serviços, sem, repita-se à exaustão, desconfiguração da modalidade do Serviço TVA na forma das concessões existentes.

Sendo assim, feita a exposição acima, entendem esta entidade e seus associados que o Poder Público tem que voltar sua atenção para o Serviço TVA. Muito tempo já se perdeu e outras perdas não poderão ser suportadas nem pelos empresários nem pelo país. Diversas alterações tecnológicas estão a caminho e em discussão em diversos níveis do Governo. Os Concessionários que nos últimos 15 (quinze) anos têm efetuado investimentos de forma a viabilizar seus negócios não podem ser prejudicados pela falta de regulamentação adequada ou exclusão das discussões em curso. Os Concessionários TVA têm a firme intenção de participar dos debates acerca das inovações tecnológicas e pretendem participar das mesmas, na medida em que outras modalidades de televisão o façam. Os empresários não podem arcar com mais danos ao seu negó-

cio e querem participar e contribuir com os recursos de que dispõem em igualdade de condições com os demais empresários dos setores de radiodifusão e telecomunicações.

E, com os protestos do mais alto respeito e admiração, subscreve em

Brasília, DF, 30 de junho de 2003.

ABTU – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO EM UHF

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Dr. Luiz Benevides. Quero informar que o documento que o senhor apresentou constará da Ata e será publicado no **Diário do Senado Federal**.

Concedo a palavra, para observações finais, ao Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, na linha do que disse a Conselheira Berenice, quero dizer que no Brasil existe uma salada total e completa de leis e de ausência de leis. O Conselho, em algum momento, vai debruçar-se sobre a questão e, certamente, fará as pressões necessárias junto ao Congresso Nacional, ao Ministério das Comunicações, à Anatel. Não é possível ficarmos aqui discutindo e verificando que para o setor tal há uma lei federal, para o outro só há um decreto, para o outro, uma portaria ou resolução. Teremos que enfrentar essa questão em algum momento. Espero que seja o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

**O SR. FERNANDO BITTENCOURT** – Quero mencionar um ponto que o Sr. Presidente comentou durante a discussão em relação ao grupo de discussão da TV digital.

Creio que é uma oportunidade para o Conselho aproveitar o assunto da ABTU e representar a entidade, a tecnologia, junto ao grupo. Como vimos, essa entidade não está listada na relação de entidades que vão participar da discussão. Creio que o Conselho pode utilizar essa como a primeira entidade que podemos representar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Sr. Conselheiro Fernando Bittencourt.

Minha idéia é de que a Comissão de TV Digital deve reunir-se para fazer uma pauta dos temas que

deve levar ao MiniCom quando for discutir a TV Digital. Gostaria que o Conselheiro levantasse essa preocupação na Comissão quando isso for objeto de debate.

Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS**

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Muito obrigado, Presidente.

É ainda sobre o assunto levantado pelo Conselheiro Fernando e pela Conselheira Berenice. Não sei se a Sr<sup>a</sup> Márcia, nossa eficiente e sempre muito prestativa Secretária, entregou ao Presidente o documento sobre o Fórum Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS**

(Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Então está chegando às suas mãos agora. Assim como o documento da ABTU, que procede e será objeto de trabalho deste Conselho. Gostaríamos que esses dois manifestos também fizessem parte da Ata e que o Conselho se manifestasse por escrito junto ao Ministério, no mínimo expondo sua preocupação de fazer uma consulta pública, durante uma semana, via Internet. Trata-se de assunto grave. É delicada e de interesse nacional a questão da tecnologia digital. Irá afetar cada lar e cada barraco deste País. Então não é justo que, para uma questão tão complexa, tão grave, não se coloque uma consulta pública, por uma semana, via Internet. É preciso que se retorne às audiências públicas, às consultas públicas, para que casos como o da ABTU sejam tratados publicamente, em audiência aberta, democrática, participativa e sem impedimentos. São as duas solicitações: que os dois manifestos façam parte da Ata e que o Conselho coloque sua preocupação.

O Poder Executivo tem lá os seus trâmites, temos que respeitá-los. Como o Conselho é um órgão consultivo do Legislativo, é preciso demonstrar sua preocupação com relação à exigüidade do tempo e à forma, que é completamente excludente, em face da exclusão digital existente no País, que é avassaladora. E que voltem as audiências, as consultas públicas. A Comissão específica para o tema, no seu devido tempo, vai voltar a trabalhar, independentemente da Comissão do MiniCom, que não nos impede de continuar trabalhando.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Geraldo Pereira.

Quero informar-lhes que constará da Ata. Mas esses documentos todos circulam por via eletrônica. Considero que é insensato perdermos tempo digitando os documentos. Portanto os documentos que devam ser transcritos na Ata e que sejam produzidos por meio eletrônico, devem ser fornecidos à Secretaria em disquete ou por e-mail, para evitar que haja repetição. Fica V. S<sup>a</sup> encarregado de fazer chegar à Secretaria por via eletrônica.

Concedo a palavra ao Conselheiro Paulito.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO**

**NETO** (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, salvo o melhor juízo, parece-me que o que o Ministério das Comunicações colocou para consulta pública é a minuta do decreto, muito provavelmente para receber as contribuições de quem sentir necessidade de fazê-lo.

Entendo, Sr. Presidente, que esse é exatamente o prazo competente para que todas as entidades possam se manifestar ao próprio Ministério.

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as observações do Conselheiro Paulito, mas, se entendi bem a posição do Conselheiro Geraldo – e, nesse particular, não posso afastar a simpatia que tenho pela tese dele –, é no sentido de considerar ser preciso que a sociedade civil se manifeste. Uma semana é prazo limitado demais para que a sociedade possa se expressar adequadamente no sentido de estar a favor ou contra. Por exemplo: se há entidades que devam fazer parte deste Conselho, uma semana não é tempo suficiente para que a sociedade se articule. Penso que tenha sido nesse sentido, mais do que em qualquer outro, que o Conselheiro Geraldo se manifestou.

De qualquer forma, o Conselho dará ciência ao Minicom de que a nossa posição será prestigiar, ao máximo possível, a participação da sociedade civil num debate tão importante para o futuro do País.

Conselheiro Chico Pereira, por favor!

**O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Esse mesmo documento do Fórum da Democratização da Comunicação lembra que o decreto que vai sair do Minicom tem uma vaga para o Conselho de Comunicação Social. Não é? Ainda não decidimos... Já se manifestou?

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Já.

**O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Então, obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – E estamos fazendo gestões, Conselheiro Chico Pereira, para que os diversos segmentos do Conselho estejam representados na Comissão, que possamos considerar que uma parcela de membros do Conselho já está representada no Conselho e outras, não, que tenhamos uma visão generosa disso e permitamos que os que não estão representados no Ministério das Comunicações sejam representados por alguém aqui do Conselho.

Então as negociações já estão em marcha e espero que tudo acabe em bom tempo.

Há algum Conselheiro que se deseje manifestar?

Convido os Srs. Conselheiros para a próxima reunião, que se realizará na primeira segunda-feira do mês de agosto.

**DOCUMENTOS PERTINENTES À  
CONTINUAÇÃO DA 5ª REUNIÃO DO  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,  
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2003, A  
SEREM PUBLICADOS, JUNTAMENTE  
COM A ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS,  
NO "DIÁRIO DO SENADO FEDERAL":**

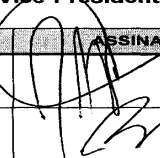
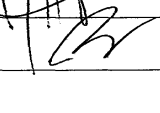
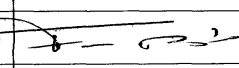
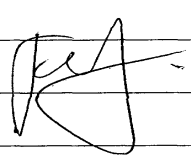
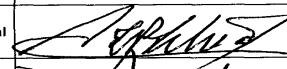



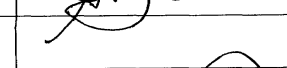
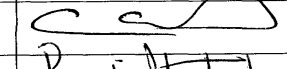
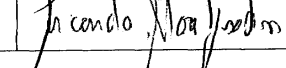
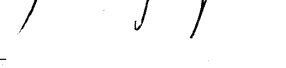
1) Lista de Presença (1 folha)

2) Manifestos do Fórum Nacional  
pela Democratização da Comunicação (3  
folhas)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**CONTINUAÇÃO DA 5ª REUNIÃO DE 2003**

**LISTA DE PRESENÇA**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2003, ÀS 14H,**  
**NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO <sup>1</sup>  
Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SORAES CARNEIRO	
II -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante das empresas de televisão		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
III -	PAULO CABRAL DE ARAÚJO Representante de empresas de imprensa escrita		CARLOS ROBERTO BERLINCK	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social		MIGUEL CIPOLLA JR.	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas		FREDERICO BARBOSA GHEDINI	
VI -	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA Representante da categoria profissional dos radialistas		ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO Representante da sociedade civil		MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA	
IX -	ALBERTO DINES Representante da sociedade civil		ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO	
IX -	JAYME SIROTSKY Representante da sociedade civil		JORGE DA CUNHA LIMA	
IX -	CARLOS CHAGAS Representante da sociedade civil		REGINA DALVA FESTA	
IX -	RICARDO MORETZSOHN Representante da sociedade civil		ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE	

<sup>1</sup> Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002, às 18h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.



Manifesto do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**Grupo de trabalho da TV Digital  
precisará ampliar sua representação**

*Ao propor a formação de um grupo de trabalho (GET) para estabelecer diretrizes para a realização de estudos e pesquisas para a adoção da tecnologia digital nos serviços de radiodifusão de sons e imagens, o Ministério das Comunicações não pode excluir atores da sociedade civil que participam do processo desde seu início no Brasil.*

As entidades que compõem o FNDC vêm a público alertar a sociedade sobre a maneira como está sendo conduzido este processo fundamental para a cultura, a economia e as relações exteriores do Brasil. Desde meados da década de 90, pesquisas de instituições vinculadas ao Fórum estão servindo para informar aos cidadãos brasileiros sobre os reflexos sociais e econômicos da implantação da tecnologia digital em todos os tipos de mídia existentes no Brasil. No ambiente do FNDC, surgiu a única cartilha informativa sobre o assunto. Em nenhum momento, entretanto, a sociedade teve condições de participar dos estudos sobre o assunto, com exceção de uma audiência pública, realizada em 29 de maio de 2001, onde a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) se dispôs não a ouvir a sociedade, mas a responder perguntas sobre o tema.

A composição do GET e o exíguo prazo de uma semana para a atual consulta pública não favorecem a participação da sociedade. De acordo com o texto da minuta do decreto, o GET de TV Digital prevê 15 vagas efetivas e 3 facultativas. Deste total, 11 estão designadas a ministérios e outros órgãos do governo federal, 5 a entidades e institutos privados, uma a um consórcio de universidades não nomeadas e uma ao Conselho de Comunicação Social. Ou seja, da forma como foi concebido o GET, a sociedade civil só estará representada por emissoras de TV e instituições de pesquisa de capital privado e por uma participação indireta pelo representante do CCS.

Apesar de, acertadamente, direcionar uma ênfase para a inclusão digital, a nova versão da política ora em análise, permanece sendo desenvolvida de forma isolada, insistindo em tratar a implantação da nova tecnologia a partir do ponto-de-vista da TV. Segmentos da área das comunicações que também enfrentam esta transição no contexto mundial, como o rádio e a TV por assinatura, precisam ser urgentemente incluídos nos estudos da digitalização para que se elimine a perspectiva unilateral no tratamento dos serviços de comunicação em plena era da convergência tecnológica.

O FNDC entende que tão importante quanto recuperar a engenharia nacional ou dotar o país de um novo ciclo de expansão industrial na produção de aparelhos receptores e outros componentes, o advento da digitalização servirá para remodelar a estrutura dos sistemas e do mercado de comunicação como um todo. A desconcentração da propriedade dos meios de comunicação no país bem como a criação de uma cadeia de fornecimento de produtos audiovisuais que valorizem o conteúdo nacional, regional e independente são apenas alguns dos enfoques envolvidos nesta questão, mas que acabam pouco valorizados pelas autoridades que conduzem o processo de decisão.

Somente com a inserção de diversas perspectivas sobre a implantação da tecnologia digital na comunicação social eletrônica o Brasil será capaz de pôr fim à unilateralização dos trabalhos e dar início à consolidação de um projeto genuinamente plural e abrangente. É contraditório que o mesmo governo que nesta semana receberá os resultados positivos da participação de entidades do FNDC em um grupo de trabalho que tratou dos procedimentos para agilizar as outorgas de rádios comunitárias, não considere necessária a contribuição de uma representação mais ampla da sociedade no GET sobre TV Digital. E tendo participado de forma ativa na elaboração da Lei da TV a Cabo e testemunhado o desenvolvimento da crise no segmento de TV por assinatura em virtude do desrespeito aos princípios contidos nesta legislação, o FNDC possui acúmulo e trajetória suficientes para ser um dos representantes da sociedade civil organizada neste grupo.

Dado o exposto, o FNDC reivindica ao governo federal:

1 - Inclusão de um representante do FNDC na composição do GET de TV Digital como seu membro titular e efetivo;

2 - Ampliação do prazo para que a sociedade tenha condições de analisar os documentos, colocados em consulta pública em 25 de junho de 2003, e apresentar suas contribuições.

Brasília, 30 de Junho de 2003.

Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – Abraço  
Conselho Federal de Psicologia – CFP  
Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social – Enecos  
Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão – Fitert  
Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj

#### Manifesto do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

### **Pela garantia de consultas públicas nos assuntos da área das comunicações**

Em 20 de maio, o Ministério das Comunicações tornou público o conteúdo de uma minuta de decreto presidencial, acompanhada de uma exposição de motivos, traçando a nova política de telecomunicações para o país. O texto era regido por três balizadores: competição, transparência e inclusão sócio-econômica.

No mesmo dia, por ordem anterior do presidente da República, os ministros das Comunicações, Miro Teixeira, e da Fazenda, Antônio Palocci, reuniram-se a portas fechadas com os executivos das principais operadoras de telefonia do país para apresentar o decreto. Na oportunidade, as empresas foram informadas que teriam dois dias para enviarem manifestações por escrito. O presidente Lula deixou claro que o texto só seria publicado no Diário Oficial da União depois deste procedimento.

Ao voltar de uma viagem internacional, o presidente da República reuniu-se em sua residência oficial com representantes das empresas de telefonia a fim de negociar um acordo para o reajuste parcelado das tarifas a partir de índices mais próximos da real variação inflacionária medida no período. Com esta negociação informal e feita de forma privada, o governo publicou o decreto com a política de telecomunicações. No final do mês de junho, entretanto, o reajuste negociado foi desconsiderado e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou o aumento das tarifas a partir do índice previsto em lei.

Independente do mérito da nova política, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) vem a público propor a realização de uma consulta pública para ouvir o restante da sociedade sobre a reestruturação do setor de telecomunicações dentro dos princípios da convergência tecnológica.

Para que não se retome a prática do Estado de manter reuniões privadas com o empresariado do setor, o FNDC reivindica que o governo federal volte a realizar consultas públicas, vigentes desde o início da década de 90, com o devido prazo para encaminhamento de contribuições da sociedade, antes de tomar decisões sobre assuntos da área das comunicações.

O Fórum acredita que somente desta maneira o governo Lula estará colaborando para construir um país mais plural e transparente no que concerne às decisões do Poder Público.

Brasília, 30 de Junho de 2003.

Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – Abraço  
Conselho Federal de Psicologia – CFP  
Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social – Enecos  
Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão – Fitert  
Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj

**O SR. PRESIDENTE** (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) -Não havendo assunto a tratar, está encerrada a reunião.

Boa-noite a todos!

*(Levanta-se a reunião às 18h06min.)*

## PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA

### Ata da Quinta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 6 e 7 de maio de 2003.

Aos seis e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e três, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta no 10/2003. Foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Anivaldo Vale, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Ary Vanazzi, Benedito de Lira, Carlito Merss, César Silvestri, Claudio Cajado, Dr. Evilásio, Dr. Heleno, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elimar Máximo Damasceno, Geraldo Resende, Gilberto Kassab, Gilberto Nascimento, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, João Magno, José Borba, José Carlos Elias, José Rocha, Lael Varella, Leonardo Mattos, Machado, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mauro Lopes, Milton Monti, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure e Wellington Roberto; – **Senadores titulares:** Efraim Moraes, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, João Ribeiro, Papaléo Paes, Roberto Saturnino e Serys Slhessarenko; – **Deputados suplentes:** Agnaldo Muniz, Alex Canziani, André Luiz, André Zacharow, Carlos Nader, Dr. Benedito Dias, Eduardo Cunha, Eduardo Valverde, Homero Barreto, Ildeu Araújo, João Almeida, João Correia, Jorge Alberto, José Pimentel, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Marcelino Fraga, Marcos Abramo, Mário

Negromonte, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Robson Tuma, Rogério Teófilo, Telma de Souza e Zezéu Ribeiro. – **Senadores suplentes:** Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Romeu Tuma e Valdir Raupp. Registrou-se a presença dos Deputados não-membros Gonzaga Patriota, Pompeo de Mattos e Romeu Queiroz. O Senador Geraldo Mesquita Júnior justificou ausência. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Carlos Melles, Elaine Costa, Félix Mendonça, Humberto Michiles, Jackson Barreto, João Grandão, João Leão, Jorge Bittar, José Chaves, José Priante, Luciano Castro, Moreira Franco, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Bernardo, Vignatti e Zé Gerardo; – **Senadores titulares:** Álvaro Dias, César Borges, Duciomar Costa, Heloísa Helena, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Romero Jucá, Sérgio Cabral e Sérgio Guerra. **ABERTURA:** Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia seis de maio, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, declarou aberta a reunião, suspendendo-a em seguida, em virtude da ausência de número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Às dezoito horas e vinte e três minutos do mesmo dia, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Pauderney Avelino, reiniciou a reunião, suspendendo-a novamente, em razão da persistência da falta de quorum para deliberação na representação do Senado Federal. Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia sete de maio, o Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, reabriu os trabalhos anunciando a apreciação das Atas e dos Termos das seguintes Reuniões: **1)** 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 03, 04, 05, 09, 10, 11, 12 e 17 de dezembro de 2002. **2)** 9ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2002 (com correções na pág. 08). **3)** 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 25 de fevereiro de 2003. **4)** 1ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2003. **5)** 2ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de março de 2003. **6)** 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 18 de março de 2003. **7)** Termos de Reunião nºs 01, 02 e 03/2003. **8)** 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 01 de abril de 2003. **9)** Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão, realizada em 22 e 23 de abril de 2003.

**10)** 3ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de abril de 2003. **11)** 4ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de abril de 2003. **12)** 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 29 de abril de 2003. Com a concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas e dos Termos, por terem sido distribuídos antecipadamente. Não houve discussão. De acordo com o estabelecido na *alínea “f” do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão*, o Presidente declarou as Atas e os Termos **aprovados**. **ENCERRAMENTO:** Em virtude de não haver no recinto do plenário número regimental para deliberação na representação do Senado Federal, conforme disposto no *art. 14 do Regulamento Comum*, o Presidente encerrou os trabalhos, às dez horas e vinte e sete minutos. Antes, convocou os membros para a reunião ordinária da Comissão a ser realizada às quatorze horas e trinta minutos do dia treze de maio de 2003, no plenário 02 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **GILBERTO MESTRINHO**. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação.

Convoco a continuação desta reunião para as 18 horas de hoje.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pauderney Avelino) – Declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há número regimental para deliberação na representação do Senado Federal.

Convoco a continuação desta reunião para as 10h do dia 7 de maio.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada a apreciação de matéria conjunta da Pauta nº 10 de 2003.

Apreciação das atas das seguintes Reuniões: 20ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 03, 04, 05, 09, 10, 11, 12 e 17 de dezembro de 2002; 9ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2002 (com correções na página 08); 1ª Reunião de Audiência Pública realizada, em 25 de fevereiro de 2003; 1ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2003; 2ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de março de 2003; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 18 de março de 2003; Termos de Reunião nºs 01, 02 e 03 de 2003; 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 01 de abril de 2003; Reunião de Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Comissão, realizada em 22 e 23 de abril de 2003; 3ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de abril de 2003; 4ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de abril de 2003; 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 29 de abril de 2003. Com a concordância do plenário, fica dispensada a leitura as Atas e dos Termos, por terem sido distribuídas anteriormente.

Não havendo discussão e de acordo com o estabelecido na *alínea f do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão*, declaro as atas e os termos aprovados.

É evidente a falta de **quorum** no plenário.

Convoco nova reunião para a próxima terça-feira, às 14h30.

Está encerrada a reunião.

**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº 160 , DE 2003**

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

**RESOLVE :**

designar **GUIDO FARIA DE CARVALHO** para exercer o cargo em comissão, de Diretor-Adjunto, do Instituto Legislativo Brasileiro, Símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 15 de agosto de 2003.



**Senador JOSÉ SARNEY**  
**Presidente do Senado Federal**

**P O R T A R I A**  
**Nº 097 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

prorrogar os trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 79, de 2003, objeto dos Processos nºs 004127/03-0 e 015176/02-9, por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 18 de agosto de 2003



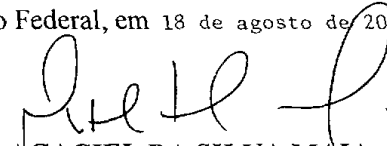
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4563 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014829/03-7,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EMERSON JOSÉ DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar AP-03, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria .

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



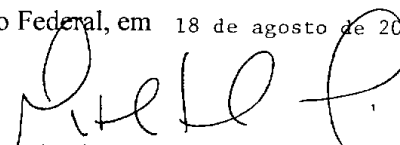
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4564 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014828/03-0,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS ALEX ISIDORO DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar AP-03, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria .

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



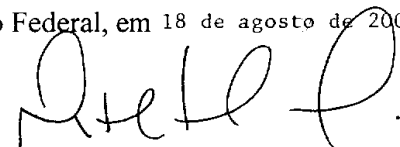
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4565 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014827/03-4**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEXSANDRE OLIVEIRA SALDANHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar AP-03, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



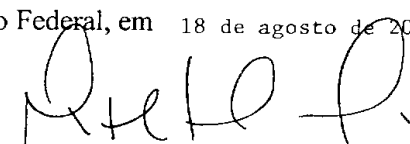
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4566 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014818/03-5**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SIMONE DE DEUS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



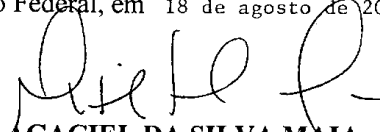
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4567 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014830/03-5,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SUSANA MARIA DE GÓES CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar AP-03, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Heráclito Fortes.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



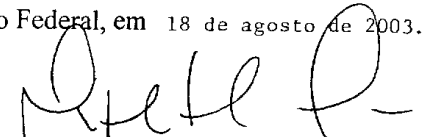
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4568 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.176/03-3,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERTO LUIZ TORRE MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

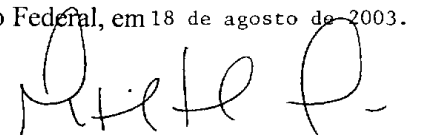


**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4569, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.780/03-8,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CRISTINA FARIA BARBOSA DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 34.005, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



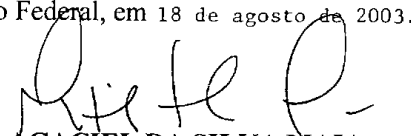
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4570, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.781/03-4,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLAUDIA JUSTA GONDIM** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4571 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014785/03-0,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDNA MARIA RODRIGUES PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar AP-06, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Azeredo.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



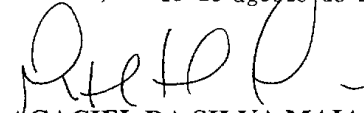
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4572 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.678/03-9,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TERESA CRISTINA MAYER VENTURA DA NÓBREGA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



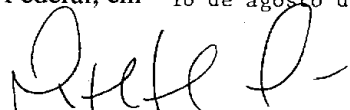
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4573 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014740/03-6,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANDERSON DE SOUZA CAMPOS**, matrícula n.º 33610, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa, a partir de 13 de agosto de 2003.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.

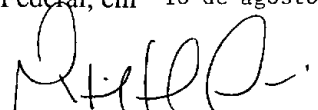
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4574 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.709/03-1,

**R E S O L V E** exonerar **ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA**, matrícula n.º 32.986, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-1 do Gabinete do Senador Magno Malta e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.


  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4575 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.712/03-2,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÁRCIA CRISTINA MACEDO SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.




**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4576 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.711/03-6,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SIMONE DE DEUS VIEIRA**, matrícula n.º 33.886, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



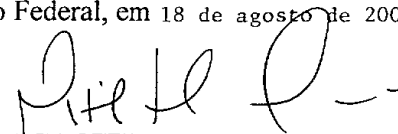
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4577 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.708/03-5,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CLÁUDIO JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 34.336, do cargo, em comissão, de Motorista do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



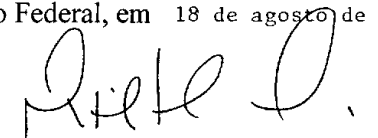
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4578 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.710/03-0,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA CLARA PEREIRA CORDEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



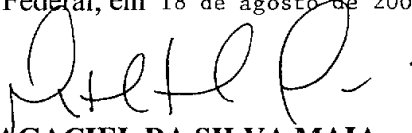
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4579 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001616/03-0,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DENISSON FABRICIO RODRIGUES DE SOUZA**, matrícula n.º 32846, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



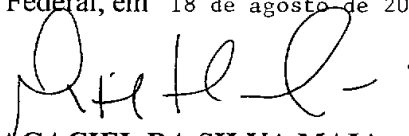
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4580 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001616/03-0,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SUELI RODRIGUES DE SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



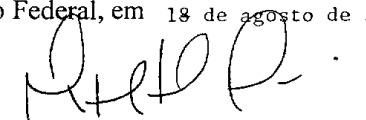
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4581, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.757/03-6,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ OTÁVIO CALDEIRA PAIVA**, matrícula n.º 34726, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 19/08/2003.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2003.



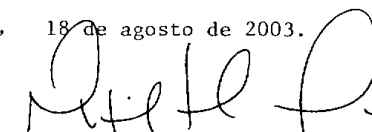
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4582, de 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 008903/02-6 (anexo 014114/03-8),

**RESOLVE**, fundamentado no art. 223, inciso II, da Lei n.º 8.112/90 cancelar a reserva de 1/2 (um meio) pensão, feita nos termos do Ato do Diretor-Geral n.º 918/2002, e reverter a respectiva cota, integralizando a pensão temporária de **EDUARDO LUIZ DA COSTA SOUZA**, na condição de menor sob guarda, da proporção de 1/2 (um meio) para 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia a ex-servidora **ODILLA RODRIGUES DA COSTA**, matrícula 01916, a partir da data do óbito, 28/07/2002.

Senado Federal, 18 de agosto de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

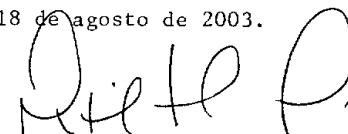
## ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 4583 , de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014468/03-4,

*RESOLVE, fundamentado nos artigos 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a MARIA BERNADETE ALVES DO NASCIMENTO PINTO, na condição de cônjuge, na proporção de 1/2 (um meio) e pensão temporária a LUCIANO ALVES PINTO, na condição de filho menor de 21 anos, na proporção de 1/2 (um meio), dos proventos que percebia o ex-servidor JOAQUIM PINTO, matrícula 01511, a partir da data do óbito, 31/07/2003.*

Senado Federal, 18 de agosto de 2003.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 4584 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

**RESOLVE:**

exonerar **GUIDO FARIA DE CARVALHO**, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador José Sarney, a partir de 18 de agosto de 2003.

Senado Federal, 18 de agosto de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	<b>SERGIPE</b>	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
<b>PERNAMBUCO</b>		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	<b>PARANÁ</b>	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
<b>GOIÁS</b>		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	<b>TOCANTINS</b>	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	<b>RORAIMA</b>	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUI</b>		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

### 1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

**TEMPORÁRIA**  
(07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)**  
**Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

\*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

## **1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO**

**TEMPORÁRIA**  
**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)**  
**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR  
A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**  
**TEMPORÁRIA**  
9 (nove) titulares  
9 (nove) suplentes  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(29 titulares e 29 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)**  
**Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1.
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1.
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)**  
**Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)**  
**Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1.
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1.
<b>PPS</b>	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)**  
**Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1.
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1.
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)**  
**Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Vago	1.
Vago	2.
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
<b>PFL</b>	
Renildo Santana	1.
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1.
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1.

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.  
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br



**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO**

**(7 titulares e 7suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati**

**Vice-Presidente: Pedro Simon**

**Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)**  
**Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**  
**PERMANENTE**  
**9 (nove) titulares**  
**9 (nove) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) – SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

**Subcomissão Permanente de Proteção dos**  
**Cidadãos Brasileiros no Exterior**

**PRESIDENTE: Senador**  
**VICE-PRESIDENTE: Senador**

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)			
Marcelo Crivella (PL)	RJ-5077/5078	1 - Duciomar Costa (PTB)	PA-2341/2342
João Capiberibe (PSB)	AP-2441-2446	2 - Aelton Freitas (PL)	MG-4621/4018
Fátima Cleide (PT)	RO-2391-2397	3 - Flávio Arns (PT)	PR-2401/2405
PMDB			
Hélio Costa	MG-2244/2245	1 - Ramez Tebet	MS-2221/2224
Luiz Otávio	PA-3050/4393	2 - Juvêncio Da Fonseca	MS-1128/1228
PFL			
Marco Maciel	PE-5710-5724	1 - Roseana Sarney	MA-3069/3070
Rodolpho Tourinho	BA-3173/3174	2 - Renildo Santana	SE-1306/4055
PSDB			
Eduardo Azeredo	MG-2321-2323	1 - Antero Paes de Barros	MT-4061/1146

Reuniões:  
Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefones da Secretaria: 311-3259/3496/4777  
Sala nº 5/B – CEP 70100-000

Sala nº 07 – Ala Sen. Alexandre Costa  
Tel. da Sala de Reunião: 311-3367  
Fax: 311-3546  
E-mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: cantony@senado.gov.br.



**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

**Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA** <sup>2</sup>

**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL</b> <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
<b>PT</b> <sup>1</sup>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
<b>PSDB</b> <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
(Vago) <sup>7</sup>			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
<b>PTB</b> <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
<b>PSB</b> <sup>1</sup> , <b>PL</b> <sup>1</sup> e <b>PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
<b>Corregedor do Senado</b> (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br  
www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

**PROCURADORES**

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-3265

# CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

## COMPOSIÇÃO

**1ª Designação geral:** 03.12.2001

**2ª Designação geral:** 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko<sup>4</sup>

**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>

PMDB	UF	RAMA
(Vago) <sup>8</sup>		
PFL <sup>6</sup>		
Senadora Roseana Sarney <sup>1</sup>	MA	3070
PT <sup>5</sup>		
Senadora Serys Slhessarenko <sup>1</sup>	MT	2291
PSDB <sup>6</sup>		
Senadora Lúcia Vânia <sup>1</sup>	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho <sup>3</sup>	RR	2041
PTB <sup>5</sup>		
Senador Papaléo Paes <sup>1-7</sup>	AP	3253
PSB <sup>5</sup>		
Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>2</sup>	AC	1078
PL <sup>5</sup>		
Senador Magno Malta <sup>1</sup>	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes <sup>1</sup>	CE	2301

Atualizada em 15.8.2003

### Notas:

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

<sup>8</sup> Vaga ocupada até 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se, nessa data, tendo em vista o retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente nato**<sup>1</sup>: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> (aguardando definição)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE REDAÇÃO</u></b> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Nota:**

<sup>1</sup> De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) <sup>2</sup>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

<sup>2</sup> Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

# **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

## **COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**

**Mesa Diretora eleita em 28.05.2003**

<b>Presidente: Deputado DR. ROSINHA</b>	<b>Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON</b>
<b>Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO</b>	<b>Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON</b>

<b>MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup></b>	
<b>Senador EDUARDO SUPPLY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

## **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) <sup>(6)</sup>
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

## **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) <sup>(5)</sup>	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

### **Notas:**

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

<sup>(5)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(6)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY <sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> <i>(aguardando definição)</i>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPPLY (PT <sup>2</sup> -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



**EDIÇÃO DE HOJE: 210 PÁGINAS**